



BRUNO ALEXANDRE RELATÓRIO DE ESTÁGIO
RIO PARADA



BRUNO ALEXANDRE RELATÓRIO DE ESTÁGIO
RIO PARADA

Relatório de estágio apresentado à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade, Ramo Auditoria, realizado sob a orientação científica do Prof. Dr. António Rodrigues Neto, professor equiparado a professor adjunto do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

O júri

Presidente

Prof. Dra. Graça Maria do Carmo Azevedo

Equiparada a Professora Adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

Orientador

Prof. Dr. António Rodrigues Neto

Equiparado a Professor Adjunto do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

Prof. Dra. Helena Coelho Inácio

Professora Adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

Arguente

Prof. Dr. Fernando José Peixinho Araújo Rodrigues

Professor Adjunto do Instituto Politécnico de Bragança

Agradecimentos

Quero revelar um especial agradecimento ao Prof. Dr. António Rodrigues Neto, meu orientador pela parte do ISCA-UA, por todas as sugestões e orientações dadas durante o desenvolvimento do presente trabalho e ao Dr. Jorge Manuel Teixeira da Silva, meu orientador da parte da entidade Jorge, Victor, Neto Fernandes & Associados, SROC, por todo o acompanhamento prestado ao longo do período de estágio e por me ajudar a desenvolver como profissional.

Um reconhecido agradecimento, também, para os meus colegas colaboradores da entidade na qual realizei o estágio, pelo apoio e acolhimento que me prestaram.

Palavras-chave

Auditoria

Resumo

O presente estudo propõe-se descrever e desenvolver o trabalho de auditoria. Para tal serão expostas, através de um caso prático real, as actividades do auditor para a revisão das contas de 2008 numa empresa industrial.

Numa primeira abordagem será relatado o planeamento da auditoria, onde se prepara todo o restante trabalho.

Neste sentido, procede-se a descrição do trabalho de campo em todas as áreas. No decorrer do desenvolvimento do trabalho, aprofunda-se, através da explicação dos testes efectuados, a validação das diferentes rubricas, contendo as demais conferências e análises realizadas durante o estágio.

Em face da conclusão de que existem aspectos que requerem chamadas de atenção e situações para as quais o auditor não concorda, apresenta-se no final de cada área, um conjunto de conclusões e aspectos a assinalar.

Keywords

Auditing

Abstract

This study aims to describe and develop the audit work. For this, it will be exposed, through a real case study, the activities of the auditor for the audit of 2008 at an industrial company.

An initial assessment will be reported the audit planning, which prepares all the remaining work.

In this sense, the procedure the work in all areas. During development of work, deepens, through the explanation of the various tests to validate the items, containing the various conferences and analysis, performed during the probation period.

In presence of the conclusion that there are aspects that require one's attention and aspects for which the auditor does not agree, it is presented, at the end of each part, a number of conclusions and aspects to report.

ABREVIATURAS

CI	Controlo Interno
CIVA	Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado
CIRC	Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas
CMVMC	Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas
CLC	Certificação Legal das Contas
CSC	Código das Sociedades Comerciais
DC	Directriz Contabilística
DR/A	Directriz de Revisão/Auditoria
FSE	Fornecimentos e Serviços Externos
FIFO	First in, first out (primeira a entrar, primeira a sair)
ISCA-UA	Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro
ISA	International Standards on Auditing (Norma Internacional de Auditoria)
LIFO	Last in, first out (última a entrar, primeira a sair)
M.T.	Papel/Mapa de Trabalho
SCI	Sistema de Controlo Interno
SII	Sistema de Inventário Intermitente
SIP	Sistema de Inventário Permanente
POC	Plano Oficial de Contabilidade
PRA	Procedimentos de Revisão Analítica
RAFE	Relatório Anual da Fiscalização Efectuada
RFU	Relatório e Parecer do Fiscal Único
SROC	Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	7
PARTE I - Descrição da entidade e funções desempenhadas	10
PARTE II – Trabalho desenvolvido e conclusões.....	12
1. Planeamento	12
2. Disponibilidades.....	17
2.1. Aspectos contabilísticos.....	17
2.2. Objectivos de auditoria a atingir.....	18
2.3. Procedimentos e trabalho efectuado	18
2.4. Conclusões.....	19
3. Compras, Pessoal e Dívidas a pagar.....	21
3.1. Aspectos contabilísticos.....	21
3.2. Objectivos de auditoria a atingir.....	24
3.3. Procedimentos e trabalho efectuado	24
3.4. Conclusões.....	29
4. Vendas, Prestações de serviços e Dívidas a receber (Clientes).....	32
4.1. Aspectos contabilísticos.....	32
4.2. Objectivos de auditoria a atingir.....	34
4.3. Procedimentos e trabalho efectuado	35
4.4. Conclusões.....	37
5. Acréscimos e Diferimentos	39
5.1. Aspectos contabilísticos.....	39
5.2. Objectivos de auditoria a atingir.....	40
5.3. Procedimentos e trabalho efectuado	41
5.4. Conclusões.....	42

6.	Existências e CMVMC.....	44
6.1.	Aspectos contabilísticos.....	44
6.2.	Objectivos de auditoria a atingir.....	48
6.3.	Procedimentos e trabalho efectuado	48
6.3.1.	Controlo Interno (CI).....	49
6.3.1.1.	Objectivos de análise ao CI	50
6.3.1.2.	Procedimentos de CI e análise ao SCI.....	50
6.3.2.	Testes substantivos	52
6.3.2.1.	Contagens físicas	55
6.3.2.1.1.	Teste às contagens	55
6.3.2.1.2.	Corte de operações.....	57
6.3.2.2.	Valorimetria e formas de custeio.....	60
6.3.2.2.1.	Teste à valorimetria do inventário	60
6.3.2.2.2.	Ajustamentos para depreciação de existências.....	65
6.3.2.2.3.	Teste à realização.....	65
6.3.2.3.	Teste à cobertura de seguros.....	66
6.3.2.4.	Variação da margem de lucro e CMVMC.....	66
6.4.	Conclusões	66
7.	Imobilizações Corpóreas, Incorpóreas, em Curso e Amortizações.....	69
7.1.	Aspectos contabilísticos.....	69
7.2.	Objectivos de auditoria a atingir.....	70
7.3.	Procedimentos e trabalho efectuado	71
7.4.	Conclusões	72
8.	Capital, Reservas e Resultados Transitados	74
8.1.	Aspectos contabilísticos.....	74
8.2.	Objectivos de auditoria a atingir.....	75
8.3.	Procedimentos e trabalho efectuado	75
8.4.	Conclusões	77

9.	Fornecimentos e Serviços Externos (FSE).....	78
9.1.	Aspectos contabilísticos.....	78
9.2.	Objectivos de auditoria a atingir.....	78
9.3.	Procedimentos e trabalho efectuado	79
9.3.1.	Testes de conformidade	79
9.3.2.	Testes substantivos	81
9.3.2.1.	Análises à evolução do saldo.....	81
9.3.2.2.	Análise documental	93
9.4.	Conclusões.....	95
10.	Outros Custos e Perdas e Outros Proveitos e Ganhos	97
10.1.	Aspectos contabilísticos.....	97
10.2.	Objectivos de auditoria a atingir.....	97
10.3.	Procedimentos e trabalho do auditor	98
10.4.	Conclusões.....	99
	FUNÇÕES DESEMPENHADAS FACE À TEORIA	101
	CONCLUSÃO.....	102
	BIBLIOGRAFIA	104
	ANEXOS – Papeis de Trabalho	105

ÍNDICE DE PAPÉIS DE TRABALHO ANEXOS (Ordem do Dossier Corrente)

Metallúrgica, S.A.

2008

	Indexação	I.T.
ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO CORRENTE		
...		
3. PLANEAMENTO DA AUDITORIA		
· Relatório do Planeamento;	3.01	x
· Questionário de avaliação do Risco Global;	X1.11.1	x
· Questionário de avaliação do Risco de Fraude;	X1.11.3	x
· Mapa Confiança no Controlo Interno;	3.02	x
· Mapa Risco Efectivo por Áreas;	3.03	x
· Questionário de avaliação do risco em existências;	11.00S0	x
· Revisão Analítica Preliminar.	3.04	x
· Quadro de Estratégia Final.	3.05	x
· Materialidade.	X1.9	x
...		
5. CONTROLO INTERNO		
· Questionários sobre Incompatibilidade de Funções;	5.01	x
· Questionários sobre Incompatibilidade de Funções - Existências;	5.05	x
· Testes de conformidade;	5.09	x
· Relatório sobre o Controlo Interno.	5.16	x
...		
7. PRESTAÇÃO DE CONTAS		
· Certificação Legal das Contas;	7.01.1	x
· Relatório Anual da Fiscalização Efectuada.	7.01.2	x
...		
10. TERCEIROS		
· Verificação de N. Crédito do exercício e período subseq.	10.21.006	x
· Verificação de N. Crédito do exercício e período subseq.	10.22.006	x
...		
11. EXISTÊNCIAS		
· Programa auditoria existências;	11.30	x
· Questionário Controlo Interno;	11.30.CI	x
· Questionário de inventário e contagens físicas;	11.30.003	x
· Teste às Contagens;	11.30.004	x
· Teste à Valorimetria - Existências valorizadas ao custo de aquisição;	11.30.005	x
· Teste à Forma de Custear as Saídas/Valorimetria;	11.30.006	x
· Resumo do Trabalho Efectuado;	11.30.007	x
· Mapa dos Ajustamentos, resumo do movimento anual / Inventário avarias;	11.30.008	x
· Análise da Valorização de P. Acabados - CºUn. das M.Pr. incorporadas nos PTC e PA;	11.30.009.1	x
· Análise da Valorização de P. Acabados - Coeficiente de imputação;	11.30.009.2	x
· Análise da Valorização de P. Acabados - Gastos com fundição;	11.30.009.3	x
· Recolha de elementos para corte de operações;	11.30.011	x
· Teste à realização	11.30.012	x
· Teste à cobertura de seguros;	11.32.005	x
· Desagregação da conta - balancete contabilidade geral.	11.32.011.1	x
· Desagregação da conta - balancete contabilidade analítica.	11.32.011.2	x
· Teste às operações de Corte à saída;	11.32.027	x
...		
14. CUSTOS E PERDAS		
· Teste às variações de custos e proveitos e evolução dos saldos;	14.000	x
· Análise à Variação da Margem;	14.61.004	x
· Programa Auditoria Fornecimentos e Serviços Externos;	14.62	x
· Análise documental dos custos com Fornecimentos e Serviços Externos;	14.62.000	x
· Evolução do saldo da conta de Fornecimentos e Serviços Externos;	14.62.003	x
...		

ÍNDICE DE TABELAS

Número	Título	Página
Tabela 1	Cronograma de actividades efectuadas no estágio	10
Tabela 2	Reuniões com orientador (SROC)	11
Tabela 3	Reuniões com supervisoror (ISCA-UA)	11
Tabela 4	Índices relacionados com existências	49
Tabela 5	Possíveis testes substantivos de afirmações sobre saldos	50
Tabela 6	Ficha técnica do produto Cubo Central	62
Tabela 7	Ficha técnica do produto Bet160 E ELE 700Wt TP D	63
Tabela 8	Variações FSE Março	85
Tabela 9	Variações FSE Maio	88
Tabela 10	Variações FSE Setembro	90
Tabela 11	Amostra testada nos custos com FSE	97

ÍNDICE DE FIGURAS

Número	Título	Página
Figura 1	Risco de auditoria	15

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Número	Título	Página
Gráfico 1	Análise comparativa a Março, dos custos com conservação e reparação	83
Gráfico 2	Análise comparativa a Março, dos custos mensais com FSE	84
Gráfico 3	Análise comparativa a Março, dos custos acumulados com FSE	84
Gráfico 4	Análise comparativa a Maio, dos custos com subcontratos	85
Gráfico 5	Análise comparativa a Maio, dos custos mensais com FSE	86
Gráfico 6	Análise comparativa a Maio, dos custos acumulados com FSE	86
Gráfico 7	Análise comparativa a Setembro, dos custos com subcontratos	88
Gráfico 8	Análise comparativa a Setembro, dos custos com comissões	88
Gráfico 9	Análise comparativa a Setembro, dos custos mensais com FSE	89
Gráfico 10	Análise comparativa a Setembro, dos custos acumulados com FSE	89
Gráfico 11	Análise comparativa anual, dos custos mensais com FSE	90
Gráfico 12	Análise comparativa anual, dos custos com trabalhos especializados	91
Gráfico 13	Análise comparativa anual, dos custos acumulados com FSE	92

INTRODUÇÃO

Motivação para realização do relatório de estágio:

O facto de trabalhar numa sociedade de revisão e auditoria fez com que a possibilidade de efectuar o presente estudo passasse a ser uma forte hipótese, de entre todas as possíveis que o ISCA-UA colocou à disposição. Após a recolha de algumas ideias e propostas, a decisão de se avançar para esta hipótese foi tomada, tendo em consideração, tanto o facto de poder desenvolver os conhecimentos académicos através do estágio, como a oportunidade de uma melhoria ao nível profissional, através da realização deste trabalho académico. Tornou-se assim aliciante, poder reunir estas duas condições, que conjugado com o evidente gosto pela área da contabilidade e auditoria, fez com que não restasse a mínima dúvida, representando assim a motivação mais que suficiente para a execução do mesmo.

Projecto de estágio e objectivo do relatório:

O presente trabalho expõe algumas das actividades realizadas ao longo do estágio (iniciado em Dezembro de 2008 e terminado em Junho de 2009), o qual tem subjacente a celebração de um protocolo entre as partes envolvidas no mesmo:

Jorge, Victor, Neto, Fernandes & Associados – SROC; e

Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

O objectivo deste relatório é descrever os trabalhos desenvolvidos no referido estágio, descrevendo o trabalho efectuado ao longo da auditoria às demonstrações financeiras duma empresa industrial¹, em que todos os conteúdos abordados foram efectuados com a finalidade de rever e certificar as contas do ano de 2008.

Por uma questão prática, e para não tornar este relatório demasiado extenso, foi decidido aprofundar apenas duas das áreas em que incide o trabalho de auditoria, apresentando os papéis de trabalho desenvolvidos para as mesmas.

¹ Por questões de sigilo profissional, várias designações foram alteradas para que não seja possível identificar nem a empresa, nem outros dados que pudessem por em causa o referido sigilo.

Interesse das áreas desenvolvidas:

A área de existências é uma das abordadas e desenvolvidas neste relatório, sendo que, geralmente, se considera como uma das mais influentes e relevantes nas contas das empresas. A escolha desta área resulta:

- Da possibilidade de poder melhorar e desenvolver os conhecimentos, visto que é uma das áreas mais complexas e importantes em auditoria, ainda mais quando se trata de uma empresa industrial;
- Por sugestão do orientador.

Pelas referidas razões e dada a sua complexidade e importância em auditoria, tornou-se um agradável e proveitoso desafio trabalhar esta área.

O trabalho do auditor nos FSE foi a outra temática eleita para apresentação mais desenvolvida. Esta opção derivou:

- Do facto de ser uma área em que se aplicam predominantemente os PRA, nomeadamente análise detalhada e evolutiva das contas;
- Das correcções e implicações dos registos dos diversos documentos analisados;
- Da variedade de situações dentro desta rubrica de gastos.

Estrutura do trabalho:

O desenvolvimento do trabalho (Parte II), começará com o planeamento da auditoria, com especial ênfase nas duas áreas seleccionadas e inscritas nas contas do exercício 2008.

Numa segunda fase, e após consumado o planeamento, será abordado o trabalho de campo em todas as áreas auditadas², seguindo o seguinte esquema de trabalho:

- Aspectos introdutórios e contabilísticos;
- Objectivos da auditoria a atingir;
- Procedimentos e trabalho efectuado;
- Conclusões.

Nas áreas eleitas para serem desenvolvidas detalhadamente, será executada uma descrição aprofundada e exaustiva do trabalho de campo efectuado:

▪ Na área de existências, será descrito o programa de auditoria, analisado o CI e, posteriormente, serão expostos os diversos testes substantivos, apresentando os papéis de trabalho elaborados. Em consequência do trabalho efectuado, serão ainda apresentadas as conclusões e os efeitos no parecer do auditor.

▪ Na descrição da auditoria aos FSE e de todo o trabalho efectuado pelo auditor em torno desta área, apresenta-se o programa de trabalhos, seguido dos testes de conformidade executados. Continuando, apresentar-se-ão os testes substantivos, nomeadamente, análises à evolução dos saldos e aos documentos analisados. Em resultado dos testes realizados, será descrita a opinião do auditor e em que pontos discorda dos procedimentos e registos feitos pela empresa. Serão também apresentados os papéis de trabalho elaborados, como suporte ao trabalho realizado.

² Não foram abordadas as áreas que, no exercício de 2008, não tiveram movimentos nem saldos, tais como: 23 – Empréstimos obtidos, 25 – Accionistas, 41 – Investimentos financeiros.

PARTE I - Descrição da entidade e funções desempenhadas

Caracterização da sociedade:

A sociedade *Jorge, Victor, Neto, Fernandes & Associados - SROC*, com sede em Águeda, é uma sociedade de revisores oficiais de contas inscrita na lista da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas com o nº 92, tendo como objecto social, a revisão legal das contas, a auditoria às contas e a consultoria em diversas matérias. A sociedade desenvolve a sua actividade de forma autónoma assente em vários escritórios, tendo um diversificado número de clientes (em Setembro de 2009, 597 clientes de Revisão Legal) essencialmente por todo o norte e centro do país. No conjunto, a referida entidade integrava, em Setembro de 2009, para além de seis sócios revisores oficiais de contas, cerca de 47 profissionais.

A formação técnica, ética e deontológica e os níveis de exigência de qualidade com que os trabalhos têm que ser desenvolvidos, contribuem para que as funções desempenhadas pelos colaboradores sejam assimiladas da melhor forma e se pautem pela elevada qualidade dos serviços prestados.

Funções exercidas:

O estágio desenvolvido nesta entidade, passou pela execução de trabalhos no âmbito da auditoria, consultoria e revisão das contas a várias empresas, com diferentes objectos (entre as quais a seleccionada para fazer parte deste relatório), o que fez com que fosse possível lidar com as mais distintas e variadas situações. Este estágio teve início a 2 de Dezembro de 2008 e o seu terminus em 5 de Junho de 2009, perfazendo as 810 horas previstas. Apresentam-se, de seguida, na **Tabela 1**, as actividades efectuadas no estágio:

ETAPAS		2008/2009					
		Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai
I -	Planeamento						
II -	Controlo Interno						
III -	Testes Substantivos						
IV -	Conclusões e Relatórios de Auditoria						
V -	Finalização dos Processos de Revisão						

O acompanhamento do orientador (por parte da entidade) e do supervisor (docente do ISCA-UA) demonstrou-se regular, tendo, ao longo do estágio, sido efectuadas diversas reuniões:

Tabela 2 - Reuniões com orientador

Data	Cooperador	Local	Tema abordado
02-12-2008	Orientador	SROC	Celebração do protocolo de estágio
05-12-2008	Orientador	SROC	Clientes / Controlo de ajustamentos
12-12-2008	Orientador	SROC	Controlo Interno / Testes de conformidade
02-01-2009	Orientador	SROC	Inventários
06-02-2009	Orientador	SROC	Terceiros / Disponibilidades
13-02-2009	Orientador	SROC	Estado / Proveitos
20-02-2009	Orientador	SROC	Acréscimos e diferimentos / Custos
27-02-2009	Orientador	SROC	Imobilizado / Capital
13-03-2009	Orientador	SROC	Existências
27-03-2009	Orientador	SROC	Relatórios de auditoria

Tabela 3 - Reuniões com supervisor

Data	Cooperador	Local	Tema abordado
02-12-2008	Supervisor	ISCA-UA	Celebração do protocolo de estágio
22-01-2009	Supervisor	ISCA-UA	Ponto de situação dos trabalhos / Dúvidas
26-03-2009	Supervisor	ISCA-UA	Abordagem áreas a desenvolver no relatório
22-05-2009	Supervisor	ISCA-UA	Escolha de áreas a desenvolver no relatório
07-10-2009	Supervisor	ISCA-UA	Ponto de situação dos trabalhos / Dúvidas
20-10-2009	Supervisor	ISCA-UA	Dúvidas / Aspectos do relatório
02-11-2009	Supervisor	ISCA-UA	Entrega do trabalho provisório

PARTE II – Trabalho desenvolvido e conclusões

1. Planeamento

O trabalho de auditoria às contas da “Metalúrgica, SA” inicia-se com o planeamento do mesmo, uma vez que esta empresa já é cliente há vários anos, não sendo assim necessário efectuar o conhecimento prévio de aceitação e familiarização com o mesmo.

Tal como descrito no ponto 4 da DR/A 300:

Por "Planeamento" entende-se o desenvolvimento de uma estratégia geral e de uma metodologia detalhada quanto às esperadas natureza, tempestividade e extensão da revisão/auditoria, de modo que os respectivos trabalhos sejam executados de uma maneira eficiente e tempestiva.

Assim sendo, o planeamento permite que, através da definição de uma estratégia e plano de auditoria a desenvolver, se possa reduzir o risco da auditoria e fazer uma selecção criteriosa dos procedimentos de auditoria a adoptar na empresa a auditar. Nesta fase, são realizados determinados procedimentos, os quais são registados no relatório de planeamento (**M.T. 3.01**).

Do memorando do planeamento, fazem parte os seguintes pontos:

- Descrição dos serviços que termina com a indicação dos relatórios a emitir. Neste caso serão:

A CLC - documento que exprime a sua opinião sobre se os documentos de prestação de contas representam ou não de uma forma verdadeira e apropriada, os resultados e a situação patrimonial da empresa, relativamente ao período a que o exame se refere;

O RAFE - relatório em forma longa, no qual o auditor inclui detalhes dos itens constantes das demonstrações financeiras e a descrição pormenorizada do exame efectuado às contas, abrangendo também situações que apesar de não se mostrarem materialmente relevantes, no entendimento do auditor, deverão ser dados a conhecer à administração da empresa; e

O RFU - documento emitido na qualidade de Fiscal Único, resultante da sua acção fiscalizadora.

- No segundo ponto apresenta-se a entidade a auditar, nomeadamente, o negócio da empresa, a análise de informação sobre a estrutura organizativa, os serviços e produtos comercializados, a posição da empresa no mercado e perspectivas de evolução. Apresentam-se, também, os aspectos relacionados com o processo contabilístico, para se perceber o fluxo de informação contabilística e a sua influência na prestação das contas.
- Numa terceira parte, efectua-se a revisão analítica global, através da análise do balanço, da demonstração dos resultados e de alguns rácios. Esta análise é realizada com dados até Junho de 2008, sendo feita com a finalidade de se identificar a situação económico-financeira da empresa, a qual se caracteriza como estável.
- Com base no conhecimento prévio do SCI, é efectuada uma avaliação preliminar ao CI. Posteriormente, aquando da actualização do CI, se houver alterações às conclusões retiradas da avaliação preliminar, esta apreciação será alterada, o que neste caso, não se veio a verificar, dado que se concluiu continuar a privilegiar a análise substantiva em detrimento dos testes de conformidade. Posto isto, é preparado o cronograma do trabalho de auditoria às contas do exercício de 2008.
- Na fase seguinte, é analisado o risco global de auditoria, mediante a execução de um questionário para avaliação do mesmo (*M.T. XI.II.1*). Este questionário levou à consideração de um risco global Baixo, de acordo com os aspectos relacionados com:

- A gestão;
- O negócio;
- Financeiros e contabilísticos;
- O sistema de informação;
- O trabalho de auditoria;
- Transacções não usuais;
- Factores externos.

São depois examinados especificamente, os seguintes riscos:

- Risco de Negócio

O risco de negócio da empresa está relacionado com a concorrência do sector. A “Metalúrgica, SA”, é uma das empresas líderes de mercado local e tem acompanhado relativamente bem a concorrência. O risco de negócio da empresa foi considerado como Baixo.

- Risco de Fraude

Tendo por base a experiência dos auditores adquirida ao longo dos anos e, nomeadamente, pelas respostas registadas no questionário de avaliação do risco de fraude (*M.T. XI.11.3*), este foi considerado como Baixo.

- Risco Inerente

O risco inerente é a susceptibilidade de um saldo ou uma classe de transacções conter uma distorção materialmente relevante, individualmente ou agregada com outras, assumindo que não existem os respectivos controlos internos. É um risco que não é controlado pelo auditor, pois depende de vários factores (macroeconómicos, indústria, entidade) a que a actividade da empresa está sujeita, e da caracterização das Demonstrações Financeiras da entidade (contas que requerem julgamento, estimativas, operações complexas, tipo de activos). No caso presente, o risco inerente da “Metalúrgica, SA” foi considerado como Médio.

- Risco de Controlo

O risco de controlo é a susceptibilidade de uma distorção, que possa ocorrer num saldo de conta ou numa classe de transacções e que possa ser materialmente relevante, considerada individualmente ou quando agregada com distorções em outros saldos ou classes, não vir a ser prevenida ou detectada e corrigida atempadamente pelo sistema de controlo interno.

- Risco por áreas

Apresentam-se, em anexo, os mapas elaborados, respeitantes à descrição da confiança no controlo interno, ao risco de controlo por áreas e ao risco efectivo de cada área das Demonstrações Financeiras (*M.T. 3.02 e M.T. 3.03*).

Fruto do conhecimento do SCI de anos anteriores, das actualizações efectuadas e do questionário para avaliação do risco sectorial da área de existências (*M.T. 11.00S0*), considera-se que tanto o risco de controlo, como o risco global na área em análise é na sua generalidade Alto.

O fluxograma seguinte³ expõe, de forma sucinta, a ligação entre o risco inerente, de controlo e de detecção, e a sua relação com o risco de auditoria.



Figura 1 - Risco de auditoria

- A revisão analítica preliminar, tal como demonstra o *M.T. 3.04*, considera-se, na sua globalidade e em grande parte das áreas, limitada, dado que não permite, por si só, obter conclusões finais e definitivas sobre as áreas nas demonstrações financeiras, mas apenas detectar variações significativas, que levam a uma maior análise e intensificação do trabalho do auditor, nas contas em que ocorram essas flutuações.

³ Consultado e retirado em 16 de Outubro de 2009 de: http://www.thinkfn.com/wikibolsa/Imagem:Flowchart-analise_de_risco_de_auditoria.JPG

▪ Posteriormente, é definido um nível de materialidade, que servirá de base à execução dos testes substantivos e permitirá determinar o valor limite de erro tolerável. O auditor considera que, até este limite tolerável, o erro ou omissão da informação financeira não influencia as decisões dos possíveis utilizadores da mesma, quer em termos individuais ou agregados. Nas situações em que este limite seja ultrapassado, as decisões dos utentes da informação financeira são influenciadas e, nesse caso, originará uma reserva na CLC. Visto que se trata de uma empresa industrial, o nível de materialidade considerado é o correspondente a 2% do activo líquido do ano de 2007, ou seja, é de 130.000 euros (**M.T. XI.9**).

▪ Depois dos pontos anteriores finalizados, pode então proceder-se ao preenchimento da matriz de materialidade e risco, de forma a que o trabalho incida principalmente nas áreas de maior materialidade e maior risco, pois são essas que mais facilmente podem contribuir para que as demonstrações financeiras não evidenciem uma imagem verdadeira e apropriada.

Pode verificar-se pela matriz, que a área de existências foi definida com materialidade e risco “Alto”. Mediante esta matriz e as demais situações que mereceram chamadas de atenção no ano anterior, são descritos os aspectos relevantes a ter em conta para a auditoria ao exercício de 2008.

▪ Da conjugação destes critérios de análise, resultou o quadro de estratégia final (**M.T. 3.05**). Este mapa refere-se, área a área, à distribuição em termos de procedimentos relevantes, subdivididos em:

- Procedimentos de Controlo;
- Procedimentos substantivos e revisão analítica;
- Outros procedimentos substantivos.

2. Disponibilidades

2.1. Aspectos contabilísticos

As contas desta classe representam as disponibilidades imediatas e as aplicações tesouraria de curto prazo.

Relativamente à valorimetria a aplicar às disponibilidades, o capítulo 5 do POC, dispõe:

5.1.1. As disponibilidades em moeda estrangeira são expressas no balanço do final do exercício ao câmbio em vigor nessa data.

As diferenças de câmbio apuradas são contabilizadas nas contas 685 «Custos e perdas financeiros - Diferenças de câmbio desfavoráveis» ou 785 «Proveitos e ganhos financeiros - Diferenças de câmbio favoráveis».

5.1.2. Relativamente a cada um dos elementos específicos dos títulos negociáveis e das outras aplicações de tesouraria, serão utilizados os critérios definidos para as existências, na medida em que lhes sejam aplicáveis.

Para o cálculo das diferenças de câmbio deverão ser utilizados os câmbios de compra das moeda ou cheques, uma vez que é esse o valor realizável líquido para a empresa. Deve ser anexado ao documento do registo contabilístico, a tabela de câmbios utilizados.

11 – Caixa:

Representado por meios de pagamento, como notas e moedas, e deve caracterizar-se por funcionar em sistema de fundo fixo, sendo de excluir:

- Cheques pré-datados e devolvidos (devem ser registados em “Clientes”)
- Vales de caixa (registar em “Outros Devedores e Credores”)
- Documentos de despesas (registar nas respectivas contas de gastos)

12 – Depósitos à Ordem:

Representado por meios de pagamento existentes em contas à vista nas instituições de crédito.

Os extractos da contabilidade e do banco devem ser alvo de reconciliação. As contas de depósitos à ordem com saldos credores, devem ser apresentadas no balanço como dívidas a instituições de crédito, verificando assim a não compensação de saldos. Os juros obtidos são creditados na conta de proveitos financeiros, sendo debitada a respectiva

conta de depósitos e a conta de “Estado e Outros Entes Públicos” pela retenção na fonte efectuada.

2.2. Objectivos de auditoria a atingir

Na área de disponibilidades, o auditor deve confirmar se:

- Os procedimentos contabilísticos e as medidas de controlo interno relacionados com as disponibilidades são adequados e estão, de facto, a ser aplicados.
- O saldo da conta caixa apresentado no balanço representa apenas numerário ou meios líquidos de pagamento equivalentes, de propriedade da empresa.
- Os saldos das contas de depósitos bancários apresentados no balanço representam efectivamente meios de pagamento existentes nas instituições de crédito em nome da empresa e os mesmos estão adequadamente classificados no balanço.
- Todas as informações pertinentes estão adequadamente divulgadas no anexo ao balanço e à demonstração dos resultados.

2.3. Procedimentos e trabalho efectuado

Na “Metalúrgica, SA”, esta classe engloba:

11 – Caixa: 1.608,69 €

12 – Depósitos à Ordem: 452.273,02 €

Os procedimentos de auditoria, visam alcançar os objectivos inicialmente propostos. Assim, todos os procedimentos efectuados nesta área, aquando da auditoria às contas do exercício de 2008 da “Metalúrgica, SA”, encontram-se a seguir sintetizados:

- Foram revistas as políticas contabilísticas adoptadas pela empresa e o seu sistema de controlo interno. Procedeu-se também à actualização da respectiva pasta de Arquivo Permanente.

- Foi efectuada inspecção física ao saldo de caixa no final do dia a que se referem as demonstrações financeiras e foi preenchida a folha de decomposição do mesmo.
- Foi efectuada a circularização aos bancos de forma a validar os saldos de depósitos à ordem. Foram confrontadas as respostas obtidas com os saldos inscritos nas reconciliações bancárias e com o saldo do razão. As reconciliações bancárias foram alvo de verificação e efectuado o somatório de cada movimento pendente. Foi realizado, ainda, o teste de seguimento aos itens pendentes nas reconciliações, através da confirmação, no período subsequente, de todos os movimentos pendentes à data das demonstrações financeiras.
- Foi testada e confirmada a adequação da mensuração dos saldos das contas originariamente expressos em moeda estrangeira, nomeadamente de duas contas caixa, uma em *rublos russos* (RUR) e outra em *forintes húngaros* (HUF).
- No que diz respeito à especialização, testou-se a contabilização dos juros relativos aos saldos das diversas contas à ordem que vencem juros.

2.4. Conclusões

Após a realização dos procedimentos necessários à comprovação da classe de disponibilidades, pôde concluir-se que:

- Após assistência às contagens físicas do caixa, em 31 de Dezembro de 2008, verificou-se coincidência entre a folha de caixa, balancete e balanço.
- Não foi obtida resposta de todos os bancos no processo de circularizações efectuado. Assim, relativamente aos saldos do banco BPI, foram efectuados procedimentos alternativos de confirmação de saldos⁴.
- Foram testadas as operações aritméticas e foi verificada a regularização dos itens pendentes mais significativos das reconciliações bancárias obtidas no final do ano, sendo o

⁴ Referido no ponto 5.1 do RAFE – M.T. 7.01.2

resultado plenamente satisfatório. De realçar o facto das reconciliações bancárias terem sido elaboradas mensalmente, durante todo o exercício de 2008.

- Das três contas à ordem que vencem juros, nenhuma reflectia diferenças na especialização e reconhecimento dos mesmos.

3. Compras, Pessoal e Dívidas a pagar

3.1. Aspectos contabilísticos

As dívidas a pagar encontram-se registadas na classe de terceiros, incluindo contas como: “Fornecedores”, “Estado e Outros Entes Públicos” e “Outros Credores”.

Os elementos do activo e do passivo devem ser valorizados separadamente⁵, pelo que deste princípio da não compensação de saldos ressalta que, os saldos devedores desta área, devem ser apresentados no activo.

31 - Compras:

Rubrica destinada a registar: *o custo das aquisições de matérias-primas e de bens aprovisionáveis destinados a consumo ou venda.⁶*

Esta conta salda-se por débito das contas de existências, sendo no inventário permanente, após cada compra, enquanto que no inventário intermitente, salda-se no final do exercício.

22 - Fornecedores:

A conta “Fornecedores” regista os movimentos com os vendedores de bens e de serviços, com excepção dos destinados ao imobilizado, que são registados na conta “261 - Fornecedores de Imobilizado”.

Os débitos podem ser classificados de curto prazo, caso sejam vencíveis dentro de um ano, e de médio e longo prazo, caso se vençam num período superior a um ano.

Quanto aos critérios valorimétricos a utilizar nesta conta, excepto quando haja acordado um câmbio fixo ou garantido por uma terceira entidade, as dívidas em moeda estrangeira deverão ser actualizadas no final de cada período contabilístico e as diferenças de câmbio resultantes dessa actualização, deverão ser registadas nas contas “685 – Diferenças de Câmbio Desfavoráveis” ou “785 – Diferenças de Câmbio Favoráveis”, a

⁵ Alínea e), art. 31º da 4ª Directiva da CEE

⁶ Capítulo 12 – Notas Explicativas do POC

menos que, nas dívidas a médio e longo prazo e no caso de diferenças de câmbio positivas, a variação cambial revele uma tendência de reversibilidade.

24 - Estado e Outros Entes Públicos:

Tal como descreve o POC: *nesta conta registam-se as relações com o Estado, autarquias locais e outros entes públicos que tenham características de impostos e taxas.*⁷

A rubrica “Estado e Outros Entes Públicos” caracteriza-se por dizer respeito a transacções não correntes, e engloba:

241 – Imposto sobre o rendimento:

Esta conta pode ter saldo devedor ou credor, dado que não tem nenhuma natureza específica:

- Debita-se pelos pagamentos efectuados e pelas retenções na fonte, de que foram sujeitos alguns dos rendimentos da empresa.
- Credita-se, no final de cada período, pela quantia do imposto a imputar ao exercício, calculada com base na matéria colectável estimada. Como contrapartida, neste registo contabilístico, debita-se a “86 - Imposto sobre o rendimento do exercício”.

Para regularizar o excesso ou a insuficiência de estimativa, quando existem diferenças entre a estimativa feita em 31 de Dezembro e o IRC e derrama liquidados, as mesmas registam-se na “7981 – Excesso de estimativa para impostos” ou na “6981 – Insuficiência de estimativa para impostos”. Esta forma de tratamento contabilístico designa-se por “Método do imposto a pagar”. A DC n.º 28 descreve outra forma de contabilização, pela utilização dos impostos diferidos, o que pressupõe o reconhecimento dos efeitos tributários das diferenças temporárias.

242 – Retenção de impostos sobre rendimentos:

Movimenta-se a crédito, pelo imposto que tenha sido retido na fonte, relativamente a rendimentos pagos a sujeitos passivos de IRC ou de IRS. O saldo das respectivas

⁷ Capítulo 12 – Notas Explicativas do POC

subcontas deverá corresponder às retenções efectuadas em Dezembro e a pagar até ao dia 20 de Janeiro seguinte.

243 – Imposto sobre o valor acrescentado:

Os movimentos desta conta respeitam a situações decorrentes da aplicação do CIVA. O saldo a 31 de Dezembro deve respeitar, no caso de IVA a pagar, aos últimos dois meses do ano. O saldo, caso seja devedor, indica que a empresa tem IVA a recuperar ou a ser reembolsado.

245 – Contribuições para a Segurança Social:

O saldo deve corresponder aos encargos patronais e descontos efectuados em relação aos ordenados, salários e subsídios pagos ou colocados à disposição, do pessoal, em Dezembro.

26 - Outros Devedores e Credores:

Diz respeito a dívidas a receber ou a pagar e engloba movimentos registados em subcontas como:

261 – Fornecedores de imobilizado:

Regista os movimentos com vendedores de bens e serviços com destino ao activo imobilizado da empresa.

262 – Pessoal:

Esta conta refere-se às operações com o pessoal dos quadros da empresa, movimentando-se, por exemplo, pelo processamento dos ordenados e pelo pagamento dos mesmos.

268 – Devedores e credores diversos:

Subconta que respeita a outras operações relativas a dívidas de e a terceiros que não sejam de classificar noutras contas.

3.2. Objectivos de auditoria a atingir

A área “Compras de bens e serviços, pessoal e dívidas a pagar” corresponde à área de auditoria na qual as contas dos fornecedores estão implícitas. Posto isto, o trabalho do auditor efectuado nesta área, teve em vista determinados objectivos, tais como:

- Verificar se os procedimentos contabilísticos e as medidas de controlo interno relacionados com as compras de bens e serviços, com os custos com o pessoal e com as dívidas a pagar são adequados e se estão, de facto, a ser aplicados.
- Confirmar se as compras de bens e serviços e os custos com o pessoal foram adequadamente registadas, estão relacionados com a actividade da empresa, dizem respeito ao período em análise e estão adequadamente apresentados na demonstração financeiras.
- Aferir se todas as responsabilidades significativas existentes ou incorridas à data, ou até à data a que se refere o balanço estão mensuradas, registadas e classificadas no mesmo, pelos valores apropriados.
- Todas as informações pertinentes estão adequadamente divulgadas no anexo ao balanço e à demonstração dos resultados.

3.3. Procedimentos e trabalho efectuado

As transacções correntes e não correntes associadas a esta área, no presente caso prático, englobam:

31 - Compras: 5.410.056,50 €

221 – Fornecedores conta corrente: 905.902,06 €

24 - Estado e outros entes públicos:

241 – Imposto sobre o rendimento: 117.670,49 € (Sádo credor)

242 – Retenção de impostos sobre rendimentos: 10.725,8 €

243 – Imposto sobre o valor acrescentado: 201.717,35 € (Saldo devedor)

245 – Contribuições para a Segurança Social: 32.228,05 €

26 - Outros devedores e credores:

261 – Fornecedores de imobilizado: 101.012,61 €

262 – Pessoal: 132,15 € (Saldo devedor)

268 – Devedores e Credores diversos: 13.967,35 € (Saldo devedor)

No trabalho de auditoria à conta “**Compras**” foram efectuados os seguintes procedimentos:

- Efectuadas análises de revisão analítica das compras, através da comparação com o ano anterior. Foram investigadas flutuações não usuais, verificadas através de análise referida, verificando a documentação respectiva (notas de encomenda, facturas, comprovativos de pagamentos, etc...) e obtendo esclarecimentos verbais.
- Foi realizado o teste de conformidade na área das compras e dívidas a pagar.
- Também foram analisadas algumas facturas de compra aquando do teste à valorização do inventário das matérias-primas e mercadorias, tal como se pode verificar na área de “Existências e CMVMC”.

Ao nível do trabalho efectuado nos “**Custos com pessoal**”:

- Foram efectuadas análises de revisão analítica, através da comparação com o ano anterior, dos custos com pessoal. Foram verificadas as variações mais significativas e obtidos os esclarecimentos e justificações devidas.
- Foi também realizado o teste à razoabilidade do custo anual com o pessoal, partindo de uma análise mensal a um processamento, no caso ao mês de Maio, tendo sido justificado o desvio determinado.

Os procedimentos tidos em conta, na auditoria aos “**Fornecedores**” e “**Outros Devedores e Credores**” foram:

- Revisão das políticas contabilísticas adoptadas pela empresa e do seu sistema de controlo interno. Actualizado o Arquivo Permanente.
- Obtidos os balancetes de fornecedores datados de 31 de Outubro. Posteriormente foi verificado se estão adequadamente elaborados e se existem saldos invulgaes como, por exemplo, saldos devedores ou contas que não representem valores a pagar.
- Efectuados procedimentos de confirmação de saldos, com referência a 31 de Outubro:
 - Solicitados segundos pedidos para os fornecedores e para outros devedores e credores que não responderam;
 - Confrontadas as respostas obtidas com os registos contabilísticos;
 - Relativamente às respostas concordantes, foram verificadas as cartas dos terceiros devidamente assinadas e foi decomposto o extracto contabilístico das mesmas, a 31 de Dezembro;
 - Relativamente às respostas discordantes, foram obtidas as respectivas reconciliações de saldos e testada a adequação dos itens de reconciliação. Posteriormente, procedeu-se à decomposição dos saldos a 31 de Dezembro;
 - Relativamente aos terceiros que não responderam, foi obtida a decomposição dos respectivos saldos e:
 - no que se refere às facturas entretanto pagas: examinados os pagamentos subsequentes;
 - no que se refere às facturas por pagar: analisado o respectivo processo de compra (ordem de compra, guia de remessa do fornecedor quando existente) dando especial atenção às datas dos referidos documentos.
 - Foram resumidos, no respectivo papel de trabalho, os resultados dos procedimentos de confirmação.
- Verificada a antiguidade de saldos devedores da conta “Outros Devedores e Credores”.
- Não foi efectuada qualquer análise às letras a pagar, visto não existirem à data de 31 de Dezembro de 2008. Também não existiam saldos de dívidas a pagar a terceiros estrangeiros, expressos em moeda estrangeira.

- Identificadas as notas de crédito recebidas entre o final do ano e o momento de “fecho” do trabalho de campo da auditoria. Verificou-se ainda se estas se referem a compras efectuadas antes de 2009.
- Efectuada e comprovada a divisão temporal entre o curto e o médio e longo prazo das locações financeiras e testada a especialização dos juros de todos esses contratos de leasing existentes na empresa.
- Obtidos os saldos para balanço, conjugando os saldos devedores da conta “Outros Devedores e Credores” e da conta “Fornecedores”. Por outro lado, foram conjugados também os saldos credores da conta “Outros Devedores e Credores” com os saldos credores da conta “Clientes”.

Durante o ano de 2008, foi efectuado um conjunto de procedimentos, para a possível validação da conta “**Estado e Outros Entes Públicos**”:

- Foram revistas as políticas contabilísticas adoptadas pela empresa e o seu sistema de controlo interno. Actualizado também o respectivo Arquivo Permanente.
- Foram obtidas certidões junto do Serviço de Finanças e Centro Regional da Segurança Social, de onde consta a situação contributiva da empresa.
- Como não existem processos em curso por alegado incumprimento das disposições legais, nem qualquer acordo celebrado no caso de dívidas negociadas, quer com a Administração Fiscal, quer com a Segurança Social, não foi necessário investigar nem efectuar qualquer procedimento.
- Verificou-se também se os pagamentos por conta e especial por conta de IRC são devidos, se foram bem calculados e pagos.

- Foi verificada a contabilização da estimativa para imposto sobre o rendimento, após análise cuidada de todo o processo de contas a submeter à DGCI, nomeadamente Modelo 22.
- Foi confirmado se a empresa possui:
 - As declarações relativas ao agregado familiar dos seus empregados;
 - Os registos individuais de remunerações e retenções, tal como obriga o disposto no Artigo 119.º do CIRS.
 - Confirmação do número de contribuinte dos fornecedores e clientes intracomunitários.
- Na empresa, foi consultada via on-line, a sua situação tributária, dívidas, declarações em falta, etc.
- No que respeita às retenções efectuadas a terceiros, foi reconstituída a respectiva base tributável, nomeadamente, no caso de trabalho independente e comissões. Foi tido em atenção o pagamento de serviços a não residentes e obtida cópia do atestado de residência fiscal, no caso em que não se efectuaram retenções.
- Relativamente às retenções efectuadas por terceiros, reconstitui-se a base de tributação, nomeadamente no caso de juros de depósitos bancários.
- Foi efectuada, também, uma análise trimestral ao IVA, com referência aos meses de Abril, Maio e Junho do exercício de 2008. Este trabalho teve por base a reconstituição das respectivas bases tributáveis e a verificação de eventuais diferenças entre a contabilidade e as declarações periódicas.
- Foram testados os descontos e encargos patronais com a Segurança Social, relativos aos processamentos de Maio e Dezembro.

- Verificou-se se os saldos de impostos retidos, IVA, Segurança Social e imposto de selo estão correctamente calculados e registados, se dizem respeito aos períodos de imposto respectivos e se os pagamentos foram efectuados nas respectivas datas.

3.4. Conclusões

Na presente área, de registar que:

- Se efectuou o teste à razoabilidade do custo anual com o pessoal, partindo de uma análise mensal ao processamento de Maio de 2008. O desvio detectado correspondia a 3,25%, o que se traduz num valor de custos com pessoal, em Maio, superior à média mensal do ano. Este desvio resultou do facto dos custos com pessoal terem sido superiores desde Maio, altura em que a empresa começou a recorrer menos a subcontratos e mais ao pessoal da empresa.
- Após efectuado o trabalho de análise dos fornecedores circularizados, de assinalar as seguintes situações:
 - Da comparação entre a contabilidade e a gestão de contas correntes, não foram detectadas diferenças.
 - Não houve lugar a actualizações cambiais a 31 de Dezembro de 2008, pois todos os fornecedores facturam em euros.
- Efectuado, também, o trabalho de análise dos “Outros Devedores e Credores” circularizados, não foram detectadas situações a assinalar.
- A administração não nos deu a conhecer a existência de qualquer advogado, atendendo ao facto de não existirem processos envolvendo a empresa⁸.
- Da análise das notas de crédito no período subsequente, constatou-se que não existiam valores relativos a 2008 contabilizados erradamente noutro exercício. Aquando da análise das notas de crédito de fornecedores no período subsequente de 2007, verificou-se a existência de descontos relativos ao exercício de 2007, registados erradamente em 2008,

⁸ Referido no ponto 5.8 do RAFE – M.T. 7.01.2

que ascendiam a cerca de 1.463,02 euros, pelo que se encontravam subavaliados os capitais próprios de 2007 e sobreavaliado o resultado de 2008.

- Verificada a antiguidade de saldos devedores da conta “Outros Devedores e Credores”, concluiu-se que não existem verbas a incluir na insuficiência de ajustamentos.
- Devidamente apresentada a divisão temporal dos saldos credores relativos às dívidas originadas pelos contratos de leasing.
- Verificada a não compensação de saldos em contas de terceiros.
- O valor apresentado no balanço em 2008, conferia com os registos contabilísticos analisados.
- As dívidas a fornecedores e a outros devedores e credores estavam adequadamente apresentadas e divulgadas nas demonstrações financeiras em todos os aspectos materialmente relevantes.
- Foi obtida a certidão das Finanças e da Segurança Social, atestando a inexistência de dívidas.
- Foi analisada a estimativa de IRC do exercício, não tendo sido detectadas diferenças dignas de registo.
- Verificado o cumprimento das obrigações fiscais por parte da empresa, importa referir que, relativamente às retenções referentes a trabalho independente efectuadas pela empresa, o balancete não permitia efectuar o teste às bases para retenção, sendo ainda de referir que pela análise do extracto da conta de retenções não se verificaram atrasos nas entregas ao Estado.

- Do teste efectuado ao IVA, relativo aos três meses do segundo trimestre do ano, não existiam diferenças significativas a assinalar. As declarações foram enviadas e liquidadas atempadamente.
- Após testados os encargos com a Segurança Social do mês de Maio e Dezembro, verificou-se que não existiam situações anómalas a assinalar. Os pagamentos foram efectuados dentro do prazo.
- Foram verificados os pagamentos de todos saldos para com o Estado, em débito a 31 de Dezembro de 2008, através da respectiva guia e débito no extracto bancário.
- Pelos testes efectuados podemos concluir que todos os débitos e créditos para com o Estado, eram devidos e encontravam-se correctamente evidenciadas e divulgados nas demonstrações financeiras.

4. Vendas, Prestações de serviços e Dívidas a receber (Clientes)

4.1. Aspectos contabilísticos

Esta área engloba as seguintes contas:

71 - Vendas:

Representadas pela facturação, devem ser deduzidas do IVA e de outros impostos e incidências nos casos em que nela estejam incluídos.⁹

72 - Prestações de Serviços:

São trabalhos ou serviços prestados a clientes, próprios do objecto da empresa.

21 - Clientes:

As dívidas a receber de clientes resultam da facturação efectuada a crédito no decurso da actividade operacional de uma entidade, reflectindo as operações com os compradores.

Os créditos podem ser classificados de curto prazo, caso sejam vencíveis dentro de um ano, e de médio e longo prazo, caso sejam vencíveis depois de um ano.

Relativamente à valorimetria a aplicar nesta rubrica, excepto quando haja acordado um câmbio fixo ou garantido por uma terceira entidade, as dívidas em moeda estrangeira deverão ser actualizadas no final de cada período contabilístico e as diferenças de câmbio resultantes dessa actualização, deverão ser registadas nas contas “685 – Diferenças de Câmbio Desfavoráveis” ou “785 – Diferenças de Câmbio Favoráveis”, a menos que nas dívidas de médio e longo prazo e no caso das diferenças favoráveis, a variação cambial revele uma tendência de reversibilidade.

Resumidamente, na conta clientes podem existir:

211 – Clientes conta corrente:

⁹ Capítulo 12 – Notas Explicativas do POC

Serve para registar as dívidas de clientes provenientes da facturação efectuada para os mesmos e correspondentes abatimentos dessas dívidas.

*Os elementos do activo e do passivo devem ser valorizados separadamente*¹⁰, pelo que deste princípio da não compensação de saldos, ressalta que, os saldos credores devem ser apresentados no passivo.

Devem pedir-se extractos aos clientes a fim de se conferirem as contas.

215 – Clientes – Cheques pré-datados:

Inclui as dívidas de clientes que estejam representadas por cheques pré-datados ainda não vencidos.

218 – Clientes de cobrança duvidosa, e

Relacionada com esta subconta, existe a conta:

28 - Ajustamentos de dívidas a receber:

A conta de ajustamentos de dívidas a receber,

*destina-se a fazer face aos riscos da cobrança das dívidas de terceiros. Os ajustamentos serão efectuados através da conta '666 - Ajustamentos de dívidas a receber', sendo reduzidos ou anulados através da conta '7722 - Reversões de ajustamentos de dívidas de terceiros', quando deixarem de existir as situações que os originaram.*¹¹

Os ajustamentos para créditos de cobrança duvidosa, para serem aceites fiscalmente, obrigam a que se observem os seguintes requisitos:

- O registo individual dos clientes na conta “218 - Clientes de Cobrança Duvidosa” ou, em alternativa, a sua discriminação no anexo ao balanço e à demonstração dos resultados.
- Que os créditos resultem da actividade normal da empresa.
- Que existam provas de terem sido efectuadas diligências para o recebimento das dívidas (ex. envio periódico de cartas registadas ou de outros meios a solicitar o pagamento).

¹⁰ Alínea e), art. 31º da 4ª Directiva da CEE

¹¹ Capítulo 12 – Notas Explicativas do POC

- Se estiver pendente um “Processo Especial de Recuperação de Empresa e Protecção de Credores” ou um “Processo de Execução, Falência ou Insolvência”, terá de estar comprovado com Certidão do Tribunal.
- No caso dos créditos reclamados judicialmente, terá de se obter, também, a comprovação através de Certidão do Tribunal.

O montante anual acumulado do ajustamento derivado de créditos em mora, fiscalmente, não poderá ser superior às percentagens descritas no n.º2 do artigo 35º do CIRC.

4.2. Objectivos de auditoria a atingir

Os objectivos a alcançar para esta área de auditoria passam por verificar se:

- Os procedimentos contabilísticos e as medidas de controlo interno relacionados com as vendas, prestações de serviços e dívidas a receber são adequados e se estão, de facto, a ser aplicados.
- O valor das vendas e das prestações de serviços respeita ao período e:
 - a) não está sobreavaliado, através de créditos ilegítimos por via de vendas não efectuadas ou serviços não prestados, mercadorias não expedidas ou falsa facturação;
 - b) não está subavaliado, devido a vendas efectuadas ou serviços prestados no exercício mas diferidos para o exercício seguinte.
- Os descontos, abatimentos, devoluções ou outras deduções a vendas ou prestações de serviços, estão adequadamente apresentados nas demonstrações financeiras.
- As dívidas a receber apresentadas no balanço representam efectivamente créditos legítimos da empresa sobre terceiros.
- Tais créditos estão apropriadamente valorizados e classificados no balanço.

- Os saldos das contas de ajustamentos para dívidas de cobrança duvidosa são adequados, de forma a cobrir possíveis prejuízos resultantes de contas incobráveis.
- Todas as informações pertinentes estão adequadamente divulgadas no anexo ao balanço e à demonstração dos resultados.

4.3. Procedimentos e trabalho efectuado

Na “Metalúrgica, SA”, os saldos são:

71 - Vendas: 9.927.911,26 €

72 - Prestações de Serviços: 5.326,39 €

21 - Clientes:

211 – Clientes conta corrente: 1.453.584,16 €

215 – Clientes – Cheques pré-datados: 191.918,99 €

218 – Clientes de cobrança duvidosa: 44.084,41 €

28 - Ajustamentos de dívidas a receber: 43.609,28 €

No trabalho de auditoria à conta de “**Vendas e Prestações de serviços**” foram efectuados os seguintes procedimentos:

- Efectuada análise mensal das vendas e prestações de serviços comparativamente com o ano anterior. Foram investigadas flutuações não usuais, verificadas através de análise referida, detalhando documentação respectiva (notas de encomenda, facturas, guias de remessa, talões de depósitos relativos a recebimentos, etc...) e obtendo esclarecimentos verbais.
- Foi realizado o teste de conformidade na área das vendas e contas a receber.
- Também foram analisadas, detalhadamente, as vendas por produtos e por mercado, comparativamente com o ano anterior.

Na auditoria à conta de “**Clientes**”:

- Foram revistas as políticas contabilísticas adoptadas pela empresa e o seu sistema de controlo interno.

- Através do balancete de clientes em 31 de Outubro, foi testada a forma como o mesmo estava elaborado e investigados os saldos invulgares. Foi depois emitido um relatório preliminar, sobre os ajustamentos para dívidas de cobrança duvidosa.

Esse relatório resultou do seguinte trabalho:

- Através da listagem da antiguidade dos saldos, foram identificados os clientes com problemas de cobranças;

- Depois foram debatidos os problemas de cobranças com os responsáveis da empresa;

- Foram, posteriormente, revistas as cobranças subsequentes relativamente aos saldos em análise.

- Efectuados procedimentos de confirmação positiva de saldos, com referência a 31 de Outubro. Esses procedimentos passaram por:

- Solicitar segundos pedidos para os clientes que não responderam;
- Confrontar as respostas obtidas com os registos contabilísticos;
- Relativamente às respostas concordantes, foi verificado se as cartas dos clientes estavam devidamente assinadas e decomposto o extracto contabilístico das mesmas, a 31 de Dezembro;

- Relativamente às respostas discordantes, obtidas as respectivas reconciliações de saldos e testada a adequação dos itens de reconciliação. Posteriormente, procedeu-se à decomposição dos saldos a 31 de Dezembro;

- Relativamente aos clientes que não responderam:
 - no que se refere às facturas entretanto pagas, foram examinados os pagamentos subsequentes, através da análise dos talões de depósito;

- no que se refere às facturas por pagar, foi analisado o respectivo processo de venda (ordem de compra do cliente, guia de remessa e talão destacável da guia de remessa com indicação de que a mercadoria foi recepcionada) tendo sido dada especial atenção às datas dos respectivos documentos.

- Foram resumidos os resultados dos procedimentos de confirmação.

- Verificadas as notas de crédito emitidas entre 31 de Dezembro de 2008 e o momento de “fecho” do trabalho de campo da auditoria.
- Tendo por base o trabalho preparatório dos ajustamentos efectuados com referência ao mês de Outubro, foi obtido do cliente um balancete por antiguidade de saldos com referência ao mês de Dezembro. Verificou-se se a gestão de terceiros coincide com a contabilidade.
- Foi avaliada a suficiência dos ajustamentos para dívidas de cobrança duvidosa e verificado o cumprimento dos requisitos a nível fiscal. Procedeu-se a análise da evolução do saldo dos ajustamentos para dívidas de cobrança duvidosa.
- Visto que não existiam letras a receber, nem é política da empresa utilizar tal forma de recebimento, não foi realizado nenhum procedimento relacionado com esta situação.
- Também não foi efectuado qualquer trabalho relativamente a contas de clientes expressas em moeda estrangeira, dado que não existiam.

4.4. Conclusões

Do exame efectuado a esta área, concluiu-se que:

- O volume de negócios registou um acréscimo de 2,13%, o qual se justifica pelo facto da empresa ter aumentado a sua quota no mercado externo. Deste modo, constatou-se o aumento das vendas para o mercado extra-comunitário, que passaram a representar cerca de 23% do volume de negócios, face aos cerca de 13% registados no exercício de 2007.
- Da análise do processo de circularizações não existiam situações dignas de registo.

- Das respostas não obtidas, foram comprovados os saldos de clientes através de procedimentos alternativos. No entanto, de referir que foi obtido um baixo índice de respostas, no processo de circularização de saldos¹².
- As contas de clientes englobavam um saldo de 44.257,32 euros (51.999,17 euros em 2007), cuja cobrança se tem revelado problemática, não estando, na totalidade, identificados na contabilidade como tal. Estes clientes apenas estavam cobertos por um ajustamento para dívidas a receber no montante de 43.609,28 euros (48.370,98 euros em 2007). Encontravam-se assim sobreavaliados os capitais próprios e os resultados transitados em 3.628,19 euros e 648,04 euros respectivamente, encontrando-se o resultado líquido do exercício subavaliado em 2.980,15 euros¹³.
- Após análise da decomposição da conta de “clientes - cheques pré datados”, verificou-se, no período subsequente, o efectivo depósito dos valores mais significativos que compunham o saldo a 31 de Dezembro de 2008.
- Analisadas as notas de crédito, não se verificaram créditos em 2009, referentes a vendas de 2008, e vice-versa.
- O valor apresentado no balanço no final do ano, conferia com os registos contabilísticos analisados e o total da facturação registada na aplicação de gestão, conferia com o total das vendas, na contabilidade.

Sendo assim, concluiu-se que as vendas e dívidas de clientes estavam adequadamente apresentadas e divulgadas nas demonstrações financeiras, excepto o facto do ajustamento para dívidas a receber ser insuficiente.

¹² Referido no ponto 5.3 do RAFE – M.T. 7.01.2

¹³ Referido no ponto 5.2 do RAFE – M.T. 7.01.2

5. Acréscimos e Diferimentos

5.1. Aspectos contabilísticos

Segundo o POC, *esta conta destina-se a permitir o registo dos custos e dos proveitos nos exercícios a que respeitam.*¹⁴

Pode assim dizer-se que a utilização desta conta está directamente relacionada com o princípio da especialização dos exercícios:

*Os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento, devendo incluir-se nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitam.*¹⁵

Assim, pode dizer-se que a conta “Acréscimos e Diferimentos” serve para atribuir a cada exercício económico, os respectivos consumos e utilizações de bens e serviços (gastos) e as correspondentes produções de bens e serviços (proveitos), independentemente da sua aquisição/venda ou pagamento/recebimentos.

Descriminando as subcontas:

271 – Acréscimos de proveitos:

*Esta conta serve de contrapartida aos proveitos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja receita só venha a obter-se em exercício ou exercícios posteriores.*¹⁶

272 – Custos Diferidos:

*Compreende os custos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes. A quota-parte dos diferimentos incluídos nesta conta que for atribuída a cada exercício irá afectar directamente a respectiva conta de custos.*¹⁷

273 – Acréscimos de custos:

Utilizada como contrapartida do registo dos custos a reconhecer no próprio exercício, cuja despesa só vem a ocorrer no(s) exercício(s) seguinte(s).

¹⁴ Capítulo 12 – Notas Explicativas do POC

¹⁵ Capítulo 4 – Princípios contabilísticos – alínea c); do POC

¹⁶ Capítulo 12 – Notas Explicativas do POC

¹⁷ Capítulo 12 – Notas Explicativas do POC

274 – Proveitos Diferidos:

São proveitos a reconhecer em exercício(s) seguinte(s).

276 – Impostos Diferidos:

As diferenças entre as normas contabilísticas e as normas fiscais, conduzem a que os activos e passivos contabilísticos tenham um valor diferente da sua base fiscal. Destas diferenças, se temporárias, ou seja, se originadas num período e de possível reversão em período ou períodos futuros, resultam passivos por impostos diferidos (que representam mais imposto sobre o rendimento a pagar no futuro) e activos por impostos diferidos (que representarão poupança futura de imposto sobre o rendimento).

5.2. Objectivos de auditoria a atingir

Após ter terminado o trabalho de auditoria nesta área, o auditor deve estar em condições de poder concluir se:

- Os saldos destas contas dizem respeito a activos ou passivos associados a operações futuras, podendo, de forma razoável, esperar-se que sejam anulados através dessas mesmas operações;
- Os aumentos registados, durante o período em análise, representam débitos ou créditos apropriados a estas contas;
- As transferências efectuadas para proveitos e custos do exercício, estão devidamente justificadas pela natureza da operação em causa e cumprido o princípio do acréscimo;
- Todas as informações exigidas, estão adequadamente divulgadas no anexo ao balanço e à demonstração dos resultados.

5.3. Procedimentos e trabalho efectuado

A “Metalúrgica, SA” apresentava, em 31 de Dezembro de 2008, os seguintes saldos:

271 – Acréscimos de proveitos: 1.017,12 €, relativos a juros a receber e bónus ou rappel a receber;

272 – Custos Diferidos: 33.092,7 €, relativos a seguros e a outros custos a reconhecer em anos seguintes;

273 – Acréscimos de custos: 210.229,06 €, custos com estimativa de Férias e Subsídio de Férias, Comissões, IMI, etc.;

274 – Proveitos Diferidos: 25.378,75 €, referente a subsídios ao investimento e outros proveitos a reconhecer em períodos futuros;

276 – Impostos Diferidos: 1.150.706,57 €. Tal como se pode verificar posteriormente nas classes “Imobilizações” e “Capital”, este valor respeita ao passivo por impostos diferidos associado à reavaliação livre do imobilizado, a qual originou a necessidade de reconhecer os efeitos tributários das diferenças temporárias.

O trabalho de auditoria realizado, na presente área, foi o seguinte:

- Tendo em consideração os procedimentos efectuados nos restantes programas de auditoria, verificou-se, com base na respectiva documentação de suporte, se a empresa especializou, de forma adequada:

- Os proveitos a reconhecer em 2008, mas que só originarão receita no(s) ano(s) seguinte(s):

- Verificados os cálculos aritméticos na determinação dos juros a receber;
 - Comparado o saldo da conta com idêntico saldo do ano anterior.

- As despesas que não são custo de 2008, mas sim do(s) ano(s) seguinte(s):

- Comparado o saldo da conta com idêntico saldo do ano anterior;
- Verificada a consistência com o período anterior na classificação e registo das diferentes rubricas.

- Os custos a reconhecer em 2008, mas que só originarão despesa no(s) ano(s) seguinte(s):

- Verificado e preparado mapa com o desenvolvimento da conta, tendo sido comparados os saldos inicial e final com os do balanço anterior. Foi tida, em especial atenção, a situação de remunerações a liquidar;

- Verificados extractos bancários do período subsequente, a fim de detectar débitos de juros com incidência no período.

- As receitas que não são proveito de 2008, mas sim do(s) ano(s) seguinte(s):

- Verificado e preparado mapa com desenvolvimento da conta e comparado o saldo inicial e final com os valores de balanço do ano anterior;

- Foi verificada a consistência com o período anterior na classificação e registo das diferentes rubricas;

- Procedeu-se à leitura de contratos relativos a incentivos financeiros ao investimento e verificou-se a devida contabilização dos subsídios recebidos.

- Verificada a transferência sistemática para proveitos do exercício.

- Foi verificado que todas as informações pertinentes estavam adequadamente divulgadas no anexo ao balanço e à demonstração dos resultados.

5.4. Conclusões

Após o trabalho realizado concluiu-se que:

- Da análise dos acréscimos e diferimentos, não existiram situações de relevo a assinalar.

- A estimativa de férias e subsídio de férias, registou um acréscimo na ordem dos 5,83%, que resultou do aumento do número de trabalhadores no quadro de pessoal, em detrimento do recurso a mão-de-obra proveniente de trabalho temporário, para fazer face à produção.

- Os cálculos referentes ao acréscimo de custos com comissões foram verificados, bem como testados os maiores valores que serviram de base ao cálculo das comissões, não tendo sido detectadas situações a assinalar.
- Os valores desta conta registados no balanço, diziam, de facto, respeito a acréscimos e diferimentos de custos e proveitos, os quais conferiram com os analisados no trabalho de campo.

6. Existências e CMVMC

A auditoria às existências da “Metalúrgica, SA”, é uma das temáticas desenvolvidas neste relatório. Encontra-se, assim, exposto todo o trabalho efectuado para o exercício de 2008, incluindo a explicação dos papéis de trabalho e a referência dos mesmos, a remeter para anexo.

6.1. Aspectos contabilísticos

As existências são activos:

- Adquiridos com destino a venda, a incorporar nos produtos finais e a consumir no decurso da produção;
- Resultantes da produção, independentemente do grau de acabamento em que se encontrem.

Pode dizer-se que a valorimetria das existências está directamente relacionada com alguns princípios contabilísticos:

- Princípio do custo histórico

*Os registos contabilísticos devem basear-se em custos de aquisição ou de produção, expressos quer em unidades monetárias nominais, quer em unidades monetárias constantes.*¹⁸

O custo de aquisição define-se por preço de compra deduzido dos descontos comerciais e acrescido dos gastos suportados directa ou indirectamente para colocar o bem no seu estado actual e no local de armazenagem. O custo de produção corresponde à soma dos custos das matérias-primas e outros materiais directos consumidos, da mão-de-obra directa, dos custos industriais variáveis e dos custos industriais fixos necessariamente suportados para as produzir e colocar no estado em que se encontram e armazenados. Este não engloba os custos administrativos, financeiros e de distribuição.

¹⁸ Capítulo 4 – Princípios contabilísticos – alínea d); do POC

▪ Princípio da prudência

Significa que é possível integrar nas contas um grau de precaução ao fazer as estimativas exigidas em condições de incerteza sem, contudo, permitir a criação de reservas ocultas ou provisões excessivas ou a deliberada quantificação de activos e proveitos por defeito ou de passivos e custos por excesso.¹⁹

▪ Princípio da consistência

Considera-se que a empresa não altera as suas políticas contabilísticas de um exercício para o outro. Se o fizer e a alteração tiver efeitos materialmente relevantes, esta deve ser referida de acordo com o anexo ao balanço e à demonstração dos resultados (nota 1).²⁰

Quanto ao método de custeio das saídas, tal como descreve o ponto 5.3.11 do POC, é permitida a utilização do:

- Custo específico
- Custo médio ponderado
- FIFO
- LIFO
- Custo padrão

Este último deve resultar de estudos técnicos fundamentados. No final do ano, deverá ser ajustado em função dos desvios ocorridos.

Valor do inventário:

O valor que se deve atribuir aos bens inventariados no final de cada período deve ser o seu valor do momento, isto é, o seu valor do mercado pois, só assim, se pode atingir um dos objectivos essenciais da inventariação dos stocks, a determinação dos resultados do exercício que deve ser o mais próximo da realidade.²¹

Se o preço de mercado (custo de reposição das matérias ou valor realizável líquido de bens destinados a venda) for inferior ao custo de aquisição ou ao custo de produção, será esse, segundo o princípio da prudência, o usado para mensurar os activos, isto é, as existências são avaliadas ao mais baixo, não podendo ser avaliadas por um valor que não possa ser recuperado com a venda ou consumo, sendo a diferença reconhecida pelo

¹⁹ Capítulo 4 – Princípios contabilísticos – alínea e); do POC

²⁰ Capítulo 4 – Princípios contabilísticos – alínea b); do POC

²¹ Lourenço, João Cabrito (1999); Auditoria Fiscal, Vislis Editores. pág.243

ajustamento para depreciação de existências, o qual será reduzido ou anulado quando deixarem de existir os motivos que a originaram, tal como referido no Capítulo 5 do POC:

5.3.4. Se o custo de aquisição ou de produção for superior ao preço de mercado, será este o utilizado.

5.3.5. Quando, na data do balanço, haja obsolescência, deterioração física parcial, quebra de preços, bem como outros factores análogos, deverá ser utilizado o critério referido em 5.3.4.

5.3.6. Os subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos serão valorizados, na falta de critério mais adequado, pelo valor realizável líquido.

5.3.7. Entende-se como preço de mercado o custo de reposição ou o valor realizável líquido, conforme se trate de bens adquiridos para a produção ou de bens para venda.

5.3.8. Entende-se como custo de reposição de um bem o que a empresa teria de suportar para o substituir nas mesmas condições, qualidade, quantidade e locais de aquisição e utilização.

5.3.9. Considera-se como valor realizável líquido de um bem o seu esperado preço de venda deduzido dos necessários custos previsíveis de acabamento e venda.

5.3.10. Relativamente às situações previstas nos n.ºs 5.3.4 e 5.3.5, as diferenças serão expressas em rubrica de ajustamentos de existências, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram.

Fiscalmente, o art.34º do CIRC diz:

- 1 - Podem ser deduzidas para efeitos fiscais as seguintes provisões:*
- b) As que se destinarem a cobrir as perdas de valor que sofrerem as existências.*

Sendo que no art.36º do CIRC refere:

- 1 - A provisão a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º corresponde à diferença entre o custo de aquisição ou de produção das existências constantes do balanço no fim do exercício e o respectivo preço de mercado referido à mesma data, quando este for inferior àquele.*
- 2 - Para efeitos do disposto no número anterior, entende-se por preço de mercado o custo de reposição ou o preço de venda, consoante se trate de bens adquiridos para a produção ou destinados a venda.*

Ao nível da aplicação de critérios valorimétricos na valorização dos inventários, a legislação fiscal prevê a adopção dos critérios referidos no n.º 1 do art.26º do CIRC:

Os valores das existências a considerar nos proveitos e custos a ter em conta na determinação do resultado do exercício são os que resultarem da aplicação dos critérios que utilizem:

- a) Custos efectivos de aquisição ou de produção;*

- b) *Custos padrões apurados de acordo com princípios técnicos e contabilísticos adequados;*
- c) *Preços de venda deduzidos da margem normal de lucro;*
- d) *Valorimetrias especiais para as existências tidas por básicas ou normais.*

Nos custos efectivos ou de produção, a que se refere a alínea a), note-se que estes devem ser determinados mediante a utilização do princípio do custo histórico.

O n.º 2 do mesmo artigo refere:

Sempre que a utilização de custos padrões conduza a desvios significativos, pode a Direcção-Geral dos Impostos efectuar as correcções adequadas, tendo em conta o campo de aplicação dos mesmos, o montante das vendas e das existências finais e o grau de rotação das existências.

O n.º4 do mesmo artigo menciona que:

O critério referido na alínea c) do n.º 1 só é aceite nos sectores de actividade em que o cálculo do custo de aquisição ou do custo de produção se torne excessivamente oneroso ou não possa ser apurado com razoável rigor, podendo a margem normal de lucro, nos casos de não ser facilmente determinável, ser substituída por uma dedução não superior a 20% do preço de venda.

Por sua vez, o n.º 3 do mesmo artigo refere que:

São havidos por preços de venda os constantes de elementos oficiais ou os últimos que em condições normais tenham sido praticados pela empresa ou ainda os que, no termo do exercício, forem correntes no mercado, desde que sejam considerados idóneos ou de controlo inequívoco.

O n.º5 deste artigo refere ainda que:

As valorimetrias especiais previstas na alínea d) do n.º 1 carecem de autorização prévia da Direcção-Geral dos Impostos, solicitada em requerimento em que se indiquem os critérios a adoptar e as razões que as justificam.

Estas só podem ser aplicadas ao *stock* básico, ou seja, o necessário para o exercício da actividade.²²

Poderão ainda verificar-se mudanças dos referidos critérios sempre que, por razões técnicas ou económicas, se justifique e sejam aceites pela Administração Fiscal.

²² Ponto 5.3.18 do Capítulo 5.3 – Critérios de valorimetria - Existências; do POC

6.2. Objectivos de auditoria a atingir

A auditoria aos inventários tem como fim o alcance de determinados objectivos. Assim, o trabalho realizado pretende determinar se:

- Os procedimentos contabilísticos e as medidas de CI relacionados com as existências são adequados e estão, de facto, a ser aplicados.
- As quantidades em stock representam existências de propriedade da empresa e localizadas nos seus armazéns, em armazéns de terceiros, em trânsito ou à consignação.
- As listas das existências finais estão devidamente compiladas e resumidas, aritmeticamente correctas e os seus totais são concordantes com os saldos das respectivas contas.
- As existências estão valorizadas de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites, aplicados de uma forma consistente entre anos e ao mais baixo do custo ou do preço de mercado.
- As existências excessivas ou com pouca rotação, defeituosas ou deterioradas, obsoletas, etc., estão cobertas por ajustamentos adequados.
- As existências finais estão determinadas, no que respeita a quantidades, custos unitários, cálculos, *stocks* excessivos, etc., em bases consistentes com as utilizadas em anos anteriores.
- O custo das existências vendidas e consumidas reflectido na demonstração dos resultados respeita ao período sob exame, foi determinado de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites, calculado de uma forma consistente com a utilizada no período anterior e está relacionado com os proveitos e/ou existências contabilizados no mesmo período.
- Todas as informações pertinentes estão adequadamente divulgadas no anexo ao balanço e à demonstração dos resultados.

6.3. Procedimentos e trabalho efectuado

A maior ou menor extensão dos testes substantivos, depende da confiança que o auditor deposita no SCI do cliente. As áreas em que o CI se demonstre mais eficaz poderão implicar uma menor extensão e profundidade dos testes substantivos, sendo que esta

extensão e profundidade também depende do risco de auditoria envolvido na área em questão.

No caso em estudo, e tal como já relatado no planeamento, privilegiou-se a análise substantiva em detrimento dos testes de conformidade, tal como se apresenta em anexo, o *M.T. 11.30* referente ao programa de auditoria às existências da “Metalúrgica, SA” para o ano de 2008, o qual descreve os procedimentos e testes efectuados, as asserções e os papéis de trabalho a que correspondem. No entanto, o facto de se ter privilegiado a análise substantiva não invalidou que, tal como descrito no referido ponto 1 (relativo ao planeamento), tivesse sido avaliado o SCI em funcionamento na empresa.

6.3.1. Controlo Interno (CI)

Qualquer entidade, independentemente da sua dimensão e do seu ramo de actividade, não pode atingir eficazmente os seus objectivos, sem que tenha um SCI bem implementado. Assim, subjacente a dois objectivos primordiais que são a salvaguarda dos activos e a fiabilidade da informação, é da responsabilidade da administração de cada empresa, a implementação e a manutenção de um adequado SCI.

Torna-se, assim, necessário que a administração exerça uma contínua supervisão da própria organização, pois o facto do SCI estar implantado, não significa que o mesmo esteja operativo e apto a permitir a obtenção dos objectivos supra citados.

Tal como descreve o ponto 4 da DR/A 410:

Sistema de controlo interno significa todas as políticas e procedimentos (controlos internos) adoptados pela gestão de uma entidade que contribuam para a obtenção dos objectivos da gestão de assegurar, tanto quanto praticável, a condução ordenada e eficiente do seu negócio, incluindo a aderência às políticas da gestão, a salvaguarda de activos, a prevenção e detecção de fraude e erros, o rigor e a plenitude dos registos contabilísticos, o cumprimento das leis e regulamentos e a preparação tempestiva de informação financeira credível.

Elementos fundamentais a considerar, aquando da implementação de um SCI:

- Definição de autoridade;
- Delegação de responsabilidades;
- Segregação, separação ou divisão de funções;
- Controlo de operações;

- Numeração dos documentos (guias de remessa, facturas, vendas a dinheiro, notas de encomenda, ordens de fabrico, etc.);
- Adopção de provas e conferências independentes.

6.3.1.1. Objectivos de análise ao CI

Os objectivos da análise realizada aos controlos relacionados com esta área são a obtenção, pelo revisor, de razoável certeza de que:

- Existe adequada segregação de funções;
- Todos os movimentos de *stocks* são correctamente classificados e registados;
- Os *stocks* que constam dos registos existem e são propriedade da empresa;
- Os *stocks* são correctamente avaliados;
- Os *stocks* estão devidamente salvaguardados contra roubos, incêndio, etc.

6.3.1.2. Procedimentos de CI e análise ao SCI

Dada a materialidade que os valores das existências geralmente assumem no total do activo de grande parte das empresas, o CI nesta área, tem uma importância fundamental para essas entidades. São, portanto, aconselháveis determinados procedimentos de CI, os quais estão descritos no relatório efectuado de análise ao SCI (**M.T. 5.16**). Neste papel de trabalho, estão relatados os procedimentos de controlo específicos aconselhados para:

- A entrada em armazém das existências;
- Armazenagem, movimentação e saída de existências;
- Controlo físico de existências;
- Instruções escritas.

Ao nível das actividades de CI, especificamente na produção, deve haver substancial atenção a alguns factores como segregação funções, controlo relativo ao processamento da informação, controlo físico e análise do desempenho e responsabilização.

Assim, devem existir documentos e registos nas diferentes fases do processo produtivo:

- Início da produção:
 - Ordem de produção com mapa de quantidades e natureza dos produtos a fabricar;
 - Lista de matérias necessárias;
 - Requisição de matérias, com autorização do responsável.

- Movimentação de produtos:
 - Mapa de controlo da mão-de-obra com registo de horas homem e horas máquina;
 - Listas de movimentação de *stocks* acompanhadas da autorização para movimentação de produtos e trabalhos em curso para produtos acabados;
 - Relatório diário de matérias-primas e mão-de-obra utilizados;
 - Relatório de produtos concluídos.

- Contabilização dos custos de produção:
 - Arquivos com informação de *stocks* relativamente às quantidades de matérias-primas em armazém, de custos reais dos produtos em curso e produtos acabados.

Para análise do SCI, é apresentado em anexo (**M.T. 11.30.CI**), o questionário ao CI da área de existências relativo à empresa “Metalúrgica, SA”, o qual abrange questões referentes à existência e funcionamento do inventário permanente e à movimentação física e contabilística dos *stocks*, contendo ainda questões de carácter geral.

No intuito de verificar se existe uma adequada segregação de funções, estão assinaladas as funções do pessoal da empresa, tanto ao nível dos procedimentos em geral (**M.T. 5.01**), como das funções que os responsáveis têm na área de existências (**M.T. 5.05**). Conclui-se, conforme mostram estes mapas, que existe relativa organização e controlo de procedimentos implementados. Pode observar-se como e quem processa todo o trabalho empresarial na área em estudo, comprovando uma das características principais do CI, a segregação de funções.

No final deste trabalho de exame ao CI, foi preparado o relatório de análise ao SCI (*M.T. 5.16*), onde estão descritos, para além dos procedimentos gerais que devem ser efectuados, os:

- Procedimentos existentes na empresa;
- As conclusões e recomendações de melhorias a introduzir no SCI, para a área em análise.

No fim do referido relatório de análise ao SCI, está exposta a conclusão geral. Assim, constata-se que o SCI apresenta já alguns procedimentos adequados. No entanto, a inexistência de um registo permanente de stocks limita a avaliação do SCI implementado na área respectiva, pelo que a abordagem de auditoria a adoptar, durante o restante trabalho de campo, passa por ser predominantemente substantiva.

6.3.2. Testes substantivos

De acordo com a ISA 500, a finalidade dos procedimentos substantivos é de obter prova de auditoria para detectar distorções materiais ao nível de asserção.

Os testes substantivos de informação financeira, realizados através de estudos comparativos entre dados, designados por **PRA**, enquadram-se num conjunto de testes e procedimentos utilizados pelo auditor, que servem como base para a visão fundamentada acerca da credibilidade das informações constantes dos documentos analisados.

Estes testes, quando aplicados à conta de existências, permitem obter diversas informações financeiras, como:

- Analisar o desempenho e as tendências e comparação com os rácios do sector;
- Analisar o período médio de permanência dos *stocks* em armazém e a sua rotação;
- Relacionar os saldos de existências com actividades de produção, compras e vendas, tal como as quantidades e valor de *stock* e de produção por produto;
- Verificar comparativamente com outros períodos as margens brutas e estrutura de custos nas vendas.

Vejamos, alguns índices relacionados com existências e a utilidade que podem prestar à auditoria (**Tabela 4**):

Índice	Fórmula	Importância para a auditoria
Período médio de <i>stocks</i>	$(\text{Saldo médio } stocks / \text{Custo produtos vendidos}) \times 365$	Útil para estimar níveis correntes de <i>stocks</i> . O aumento deste índice pode indiciar problemas na existência e na valorização dos <i>stocks</i> (custo ou valor de mercado dos dois o mais baixo).
Variação de <i>stocks</i> sobre oscilação do custo produtos vendidos (CPV)	$[(stock\ n / stock\ n-1) - 1] / [(CPV\ n / CPV\ n-1) - 1]$	Índices superiores a 1 reflectem o mais rápido crescimento dos <i>stocks</i> face às vendas. Altos valores indiciam problemas de obsolescência.
Produtos acabados (PA) fabricados sobre matérias-primas (M.Pr.) utilizadas	$\text{Quantidade PA} / \text{Quantidade M.Pr.}$	Útil para avaliar a eficiência do processo de fabricação e a razoabilidade dos custos de produção.
PA fabricados sobre mão-de-obra directa (MOD) utilizada	$\text{Quantidade PA} / \text{Quantidade MOD}$	Útil para avaliar a eficiência do processo de fabricação e a razoabilidade dos custos de produção.
Produtos defeituoso (P.Def.) por milhão	$\text{Quantidade de P.Def.} / 1000000 \text{ produtos produzidos}$	Útil para avaliar a eficiência do processo de fabricação, a razoabilidade dos custos de produção e as despesas com garantias dos produtos.

No trabalho de auditoria também são efectuados testes de detalhe de transacções e testes de detalhe de saldos.

Os **testes de detalhe de transacções** possibilitam a obtenção de prova sobre o processo de transacções que afectam os saldos das contas. O teste ao corte de transacções

de *stock*, no final do período, demonstra-se como um teste substantivo de transacções que o auditor realiza aquando do seu trabalho de campo.

Os **testes de detalhe de saldos** conduzem à possibilidade de obter a composição dos mesmos, sendo que nesta área, passam essencialmente por:

- Observar a contagem das existências por parte do cliente;
- Comprovar a valorização e uniformidade de procedimentos de custeio dos *stocks*;
- Testar os cálculos das listagens, nomeadamente a multiplicação das quantidades pelos custos unitários e a soma das mesmas.

Tabela 5 - Possíveis testes substantivos de afirmações sobre saldos

Conta de Existências	Classe de transacções que aumentam o saldo	Classe de transacções que diminuem o saldo
Mercadorias	Compras	Vendas
Matérias-primas	Compras	Transacções em que custos de materiais são transferidos para a produção
Produtos em vias de fabrico	Transacções em que custos de materiais, mão-de-obra e custos indirectos de fabricação são recebidos	Transacções em que custos de produção são transferidos para produtos acabados
Produtos acabados	Transacções em que custos de produtos concluídos são transferidos para produtos acabados	Vendas

Resumo do trabalho efectuado

O **M.T. 11.30.007** em anexo, resume os valores da classe de existências da empresa, englobando as diferentes subcontas e a amostra seleccionada em cada uma delas para a realização dos diferentes testes. Dado o conhecimento que se tem da empresa “Metalúrgica, SA”, o critério de selecção baseou-se na escolha dos itens de maior valor em

cada uma das subcontas, com o intuito de se obter a maior e mais representativa amostra possível. Visto que o inventário tem um elevado número de referências, a amostra apurada representa, na sua globalidade, 27% do total. Os saldos das existências ultrapassam, no final do ano, os dois milhões e meio de euros, conforme listas finais, sendo que os valores da amostra relativamente ao teste às contagens físicas e ao teste à valorização dos *stocks* representam 14% dos produtos em curso, 38% da produção acabada, 92% do total das mercadorias e 22% das matérias-primas, que se evidencia como a rubrica mais significativa no presente inventário.

6.3.2.1. Contagens físicas

6.3.2.1.1. Teste às contagens

A inspecção física define-se como um procedimento de auditoria que serve para confirmar a existência de um activo. O controlo físico das existências faz-se através da sua inventariação, sendo a contagem um procedimento indispensável. Sabendo que, normalmente, a área de existências é uma das que se mostra mais relevante nas empresas, é fundamental que o auditor assista às contagens físicas para observar os procedimentos seguidos pela empresa e efectuar testes de conferência, afim de se certificar que a existência física corresponde aos valores apresentados nas demonstrações financeiras.

O programa de trabalho de auditoria, relativamente ao teste às quantidades, começa pela obtenção da comunicação, por parte da empresa, da data das contagens físicas às existências. Essa comunicação deve ser efectuada por escrito e enviada com a devida antecedência para que os auditores possam estar presentes. A “Metalúrgica, SA” comunicou que as contagens se iniciariam no dia 29 de Dezembro de 2008, estando previsto o seu término para o dia 31 do mesmo mês, tal como posteriormente se veio a verificar.

Na inventariação física, torna-se necessário ao auditor aferir determinados procedimentos, verificando se estão definidas as equipas de contagem, se as áreas de contagem estão limpas, se o *stock* está adequadamente arrumado e o *stock* alheio adequadamente identificado e separado, e se existem instruções escritas, as quais devem ser distribuídas ao pessoal que participa nas contagens, aos auditores e aos responsáveis administrativos.

O controlo das existências e a sua inventariação é da responsabilidade da administração da empresa, pelo que esta deve preparar as instruções escritas, que devem ser detalhadas e descrever quais os procedimentos a adoptar para a execução de uma correcta e fiável contagem física das existências. Estas instruções devem ser de fácil compreensão, para que todo o pessoal envolvido esteja esclarecido acerca do trabalho a efectuar, pelo que deverão mencionar aspectos como:

- Datas, locais e existências a inventariar;
- Procedimentos pré-inventário como limpeza dos armazéns, organização e propriedade dos *stocks* e constituição das equipas de contagem;
- Forma como se irão efectuar as contagens e o registo das mesmas em fichas ou etiquetas numeradas sequencialmente.

Apesar de em anos anteriores terem sido efectuados esforços no sentido da empresa elaborar um dossier com as referidas instruções escritas, na “Metalúrgica, SA”, estas ainda não foram devidamente formalizadas, tendo sido utilizadas as que foram enviadas pelo auditor.

No que concerne aos restantes procedimentos de pré-inventário, concluiu-se que as existências estavam devidamente ordenadas e arrumadas, no intuito das contagens decorrerem com o maior rigor e celeridade possíveis. Além da separação e identificação dos diferentes produtos, existia uma perfeita arrumação e limpeza dos locais onde decorreram as contagens. A constituição das equipas de contagem foi efectuada pela Eng.^a Ana, responsável pelo departamento de qualidade, que coordenou todo o processo de inventariação, tendo em conta a experiência em inventários anteriores e, ao mesmo tempo, a familiarização com o *stock*.

Importa também ao auditor confirmar se estão determinados métodos de contagem e de identificação dos produtos, e apurada a avaliação do seu estado de acabamento. O *stock* contado deve estar marcado ou etiquetado e as folhas de contagem assinadas pelos responsáveis, devendo ser apurada a quantidade de talões emitidos.

O registo dos dados e factos sobre como decorreram as contagens apresenta-se evidenciado no questionário de inventário e contagens físicas patenteado em anexo, no ***M.T. 11.30.003***.

As contagens foram anotadas em folhas pré-impresas, as quais já continham a codificação dos artigos, sendo deixado junto dos materiais uma etiqueta com a indicação de material contado. Posteriormente as quantidades foram inseridas em folha de cálculo, as quais originaram o inventário final valorizado. Este trabalho esteve também a cargo da Eng.^a Ana.

Após as contagens, mediante a relação detalhada do inventário físico, o auditor verifica se existem diferenças significativas entre os registos e as contagens, testando as somas e outros cálculos, verificando se há itens relevantes ou não usuais e revendo e conferindo alguns itens com as folhas de inventário.

Da última listagem valorizada, são também seleccionados itens e confrontados com as quantidades em armazém. A extensão com que o auditor efectua o teste às contagens depende do cuidado com que o cliente as realiza e da natureza, composição e controlo dos *stocks*. Geralmente, o auditor selecciona a amostra a testar mediante os itens de maior valor, de forma a obter uma amostra representativa, tal como aconteceu.

Assim, são registados de forma completa e precisa os bens nos papéis de trabalho (número de identificação ou código do bem, designação, unidade de medida e registo de outras observações), para uma correcta comparação das contagens do auditor com as do cliente. No ***M.T. 11.30.004***, referente ao teste às contagens, fazem parte da amostra seleccionada 44 itens. Após efectuado o teste às contagens constatou-se que, depois de corrigidas pequenas divergências, não foram detectadas quaisquer diferenças relativamente às quantidades contadas pela empresa e as conferidas pelo auditor, não havendo assim nada a assinalar.

6.3.2.1.2. Corte de operações

Existem algumas situações que podem falsear o inventário, distorcendo os resultados e a posição financeira da empresa, sobretudo nos casos em que não está implementado o SIP. Entre outros, poderão ocorrer os seguintes acontecimentos:

- Artigos recebidos dos fornecedores antes da data do inventário, incluídos no mesmo mas apenas contabilizados no período subsequente;
- Artigos contabilizados à data do inventário mas ainda em trânsito e portanto não incluídos no inventário;
- Transferências entre secções ou fases da produção, não apropriadamente documentadas nem controladas, podendo originar uma duplicação nas listas de contagem;
- Vendas contabilizadas antes da data do inventário, mas cujos artigos apenas foram expedidos após aquela data e, portanto, incluídos no inventário;
- Artigos expedidos antes da data do inventário e portanto não incluídos no mesmo e que só foram facturados após aquela data.

A fim de evitar tais situações, todas as guias de entrada e de saída de artigos devem ser numeradas e marcadas (com um carimbo) com as indicações, por exemplo, “Processado antes do inventário” e “Processado depois do inventário” durante dois ou três dias anteriores e posteriores ao período de contagens.

No intuito de saber se, existiu alguma operação física durante as contagens e se foi considerada nas mesmas, foi então necessário determinar as últimas entradas e saídas, em conjunto com todos os documentos relativos a estas. À data do início das contagens físicas, foram ainda recolhidos vários documentos, tal como evidenciado em anexo (*M.T. 11.30.011*).

O trabalho de auditoria relativamente ao **corte de recepção e de compras**, teve especificamente por objectivo confirmar que todas as encomendas recebidas foram incluídas no inventário e que as correspondentes facturas estão registadas até ao final do respectivo período, não estando registados passivos de encomendas não recepcionadas.

Tendo em conta que a empresa não utiliza nem emite guias de entrada, não é aplicável a execução do teste às operações de corte à entrada. Contudo, os responsáveis que efectuaram as contagens das existências estavam devidamente alertados para o problema da entrada de existências, posterior à contagem. Foram ainda analisadas diversas aquisições e devoluções, estando documentadas no *M.T. 10.21.006* em anexo os créditos mais significativos suportados pela empresa. Neste M.T., verifica-se que não houve

nenhuma devolução durante as contagens, pelo que se pode concluir que não foram recebidas existências devolvidas durante este trabalho de contagens físicas.

A empresa foi ainda aconselhada a indicar sempre a data da efectiva entrada das existências na factura ou guia de remessa dos fornecedores.

Ao nível do **corte de expedição e de vendas**, o objectivo passa por confirmar que todas as encomendas com saída registada até à data do inventário, foram deste excluídas e que as respectivas facturas, foram escrituradas nesse período. Importa ainda:

- Confirmar que não ocorreram expedições, sem ter sido considerado o correspondente proveito;
- Verificar devoluções de compras e correspondentes notas de crédito.

Na “Metalúrgica, SA”, os responsáveis da facturação e das contagens encontravam-se alertados, quer para a existência dos produtos que já se encontravam facturados (mas ainda nos armazéns da empresa), com vista à não inclusão destes nas contagens, quer para as situações de material que ainda viesse a ser facturado posteriormente às contagens. À data das contagens existiam materiais facturados e que ainda estavam nas instalações da empresa. No entanto, os mesmos foram “abatidos” nas contagens, sendo que já estavam à responsabilidade do cliente, tendo sido recolhidas as facturas em causa.

As operações de corte à saída estão descritas no **M.T. 11.32.027** em anexo, não tendo sido detectadas situações a referir, pois as três últimas saídas de 2008 (que correctamente já não foram consideradas no inventário final) e as três primeiras de 2009 (as quais constavam do inventário final de 2008) estão correctamente registadas e contabilizadas no período a que respeitam. Os créditos relativos a saídas referentes a devolução de compras estão analisados em anexo, no **M.T. 10.22.006**, não tendo sido detectada nenhuma devolução durante as contagens, nem qualquer devolução registada fora do período a que respeita.

6.3.2.2. Valorimetria e formas de custeio

6.3.2.2.1. Teste à valorimetria do inventário

Na valorização das existências e para que estas possam ser validadas, o programa de trabalho de auditoria inclui os seguintes procedimentos:

- Confirmar que os métodos de valorização utilizados são consistentes relativamente a períodos anteriores e estão de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites;
- Seleccionar os itens a considerar na amostra para proceder aos testes substantivos de valorização, efectuando a análise dos preços unitários das facturas de compra, nas existências adquiridas e a análise da razoabilidade dos coeficientes de imputação dos custos de transformação e das matérias primas, nas existências produzidas;
- Verificar se os custos unitários não são superiores aos respectivos preços de venda, pois caso o sejam, deverá constituir-se um ajustamento pela diferença.

Na “Metalúrgica, SA” as existências são valorizadas ao custo de aquisição, que no *M.T. 11.30.005* anexo, está explícita a amostra das existências valorizadas com este critério²³ e ao custo de produção.

Observe-se então quais os procedimentos do auditor nas diferentes subcontas de existências, aquando do teste ao custo de aquisição ou de produção e à forma de custear as saídas dos armazéns:

Matérias-Primas e Mercadorias

Cabe ao auditor comparar os custos utilizados na valorimetria de cada um dos artigos seleccionados na amostra, com os valores das facturas de fornecedores e, caso existam, analisar os custos adicionais das respectivas compras, como por exemplo fretes, transportes e seguros.

²³ De referir que o custo de produção dos itens 31 e 32 refere-se ao custo de aquisição das respectivas matérias-primas, visto que não sofrem nenhuma alteração após a aquisição, sendo o seu custo de transformação nulo.

Como a empresa utiliza como método de custeio das saídas o FIFO, o procedimento adoptado passa pela conferência dos valores através das últimas entradas.

Como verificamos no *M.T. 11.30.006* anexo, dos itens que foram valorizados ao custo de aquisição (as matérias-primas e as mercadorias), foram analisadas por artigo, as últimas facturas de compra, incluindo os custos adicionais das mesmas. Comparados os custos unitários que resultaram desta análise com os custos unitários do inventário final, não existem diferenças significativas a assinalar, visto que a diferença total representa apenas 0,5% do valor da amostra. Ainda assim, estão justificadas pequenas diferenças nas notas enquadradas por baixo do quadro, em que algumas delas apenas respeitam a detalhes considerados na valorização.

Produtos em curso e acabados

Após seleccionada a amostra de produtos, procede-se à análise dos custos unitários, verificando se:

- Os custos das matérias estão conformes com o custo de aquisição das mesmas;
- Os gastos gerais de fabrico reflectem a actividade normal da empresa e não se apresentam subavaliados ou sobreavaliados, pelo que as bases de imputação devem ser coerentes e consistentes;
- A mão-de-obra directa e as restantes despesas com o pessoal foram correctamente imputadas.

Assim, tem de se verificar como o cliente calculou o custo do produto e a sua consistência. O auditor analisa ainda os desvios dos custos de produção e, caso estes sejam significativos, deverão ser investigadas as razões. Neste sentido e tal como se pode ver abaixo na tabela 6, referente ao cálculo dos custos de um produto (ficha técnica), a matéria-prima incorporada no produto, apresenta um desvio considerável, o que se justifica pela oscilação de preços do tubo, durante o ano.

Posto isto, no que respeita aos produtos em curso da “Metalúrgica, SA”, foi efectuado o teste ao custo unitário de cada um dos que fazem parte da amostra. À excepção

dos itens 31 e 32, já anteriormente referidos, que têm como custo de produção, o custo de aquisição das respectivas matérias-primas, visto que não sofrem nenhuma alteração após a aquisição e se encontram registados como produtos em curso, apenas por facilidade de controlo por parte da empresa, os restantes artigos da amostra, no caso o 33, 34 e 35, também evidenciados em anexo, no **M.T. 11.30.006**, estão valorizados ao custo de produção (custo de aquisição das matérias incorporadas acrescido dos custos de transformação), em que cada produto tem uma ficha técnica descritiva dos custos que compõem o produto em causa. Concretamente, e no caso do item da linha 33, este é composto pela matéria-prima, já testada na linha 26, sendo constituído por 0,017 unidades da referida matéria acrescido de um componente tratado através de um serviço subcontratado, perfazendo assim o custo unitário de 2,47 euros. Apresenta-se a ficha técnica efectuada pela empresa e testada pelo auditor, na qual se expõe o cálculo dos custos deste produto em curso:

Tabela 6 - Ficha técnica do produto Cubo Central (PT.1.021.1.01.0):

Componentes	Descrição	Quant.	Unid. Med.	Preços Unit.		Totais		% Custo	% Desvio
				PMP	Previsional	PMP	Previsional		
MP.02.3.1.03	Tubo 1629	0,017	UN	115,83	168,68	1,97	2,87	79,76%	45,69%
NSPT.1.021.1.0	Cubo180	1,000	UN	0,50	0,49	0,50	0,49	20,24%	-2,00%
				2,47					

Testou-se, conforme **M.T. 11.30.009.1** anexo, o custo unitário das matérias-primas incorporadas nos produtos em curso e acabados e a validação das mesmas. Esta verificação consiste na comparação entre o custo unitário atribuído a cada matéria, na ficha técnica do produto e o custo de aquisição das mesmas que consta no inventário das matérias-primas, já anteriormente validado por parte do auditor. Pode concluir-se que as diferenças detectadas não são significativas:

- 0,1% do total de matérias testadas, nos produtos em curso;
- 0,2% do total de matérias testadas, nos produtos acabados.

Seguindo para a descrição dos procedimentos efectuados na validação da valorização da produção acabada, pode observar-se no **M.T. 10.30.006** anexo, que a amostra é composta por 4 artigos (linhas 41, 42, 43 e 44) que estão logicamente valorizados ao custo de produção, os quais representam 38% do total de produtos acabados

registados no final de 2008, totalizando esta subconta de existências o valor de 781.818 euros, que correspondem a 30% do total do inventário. O referido custo de produção de cada produto é formado pelo custo das matérias-primas (testado no *M.T. 11.30.009.1*), pelos gastos com subcontratos, com a fundição e com os demais gastos gerais de fabrico. Cada produto tem, na sua ficha técnica, o cálculo e o somatório dos custos:

- Das diferentes matérias, nomeadamente dos motores que se evidenciam por serem uma das matérias mais relevantes nestes produtos;
- Dos serviços subcontratados aplicados no produto a que respeita a ficha em questão;
- Dos custos com a fundição do produto a que se refere a ficha em questão.

Vejamos então a ficha técnica do produto da linha 41:

Tabela 7 - Ficha técnica do produto Bet160 E ELE 700Wt TP D (PA01.161.13E.0211):

Componentes	Descrição	Quant.	Unid. Med.	Preços Unit.		Totais		% Custo	% Desvio
				PMP	Previsional	PMP	Previsional		
CP.01.02.2.02	Anilha ZC	2,000	UN	0,005	0,010	0,010	0,020	0,01%	100,00%
CP.01.07.1.03	Porca M8	12,000	UN	0,004	0,005	0,048	0,060	0,06%	25,00%
CP.01.03.2.04	Freio 35	17,000	UN	0,900	0,900	15,300	15,300	20,16%	0,00%
CP.03.15.1.01	Shuko	3,000	UN	0,710	0,710	2,130	2,130	2,81%	0,00%
CP.04.00.1.40	Tampa 9	1,000	UN	0,340	0,350	0,340	0,350	0,45%	2,94%
CP.05.01.4.02	Motor 700w	1,000	UN	14,800	14,200	14,800	14,200	19,50%	-4,05%
FU.1.020.1.01.0	Cremalheira	1,000	UN	8,650	8,630	8,650	8,630	11,40%	-0,23%
CP.06.09.1.08	Roda 160	4,000	UN	3,450	3,550	13,800	14,200	18,18%	2,90%
NSCP.04.00.1.3	Montagem	1,000	UN	1,830	1,840	1,830	1,840	2,41%	0,55%
MP.01.1.1.02	ChapaDC01	10,630	Kg	0,669	0,800	7,111	8,504	9,37%	19,58%
MP.01.1.2.01	ChapaDC04	11,780	Kg	0,696	0,820	8,199	9,660	10,80%	17,82%
NSPT.1.029.3.0	Casquilho 5	1,000	UN	3,672	3,000	3,672	3,000	4,84%	-18,30%
				75,890					

Os gastos gerais de fabrico crescem, em cada produto, a estes custos já discriminados nas fichas técnicas, mediante a aplicação de um coeficiente de imputação, calculado pela empresa e testado no trabalho de auditoria, tal como se pode verificar no *M.T. 11.30.009.2*, em anexo. Este coeficiente de cerca de 0,36²⁴, representa os gastos fabris efectivamente suportados na produção das existências, gastos estes que atingiram, em 2008, o valor de 957 mil euros, a imputar por produto, através da sua aplicação sobre, e

²⁴ O coeficiente apurado pela empresa e testado pelo auditor, deriva da divisão dos gastos fabris com os consumos de matérias na produção. Aos gastos gerais de produção foi retirado o proveito que a venda de sucata proporcionou, dado que aquando da origem da sucata na produção, também existiram gastos fabris. Para chegar ao cálculo dos consumos de matérias, foi retirado ao CMVMC, os custos com as mercadorias, com os motores e os gastos com a fundição calculados no *M.T. 11.30.009.3*, em anexo.

apenas sobre, os custos das matérias-primas incorporadas ou que compõem cada produto²⁵, visto que é a forma mais prática e real de atribuir estes gastos a cada artigo da produção acabada, excluindo assim os gastos com a fundição (coluna FU), subcontratos (coluna SUB) e também os custos dos motores (coluna Motores), pois não se mostrava correcto considerá-los nessa imputação, já que todos os gastos são independentes do motor que cada produto contém.

Na ficha técnica anteriormente apresentada, os componentes seleccionados a cor negra, correspondem aos gastos excluídos da imputação dos custos industriais a esse produto (FU+SUB+Motores), pelo que os outros componentes correspondem às matérias incorporadas no mesmo.

Os gastos gerais de fabrico que faltam atribuir aos produtos e que não constam nas fichas técnicas, estão evidenciados nas contas adequadas da contabilidade analítica, conforme discriminação na parte final do **M.T. 11.30.009.2**, contas essas que se podem ver assinaladas a negrito em anexo, no balancete da contabilidade analítica da empresa (**M.T. 11.32.011.2**), recorrendo a empresa à contabilidade analítica para imputação de custos de produção por secções.

Dado que não está implementado o SIP na contabilização das existências, o sistema de contabilidade analítica não inclui o apuramento dos *stocks* mensais, pelo que este apenas tem a finalidade de apurar os custos por secções para imputar os custos industriais aos produtos, em função das matérias-primas incorporadas.

Conclui-se então que, na conferência da valorização dos produtos acabados, nomeadamente no somatório dos custos apurados pelas fichas técnicas, com os gastos gerais de fabrico, a diferença apurada mostra-se sem significado, pelo que fica dado como validado o inventário de produtos acabados.

²⁵ Cálculo dos custos das matérias primas que compõem cada produto (M.T. 11.30.009.2): coluna MP = = Preço-FU-SUB-Motores

6.3.2.2.2. Ajustamentos para depreciação de existências

A análise do saldo dos ajustamentos, em auditoria, pode também tornar-se um trabalho complexo e muitas vezes moroso. Assim, nos ajustamentos para *stocks* obsoletos e deteriorados, o auditor tem que adoptar determinados procedimentos, tais como:

- Verificar com a gerência/administração os procedimentos e a razoabilidade dos factores considerados na determinação dos ajustamentos;
- Obter comparação entre o valor realizável líquido e estimativas ou valores aprovados em contratos;
- Efectuar testes de realização e analisar os artigos excessivos, devolvidos, danificados ou com pouca rotação.

No caso da empresa “Metalúrgica, SA”, o mapa dos ajustamentos para depreciação de existências efectuado no trabalho de auditoria apresenta-se em anexo (**M.T. 11.30.008**). De referir que no ano de 2008 foi registado um ajustamento que corresponde a motores danificados durante este período, os quais foram confirmados pelo auditor aquando da conferência física do inventário. Estas matérias-primas passaram a ter um valor nulo, visto que se encontram num estado de total deterioração e sem valor de mercado, pelo que o ajustamento equivale à totalidade do valor das referidas matérias.

6.3.2.2.3. Teste à realização

Para que se possa aprovar o valor de mercado das existências, são efectuados testes à realização dos *stocks* finais. Caso alguns artigos demonstrem pouca rotação ou o valor de realização comprove vendas abaixo do preço de custo, será necessário ajustar os valores desses produtos.

Tal como podemos verificar em mapa anexo (**M.T. 11.30.012**), foi comprovada a existência de margem de lucro nas vendas de cada um dos produtos acabados constantes da amostra, à excepção do artigo 44 que não registou vendas no período subsequente, mas a sua realização não está posta em causa, visto que existem conversações com clientes e,

inclusive, encomendas para o mesmo. Está, assim, assegurada a realização dos *stocks* finais, pelo que estes não necessitarão de qualquer ajustamento dado que o valor de realização é superior ao valor do custo registado em inventário.

6.3.2.3. Teste à cobertura de seguros

A existência de seguros suficientes para a cobertura dos *stocks*, diminui o risco de, no caso de acontecerem factos extraordinários, a empresa perder parte ou a totalidade dos mesmos. Por isso é essencial que esta área esteja suficientemente segura.

Tal como podemos aferir no quadro do *M.T. 11.32.005* em anexo, foi verificado o valor da cobertura do seguro relativamente à área de existências e constata-se que a cobertura existente se mostra escassa.

6.3.2.4. Variação da margem de lucro e CMVMC

Apresenta-se em anexo (*M.T. 14.61.004*) a análise comparativa das margens brutas, entre 2008 e 2007.

De salientar que, em 2008, o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas tem um peso na produção, idêntico ao ano anterior, fazendo com que a margem de lucro global não tenha variado significativamente (mais 0,77%).

Apesar de ligeiras, as variações das margens estão justificadas no referido M.T.

6.4. Conclusões

Passando às conclusões relativas à auditoria às existências do exercício de 2008, e complementando as ilações que foram sendo tiradas ao longo da descrição dos testes efectuados, pode então referir-se que:

- As existências que figuram no balanço a 31 de Dezembro de 2008 conferem com o valor inscrito no inventário e respectivos registos contabilísticos.

- Foram efectuados testes ao corte de operações e às contagens físicas realizadas em Dezembro de 2008, não tendo sido detectadas diferenças a registar.
- As mercadorias e matérias-primas encontram-se valorizadas ao preço de compra mais gastos adicionais, não tendo sido detectadas diferenças materialmente relevantes.
- Dos testes à realização e ajustamentos de existências, não há nada a salientar.
- O custo das existências vendidas e matérias consumidas foi verificado, encontra-se reflectido na demonstração dos resultados do período a que respeita, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e está relacionado com os proveitos e existências contabilizadas no mesmo período.
- Foram obtidos os inventários adequadamente assinados pela administração.

Ao nível de situações que têm efeitos no parecer do auditor, de assinalar que:

- A empresa está obrigada, desde 01 de Janeiro de 2002, por força do DL n.º 44/99 de 12 de Fevereiro, a contabilizar as suas existências em SIP. Não existindo cumprimento desta obrigação a empresa poderá incorrer em contingências fiscais negativas.²⁶
- Considerando que em 2007 ainda não estava implementado um sistema de contabilidade analítica por parte da empresa, torna-se limitada a opinião do auditor relativamente à valorização das existências iniciais de 2008 (produtos acabados e em curso). Assim, existe uma limitação na comparação do exercício de 2007, decorrente do facto da empresa ter passado a efectuar a valorização da produção, em 2008, com base nos custos industriais apurados através do sistema de contabilidade analítica implementado, dado que no ano anterior foi valorizada pelo critério fiscal, mais especificamente, com base em 80% do preço efectivo de venda. Considerando ainda o facto da empresa, em 2008, ter

²⁶ Referido no ponto 6.1 do RAPE - M.T. 7.01.2

elaborado pela primeira vez a Demonstração de Resultados por Funções, a comparação com o exercício anterior encontra-se também prejudicada.²⁷

▪ No que diz respeito à mudança de critério²⁸ adoptado para a valorimetria das existências, é necessário chamar a atenção da empresa para o disposto no artigo 27.º do CIRC:

- 1 - Os critérios adoptados para a valorimetria das existências devem ser uniformemente seguidos nos sucessivos exercícios.
- 2 - Podem, no entanto, verificar-se mudanças dos referidos critérios sempre que as mesmas se justifiquem por razões de natureza económica ou técnica e sejam aceites pela Direcção-Geral dos Impostos.

Esta situação encontra-se descrita no anexo ao balanço e à demonstração dos resultados, tal como o exigido pelo POC.

▪ Foi ainda relatado no RAFE, o facto do seguro para existências ser insuficiente face ao nível de *stocks* da empresa, pelo que foi aconselhado à empresa, a revisão das coberturas em causa.²⁹

²⁷ Referido nos pontos: 7 e 10 da CLC - M.T. 7.01.1, respectivamente 4.1 e 4.2.2 do RAFE - M.T. 7.01.2

²⁸ Referido no ponto 5.4 do RAFE - M.T. 7.01.2

²⁹ Referido no ponto 5.5 do RAFE - M.T. 7.01.2

7. Imobilizações Corpóreas, Incorpóreas, em Curso e Amortizações

7.1. Aspectos contabilísticos

Esta classe é composta pelos bens detidos em continuidade ou permanência, ou seja, que não se destinam a ser vendidos ou transformados no decurso normal das operações da empresa, quer sejam de sua propriedade, quer estejam detidos em regime de locação financeira³⁰.

O activo imobilizado deve ser valorizado ao custo de aquisição ou de produção. Quando os elementos do imobilizado têm uma vida útil limitada, ou seja, finita, ficam sujeitos a amortizações sistemáticas durante esse período.

42 – Imobilizações Corpóreas:

Inclui os imobilizados tangíveis (móveis ou imóveis) que a empresa utiliza na sua actividade operacional, os quais têm um carácter de permanência superior a um ano. Inclui também, as grandes reparações que sejam de acrescentar ao custo dos imobilizados.

43 – Imobilizações Incorpóreas:

Correspondem às imobilizações intangíveis, ou seja, são activos não monetários e sem substância física.

44 – Imobilizações em curso:

Abrange as imobilizações enquanto não estiverem concluídas e os adiantamentos por conta de imobilizados com preço previamente fixado.

48 – Amortizações acumuladas:

Esta conta mostra as depreciações e amortizações efectuadas desde o início da vida útil de cada bem corpóreo ou incorpóreo. Em cada exercício são registadas as depreciações

³⁰ Independentemente da forma legal do bem, do ponto de vista contabilístico, o que se torna relevante é a substância da operação, verificando o princípio da substância sobre a forma.

e amortizações correspondentes a esse período, sendo creditada esta conta, por contrapartida da “66 – Amortizações do Exercício”.

7.2. Objectivos de auditoria a atingir

Relativamente às imobilizações e depreciações, os objectivos a atingir passam por verificar se:

- Os procedimentos contabilísticos e as medidas de controlo interno relacionados com as imobilizações corpóreas e incorpóreas são adequadas e estão, de facto, a ser aplicados.
- As imobilizações são de propriedade da empresa (ou se esta celebrou um contrato de locação financeira) e estão relacionadas com a sua actividade.
- As bases segundo as quais as imobilizações estão apresentadas no balanço estão de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites e têm vindo a ser consistentemente aplicados.
- Os aumentos registados no período em análise, representam efectivamente valores a capitalizar e, ao mesmo tempo:
 - bens fisicamente construídos ou instalados, se imobilizado corpóreo;
 - débitos apropriados contra operações futuras, se incorpóreo.
- Não existem débitos a contas de custos ou perdas que digam respeito a direitos que devessem ter sido capitalizados.
- Os custos e as amortizações acumuladas, relativos a bens que tenham sido abatidos ao serviço, estão completamente retirados das respectivas contas.
- As amortizações efectuadas no exercício são adequadas e foram calculadas em bases aceitáveis e consistentes com as utilizadas em exercícios anteriores.

- Os saldos das contas de amortizações acumuladas são razoáveis atendendo à vida útil esperada e ao valor residual dos bens ou direitos.
- O saldo da conta imobilizações em curso respeita a obras em curso, estudos ou trabalhos não concluídos à data do balanço e destinados às imobilizações e/ou a adiantamentos efectuados a terceiros por conta de imobilizações.
- Todas as informações pertinentes estão adequadamente divulgadas no anexo ao balanço e à demonstração dos resultados.

7.3. Procedimentos e trabalho efectuado

Na “Metalúrgica, SA”, esta classe engloba:

- 42 – Imobilizações Corpóreas: 9.861.200,14 €
- 43 – Imobilizações Incorpóreas: 133.974,22 €
- 44 – Imobilizações em curso: 64.355,15 €
- 48 – Amortizações acumuladas: 3.391.502,83 €

O trabalho realizado na auditoria às imobilizações incidiu em:

- Rever as políticas contabilísticas adoptadas pela empresa e o seu sistema de controlo interno. Actualizada a pasta de Arquivo Permanente.
- Dado que se trata de uma auditoria recorrente, foi obtido o resumo do movimento ocorrido no exercício no imobilizado bruto. Caso se tratasse de uma primeira auditoria, seria necessário obter a análise histórica do imobilizado bruto (aquisições, abates, reavaliações e transferências) e das respectivas amortizações acumuladas, dando especial relevo aos terrenos e edifícios.
- Relativamente a cada conta do imobilizado, obtida a listagem dos aumentos ocorridos durante o ano e:

- Testados os valores mais e menos significativos com os respectivos documentos de suporte;
 - Inspeccionados fisicamente os itens testados na alínea anterior, verificando se os mesmos estavam operacionais, se se relacionam com a actividade da empresa e se o valor líquido contabilístico tem correspondência com a vida útil esperada;
 - Verificada a adequação das respectivas amortizações, tendo em consideração o mês de entrada em funcionamento.
-
- Obtidas informações sobre as aquisições e abates ocorridos durante o exercício e cruzadas tais informações com o ponto anterior.
 - Verificada, através das respectivas certidões, a titularidade dos bens sujeitos a registo e eventuais ónus sobre os mesmos.
 - Elaborado o mapa de cobertura de seguros do imobilizado.
 - Obtido o resumo do movimento anual ocorrido nas amortizações acumuladas e recolhidos os mapas de amortizações para os testar com a contabilidade. Testadas as amortizações do exercício.
 - Verificada a existência de situações conducentes à contabilização de impostos diferidos.
 - Testados os movimentos ocorridos durante o ano na conta Reservas de Reavaliação.

7.4. Conclusões

Dos procedimentos efectuados, pôde concluir-se que:

- Foram testadas as aquisições do exercício, estando devidamente contabilizados e evidenciados nas demonstrações financeiras. De citar que não ocorreram registos de abates no período de 2008.

- Foi efectuada a aquisição de uma viatura ao accionista Sr. Carlos. Deste modo, é necessário ter em atenção a existência de relações especiais.
- Foi obtida a certidão do registo predial, pelo que pôde comprovar-se na integra, a titularidade dos imóveis registados.
- Constatou-se que os seguros existentes não se mostravam suficientes para repor a capacidade instalada da empresa.³¹
- Os mapas de amortizações conferem com os registos contabilísticos. De mencionar que foi aplicado o método das quotas constantes, tendo sido calculadas amortizações às taxas máximas legalmente permitidas.
- No exercício de 2008, foi efectuada uma reavaliação livre dos terrenos classificados como imobilizado corpóreo, no montante de 4.391.140 euros, o que originou também um passivo por impostos diferidos, correctamente reconhecido no montante de 1.150.706,57 euros. Dada a sua relevância e concordância, esta situação foi referida na CLC como ênfase.³²
- O imobilizado da empresa encontra-se adequadamente apresentado e divulgado nas demonstrações financeiras.

³¹ Referido no ponto 5.5 do RAFE - M.T. 7.01.2

³² Referido no ponto 9 da CLC - M.T. 7.01.1 e respectivamente no ponto 4.2.1 do RAFE - M.T. 7.01.2

8. Capital, Reservas e Resultados Transitados

8.1. Aspectos contabilísticos

Esta classe regista os capitais próprios. As principais subcontas desta classe são:

51 – Capital:

Esta conta respeita ao capital nominal subscrito e credita-se aquando da subscrição do capital inicial e dos aumentos de capital que possam existir. Pela redução do capital ou pela extinção da sociedade, esta conta é debitada.

52 – Acções Próprias:

A conta “521 – Valor nominal” debita-se pelo valor nominal das acções próprias adquiridas, sendo que a rubrica “522 - Descontos e prémios” é movimentada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor nominal. Aquando da venda de acções próprias, para além do crédito da 521, movimentar-se-á a conta 522 pela diferença entre o preço de venda e o valor nominal. Simultaneamente, a conta 522 regulariza-se por contrapartida de reservas, de forma a manter os descontos e prémios de acordo com as acções próprias em carteira.

56 – Reservas de Reavaliação:

Corresponde à contrapartida dos ajustamentos monetários. Credita-se por débito da “42 – Imobilizações Corpóreas” pelos aumentos resultantes da reavaliação e debita-se pela sua realização e pelo registo do passivo por impostos diferidos.

57 – Reservas:

Esta rubrica regista todas as reservas que a empresa possua, com a excepção das reservas de reavaliação.

59 – Resultados Transitados:

Esta conta é utilizada para registar os resultados líquidos e os dividendos antecipados, provenientes do exercício anterior. Será movimentada subsequentemente de acordo com a aplicação de lucros ou a cobertura de prejuízos que for deliberada, bem como pela diferença entre os lucros imputáveis

*às participações nas empresas filiais ou associadas e os respectivos lucros que lhes forem atribuídos.*³³

8.2. Objectivos de auditoria a atingir

A finalidade do trabalho de auditoria nesta área, resume-se à necessidade de verificar se:

- Os procedimentos contabilísticos e as medidas de controlo interno relacionados com o capital próprio são adequados e estão, de facto, a ser aplicados.
- Os saldos evidenciados no balanço relacionados com as contas de capital próprio reflectem a classificação e extensão que respeitem os princípios de contabilidade geralmente aceites.
- Tais saldos e as relações entre si estão de acordo com as leis vigentes, com os estatutos da empresa e com as deliberações aplicáveis.
- Os movimentos ocorridos nas contas de capital próprio, durante o período analisado, estão devidamente documentados e autorizados por pessoas ou órgãos responsáveis.
- Todas as informações pertinentes estão adequadamente divulgadas no anexo ao balanço e à demonstração dos resultados.

8.3. Procedimentos e trabalho efectuado

No caso da “Metalúrgica, SA” existe:

51 – Capital: 400.000 €

52 – Acções Próprias: 490.000,00 €

O valor nominal destas é de 14.000 €, sendo o restante relativo a prémios.

³³ Capítulo 12 – Notas Explicativas do POC

56 – Reservas de Reavaliação: 3.445.986,10 €

57 – Reservas: 4.064.623,62 €

Compostas por reservas legais (lucros transferidos, impostos pela lei), reservas livres (lucros transferidos, não impostos pela lei) e reservas indisponíveis (referentes às acções próprias).

59 – Resultados Transitados: 128.309,98 €

Com o fim de alcançar os objectivos definidos, efectuou-se o seguinte trabalho:

- Foram revistas as políticas contabilísticas adoptadas pela empresa e o seu sistema de controlo interno. Actualizada a pasta de Arquivo Permanente.
- Preparado um mapa de análise do movimento ocorrido em todas as contas do capital próprio durante o exercício. Foi também examinada a documentação de suporte de todos esses movimentos e verificada a sua contabilização.
- Obtida cópia da certidão de registo comercial com data próxima da data de referência da auditoria.
- Verificada a existência ou não de restrições, legais ou internas, que limitem ou impeçam a distribuição de lucros ou de reservas e a existência de situações que obriguem à criação de reservas indisponíveis (como é o caso das acções próprias).
- Verificado se a movimentação das reservas de reavaliação foi efectuada de acordo com a DC n.º 16 e quantificado o montante não realizado da reserva de reavaliação.
- Foi ainda verificada a aplicação ou não das normas constantes do art.35º. do CSC (perda de metade do capital social).

8.4. Conclusões

Após efectuado o trabalho de campo, pôde concluir-se que:

- Resumidamente, os movimentos do exercício resultam de:
 - Afectação do resultado do exercício de 2007, conforme deliberação da Assembleia Geral constante da acta n.º 47.
 - Conforme referido na nota 12 do anexo ao balanço e à demonstração dos resultados, em 2008, a empresa procedeu a uma reavaliação livre dos terrenos o que originou um aumento dos capitais próprios, líquido dos impostos diferidos associados, de 3.240.434 euros.³⁴
- Os capitais próprios da empresa encontram-se adequadamente apresentados e divulgados nas demonstrações financeiras.

³⁴ Referido no ponto 9 da CLC - M.T. 7.01.1 e respectivamente no ponto 4.2.1 do RAFE - M.T. 7.01.2

9. Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)

9.1. Aspectos contabilísticos

A conta “62 – FSE” é uma das rubricas operacionais da classe de custos e perdas. Esta subdivide-se em “621 - Subcontratos” e “622 - Fornecimentos e Serviços”.

Antes de mais, de notar que os FSE se caracterizam por registarem os custos pagos ou a pagar a terceiros, tanto por serviços prestados por terceiros à empresa, como por fornecimentos de bens de consumo imediato, isto é, não armazenáveis.

Tal como descreve o POC, a conta “621 – Subcontratos” *compreende os trabalhos necessários ao processo produtivo próprio, relativamente aos quais se obteve a cooperação de outras empresas*³⁵, enquanto que a “622 – Fornecimentos e Serviços” *corresponde a todas as despesas pagas ou a pagar respeitantes a aquisições que se destinem a utilização imediata, ou consumo corrente*³⁶.

De referir ainda que, as despesas adicionais de compra de existências, como seguros, transportes de mercadorias, etc., devem ser imputados à conta “31 – Compras” e não à conta “62 – FSE”.

Vai então expor-se todo o trabalho de auditoria à presente rubrica da “Metalúrgica, SA” efectuado para o exercício de 2008, incluindo a explicação dos papéis de trabalho, a remeter para anexo.

9.2. Objectivos de auditoria a atingir

A auditoria aos FSE implica alcançar determinados objectivos. Assim, o trabalho realizado pretende concluir se:

³⁵ Capítulo 12 – Notas explicativas do POC

³⁶ Borges, António; Rodrigues, Azevedo; Rodrigues, Rogério (2007); Elementos de Contabilidade Geral (24.^a Edição), Áreas Editora - pág.628

- Os FSE reflectidos na demonstração dos resultados estão adequadamente apresentados;
- Os custos e perdas imputáveis ao exercício dizem respeito à actividade da empresa e foram necessários para a obtenção dos proveitos e ganhos contabilizados, estando devidamente registados no mesmo exercício.

9.3. Procedimentos e trabalho efectuado

Tendo em vista os objectivos de auditoria, é elaborado o respectivo programa de trabalho em anexo (*M.T. 14.62*). Este programa de trabalho descreve os procedimentos e testes a efectuar, as asserções a validar e os mapas de trabalho correspondentes.

9.3.1. Testes de conformidade

A DR/A 400 prescreve que:

18. Os testes de controlo são executados para obter prova de revisão/auditoria acerca da eficácia:

a) da concepção do SCI, isto é, se está ou não convenientemente concebido de forma a prevenir ou detectar e corrigir distorções materialmente relevantes; e

b) do funcionamento dos controlos internos durante o período.

Quando há referência a um sistema de controlo interno há que ter em atenção, tanto quanto possível, e deixar documentado, aquilo que a administração tem implementado ou pensa que está implementado.

No âmbito dos FSE, e para comprovar o funcionamentos do SCI implantado na empresa “Metalúrgica, SA”, foram efectuados testes de conformidade. Para tal foram seleccionados e recolhidos cinco conjuntos de documentos relativos a facturas de custos com FSE. Cada conjunto é composto pelos seguintes documentos:

1. - Nota de encomenda;
2. - Factura;
3. - Nota de liquidação e cheque;
4. - Extracto bancário com desconto do cheque;
5. - Recibo do Fornecedor
6. - Extracto contabilístico da conta do fornecedor;
7. - Diários de contabilização da operação (contabilização do custo e pagamento)

Utilizando estes documentos, efectuaram-se os testes aos custos com FSE (*M.T. 05.09*), os quais consistem em confirmar e validar determinados procedimentos realizados.

- O primeiro conjunto de documentos refere-se a uma factura de subcontratos registada em 31 de Janeiro de 2008 e corresponde a serviços de maquinação de produtos efectuados durante o mês de Janeiro.
- O segundo e terceiro processos correspondem a custos com transporte de mercadorias, dos quais, o primeiro é relativo a um frete marítimo de 3 contentores entre Lisboa e Luanda, em Fevereiro de 2008, e o segundo respeita a transportes entre Aveiro e França referentes a diversas vendas para clientes. Nenhum destes dois processos tinha requisição nem prova de terem sido aprovados.
- O quarto processo é referente à factura da renda de um pavilhão na feira de *Zaragoza*, durante Março de 2008.
- O último conjunto de documentos seleccionado é relativo à aquisição de ferramentas e utensílios de desgaste rápido, mais propriamente de diversas punções e matrizes para utilizar nas máquinas de produção.

Do teste a estes documentos, pôde concluir-se que existem procedimentos que, ao estarem implantados, são já um garante para a salvaguarda dos activos e para a fiabilidade da informação. No entanto, é de salientar alguns pontos:

- Nas encomendas de serviços ou aquisição de bens é importante que as funções de autorização, escolha de fornecedor e autorização do pagamento sejam realizadas por pessoas diferentes.

- Das consultas efectuadas aos diferentes fornecedores, deverá ficar sempre um registo actualizado quer de preços por serviço/artigo, quer de nomes de fornecedores, que servirá para futuras compras.

- Todas as requisições deverão dar sempre origem a uma nota de encomenda/pedido da empresa, a qual deverá ser numerada sequencialmente, para que se possa verificar com exactidão quais as encomendas/pedidos por satisfazer.

- Deverá, no final de cada compra, ser organizado um processo que reúna a factura do fornecedor, cópia da encomenda/pedido. Este processo deverá evidenciar todas as conferências efectuadas, permitindo a identificação de todas as pessoas na empresa intervenientes no mesmo, de forma a garantir o cumprimento de todos os procedimentos.

9.3.2. Testes substantivos

9.3.2.1. Análises à evolução do saldo

Com a crescente complexidade da actividade empresarial exige-se uma melhoria na qualidade da auditoria e, como tal, a utilização dos procedimentos analíticos é essencial e cada vez mais importante, tanto para o seu uso como teste substantivo, como para evidência de suporte da opinião do auditor.

Durante o ano foram efectuados análises de revisão analítica (Março, Maio, Setembro e, por fim, Dezembro), onde estão decompostas as diferentes subcontas de FSE e as suas variações, em valores absolutos e relativos.

De seguida, estão apresentadas essas análises, as quais permitem verificar a evolução das diferentes subcontas ao longo do ano de 2008. Aquando da existência de significativas oscilações e da detecção de variações não usuais, essas subcontas foram alvo de análises mais aprofundadas e detalhadas, com o intuito de serem corrigidos possíveis erros ou omissões contabilísticas, ou obtidas as devidas justificações.

Análise comparativa dos meses de Março de 2008/2007

Na análise ao desenvolvimento dos FSE e comparando-o com o período homólogo do ano anterior, verifica-se que estes apresentam um acréscimo ligeiro (na ordem dos 0,76%), totalizando até Março de 2008 o valor de 359.790 euros. As variações mais significativas encontram-se sintetizadas na tabela seguinte (**Tabela 8**):

<u>Fornecimentos e Serviços Externos</u>	Mar-08	Mar-07	Variação	
			Valor	%
Subcontratos	99.248,80	57.931,42	41.317,38	71,32%
Electricidade	10.026,99	8.425,60	1.601,39	19,01%
Combustíveis	21.863,31	28.508,02	-6.644,71	-23,31%
Água	234,78	63,38	171,40	270,43%
Ferramentas e utensílios de desgaste ráp	1.602,96	2.381,37	-778,41	-32,69%
Livros e documentação técnica	25,50	8,00	17,50	218,75%
Material de escritório	3.251,96	1.770,71	1.481,25	83,65%
Artigos para oferta	410,50	798,60	-388,10	-48,60%
Despesas de representação	4.414,56	8.325,50	-3.910,94	-46,98%
Comunicação	4.352,84	7.724,37	-3.371,53	-43,65%
Seguros	9.950,37	2.241,19	7.709,18	343,98%
Transportes de mercadorias	100.890,74	97.726,89	3.163,85	3,24%
Deslocações e estadias	7.806,04	5.599,23	2.206,81	39,41%
Comissões	26.567,45	66.422,51	-39.855,06	-60,00%
Honorários	2.350,00	3.920,00	-1.570,00	-40,05%
Contencioso e notariado	401,58	145,79	255,79	175,45%
Conservação e reparação	14.548,74	27.101,73	-12.552,99	-46,32%
Publicidade e propaganda	38.349,58	25.602,32	12.747,26	49,79%
Limpeza, higiene e conforto	687,85	482,46	205,39	42,57%
Trabalhos especializados	11.875,87	11.245,74	630,13	5,60%
Outros fornecimentos e serviços	930,07	665,22	264,85	39,81%
	359.790,49	357.090,05	2.700,44	0,76%

De salientar o aumento de 41.317 euros dos custos com subcontratos, o qual está relacionado com o aumento do volume de negócios e da produção.

Os gastos com seguros também registaram um acréscimo relevante em termos percentuais. Analisadas as razões, verifica-se que as mesmas se prendem com o facto de terem sido contratadas apólices para novas viaturas.

Os gastos com publicidade e propaganda aumentaram quase 50%. Estes justificam-se pelas participações, no início de 2008, em feiras, nomeadamente em Espanha e Alemanha. Em 2007 o valor contabilizado com gastos publicitários referia-se, em grande parte, à execução de novos catálogos para os três primeiros trimestres desse ano.

Os custos com conservação e reparação decresceram 12.552 euros. Este facto resulta de em Março de 2007 terem sido efectuadas reparações dispendiosas em diversas máquinas.

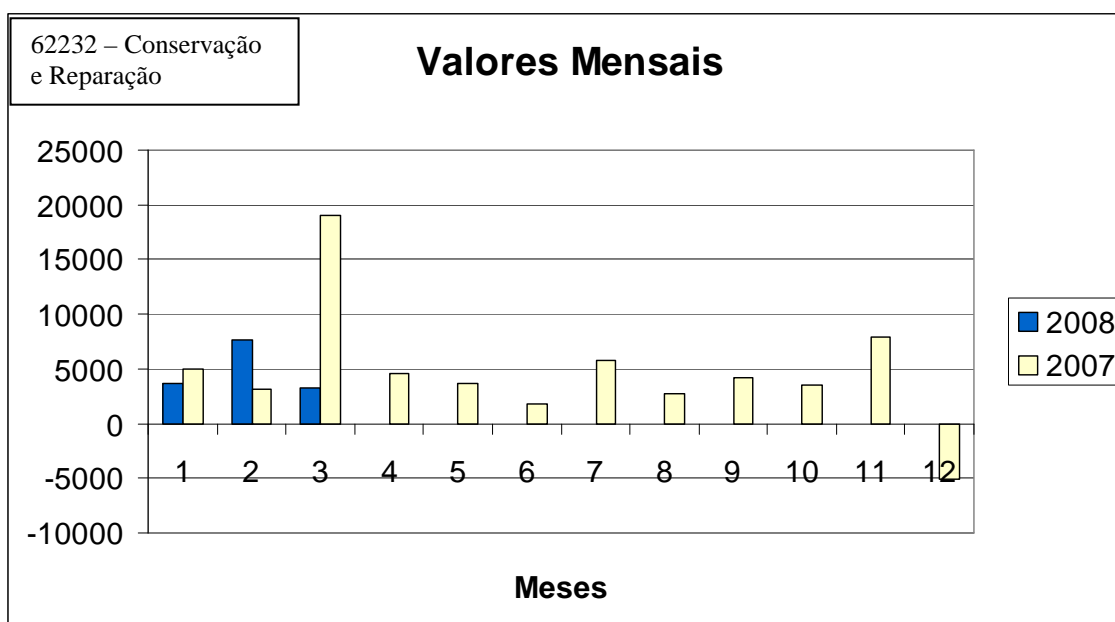


Gráfico 1 - Análise dos custos com conservação e reparação

Regista-se também a diminuição de gastos com comissões no valor de 39.855 euros. Após investigação na empresa, concluiu-se que esta variação advém do facto de terem sido terminados, a Janeiro de 2008, os vínculos com dois comissionistas e das vendas em que intervieram comissionistas terem diminuído.

Assim, pode verificar-se nos gráficos seguintes as variações ao nível da conta de FSE:

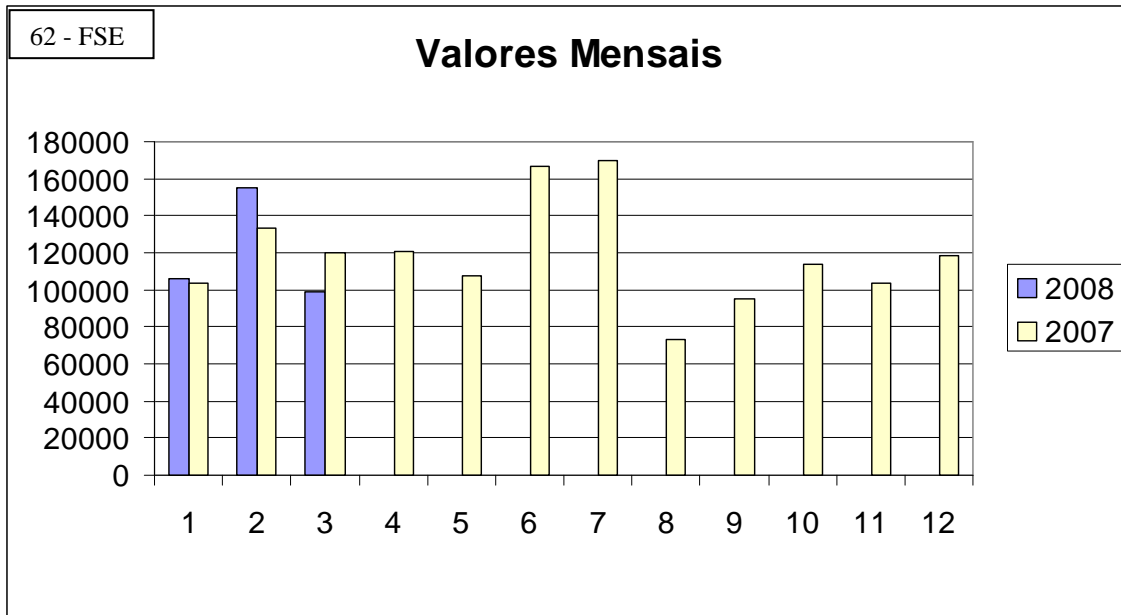


Gráfico 2 - Análise comparativa a Março, dos custos mensais com FSE

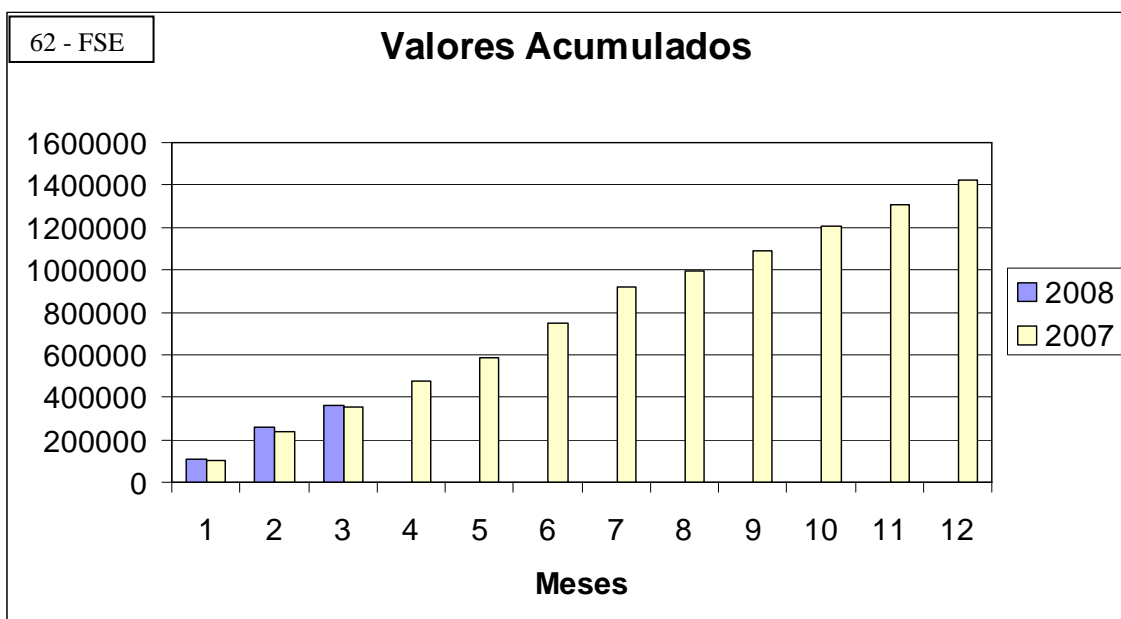


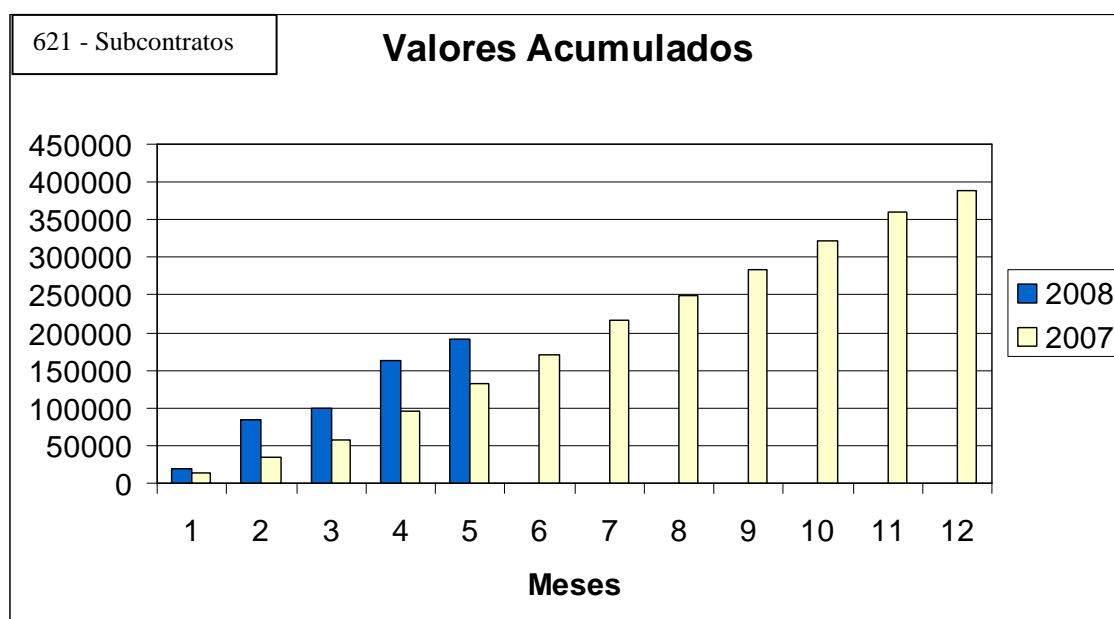
Gráfico 3 - Análise comparativa a Março, dos custos acumulados com FSE

Análise comparativa dos meses de Maio de 2008/2007

No mês de Maio é de referir que os FSE apresentam um acréscimo na ordem dos 10%, tal como se pode verificar pelos gráficos seguintes, ascendendo a 647.024 euros. As variações mais significativas encontram-se sintetizadas na tabela seguinte (**Tabela 9**):

<u>Fornecimentos e Serviços Externos</u>	Mai-08	Mai-07	Variação	
			Valor	%
Subcontratos	192.131,22	131.865,20	60.266,02	45,70%
Electricidade	17.021,81	15.539,82	1.481,99	9,54%
Combustíveis	35.347,52	47.288,35	-11.940,83	-25,25%
Água	411,68	147,39	264,29	179,31%
Ferramentas e utensílios de desgaste ráp	2.186,04	3.023,08	-837,04	-27,69%
Livros e documentação técnica	204,84	25,00	179,84	719,36%
Material de escritório	5.236,35	2.596,39	2.639,96	101,68%
Artigos para oferta	797,26	1.730,79	-933,53	-53,94%
Rendas e alugueres	722,09	1.850,00	-1.127,91	-60,97%
Despesas de representação	6.519,92	15.914,09	-9.394,17	-59,03%
Comunicação	8.170,36	11.473,28	-3.302,92	-28,79%
Seguros	14.245,93	11.394,13	2.851,80	25,03%
Transportes de mercadorias	177.336,61	148.249,40	29.087,21	19,62%
Deslocações e estadias	13.820,98	7.679,77	6.141,21	79,97%
Comissões	64.842,90	91.761,73	-26.918,83	-29,34%
Honorários	4.290,00	5.360,00	-1.070,00	-19,96%
Contencioso e notariado	401,58	562,79	-161,21	-28,64%
Conservação e reparação	29.230,05	35.323,45	-6.093,40	-17,25%
Publicidade e propaganda	52.842,96	36.841,12	16.001,84	43,43%
Limpeza, higiene e conforto	774,37	704,88	69,49	9,86%
Trabalhos especializados	18.815,99	14.918,69	3.897,30	26,12%
Outros fornecimentos e serviços	1.673,46	722,01	951,45	131,78%
	647.023,92	584.971,36	62.052,56	10,61%

O aumento dos subcontratos, no valor de 60.266 euros, é o principal factor para a variação registada pelos FSE (**Gráfico 4 - Análise dos custos com subcontratos**):



Este expressivo acréscimo está relacionado com o aumento do volume de negócios e com a diminuição dos custos com pessoal, visto que a “Metalúrgica, SA” recorreu mais a pessoal subcontratado.

Assim, pode verificar-se nos gráficos seguintes as variações ao nível da referida rubrica de FSE:

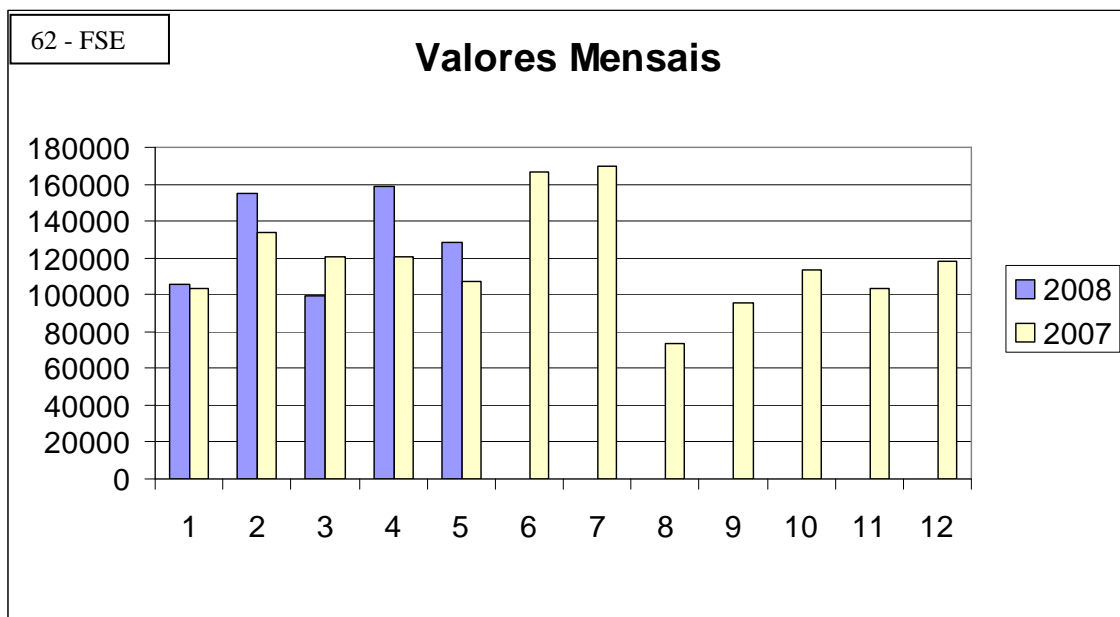


Gráfico 5 - Análise comparativa a Maio, dos custos mensais com FSE

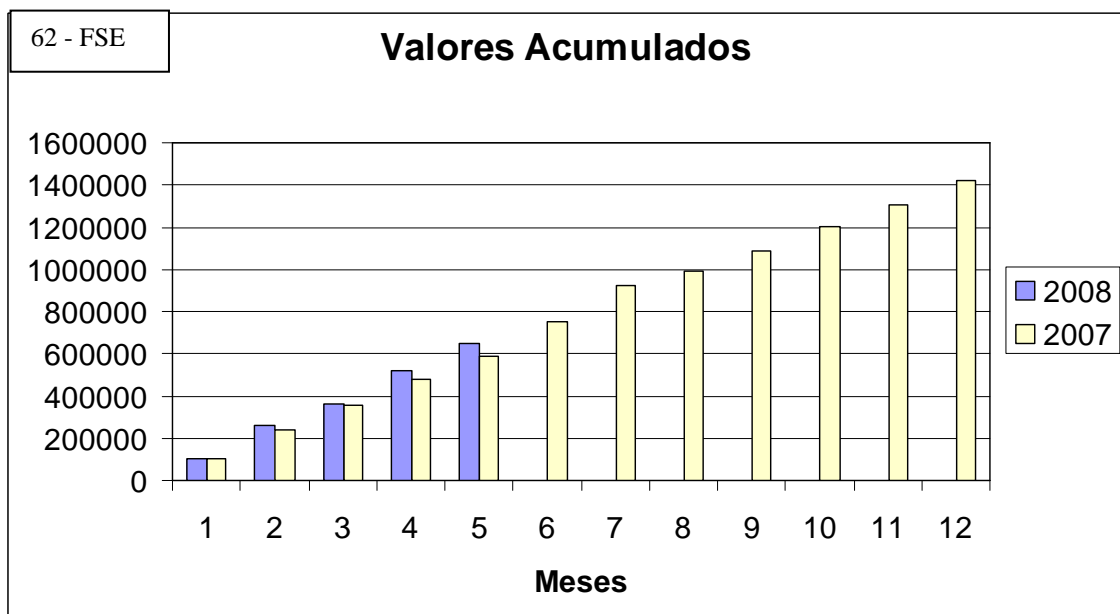


Gráfico 6 - Análise comparativa a Maio, dos custos acumulados com FSE

Análise comparativa dos meses de Setembro de 2008/2007

Quanto aos acumulados a Setembro de 2008 e comparativamente com o período homólogo do ano anterior, os FSE apresentam uma redução na ordem dos 5,74%, totalizando em 2008 o valor de 1.027.343 euros. As variações mais significativas encontram-se sintetizadas na tabela seguinte (**Tabela 10**):

<u>Fornecimentos e Serviços Externos</u>	Set-08	Set-07	Variação	
			Valor	%
Subcontratos	269.431,87	283.547,78	-14.115,91	-4,98%
Electricidade	29.223,46	32.529,26	-3.305,80	-10,16%
Combustíveis	67.575,06	74.748,65	-7.173,59	-9,60%
Água	651,13	348,57	302,56	86,80%
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	4.466,86	4.285,87	180,99	4,22%
Livros e documentação técnica	238,04	75,18	162,86	216,63%
Material de escritório	9.608,27	5.637,26	3.971,01	70,44%
Artigos para oferta	865,96	2.217,87	-1.351,91	-60,96%
Rendas e alugueres	602,09	4.500,00	-3.897,91	-86,62%
Despesas de representação	13.399,76	18.558,97	-5.159,21	-27,80%
Comunicação	13.823,27	17.965,59	-4.142,32	-23,06%
Seguros	28.169,24	31.050,15	-2.880,91	-9,28%
Transportes de mercadorias	280.045,66	286.189,35	-6.143,69	-2,15%
Deslocações e estadias	21.924,24	16.168,26	5.755,98	35,60%
Comissões	117.737,40	166.942,48	-49.205,08	-29,47%
Honorários	7.910,00	11.115,00	-3.205,00	-28,83%
Contencioso e notariado	535,08	778,67	-243,59	-31,28%
Conservação e reparação	47.279,44	49.831,58	-2.552,14	-5,12%
Publicidade e propaganda	72.877,46	57.456,84	15.420,62	26,84%
Limpeza, higiene e conforto	1.078,07	1.243,14	-165,07	-13,28%
Trabalhos especializados	37.573,22	22.707,50	14.865,72	65,47%
Outros fornecimentos e serviços	2.327,60	1.999,06	328,54	16,43%
TOTAL	1.027.343,18	1.089.897,03	-62.553,85	-5,74%

Nas variações da conta de FSE, de destacar a diminuição dos subcontratos, que até finais de Abril registava relevantes aumentos. Desde o mês de Maio, a “Metalúrgica, SA” optou por recorrer mais ao pessoal da empresa e não tanto a subcontratos.

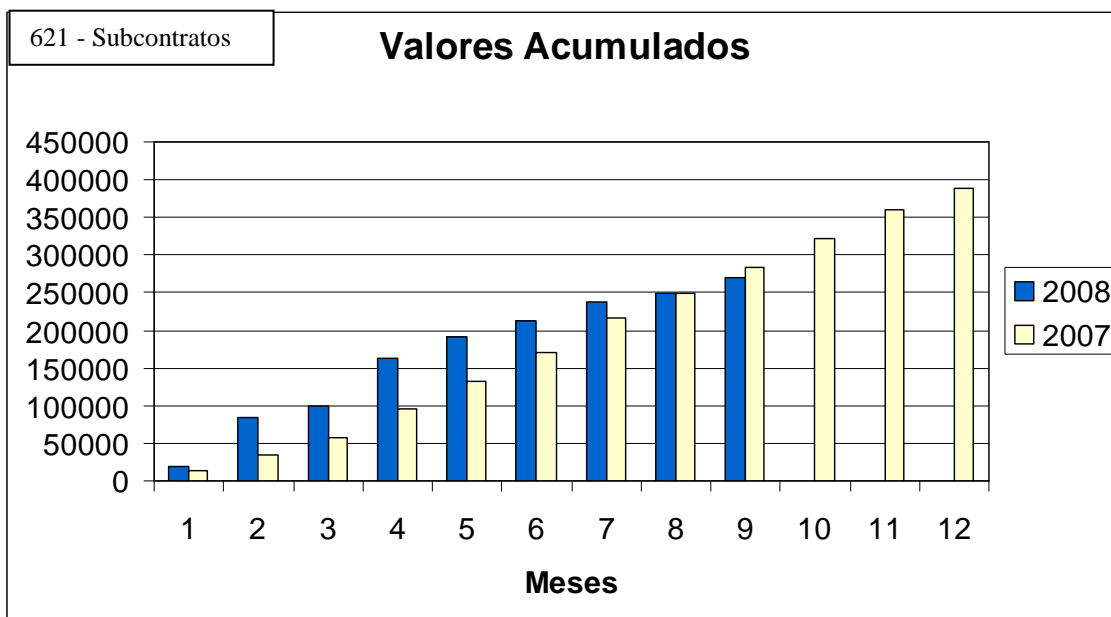


Gráfico 7 - Análise dos custos com subcontratos

De realçar também a diminuição de gastos com comissões em 49.205 euros.

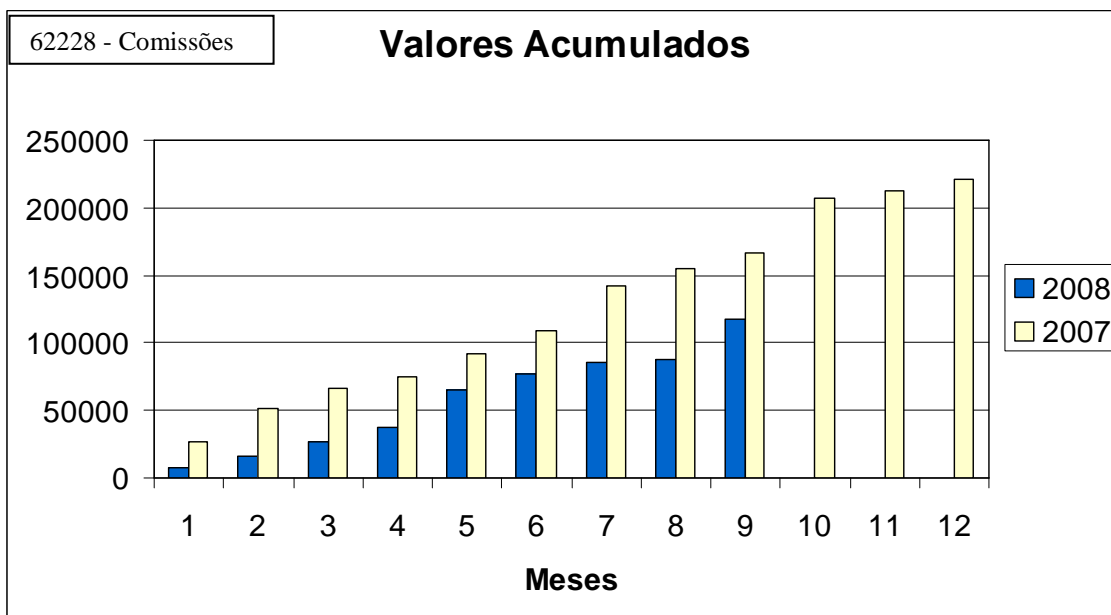


Gráfico 8 - Análise dos custos com comissões

Esta variação advém do facto de terem sido terminados a Janeiro de 2008, os vínculos com dois comissionistas e das vendas em que intervieram comissionistas terem diminuído, como já referido anteriormente.

Tal como reflectem os gráficos, a variação de 2007 para 2008, da conta de FSE inverteu, visto que até Maio os custos foram superiores em 2008 e depois de Maio passaram a ser inferiores, muito à custa dos registos nos meses de Junho e Julho de 2007. De referir que, nesses dois meses, os custos com comissões e com transportes de mercadorias foram muito significativos devido a vendas efectuadas para a Roménia.

Assim, pode verificar-se nos gráficos seguintes as variações ao nível dos FSE:

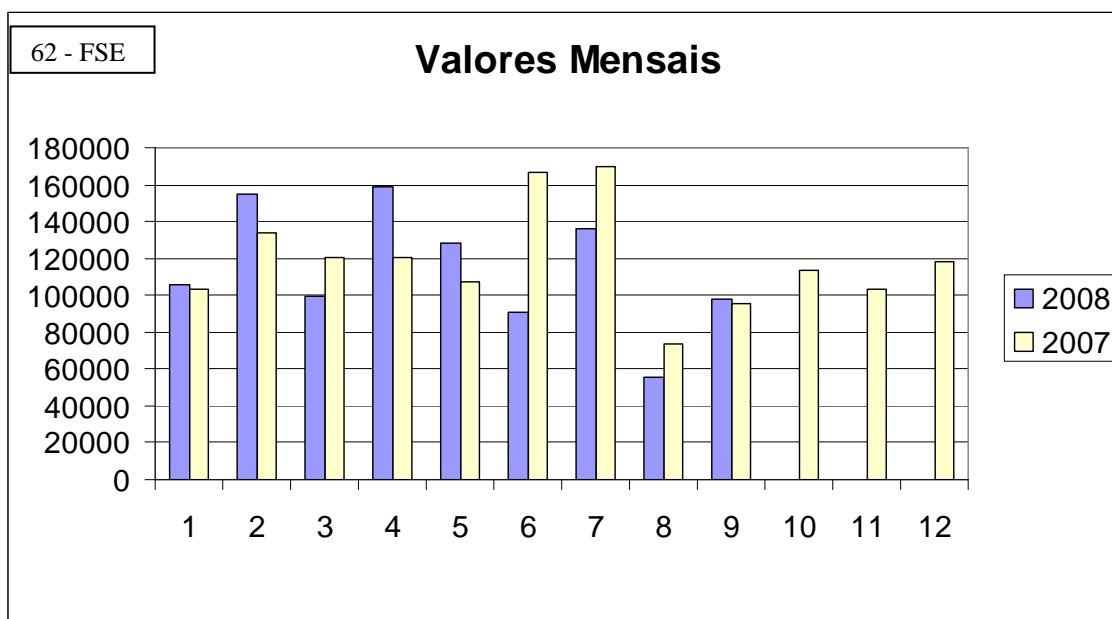


Gráfico 9 - Análise comparativa a Setembro, dos custos mensais com FSE

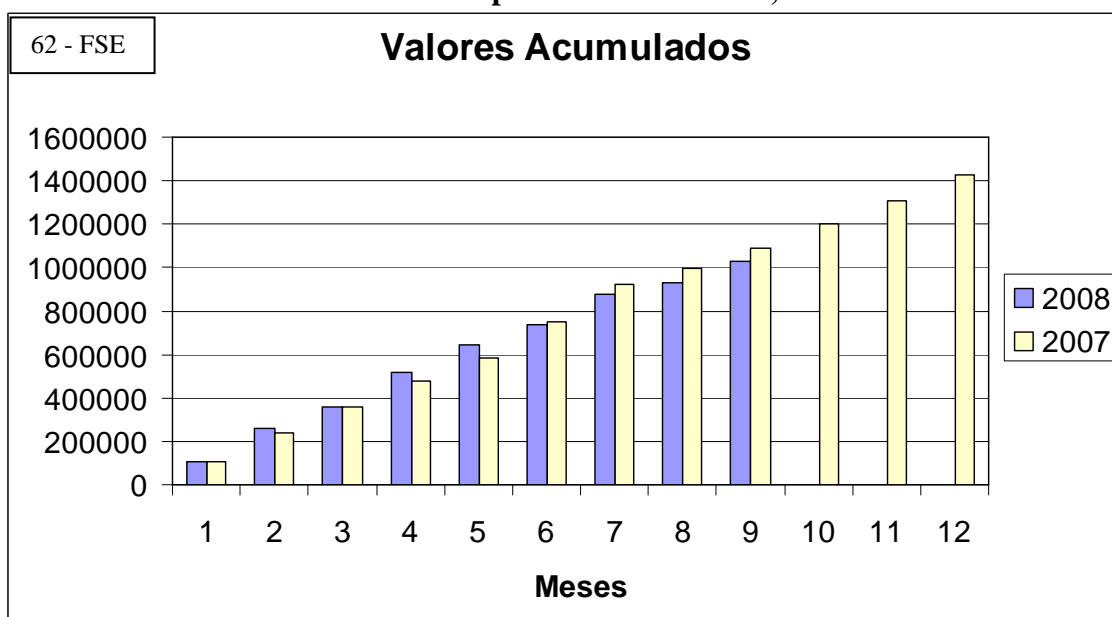


Gráfico 10 - Análise comparativa a Setembro, dos custos acumulados com FSE

Análise comparativa entre 2008 e 2007

Os FSE apresentaram-se, ao longo do exercício de 2008, como uma das rubricas que mais pesa na estrutura de custos da “Metalúrgica, SA”, dado que representam 13,04% do volume de negócios, tal como se pode observar no **M.T. 14.000**. Este papel de trabalho suporta a análise de revisão analítica efectuada e explicada de seguida.

Apresenta-se, também, em anexo, o mapa mensal comparativo (**M.T. 14.62.003**), que descrimina os valores registados mensalmente como FSE e permite comparar esses valores entre o ano de 2007 e 2008.

A média registada nesta conta atinge, em 2008, os 107.984 euros face aos 118.763 euros registados no período anterior, sendo Abril o mês em que os FSE alcançaram o valor mais elevado, enquanto que em 2007, foi em Junho e Julho que estes gastos atingiram os máximos do ano.

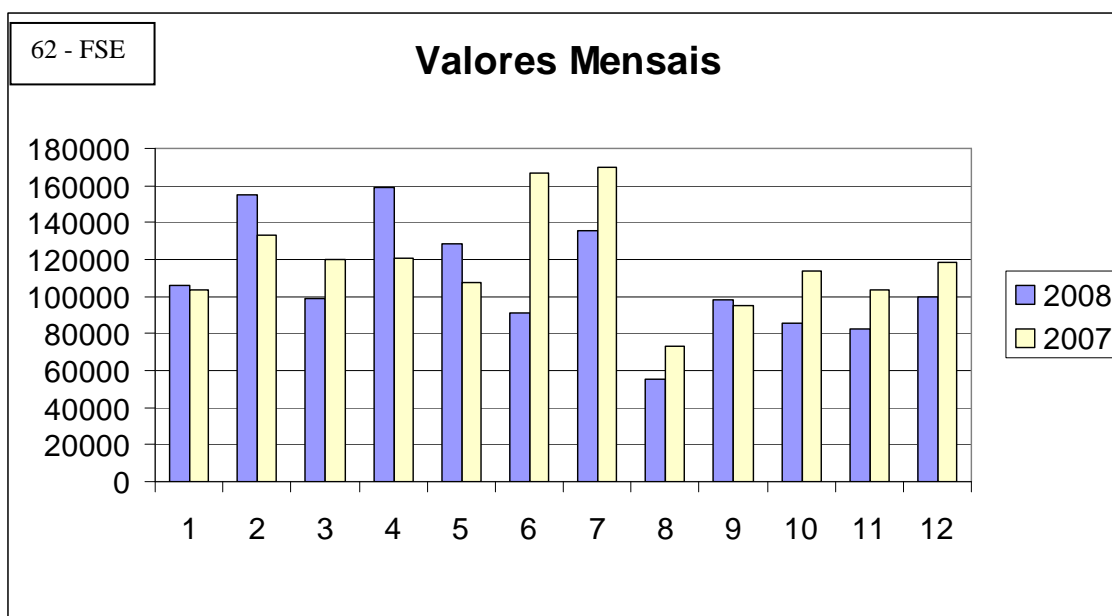


Gráfico 11 - Análise comparativa anual, dos custos mensais com FSE

A conta “62 – FSE”, face ao exercício anterior, registou uma redução na ordem dos 9,1% (menos 130.051 euros), contrariando a evolução do Volume de Negócios que aumentou cerca de 2,13%.

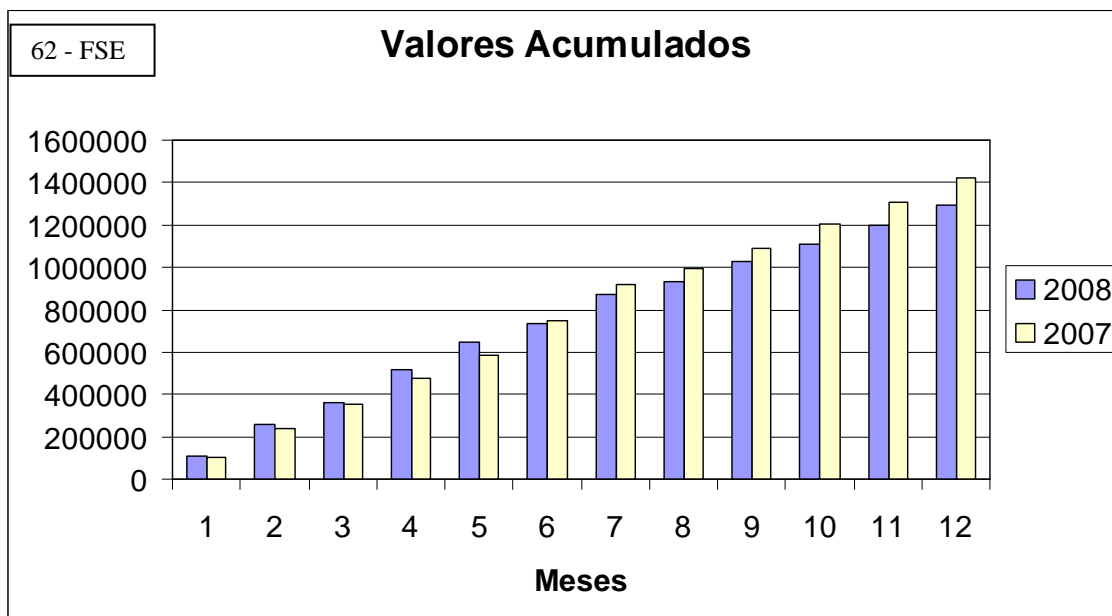


Gráfico 12 - Análise comparativa anual, dos custos acumulados com FSE

As rubricas que mais contribuíram para tal variação foram:

- A diminuição dos subcontratos em 83.315 euros, ou seja, menos 21,4%, que se deve:
 - À quebra da produção. De salientar que com o aumento do volume de negócios e o decréscimo da produção, o valor dos *stocks* em curso e acabados diminuiu.
 - À política da empresa em reduzir o recurso a trabalho temporário para fazer face à referida diminuição de produção.
 - Ao facto da “Metalúrgica, SA” ter efectuado, em 2008, investimentos na modernização de máquinas e procedimentos de produção, também fez com que a necessidade de mão-de-obra diminuísse.
- A diminuição dos gastos com energia na ordem dos 4,4%, que traduzem também a diminuição da produção em simultâneo com a maior racionalização eléctrica através da introdução de equipamentos novos.

- A diminuição dos custos com combustíveis em 24.737 euros (17%), resulta da redução do preço dos combustíveis e está relacionado, também, com o facto do volume de negócios para o mercado interno ter decrescido.
- A par das diminuições referidas anteriormente, é de assinalar a redução de 20% das comissões, facto directamente relacionado com o volume de negócios ter sido conseguido em mercados com menor incidência dos comissionistas, para além do numero de comissionistas ao serviço da empresa ter diminuído, em 2008.
- Por outro lado, de referir que o aumento registado ao nível do recurso a trabalhos especializados atinge os 44.730 euros (149%), facto que resulta, quase exclusivamente, do reconhecimento em Dezembro de 2008, do custo com a análise de um projecto efectuado por uma empresa externa durante Novembro e Dezembro, no montante de 27.500 euros. O referido projecto refere-se ao estudo da possibilidade de aquisição de parte do capital de uma empresa concorrente, o qual não se veio a verificar visto se ter concluído não ser rentável.

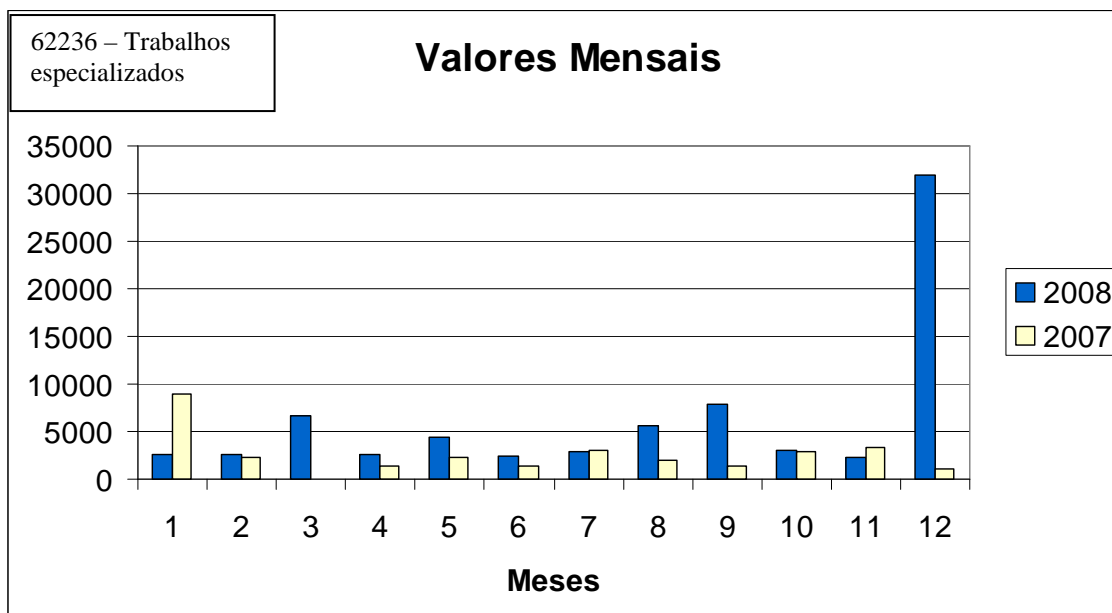


Gráfico 13 - Análise dos custos com trabalhos especializados

Para a observação das variações trimestrais dos FSE dos últimos exercícios, apresenta-se, em anexo, um quadro de análise trimestral comparativa (*M.T. 14.62.003*³⁷). Neste mapa, para além das variações não usuais já apresentadas nas análises efectuadas anteriormente, pode verificar-se o valor registado em cada subconta de FSE de forma decrescente, sendo a subconta transporte de mercadorias a que tem um peso maior nos fornecimentos e serviços a 31 de Dezembro de 2008. Esta subconta atingiu no exercício de 2008, o valor mais alto dos últimos 4 anos, apesar de não ter variado muito quando comparado com o período de 2007. O facto do custo com transportes de mercadorias ser elevado está directamente relacionado com o relativo crescimento das vendas para o mercado externo e consequentemente o transporte das mesmas ser requisitado mais vezes.

9.3.2.2. Análise documental

Faz parte do trabalho de auditoria efectuar, numa base de amostragem, uma análise física aos documentos e aos respectivos registos contabilísticos realizados pela empresa ao longo do ano. Este trabalho tem como finalidade:

- A obtenção das justificações e razões para as variações não usuais de algumas rubricas;
- A verificação e conferência dos registos contabilísticos, o que permitirá poder detectar erros de registo, caso existam;
- A conferência do cumprimento de todos os aspectos legais e fiscais implícitos em cada documento e registo.

Foram então seleccionados os documentos a verificar, sendo essa amostra composta pelos registos de maior valor em cada rubrica de FSE. O total da amostra representa cerca de 44% do total dos custos, tal como se pode observar na tabela seguinte, no resumo da amostra (**Tabela 11**).

³⁷ Corresponde ao segundo mapa deste papel de trabalho

Metalúrgica, SA

Análise documental aos custos com FSE em 31-12-2008

Conta	Descrição	Saldo verificado	Saldo conta	% Testada
621	Subcontratos	167.381,85 €	305.105,52 €	54,86%
62211	Electricidade		37.366,53 €	
62212	Combustíveis	15.107,77 €	67.540,02 €	22,37%
62213	Água	0,00 €	710,44 €	0,00%
62214	Outros Fluídos	0,00 €	0,00 €	0,00%
62215	Ferramentas e Utensílios	2.131,78 €	5.163,83 €	41,28%
62216	Livros e Documentação Técnica	0,00 €	238,04 €	0,00%
62217	Material de Escritório	1.602,00 €	10.536,43 €	15,20%
62218	Ofertas	644,99 €	1.220,15 €	52,86%
62219	Rendas e Alugueres	231,97 €	602,09 €	38,53%
62221	Despesas de Representação	9.275,72 €	25.249,60 €	36,74%
62222	Comunicação		19.819,89 €	
62223	Seguros		40.393,02 €	
62224	Royalties	0,00 €	0,00 €	0,00%
62225	Transporte de Mercadorias	98.672,49 €	330.412,88 €	29,86%
62226	Transporte de Pessoal	0,00 €	0,00 €	0,00%
62227	Deslocações e Estadas	9.606,83 €	28.799,04 €	33,36%
62228	Comissões	114.493,97 €	176.209,44 €	64,98%
62229	Honorários	2.180,00 €	8.210,00 €	26,55%
62231	Contencioso e Notariado	654,20 €	983,52 €	66,52%
62232	Conservação e Reparação	24.210,16 €	56.843,91 €	42,59%
62233	Publicidade	73.075,93 €	100.383,82 €	72,80%
62234	Limpeza, Higiene e Conforto	0,00 €	1.435,86 €	0,00%
62235	Vigilância e Segurança	0,00 €	0,00 €	0,00%
62236	Trabalhos Especializados	50.214,45 €	74.782,93 €	67,15%
62298	Outros Fornecimentos e S. Externos	865,45 €	3.095,49 €	27,96%
62299	Outros	0,00 €	0,00 €	0,00%
		570.349,56 €	1.295.102,45 €	44,04%

Relativamente à verificação dos documentos respeitantes a custos com electricidade, comunicação e seguros foi realizada, aquando da análise aos acréscimos e diferimentos, não havendo nada a assinalar, tanto ao nível da especialização do exercício como ao nível de outras situações passíveis de correcção.

Passando para a análise documental propriamente dita, encontra-se em anexo o **M.T. 14.62.000**, com a relação dos documentos analisados. O referido mapa inclui, por registo de custo, os dados da contabilidade, do documento externo, o tratamento dado em sede de IVA e relativo à retenção na fonte e a aprovação ou não do documento seguida da caracterização e discriminação sumária do custo e do respectivo procedimento.

Verificam-se diversas situações que, pelas variadas razões descritas nas observações no **M.T. 14.62.000**, não têm o devido tratamento. Algumas delas foram corrigidas e já se apresentam nesse M.T. como aprovadas, mas é de referir que outras são susceptíveis de chamadas de atenção e de efeitos no parecer emitido nos relatórios do auditor.

9.4. Conclusões

Em consequência do trabalho efectuado na área de FSE na empresa “Metalúrgica, SA”, de citar os seguintes aspectos:

- Foram verificadas as variações não usuais e obtidas justificações para as mesmas.
- De referir que a Administração Fiscal só considera como custos ou perdas do exercício, os que forem indispensáveis para a realização dos proveitos ou para a manutenção da fonte produtora³⁸.
 - Assim, importa referir que existem vários custos em que não é evidente a relação do custo com a actividade da empresa, nem devidamente efectuada a identificação da empresa, nomeadamente, nome, designação social, morada e número de identificação fiscal, sobretudo no que diz respeito a deslocações e estadas, despesas de representação e artigos para oferta. Ainda relativamente à conta de despesas de representação constata-se que existem valores contabilizados, relativos a várias viagens, nomeadamente ao Brasil, que se encontram nas condições atrás referidas. De ter em atenção, que são considerados

³⁸ Referido no ponto 5.6 do RAPE - M.T. 7.01.2

como despesas de representação, *os encargos suportados com recepções, refeições, viagens, passeios e espectáculos oferecidos no país ou no estrangeiro a clientes ou fornecedores ou ainda a quaisquer outras pessoas ou entidades*. Estando estas despesas sujeitas a tributação autónoma à taxa de 10%, deve existir um cuidado suplementar no critério de classificação entre deslocações e estadas e despesas de representação.

▪ Quanto às despesas com combustíveis, importa referir que não são aceites como custo fiscal as despesas que o sujeito passivo não faça prova de que as mesmas respeitam a bens do seu activo e não ultrapassam os consumos normais.

▪ Chama-se também à atenção da empresa que não é aceite como custo fiscalmente dedutível, o IVA suportado em operações efectuadas noutros Estados Membros da União Europeia e cujo reembolso não seja solicitado pelo sujeito passivo. De reter que foi verificada uma situação em gastos com publicidade, em que foi pago e lançado como custo o IVA suportado nessa operação, mas ainda não foi solicitado o reembolso do mesmo³⁹.

▪ No exercício de 2008 foram detectadas algumas situações em que a contabilização dos custos não respeitou integralmente o princípio da especialização, e registos que estão contabilizados e reconhecidos como custo do exercício e que satisfazem a definição de activo, pelo que deveriam ter sido capitalizadas. Assim é de chamar a atenção para as eventuais contingências fiscais decorrentes desta situação⁴⁰.

▪ De relatar que, ainda que seja uma situação pontual, foi detectada a contabilização como transporte de mercadorias de um custo de transporte relativo a uma compra de mercadorias que deveria ser registado como gasto adicional de compras, pelo que, apesar de ocasional, a margem de comercialização dessa mercadoria encontra-se distorcida.

³⁹ Referido no ponto 5.7 do RAPE - M.T. 7.01.2

⁴⁰ Referido no ponto 5.9 do RAPE - M.T. 7.01.2

10. Outros Custos e Perdas e Outros Proveitos e Ganhos

10.1. Aspectos contabilísticos

Para além do CMVMC, dos FSE e dos custos com pessoal já abordados noutros pontos deste relatório, apresenta-se de seguida o trabalho efectuado ao nível de outros custos e perdas.

Uma vez que as contas de vendas e prestações de serviços, que são as mais significativas de todos os proveitos e ganhos, também já foram abordadas no presente trabalho, mais especificamente na área de “Vendas, Prestações de serviços e Dívidas a receber”, resta expor o trabalho efectuado relativamente aos restantes proveitos e ganhos.

De referir que os custos e perdas e os proveitos e ganhos são as contas que apuram o desempenho da actividade das empresas, num determinado período. Os saldos das subcontas destas duas classes, deverão ficar saldados no fim de cada exercício, aquando do apuramento dos resultados, transferindo-os para a classe “8 – Resultados”.

10.2. Objectivos de auditoria a atingir

Os objectivos da auditoria a atingir são os seguintes:

- Os custos e perdas e proveitos e ganhos reflectidos na demonstração dos resultados estão adequadamente classificados e os de natureza operacional, financeiros e extraordinários foram adequadamente segregados entre si.
- Todas as despesas de venda incluindo bónus, comissões, descontos e outros abatimentos relacionados com as vendas e prestação de serviços contabilizados no exercício, foram apropriadamente apresentados na demonstração dos resultados de modo consistente com o ano anterior.
- Os restantes custos e perdas imputáveis a exercícios:
 - Dizem respeito à actividade da empresa;
 - Foram necessários para a obtenção dos proveitos e ganhos contabilizados;
 - Estão devidamente contabilizados no exercício a que respeitam.

- Os outros proveitos e ganhos contabilizados em 2008, representam todas as transacções realizadas no exercício.
- Todas as situações de divulgação exigível no anexo ao balanço e à demonstração dos resultados, assim como outra informação de divulgação considerada necessária, foram nele incluídas.

10.3. Procedimentos e trabalho do auditor

A discriminação das contas, tanto da classe de custos e perdas, como da classe de proveitos e ganhos, consta no *M.T. 14.000*.

Os procedimentos efectuados para o alcance dos objectivos foram:

- Revistas as políticas contabilísticas adoptadas pela empresa e o seu sistema de controlo interno.
- Efectuadas análises mensais às diversas contas de “Custos e Perdas” e de “Proveitos e Ganhos”. Com base nessas análises, obtiveram-se explicações relativamente a:
 - Variações significativas entre os meses do ano 2008;
 - Variações significativas com a média mensal de 2007;
 - Variações significativas entre os meses respectivos do ano de 2008 e 2007.
- Foram analisados, através da respectiva documentação de suporte, os valores que se afastam das médias mensais, verificando-se a:
 - Autorização para a realização da despesa;
 - Relação da natureza da despesa, ou do proveito, com a actividade da empresa;
 - Existência de proveito que contrabalance o custo e vice-versa;
 - Adequada classificação e especialização contabilísticas.

- Relativamente a Dezembro do exercício de 2008, foi testada a adequação da especialização do exercício.
- No final do trabalho, concluiu-se sobre a contabilização dos custos e perdas do exercício de 2008. Torna-se essencial que os papéis de trabalho permitam responder às variações mais significativas ocorridas nos custos, relacionando sempre este facto com a obtenção dos proveitos e ganhos (exemplificando: aumento dos transportes de mercadorias / aumento das vendas para o mercado externo). Este facto não invalida a análise documental.
- Concluiu-se também, sobre a contabilização dos proveitos e ganhos do ano.
- Testaram-se os aspectos fiscais relacionados com as diversas contas de proveitos.
- Foi testada a totalidade da facturação emitida, comprovando que todas as facturas foram contabilizadas.

10.4. Conclusões

De referir que não existem aspectos relevantes a assinalar ou susceptíveis de correcções ou chamadas de atenção:

- Foram efectuadas análises mensais às diversas contas de “Custos e Perdas” e obtidas explicações e justificações para variações não usuais.
- Foram obtidos mapas de evolução das contas de “Proveitos e Ganhos”, tendo estas, sido alvo de verificação e justificação, quando necessário.
- Encontra-se testada a adequação da especialização dos custos, no exercício de 2008.
- A especialização de proveitos e ganhos do exercício foi também verificada e dada como adequada.

- Ao nível dos custos e perdas financeiros, verificou-se que a empresa registou um ligeiro aumento face ao exercício anterior, o qual resulta, essencialmente, do aumento ao nível do descontos de pronto pagamento concedidos. Os custos e perdas extraordinários diminuíram cerca de 9.967 €, essencialmente devido à redução verificada na rubrica de multas e penalidades.
- Os proveitos e ganhos da empresa encontram-se bem contabilizados, pelo que também não há nada a referir relativamente ao tratamento dos mesmos.

FUNÇÕES DESEMPENHADAS FACE À TEORIA

Propostas de melhoria

O enquadramento teórico abordado ao longo das cadeiras do curso, inicialmente do bacharelato, depois da licenciatura e agora do mestrado, serviu e foi essencial para o desempenho de todas as actividades e funções desenvolvidas no estágio.

Seguindo os passos de uma auditoria, desde o planeamento, trabalho de campo (incluindo controlo interno e testes substantivos) e, por fim, conclusões e relatórios do auditor, todos estes foram estudados durante a formação académica, tendo sido aplicados na prática, durante o estágio. Essa aplicação prática demonstrou-se bastante completa e desenvolvida, indo, muitas vezes, para além da vertente teórica.

Assim sendo, não há indicações complementares a propor, sendo de incentivar e sugerir, que possam vir a existir cada vez mais estágios, para discentes que se encontrem na fase final do mestrado, uma vez que é a altura certa para aplicar e desenvolver os conhecimentos através da prática, o que só no mercado de trabalho é possível.

CONCLUSÃO

Chegada esta fase do trabalho, apresenta-se uma síntese de conclusões, bem como as perspectivas futuras que o trabalho lança e deixa em aberto.

Pode dar-se por alcançada a finalidade que inicialmente foi proposta, em descrever e explicar o trabalho de auditoria realizado durante estes meses. O desejo de poder ver a tarefa cumprida e o cuidado em alcançar esse desejo, tornou possível fazer face a todas as contrariedades.

Síntese das actividades desenvolvidas e competências adquiridas no estágio:

Visto que o trabalho efectuado durante o estágio abrangeu serviços de auditoria, consultoria e revisão das contas em várias empresas, o enriquecimento dos conhecimentos e a elevada aprendizagem prática e técnica são, sem dúvida, um facto.

De salientar que foram abordadas, no decorrer do estágio, todas as áreas de auditoria e respectivas classes contabilísticas, das mais diversas entidades, clientes da sociedade.

Resumo dos resultados e conclusões obtidas:

Mediante os objectivos traçados e o trabalho desenvolvido, apresentam-se as seguintes conclusões:

- Começar por planear uma auditoria demonstra-se essencial para que todo o tempo e trabalho seja optimizado, eficaz e eficiente.
- Para uma empresa de auditoria externa, torna-se muito difícil e raro poder concluir que o CI e os correspondentes testes, são suficientes para formular uma opinião positiva e sem ressalvas, pelo que, geralmente, a base para a formulação de uma opinião que permita concluir que está representada de forma verdadeira e apropriada a posição da empresa, é a execução de testes substantivos, sendo que quanto maior a necessidade, mais profundos e detalhados devem ser esses testes.
- Os inventários, como relevante rubrica de balanço que normalmente é, necessitam de todo o cuidado e atenção nos registos. Assim, tanto o teste às contagens físicas, como a

conferência e julgamento da valorização, são essenciais para que as quantidades e os valores inscritos como existências finais estejam correctos. O facto de não estar implementado um SIP, limita todo o rigor da mensuração e quantificação dos *stocks*. Ainda que possa ser oneroso e trabalhoso, o SIP atribui outra credibilidade às contas.

- De salientar que existem diversos factores, obrigações e regulamentações que é necessário respeitar, aquando do tratamento contabilístico e fiscal dado a cada documento.

Contributo das actividades e perspectivas futuras:

Encontra-se consumado e explanado, o enquadramento do trabalho de auditoria, principalmente e com especial ênfase, nas rubricas de existências e FSE, sendo de referir que ao longo do estágio foi dado o apoio e o aconselhamento possível à empresa em causa, para que alguns procedimentos pudessem ser melhorados e corrigidos.

Espera-se que o presente estudo possa ainda, ajudar e ser suficientemente perceptível para todos os interessados que queiram ver as suas dúvidas e incertezas, relativas a estas matérias, dissipadas, pelo que são da responsabilidade do autor, eventuais insuficiências que possam estar contidas neste trabalho.

A nível pessoal, o estágio desenvolvido possibilitou, para além da melhoria dos conhecimentos, experiência e relacionamento social, continuar a exercer a profissão na SROC.

BIBLIOGRAFIA

- Bento, José; Machado, José Fernandes (2005) - POC Explicado, 27.^a Edição, 2005. ISBN 972-0-01226-9
- Borges, António; Rodrigues, Azevedo; Rodrigues, Rogério (2007) - Elementos de Contabilidade Geral (24.^a Edição), Áreas Editora
- Costa, Carlos Baptista da (2007) - Auditoria Financeira, Teoria & Prática, 8.^a Edição, Editora Rei dos Livros, 2007. ISBN: 978-972-51-1127-7.
- Lourenço, João Cabrito (1999) - Auditoria Fiscal, A Gestão e o Planeamento Fiscal, Vislis Editores, 1999. ISBN: 972-52-0053-5
- Silva, Jorge Manuel Teixeira da [et al.] (2008) - O Trabalho Fecho de Contas do Exercício de 2008, 44.^a Edição - APECA. ISBN: 978-989-8095-07-7. p.253-283

Outros registos bibliográficos

- Decreto-Lei n.º 410/89, de 21 de Novembro - Plano Oficial de Contabilidade.
- Decreto-Lei n.º 262/86 – Código das Sociedades Comerciais
- Decreto-Lei n.º 394-B/84 – Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado
- Decreto-Lei n.º 442-A/88 – Código do Imposto sobre o Rendimento Pessoas Singulares
- Decreto-Lei n.º 442-B/88 – Código do Imposto sobre o Rendimento Pessoas Colectivas
- Directiva n.º 78/660/CEE (4ª Directiva), do Conselho, de 25 de Julho
- DR/A 300 – Planeamento (1999)
- DR/A 400 – Avaliação do Risco de Revisão/Auditoria (2000)
- DR/A 410 – Controlo Interno (2000)
- ISA 500 – Prova de Auditoria (2004)
- Papeis de trabalho - DRAC 2008, da Jorge, Vitor, Neto, Fernandes & Assoc., SROC
- Papeis de trabalho - Dossier de Revisão/Auditoria Informatizado, BDC, SROC, Versão 2
- Consultado em 16 de Outubro de 2009 de:

http://www.thinkfn.com/wikibolsa/Imagem:Flowchart-analise_de_risco_de_auditoria.JPG

ANEXOS – Papéis de Trabalho

Metalúrgica, S.A.

2008

	M.T.ANEXO
ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO CORRENTE	
1. RESUMO DOS DOCUMENTOS EM “ARQUIVO PERMANENTE”	
2. IDENTIFICAÇÃO DO CLIENTE	
3. PLANEAMENTO DA AUDITORIA	x
4. SINTESE DA REVISÃO	
5. CONTROLO INTERNO	x
6. PAPEIS DE TRABALHO, PARA CONTROLO DOS SALDOS AUDITADOS	
7. PRESTAÇÃO DE CONTAS	x
8. BALANCETES	
TESTES DE PORMENOR E DE SALDOS	
9. DISPONIBILIDADES	
10. TERCEIROS	x
11. EXISTÊNCIAS	X
12. IMOBILIZAÇÕES	
13. CAPITAL, RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS	
14. CUSTOS E PERDAS	X
15. PROVEITOS E GANHOS	
16. RESULTADOS	
17. PERIODO SUBSEQUENTE	
18. GARANTIAS	
19. DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS - MOD. 22	
20. ANEXO	
21. TRABALHO TRIMESTRAL	
22. EXAME ANALÍTICO	
23. DIVERSOS	

	Indexação	I.T.
ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO CORRENTE		
...		
3. PLANEAMENTO DA AUDITORIA		
· Relatório do Planeamento;	3.01	x
· Questionário de avaliação do Risco Global;	X1.11.1	x
· Questionário de avaliação do Risco de Fraude;	X1.11.3	x
· Mapa Confiança no Controlo Interno;	3.02	x
· Mapa Risco Efectivo por Áreas;	3.03	x
· Questionário de avaliação do risco em existências;	11.00S0	x
· Revisão Analítica Preliminar.	3.04	x
· Quadro de Estratégia Final.	3.05	x
· Materialidade.	X1.9	x
...		

	Indexação	I.T.
ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO CORRENTE		
...		
5. CONTROLO INTERNO		
· Questionários sobre Incompatibilidade de Funções;	5.01	x
· Questionários sobre Incompatibilidade de Funções - Existências;	5.05	x
· Testes de conformidade;	5.09	x
· Relatório sobre o Controlo Interno.	5.16	x
...		

Metalúrgica, S.A.

2008

	Indexação	I.T.
ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO CORRENTE		
...		
7. PRESTAÇÃO DE CONTAS		
· Certificação Legal das Contas;	7.01.1	x
· Relatório Anual da Fiscalização Efectuada.	7.01.2	x
...		

Metalúrgica, S.A.

2008

	Indexação	I.T.
ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO CORRENTE		
...		
10. TERCEIROS		
· Verificação de N. Crédito do exercício e período subseq.	10.21.006	x
· Verificação de N. Crédito do exercício e período subseq.	10.22.006	x
...		

	Indexação	I.T.
ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO CORRENTE		
...		
11. EXISTÊNCIAS		
· Programa auditoria existências;	11.30	x
· Questionário Controlo Interno;	11.30.CI	x
· Questionário de inventário e contagens físicas;	11.30.003	x
· Teste às Contagens;	11.30.004	x
· Teste à Valorimetria - Existências valorizadas ao custo de aquisição;	11.30.005	x
· Teste à Forma de Custear as Saídas/Valorimetria;	11.30.006	x
· Resumo do Trabalho Efectuado;	11.30.007	x
· Mapa dos Ajustamentos, resumo do movimento anual / Inventário avarias;	11.30.008	x
· Análise da Valorização de P. Acabados - CºUn. das M.Pr. incorporadas nos PTC e PA;	11.30.009.1	x
· Análise da Valorização de P. Acabados - Coeficiente de imputação;	11.30.009.2	x
· Análise da Valorização de P. Acabados - Gastos com fundição;	11.30.009.3	x
· Recolha de elementos para corte de operações;	11.30.011	x
· Teste à realização	11.30.012	x
· Teste à cobertura de seguros;	11.32.005	x
· Desagregação da conta - balancete contabilidade geral.	11.32.011.1	x
· Desagregação da conta - balancete contabilidade analítica.	11.32.011.2	x
· Teste às operações de Corte à saída;	11.32.027	x
...		

	Indexação	I.T.
ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO CORRENTE		
...		
14. CUSTOS E PERDAS		
· Teste às variações de custos e proveitos e evolução dos saldos;	14.000	x
· Análise à Variação da Margem;	14.61.004	x
· Programa Auditoria Fornecimentos e Serviços Externos;	14,62	x
· Análise documental dos custos com Fornecimentos e Serviços Externos;	14.62.000	x
· Evolução do saldo da conta de Fornecimentos e Serviços Externos;	14.62.003	x
..		

M.T. 3.01

EMPRESA: METALÚRGICA, SA

PLANEAMENTO ESTRATÉGICO

2008

3.01 - Descrição dos Serviços

3.02 - Descrição do cliente e natureza do negócio

- A. Organização
- B. Descrição do negócio e sua evolução
- C. Organização Contabilística

3.03 – Revisão Analítica Global

3.04 - Ambiente de Controlo Interno

3.05 - Abordagem de Auditoria - Alterações ao Plano Preliminar

3.06 - Plano Global de Auditoria.

3.07 - Planeamento da Materialidade e Risco Global de Auditoria

3.08 - Acontecimentos significativos para a auditoria e contabilidade – áreas relevantes

3.09 - Plano de datas

3.10 - Pessoal e n.º de horas

Preparado por: Bruno Parada

Data: 05 de Setembro de 2008

Revisto por: Jorge Silva

Data: 10 de Setembro de 2008

3.01 - Descrição dos Serviços

O trabalho a efectuar consiste na revisão legal das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício económico findo em 31/12/2008, a realizar de acordo com as Normas Técnicas de Revisão/Auditoria, as Directrizes e Recomendações Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e, supletivamente, as Normas Internacionais de auditoria do IFAC tendo a opinião por base a aderência das demonstrações financeiras aos princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal que, de acordo com a Directriz Contabilística n.º 18, são as normas constantes do Plano Oficial de Contabilidade, das Directrizes Contabilísticas emitidas pela Comissão de Normalização Contabilística e, supletivamente, as Normas Internacionais de Contabilidade adoptadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho e pelas Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB e respectivas interpretações SIC-IFRIC.

Os relatórios a emitir são os seguintes:

Certificação Legal de Contas	15/03/2009
R. A. F. E.	15/03/2009
Relatório do Fiscal Único	15/03/2009

Deverão ser emitidos 5 exemplares de cada, dirigidos à Administração e escritos em Português.

3.02 - Descrição do cliente e natureza dos negócios

A. Organização

METALÚRGICA, SA, é uma sociedade anónima, com sede no concelho de Aveiro, constituída em 1978, com um capital social actual de 400.000,00 €.

Natureza jurídica	Sociedade Anónima
Data de constituição	20 de Maio de 1978
Transformação em SA	2002
Capital Social Actual	400.000,00 Euros

B. Descrição do negócio e sua evolução

A Metalúrgica, SA é uma empresa industrial que desenvolve a sua actividade principal na produção e comercialização de máquinas para a construção civil e material em ferro fundido. Embora anteriormente a empresa se tenha caracterizado fundamentalmente como fornecedora de equipamentos agrícolas, actualmente dedica-se à fabricação de pequenos equipamentos para a construção civil.

Sendo a situação económico-financeira da empresa razoável, são boas as perspectivas futuras de evolução, já que a empresa dispõe de moderna tecnologia e de óptimas e modernas instalações, que lhe permitem assegurar uma resposta segura às solicitações de mercado.

C. Organização Contabilística

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, nomeadamente os do custo histórico, da continuidade das operações e em conformidade com os conceitos contabilísticos fundamentais da prudência, consistência e, em todos os aspectos materialmente relevantes, da especialização dos exercícios.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras são os seguintes:

- **Imobilizações incorpóreas**

As imobilizações incorpóreas são constituídas basicamente por despesas de constituição e aumentos de capital.

São amortizadas pelo método das quotas constantes durante o período de 3 anos.

- **Imobilizações corpóreas**

As imobilizações corpóreas são registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	20
Equipamentos básicos	3 – 7
Equipamentos de transporte	4
Equipamento administrativo	3 – 8

- **Existências**

As mercadorias e matérias-primas são valorizadas ao custo de aquisição.

Os produtos acabados são valorizados ao custo de produção.

- **Disponibilidades, dívidas de e a terceiros**

As disponibilidades e as dívidas de e a terceiros expressas em moeda estrangeira são convertidas para euros às taxas de câmbio da data de referência das demonstrações financeiras.

- **Acréscimos e diferimentos**

Custos diferidos

A empresa adopta o procedimento de registar na rubrica de custos diferidos os montantes já liquidados que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes.

Acréscimo de custos

De acordo com a legislação em vigor, os empregados adquirem o direito a um mês de férias e correspondente subsídio no ano anterior ao do seu pagamento.

Deste modo a empresa adopta o procedimento de reconhecer na rubrica acréscimos de custos o montante relativo aos encargos com férias e subsídio de férias vencido e não pago, adicionado dos respectivos encargos sociais.

Proveitos diferidos

Dizem respeito a subsídios ao investimento, que de acordo com o art. 22.º do CIRC devem ser reconhecidos como proveitos na mesma proporção da reintegração ou amortização calculada

sobre o preço de aquisição dos bens respectivos.

- **Reconhecimento de proveitos e custos**

A empresa reconhece os proveitos no momento em que estes ocorrem.

C.2 Registos contabilísticos

Todas as aplicações se encontram informatizadas, sendo utilizado software da PHC.

O software de Gestão de Imobilizado é o GIMO.

As existências encontram-se em inventário intermitente.

3.03 Revisão Analítica Global

Pela análise da situação a Junho de 2008 e pelo conhecimento que temos da empresa, podemos concluir que a situação económico – financeira desta se mantém estável.

Ao nível económico, da análise da evolução do volume de negócios até Junho de 2008, verificamos um aumento em cerca de 3,2% face ao período homólogo do exercício anterior. Assim, em Dezembro de 2008 é de prever um aumento do volume de negócios comparativamente com o exercício anterior, o que a manterem-se os custos fixos inalteráveis, repercutir-se-á nos resultados obtidos.

Quanto à situação financeira da empresa, importa registar os valores dos indicadores de solvabilidade de longo prazo, que expressam a capacidade da empresa em solver os seus compromissos financeiros a médio e longo prazo, apresentam variações face aos valores verificados no exercício de 2007, continuando no entanto a ser bons indicadores. Assim a autonomia financeira passou de 75% em 2007 para 72% em Junho de 2008, ao nível da solvabilidade constatamos que também diminuiu, situando-se nos 2,57 contra os 2,99 registados em 2007.

3.04 - Ambiente de Controlo Interno

Note-se que esta avaliação é preliminar, com base na análise efectuada ao SCI no exercício anterior. Depois de efectuado o levantamento exaustivo do SCI, estes dados serão actualizados.

Apreciação do Controlo Interno:

Controlo Interno	
*Vendas.....	1
*Compras.....	1
*Pessoal.....	1
*Disponibilidades.....	1
*Imobilizado.....	1
*Informática.....	1
*Existências.....	0/1

M	MAU/INEXISTENTE	O
F	FRACO	1
R	RAZOÁVEL	2
B	BOM	3

3.05 - Abordagem de Auditoria – Alterações ao Plano Preliminar

Atendendo á avaliação efectuada ao Sistema de Controlo Interno implementado, destacamos as limitações ao nível da área de existências, continuaremos no decorrer do nosso trabalho de Auditoria a privilegiar uma análise substantiva em detrimento dos testes de conformidade. Contudo, caso a avaliação do Sistema de Controlo Interno de 2008 seja positiva, esta abordagem poderá ser alterada.

3.06 – Plano Global de Auditoria

O trabalho relacionado com o exercício de 2008 vai desenvolver-se de acordo com o cronograma e programas seguintes:

CRONOGRAMA DE TRABALHO EXERCÍCIO DE 2008

MESES	REVISÃO
<i>Setembro</i>	<ul style="list-style-type: none">• Mapas / Computador.• Organização / Actualização de Dossier Permanente.• Análise do “Estado” e Trabalho Trimestral.• Controlo Interno.
<i>Outubro</i>	<ul style="list-style-type: none">• Controlo Interno• Análise documental e Trabalho Trimestral.• Revan (Relatório).• Relatório sobre Controlo Interno.
<i>Novembro</i>	<ul style="list-style-type: none">• Análise Documental.• Flutuações não usuais - Revan.• Circularizações. Terceiros.• Definição do Nível de Materialidade.• Revan (Relatório).
<i>Dezembro</i>	<ul style="list-style-type: none">• Análise / Controlo de Ajustamentos• Análise Documental.• Controlo de Inventários.• Circularização - Bancos, Advogados.• Certidões (Pedido de).
<i>Janeiro</i>	<ul style="list-style-type: none">• Flutuações não usuais.• Trabalho de Conferência de Terceiros.• Controlo de Documentos Pedidos a Clientes.• Resto do Trabalho Trimestral.
<i>Fevereiro</i>	<ul style="list-style-type: none">• Terceiros.• Inventários.• Imobilizados.• Estado.
<i>Março</i>	<ul style="list-style-type: none">• Finalização da Revisão.
<i>Abril</i>	<ul style="list-style-type: none">• Revisão provisória à Modelo 22.
<i>Maio</i>	<ul style="list-style-type: none">• Revisão definitiva à Modelo 22.

3.07 – Planeamento da Materialidade e Risco Global de Auditoria

No planeamento da materialidade e do risco global de auditoria, faremos uso do programa informático DRAI.

Note-se que este trabalho servirá de base à estratégia de Auditoria, permitindo fazer uma selecção criteriosa dos procedimentos de auditoria a adoptar na empresa em análise. Assim, os critérios de análise são os seguintes:

- Risco Global de Auditoria
- Risco Inerente, risco de fraude, risco de negócio, risco de controlo e risco efectivo de cada área das Demonstrações Financeiras
- Revisão analítica preliminar
- Confiança no Sistema de Controlo Interno
- Significância / Materialidade

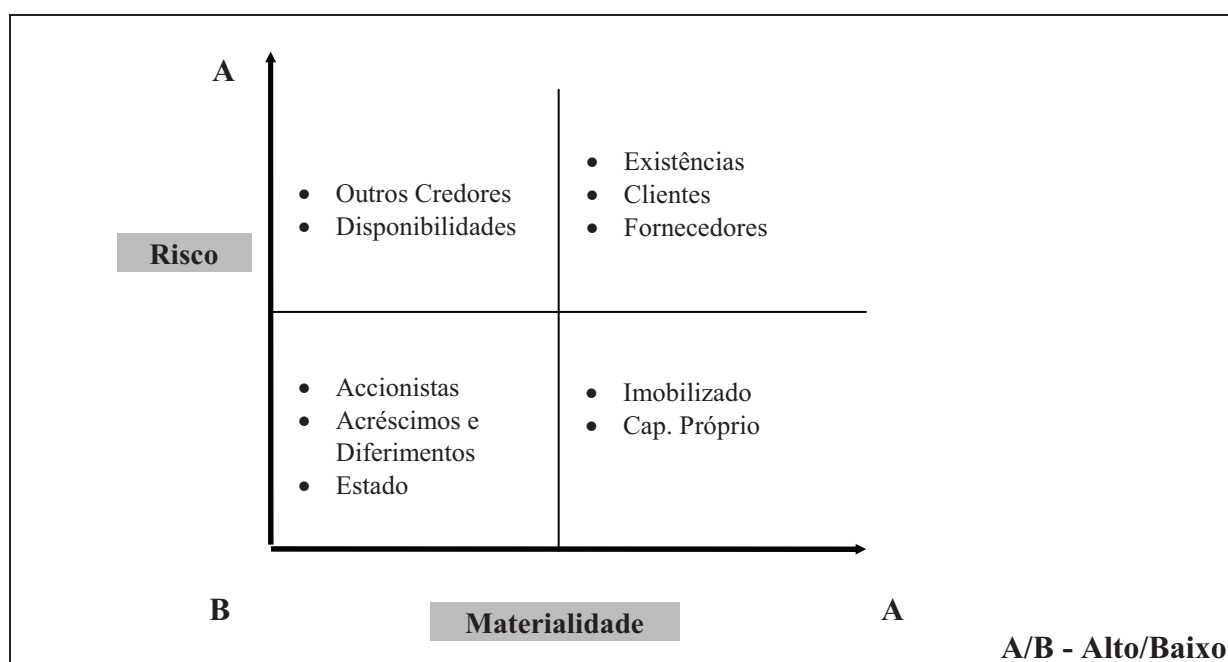
Da conjugação destes critérios de análise será dada a distribuição em termos de procedimentos relevantes subdivididos em:

- Procedimentos de Controlo
- Procedimentos substantivos e revisão analítica
- Outros procedimentos substantivos

3.08- Acontecimentos significativos para a auditoria e contabilidade - Áreas Relevantes.

O plano inicial da auditoria foi efectuado com base em elementos contabilísticos à data de 31 de Dezembro de 2007.

Matriz de Materialidade e Risco



Aspectos relevantes

- a) Na análise das contas de custos, dar atenção às variações mais relevantes em relação ao exercício anterior, e testar os valores mais significativos, uma vez que o volume de negócios da empresa, sofreu um incremento importante. Verificar igualmente a documentação dos custos e a sua relação com a actividade da empresa.
- b) Especial atenção ao imobilizado da empresa, testando as aquisições mais significativas, e verificando a situação actual das coberturas dos seguros. Dever-se-á igualmente reforçar a análise documental relativamente a esta área, verificando a razoabilidade dos critérios de consideração imobilizado/custo do exercício.
- c) Analisar devidamente os critérios de constituição de Ajustamentos para Dividas a Receber, fazendo uma análise exhaustiva dos saldos em mora e incobráveis.
- d) Analisar as reconciliações bancárias, uma vez que estas se encontram em curso.
- e) Intensificar o trabalho relacionado com as existências, tendo especial atenção ao corte de operações e valorimetria, nomeadamente, dos produtos acabados e em curso de fabrico. Ter também em atenção a existência de stocks não realizáveis.
- f) Rever as coberturas de seguros de existências e de imobilizado uma vez que estas se mostravam insuficientes em 2007.
- g) Obrigatoriedade da adopção do Inventário Permanente como forma de contabilização das existências.
- h) Verificar os pagamentos a não residentes, nomeadamente os formalismos fiscais.
- i) Verificar a eventual existência de pagamentos por Caixa a accionistas.
- j) Verificar a existência do ficheiro SAFT-PT bem como a sua conformidade com as normas existentes.

3.09 - Planos de datas

A definir com o cliente de acordo c/ a sua disponibilidade e tendo em atenção o cronograma referido.

3.10 - Pessoal e número de horas

Dr. Jorge Silva	Revisor Oficial de Contas	Horas Previstas: 5
Jorge Pinto	Responsável de Campo	Horas Previstas: 98
Bruno Parada	Auxiliar de Campo	Horas Previstas: 98
Filipe Negrão	Apoio Administrativo	Horas Previstas: 10
Fábio Pinho	Supervisão	Horas Previstas: 10

Ciente: Metalúrgica, SA
Secção: Guia para avaliação do risco global - Questionário

Preparado Por:	Revisto Por:	XI.11.1
BP		Ano
5-Set-08		2008

Sim Não Pontuação Risco específico Risco Geral Controlo Geral

1. ASPECTOS DE GESTÃO

1.1. Existem pessoas de tal modo dominantes que existe o risco dos registos contabilísticos não reflectirem a globalidade das principais decisões operacionais e financeiras da Entidade?	4	0	0			
1.2. A gestão da Entidade possui uma experiência e um conhecimento adequado do negócio, de modo a efectuar uma gestão efectiva e eficiente?	-2	4	-2			
1.3. A gestão tem perfil de aceitar investimentos não usuais e de alto risco?	4	0	0			
1.4. Existem indicações de influência inapropriada da Administração/Gerência em relação aos resultados reportados nas DF's?	5	0	2			
1.5. A gestão é proactiva no sentido de encorajar e apoiar (i) procedimentos éticos, e (ii) o cumprimento da legislação e dos regulamentos e códigos de conduta em vigor?	-2	4	-2			
1.6. Existem alterações frequentes e significativas nos administradores, gerentes ou directores, nos sistemas contabilísticos ou na natureza das transacções, que tenham elevado o risco de ocorrerem erros ou omissões?	4	0	0			
1.7. A remuneração da gestão e dos principais funcionários da Entidade, é significativamente baseada nos respectivos resultados ou na cotação das suas acções?	5	0	0			
1.8. Estão os serviços (incluindo o de contabilidade) adequadamente dotados de pessoal em número e em conhecimentos, por forma a desempenhar adequadamente as suas funções?	0	4	0			
1.9. Existem funcionários cuja saída teria um impacto negativo material sobre a Entidade ou sobre as suas operações?	4	0	0			
1.10. Os funcionários encontram-se de uma forma geral cientes das suas responsabilidades, dos limites da sua autoridade, das práticas do negócio e dos códigos de conduta da Entidade?	-2	4	-2			
1.11. Os orçamentos preparados pela Entidade são um efectivo indicador de performance e providenciam uma efectiva ferramenta do controlo de gestão?	-1	2	-1			
1.12. A Entidade indicia apresentar falta de adequada segurança no sentido de salvaguardar: (i) os activos; (ii) o pessoal-chave, (iii) a continuidade do negócio; (iv) as chefias; e (v) as responsabilidades.	10	0	0			
1.13. Espera-se que a Entidade possa vir a ter dificuldades em cumprir as condições contratuais ligadas aos financiamentos, ou procure renegociar acordos financeiros existentes?	2	0	1			
1.14. Existiram alterações na estrutura societária da Entidade ou existiram transferências de interesses durante o período financeiro em análise?	4	0	0			
1.15. A administração identificou algum tipo de risco de fraude ou suspeita de alguma fraude em curso?	1	0	0			
1.16. Outro assunto relacionado com aspectos de gestão não detalhado no questionário através dos pontos anteriores.	5	0	0			

2. ASPECTOS DO NEGÓCIO

Cliente: Metalúrgica, SA
Secção: Guia para avaliação do risco global - Questionário

Preparado Por:	Revisto Por:	XL.11.1
BP		Ano
5-Set-08		2008

	Sim	Não	Pontuação	Risco específico	Risco Geral	Controlo Geral
2.1. A Entidade está inserida num sector em crescimento?	0	4	3			
2.2. A Entidade está inserida num sector de alto risco, ou existem riscos específicos do sector que não se encontrem mitigados por controlos?	2	0	1			
2.3. Os indicadores financeiros da Entidade são significativamente diferentes dos indicadores do sector de actividade onde esta está inserida?	2	0	2			
2.4. A Entidade está dependente de um pequeno número de fornecedores?	1	0	0			
2.5. A Entidade está dependente de um pequeno número de clientes?	1	0	0			
2.8. Outro assunto relacionado com aspectos do negócio não detalhado no questionário através dos pontos anteriores.	4	0	0			

3. ASPECTOS FINANCEIROS E CONTABILÍSTICOS

3.1. A Entidade tem uma procura crescente para os seus produtos ou serviços, e/ou não tem dificuldades de tesouraria/cash flow ?	0	4	2			
3.2. Existem pressões para que as DF's sejam rápida e ligeiramente preparadas?	5	0	1			
3.3. As demonstrações financeiras da Entidade serão utilizadas em conexão com a alienação do negócio ou segmentos de negócio, ou para efeitos de litígio?	8	0	0			
3.4. Existem activos ou passivos significativos cuja valorização esteja baseada somente em critérios definidos pela Administração?	4	0	0			
3.5. São os registos contabilísticos de uma maneira geral adequados e têm suporte documental referente às transacções, aos activos e passivos da Entidade?	-2	5	-2			
3.6. Outro assunto relacionado com aspectos financeiros e contabilísticos não detalhado no questionário através dos pontos anteriores.	5	0	0			

4. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

4.1. A Empresa utiliza um sistema contabilístico baseado em software de "pacote" com baixo nível de parameterizações e alterações? (Uma resposta "Não" corresponde a um sistema contabilístico manual ou com elevado índice de alterações face ao programa original)	-3	4	-3			
4.2. O tipo de software utilizado apresenta-se adequado face às necessidades da Entidade e providencia outputs de forma expedita, com informação relevante, num formato adequado e para cada área significativa do negócio?	-3	4	-2			
4.3. Encontram-se previstas adequadas políticas e procedimentos de segurança por forma a evitar acessos não autorizados a equipamentos informáticos, software ou outras informações armazenadas nos sistemas de informação?	-3	4	-1			
4.4. Existe evidência de ter existido alguma ruptura ou falha nos sistemas de informação durante o período financeiro em análise?	4	0	0			

Ciente: Metalúrgica, SA
Secção: Guia para avaliação do risco global - Questionário

Preparado Por:	Revisto Por:	XI.11.1
BP		Ano
5-Set-08		2008

	Sim	Não	Pontuação	Risco específico	Risco Geral	Controlo Geral
4.5. Foram introduzidos novos sistemas de informação com significância para o trabalho de auditoria, ou foram modificados os existentes?	4	0	2			
4.6. Existem transacções processadas fora dos sistemas normais de processamento?	1	0	0			
4.7. Outro assunto relacionado com os sistemas de informação não detalhado no questionário através dos pontos anteriores.	4	0	0			

5. ASPECTOS RELACIONADOS COM O TRABALHO DE REVISÃO/AUDITORIA

5.1. O nosso relacionamento profissional com o cliente tem sido marcado pela franqueza e cordialidade?	-1	2	-1			
5.2. Existe alguma indicação de que informação relevante acerca da Entidade, nos possa ser omitida por parte dos respectivos Serviços?	5	0	0			
5.3. Existiram ajustamentos de auditoria materiais em períodos anteriores?	4	0	0			
5.4. No caso de a Entidade ter uma subsidiária ou associada existem circunstâncias que possam afectar a revisão/auditoria da holding ou afectar qualquer outra Entidade do Grupo?	4	0	0			
5.5. Existem transacções ou saldos significativos que sejam particularmente complexos ou difíceis de auditar?	1	0	0			
5.6. Têm ocorrido novas decisões em matérias ou políticas contabilísticas, que possam resultar num risco acrescido de erros ou omissões e consequentemente afectar materialmente as DF's?	4	0	0			
5.7. A entidade tem estado envolvida em acções judiciais, ou em actos que se suspeitem ilegais, que possam dar origem a erros ou omissões materiais ou outras contingências?	4	0	0			
5.8. Outro assunto relacionado com aspectos de revisão/auditoria não detalhado no questionário através dos pontos anteriores.	4	0	0			

6. TRANSACCOES NÃO USUAIS

6.1. São alguns dos activos ou transações da Entidade, susceptíveis de apropriação indevida, manipulações, erros ou omissões (incluindo as relacionadas com o fecho das contas) ?	5	0	0			
6.2. Existem transacções significativas com entidades relacionadas que possam originar incorrecções nas demonstrações financeiras?	5	0	0			
6.3. Existem outros tipos de transacções não detalhados no questionário que possam ser considerados invulgares?	5	0	0			

7. FACTORES EXTERNOS

7.2. O detentor de capital/administrador tem outros negócios ou actividades privadas que possam resultar em conflitos de interesses ou em outros impactos significativos na Entidade ?	5	0	0			
7.3. A Entidade não identifica, controla e cumpre as leis ou regulamentos específicos que lhe são aplicáveis?	4	-1	-1			
7.4. As DF's serão apresentadas a alguma Entidade reguladora?	5	0	0			

Ciente: Metalúrgica, SA
Secção: Guia para avaliação do risco global - Questionário

Preparado Por:	Revisto Por:	XI.11.1
BP		Ano
5-Set-08		2008

	Sim	Não	Pontuação	Risco específico	Risco Geral	Controlo Geral
7.5. Existe o risco de ocorrerem erros ou omissões na elaboração das DF's, resultantes destas serem utilizadas para a negociação de novos empréstimos ou de acordos financeiros?	5	0	2			
7.6. Existe algum tipo de pressão sobre a gestão no sentido de serem satisfeitas expectativas externas (de accionistas, investidores, analistas financeiros, agências de rating, etc.)?	5	0	0			
7.8. Existem ou é provável que venham a existir factores externos não controláveis pela Entidade que possam vir a ter impactos negativos na actividade ou sector em que esta se insere?	2	0	0			
7.9. Existem restrições ambientais que afectem directamente a actividade da Empresa, ou que afectem as suas participadas ou afiliadas relevantes?	1	0	0			
7.10. Outro assunto relacionado com factores externos não detalhado no questionário através dos pontos anteriores.	5	0	0			

Total da Pontuação
Risco Global Proposto
Risco Global Final

16
Baixo
Baixo

Nível Risco Final
B M A

SENSIBILIDADE AO RISCO:

Baixo 0 a 54 pontos
Médio 55 a 80 pontos
Alto + 80 pontos

Justificação para alterações ao Risco Global Proposto:

Não há alterações ao risco proposto.

Cliente: Metalúrgica, SA
Secção: Guia para avaliação do risco de fraude - Questionário

Preparado Por:	Revisto Por:	XI.11.3
BP		Ano
5-Set-08		2008

Potencial Risco
Fraude

(S)

(N)

Risco de
Fraude?

(✓)

Questões incluídas no guia para avaliação do risco global:

1. Existem pessoas de tal modo dominantes que existe o risco dos registos contabilísticos não reflectirem a globalidade das principais decisões operacionais e financeiras da Entidade?		N	
2. A gestão da Entidade possui uma experiência e um conhecimento adequado do negócio, de modo a efectuar uma gestão efectiva e eficiente?		N	
3. A gestão é proactiva no sentido de encorajar e apoiar (i) procedimentos éticos, e (ii) o cumprimento da legislação e dos regulamentos e códigos de conduta em vigor?		N	
4. Existem alterações frequentes e significativas nos administradores, gerentes ou directores, nos sistemas contabilísticos ou na natureza das transacções, que tenham elevado o risco de ocorrerem erros ou omissões?		N	
5. A remuneração da gestão e dos principais funcionários da Entidade, é significativamente baseada nos respectivos resultados ou na cotação das suas acções?		N	
6. Estão os serviços (incluindo o de contabilidade) adequadamente dotados de pessoal em número e em conhecimentos, por forma a desempenhar adequadamente as suas funções?		N	
7. Espera-se que a Entidade possa vir a ter dificuldades em cumprir as condições contratuais ligadas aos financiamentos, ou procure renegociar acordos financeiros existentes?		N	
8. Existiram alterações na estrutura societária da Entidade ou existiram transferências de interesses durante o período financeiro em análise?		N	
9. A administração identificou algum tipo de risco de fraude ou suspeita de alguma fraude em curso?		N	
10. Os indicadores financeiros da Entidade são significativamente diferentes dos indicadores do sector de actividade onde esta está inserida?	S		
11. A Entidade tem uma procura decrescente para os seus produtos ou serviços, e/ou dificuldades de tesouraria/cash flow?		N	
12. Existem pressões para que as DF's sejam rápida e ligeiramente preparadas?		N	
13. Encontram-se previstas adequadas políticas e procedimentos de segurança por forma a evitar acessos não autorizados a equipamentos informáticos, software ou outras informações armazenadas nos sistemas de informação?		N	

Cliente: Metalúrgica, SA
Secção: Guia para avaliação do risco de fraude - Questionário

Preparado Por:	Revisto Por:	XI.11.3
BP		Ano
5-Set-08		2008

Potencial Risco
Fraude
 ☐ S
 ☒ N
 Risco de
Fraude?
 ☒

14. Existem transacções processadas fora dos sistemas normais de processamento?		N	
15. Existe alguma indicação de que informação relevante acerca da Entidade, nos possa ser omitida por parte dos respectivos Serviços?		N	
16. Existem transacções ou saldos significativos que sejam particularmente complexos ou difíceis de auditar?		N	
17. São alguns dos activos ou transacções da Entidade, susceptíveis de apropriação indevida, manipulações, erros ou omissões (incluindo as relacionadas com o fecho das contas)?		N	
18. Existe o risco de ocorrerem erros ou omissões na elaboração das DF's, resultantes destas serem utilizadas para a negociação de novos empréstimos ou de acordos financeiros?		N	
19. Existe algum tipo de pressão sobre a gestão no sentido de serem satisfeitas expectativas externas (de accionistas, investidores, analistas financeiros, agências de rating, etc.)?		N	
20. Existem ou é provável que venham a existir factores externos não controláveis pela Entidade que possam vir a ter impactos negativos na actividade ou sector em que esta se insere?		N	

Questões específicas para avaliação de fraude:

1. Poderá estar em causa o princípio da continuidade para a Entidade?		N	
2. A performance da Entidade pode ser significativamente afectada por uma fraca gestão, por uma moral baixa dos empregados ou por uma pouco usual rotatividade dos empregados face ao sector onde se insere?		N	
3. A entidade foi adversamente afectada por acções de empregados ou ex-empregados descontentes no período em análise?		N	
4. Existe evidência de alguma alteração não explicada no comportamento ou estilo de vida dos gestores ou dos empregados que nos tenha chamado à atenção? (sinais exteriores de riqueza, trabalhar durante muitas horas mesmo quando não é necessário, etc.)		N	
5. Existe um padrão de muitas aquisições, fusões ou alienações (planeadas ou recentes)?		N	
6. A extensão dos procedimentos e tarefas formalizados pela gestão é claramente insuficiente, dada a dimensão, natureza e complexidade da Entidade?		N	

Cliete: Metalúrgica, SA
Secção: Guia para avaliação do risco de fraude - Questionário

Preparado Por:	Revisto Por:	XI.11.3
BP		Ano
5-Set-08		2008

Potencial Risco
Fraude

(S)

(N)

Risco de
Fraude?

(✓)

7.	Existe alguma tendência indevida, pela gestão ou pelos responsáveis pelo "Governance" da entidade, em manipular proveitos, por forma a minimizar a tributação da Entidade?		N	
8.	Existe um número significativo de (i) contas bancárias, (ii) transacções com sucursais ou (iii) transacções com subsidiárias, localizadas em regimes fiscais privilegiados para as quais não aparenta existir uma justificação clara, atendendo ao negócio da Entidade?		N	
9.	Existem administradores não executivos que exerçam um efectivo controlo sobre as operações da Entidade?		N	
10.	A complexidade ou a natureza dos financiamentos da Entidade originou algum risco específico?		N	
11.	Existe dificuldade em identificar quais os sócios (entidades ou indivíduos) que controlam a Entidade?		N	
12.	A entidade encontra-se a passar por dificuldades financeiras e a gestão garantiu pessoalmente empréstimos significativos da Entidade?		N	
13.	Existem procedimentos (automáticos ou manuais) por forma a assegurar a integridade da informação introduzida, processada ou reportada pelos sistemas de informação?		N	
14.	A segregação de funções aparenta ser adequada para todos os sistemas de informação?		N	
15.	Existem julgamentos significativos relacionados com o tratamento contabilístico das transacções, ou relacionado com a valorização ou classificação dos saldos?		N	
16.	As estimativas contabilísticas incluídas nas demonstrações financeiras não são enviesadas e baseadas em pressupostos adequados e consistentes, sendo adequadamente revistas e posteriormente comparadas com os resultados efectivos?		N	
17.	O sistema contabilístico tem falhas na distinção entre: (i) transacções efectuadas por conta de outrem; (ii) activos administrados pela empresa por conta de terceiros; (iii) transacções efectuadas por conta própria?		N	
18.	A Entidade regista frequentemente ajustamentos ou transacções materiais e/ou não sistemáticas no encerramento do período contabilístico?		N	
19.	Existem contingências resultantes de acordos de aquisições anteriores que dependam dos resultados do período em análise?		N	

Cliente: Metalúrgica, SA
Secção: Guia para avaliação do risco de fraude - Questionário

Preparado Por:	Revisto Por:	XI.11.3
BP		Ano
5-Set-08		2008

Potencial Risco
Fraude

☒ S

☐ N

Risco de
Fraude?

☒

20. A Entidade encontra-se particularmente susceptível ao interesse dos <i>media</i> , ou existe a probabilidade de a Entidade vir a obter uma má publicidade como consequência dos resultados obtidos no período?		N	
21. A Entidade ou algum do pessoal-chave da Entidade mudou de consultor legal ou de outro importante consultor de negócio?		N	
22. A NIR 240 requiere que a equipa de trabalho discuta a susceptibilidade das Demonstrações Financeiras evidenciarem erros devidos a riscos de fraude e requiere que o sócio responsável pelo trabalho considere quais as matérias que deverão ser comunicadas aos restantes membros não envolvidos na discussão. Se essa discussão foi efectuada e se todos os aspectos relevantes foram discutidos, responda que não existe potencial risco de fraude.		N	
23. Foram identificados riscos adicionais decorrentes da discussão efectuada?		N	

Justificação para a não confirmação de riscos de fraude inicialmente identificados como potenciais riscos de fraude:

O ponto 22, foi adequadamente discutido pelo accionista responsável com a equipa de trabalho.

ÁREAS DE AUDITORIA					Significância	Áreas Significantes
	XI.14 Avaliação preliminar controle interno	XI.14 Realização de Testes de Controle	Confiança pretendida para o SCI	XI.14 Confiança no Controlo Interno	Valor	
12.43	Sim	Não		Básica	0,1	<input type="checkbox"/>
12.42	Sim	Sim	Moderada	Moderada	21,8	<input checked="" type="checkbox"/>
12.41					0,0	<input type="checkbox"/>
11.00	Sim	Sim	Moderada	Moderada	64,5	<input checked="" type="checkbox"/>
0.21/15.7	Sim	Sim	Moderada	Moderada	84,4	<input checked="" type="checkbox"/>
10.26	Sim	Não		Básica	3,4	<input checked="" type="checkbox"/>
10.25	Sim	Não		Básica	0,0	<input type="checkbox"/>
09.00	Sim	Sim	Moderada	Moderada	0,9	<input checked="" type="checkbox"/>
10.27	Não			Nula	2,0	<input checked="" type="checkbox"/>
0.22/14.0	Sim	Sim	Moderada	Moderada	16,9	<input checked="" type="checkbox"/>
10.23	Não			Nula	0,0	<input type="checkbox"/>
10.29					0,0	<input type="checkbox"/>
10.24	Sim	Sim	Moderada	Moderada	7,4	<input checked="" type="checkbox"/>
13.00	Não			Nula	38,0	<input checked="" type="checkbox"/>
14.65	Não			Nula	0,0	<input type="checkbox"/>
14.68	Não			Nula	0,1	<input type="checkbox"/>
14.69	Não			Nula	0,1	<input type="checkbox"/>
15.73	Não			Nula	0,1	<input type="checkbox"/>
15.74	Não			Nula	0,1	<input type="checkbox"/>
15.75	Não			Nula	0,0	<input type="checkbox"/>
15.76					0,0	<input type="checkbox"/>
15.78	Não			Nula	0,5	<input type="checkbox"/>
15.79	Não			Nula	0,5	<input type="checkbox"/>
14.64	Sim	Sim	Moderada	Moderada	6,8	<input checked="" type="checkbox"/>
17.00	Não			Nula	0,0	<input checked="" type="checkbox"/>
Responsabilidades, Compromissos e Contingências						

ACESSO	ÁREAS DE AUDITORIA	Risco Global	Risco Sectorial por Asserção					Perfil de Risco				Significância	
			P	E	M	V	P	E	M	V	Valor	Áreas Signif.	
12.43	Imobilizações Incorpóreas e Amortizações	Baixo									0,1	<input type="checkbox"/>	
12.42	Imobilizações Corpóreas e Amortizações		B	B	B	B	B	B	B	B	21,8	<input checked="" type="checkbox"/>	
12.41	Investimentos Financeiras										0,0	<input type="checkbox"/>	
11.00	Existências, Produção e custos		A	M	B	B	A	M	B	B	64,5	<input checked="" type="checkbox"/>	
10.21/15.	Clientes, Vendas e Prestações de Serviços		A	M	M	M	A	M	M	M	84,4	<input checked="" type="checkbox"/>	
10.26	Outros Devedores e Credores		M	M	M	M	M	M	M	M	3,4	<input checked="" type="checkbox"/>	
10.25	Accionistas (Sócios)										0,0	<input type="checkbox"/>	
09.00	Caixa, Depósitos Bancários e Títulos Negociáveis		A	A	A	M	A	A	A	M	0,9	<input checked="" type="checkbox"/>	
10.27	Acréscimos e Diferimentos		B	B	B	B	B	B	B	B	2,0	<input checked="" type="checkbox"/>	
10.22/14.	Fornecedores, Compras e Fornecimentos		A	A	A	A	A	A	A	A	16,9	<input checked="" type="checkbox"/>	
10.23	Empréstimos Obtidos										0,0	<input type="checkbox"/>	
10.29	Provisões										0,0	<input type="checkbox"/>	
10.24	Estado e outros Entes Públicos		B	B	B	B	B	B	B	B	7,4	<input checked="" type="checkbox"/>	
13.00	Capital Próprio		B	B	B	B	B	B	B	B	38,0	<input checked="" type="checkbox"/>	
14.65	Outros Custos Operacionais										0,0	<input type="checkbox"/>	
14.68	Custos e Perdas Financeiras										0,1	<input type="checkbox"/>	
14.69	Custos e Perdas Extraordinárias										0,1	<input type="checkbox"/>	
15.73	Proveitos Suplementares										0,1	<input type="checkbox"/>	
15.74	Subsídios à Exploração										0,1	<input type="checkbox"/>	
15.75	Trabalhos para a Própria Empresa										0,0	<input type="checkbox"/>	
15.76	Outros Proveitos Operacionais										0,0	<input type="checkbox"/>	
15.78	Proveitos e Ganhos Financeiros										0,5	<input type="checkbox"/>	
15.79	Proveitos e Ganhos Extraordinários										0,5	<input type="checkbox"/>	
14.64	Custos com o Pessoal		B	B	B	B	B	B	B	B	6,8	<input checked="" type="checkbox"/>	
17.00	Responsabilidades, Compromissos e Contingências		B	B	B	B	B	B	B	B	0,0	<input checked="" type="checkbox"/>	

Cliente: Metalúrgica, SA
Secção: Guia para avaliação do risco sectorial - Questionário

Preparado por:	Revisto por:	11.00S0
BP		Ano
5-Dez-08		2008

QUESTIONÁRIO PARA AVALIAÇÃO DO RISCO SECTORIAL

S	N	B	M	A
Limpar				
Asserções				
P	E	M	V	
				Risco específico
				Controlo específico

1. Os inventários e o seu controlo não são globalmente relevantes em termos operacionais para a operação da entidade e para a valorização do activo?	N						
2. O planeamento e controlo da produção e inventários não existe ou não é adequado?	N						
3. O pessoal responsável pelas diferentes áreas relacionadas com inventários não tem formação e supervisão adequada?	N						
4. Existem dificuldades no relacionamento entre as diferentes áreas da entidade é fluente. Nomeadamente entre as áreas de gestão e controlo de inventários e as vendas?	N						
5. Existe o risco de ocorrerem erros ou omissões resultantes de decisões controladas por uma só pessoa, ou de que informações relevantes sobre esta área nos possam ser deliberadamente ocultadas pela entidade?	N						
6. Têm vindo a verificar-se erros ou omissões frequentes e/ou significativos, ou ajustamentos de auditoria, no que respeita a quaisquer aspectos do tratamento contabilístico dos inventários?	N						
7. Não existe uma gestão de inventários na empresa tendo em vista uma eficiente contribuição dos mesmos para a operação?	N						
8. A empresa não tem vindo a rever periodicamente a políticas de revalorização e de quantificação dos ajustamentos de valor relativamente aos inventários?	N						
9. Têm vindo a existir quaisquer situações de conflito relativas a inventários com clientes, fornecedores, entidade reguladoras, etc. ?	N						
10. Foram detectados problemas no que respeita ao controlo físico dos inventários?	N						
11. As políticas relativas à custódia física dos inventários, seguros para depreciação de inventários, etc., tem mostrado ser insuficiente para os respectivos riscos ?	S	M	M	B	B		
12. Não são regularmente identificados fisicamente os inventários obsoletos (inventáveis, sucatas, com rotação lenta, com perda de valor) ?	N						
13. Não são regularmente ajustados ao valor realizável líquido os inventários obsoletos (inventáveis, sucatas, com rotação lenta, com perda de valor)?	N						
14. O sistema contabilístico e de controle interno não é adequado às necessidades da entidade em termos de capacidade para controlar as quantidades e valor dos inventários?	S	A	M	B	B		

Cliente: Metalúrgica, SA
Secção: Guia para avaliação do risco sectorial - Questionário

Preparado por:	Revisto por:	11.00S0
BP		Ano
5-Dez-08		2008

QUESTIONÁRIO PARA AVALIAÇÃO DO RISCO SECTORIAL

S	N	B	M	A
Limpar				
Asserções				
P	E	M	V	
Risco específico	Controlo específico			
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>			

15. A localização dos inventários não é adequada em termos funcionais e em termos de custo/benefício ?	N						
16. A organização e funcionalidade dos armazéns não é adequada?	N						
17. Existe risco de obsolescência dos produtos?	N						
18. Os produtos que a Empresa vende têm prazo de validade?	N						
19. O inventário é constituído por um número elevado de referências?	S	M	M	B	B		
20. A taxa de entrada de produtos para reparação durante o período da garantia é elevada?	N						
21. A taxa de devolução de produtos defeituosos é elevada?	N						
22. Os produtos de economato, folhetos publicitários e outro material de <i>merchandising</i> está incluído no inventário e está valorizado?	N						
23. Outras questões relevantes? Identificar:	N						
Risco Sectorial Proposto (Alto, Médio, Baixo)		A	M	B	B		
Risco Sectorial Final (Alto, Médio, Baixo)		A	A	A	A		

Justificação para alterações ao Risco Sectorial Proposto:

Visto não estar implementado o SIP e devido à necessidade de intensificação do trabalho relacionado com a valorimetria dos produtos em vias de fabrico e acabados, esta área apresenta um risco final ALTO.

Nota: Para efeitos de identificação do risco sectorial são excluídas as questões que determinaram a identificação de riscos específicos, os quais devem ser mitigados por planos de trabalho específicos que considerem a existência de controlos específicos.

ÁREAS DE AUDITORIA		XI.13 Revisão Analítica Preliminar N Cs L Cp	Significância	
			Valor	Áreas
12.43	Imobilizações Incorpóreas e Amortizações	Limitada	0,1	<input type="checkbox"/>
12.42	Imobilizações Corpóreas e Amortizações	Limitada	21,8	<input checked="" type="checkbox"/>
12.41	Investimentos Financeiras		0,0	<input type="checkbox"/>
11.00	Existências, Produção e custos	Limitada	64,5	<input checked="" type="checkbox"/>
0.21/15.7	Clientes, Vendas e Prestações de Serviços	Limitada	84,4	<input checked="" type="checkbox"/>
10.26	Outros Devedores e Credores	Limitada	3,4	<input checked="" type="checkbox"/>
10.25	Accionistas (Sócios)	Limitada	0,0	<input type="checkbox"/>
09.00	Caixa, Depósitos Bancários e Títulos Negociáveis	Limitada	0,9	<input checked="" type="checkbox"/>
10.27	Acréscimos e Diferimentos	Consistente	2,0	<input checked="" type="checkbox"/>
0.22/14.0	Fornecedores, Compras e Fornecimentos	Limitada	16,9	<input checked="" type="checkbox"/>
10.23	Empréstimos Obtidos	Limitada	0,0	<input type="checkbox"/>
10.29	Provisões		0,0	<input type="checkbox"/>
10.24	Estado e outros Entes Públicos	Nula	7,4	<input checked="" type="checkbox"/>
13.00	Capital Próprio	Consistente	38,0	<input checked="" type="checkbox"/>
14.65	Outros Custos Operacionais	Consistente	0,0	<input type="checkbox"/>
14.68	Custos e Perdas Financeiras	Consistente	0,1	<input type="checkbox"/>
14.69	Custos e Perdas Extraordinárias	Limitada	0,1	<input type="checkbox"/>
15.73	Proveitos Suplementares	Consistente	0,1	<input type="checkbox"/>
15.74	Subsídios à Exploração	Limitada	0,1	<input type="checkbox"/>
15.75	Trabalhos para a Própria Empresa	Limitada	0,0	<input type="checkbox"/>
15.76	Outros Proveitos Operacionais		0,0	<input type="checkbox"/>
15.78	Proveitos e Ganhos Financeiros	Consistente	0,5	<input type="checkbox"/>
15.79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	Limitada	0,5	<input type="checkbox"/>
14.64	Custos com o Pessoal	Consistente	6,8	<input checked="" type="checkbox"/>
17.00	Responsabilidades, Compromissos e Contingências	Nula	0,0	<input checked="" type="checkbox"/>

ÁREAS DE AUDITORIA		Significância		Estratégia de Auditoria Definitiva											
		Valor	Áreas	PC's						PSRA's					
				P	E	M	V	P	E	M	V	P	E	M	V
12.43	Imobilizações Incorpóreas e Amortizações	0,1	<input type="checkbox"/>												
12.42	Imobilizações Corpóreas e Amortizações	21,8	<input checked="" type="checkbox"/>	-/-	-/-	-/-	-/-	+/-	+/-	+/-	+/-	+	+	+	+
12.41	Investimentos Financeiras	0,0	<input type="checkbox"/>												
11.00	Existências, Produção e custos	64,5	<input checked="" type="checkbox"/>	-	+/-	+	+	-/-	-	+/-	+/-	+++	+	-	-
0.21/15.7	Clientes, Vendas e Prestações de Serviços	84,4	<input checked="" type="checkbox"/>	-	+/-	+/-	+/-	-/-	-	-	-	+++	+	+	+
10.26	Outros Devedores e Credores	3,4	<input checked="" type="checkbox"/>	0	0	0	0	-	-	-	-	+++	+++	+++	+++
10.25	Accionistas (Sócios)	0,0	<input type="checkbox"/>												
09.00	Caixa, Depósitos Bancários e Títulos Negociáveis	0,9	<input checked="" type="checkbox"/>	-	-	-	+/-	-/-	-/-	-	-/-	+++	+++	+	+++
10.27	Acréscimos e Diferimentos	2,0	<input checked="" type="checkbox"/>	0	0	0	0	+	+	+	+	+	+	+	+
0.22/14.0	Fornecedores, Compras e Fornecimentos	16,9	<input checked="" type="checkbox"/>	-	-	-	-	-/-	-/-	-/-	-/-	+++	+++	+++	+++
10.23	Empréstimos Obtidos	0,0	<input type="checkbox"/>												
10.29	Provisões	0,0	<input type="checkbox"/>												
10.24	Estado e outros Entes Públicos	7,4	<input checked="" type="checkbox"/>	+	+	+	+	0	0	0	0	+/-	+/-	+/-	+/-
13.00	Capital Próprio	38,0	<input checked="" type="checkbox"/>	0	0	0	0	+	+	+	+	+	+	+	+
14.65	Outros Custos Operacionais	0,0	<input type="checkbox"/>												
14.68	Custos e Perdas Financeiras	0,1	<input type="checkbox"/>												
14.69	Custos e Perdas Extraordinárias	0,1	<input type="checkbox"/>												
15.73	Proveitos Suplementares	0,1	<input type="checkbox"/>												
15.74	Subsídios à Exploração	0,1	<input type="checkbox"/>												
15.75	Trabalhos para a Própria Empresa	0,0	<input type="checkbox"/>												
15.76	Outros Proveitos Operacionais	0,0	<input type="checkbox"/>												
15.78	Proveitos e Ganhos Financeiros	0,5	<input type="checkbox"/>												
15.79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	0,5	<input type="checkbox"/>												
14.64	Custos com o Pessoal	6,8	<input checked="" type="checkbox"/>	+	+	+	+	+	+	+	+	-/-	-/-	-/-	-/-
17.00	Responsabilidades, Compromissos e Contingências	0,0	<input checked="" type="checkbox"/>	0	0	0	0	0	0	0	0	++	++	++	++

Cliente: Metalúrgica, SA
Secção: Materialidade para Planeamento de Auditoria

Preparado por:	Revisto por:	XI.9
BP		Ano
5-Set-08		2008

Materialidade para Planeamento de Auditoria

1. DADOS PARA PLANEAMENTO

	31 Dez 07
Volume de Negócios	9.725.945
Total do Activo Líquido	6.592.536
Resultado antes de Impostos	1.515.801

2. NÍVEIS MÁXIMOS DE MATERIALIDADE

Condição	Orientação	Montante
Entidades Comerciais	1% do Volume de Negócios	97.259
Entidades de Investimento	2% do Activo Líquido	131.851
Entidades Comissionistas	10% do Resultado antes Impostos	151.580
Entidades sem fins lucrativos	O mais apropriado dos anteriores	

3. MATERIALIDADE

Nível de Materialidade a utilizar no planeamento da auditoria:

130.000 Euros

4. BASES DE DECISÃO

Atendendo ao facto de se tratar de uma empresa industrial, foi definido um nível de materialidade aproximado a 2% do Activo Líquido.

TRABALHO ANUAL			
PERÍODO:	2008		
FEITO POR:	Bruno Parada	DATA:	11-12-2008
REVISTO POR:	Jorge Silva	DATA:	12-12-2008

EMPRESA: Metalúrgica, S.A.

RESPONSÁVEL POR:	NOME DO RESPONSÁVEL															
	Dr. Aurélio	Dra. Luísa	Sr. Rui	Eng. Ana	Sr. António	Sr. Marco	Sr. João ADM	Sr. Carlos	Sr. Victor	Sr. Hugo	Da. Maria	Vendedor Comissionista	Emp.Externa	Dr. Paulo	D. Cláudia	
1 - Contabilidade Geral	X															
2 - Contabilidade Analítica	X															
3 - Tesouraria		X												X		
4 - Pagamentos	X	x					X	X						x		
5 - Pessoal											X					
6 - Compras	x			x			x									
7 - Vendas			x			X	x					x			X	
8 - Crédito a clientes							X									
9 - Facturação						X									X	
10 - Contas de clientes	X	X												X		
11 - Contas de fornecedores	X															
12 - Fabricação				X				X								
13 - Stocks				X	Comp				MP							
14 - Recepção				X	X				X	x						
15 - Expedição					x	x				X					x	
16 - Conservação geral							x	X					x			
17 - Correio		x									X			x		
18 - Informática				X									x			

Elaborado por: Bruno Parada Em: 11-12-2008

Revisto por: Jorge Silva Em: 12-12-2008

TRABALHO ANUAL			
PERÍODO:	2008		
FEITO POR:	Bruno Parada	DATA:	11-12-2008
REVISTO POR:	Jorge Silva	DATA:	12-12-2008

EMPRESA: Metalúrgica, S.A.

EXISTÊNCIAS

(Quadro de Análise de Incompatibilidade de Funções)

FUNÇÕES QUEM:	NOME DO RESPONSÁVEL													
	Sr. Carlos	Sr. António	Sr. Hugo	Sr. Victor	Eng. Ana	Sr. João ADM	Sr. Marco	D. Cláudia		N/A				
1 - Responsável pelo armazém		Comp	Comp	MP										
2 - Recepção quantitativa		X	X	X										
3 - Recepção qualitativa			X	X	X	X								
4 - Expedição			X											
5 - Registo de fichas / quantidade		X					X	X		X				
6 - Registo inventário permanente										X				
7 - Responsável pela inventariação física		X			X									
8 - Responsável pela reconciliação inventário físico/inventário permanente		X			X					X				
9 - Aprovação dos ajustamentos após inventário	X					X								
10 - Dá conhecimento dos stocks obsoletos/defeituosos, etc.					X									
11 - Autoriza a venda ou destruição de stocks deteriorados, obsoletos, etc.	X					X								

Elaborado por: Bruno Parada Em: 11-12-2008

Revisto por: Jorge Silva Em: 12-12-2008

Empresa:

Metalúrgica, S.A.

Teste aos Custos registados em Fornecimentos e Serviços Externos

(A efectuar relativamente a cada documento seleccionado)

Auditoria de 2008

TRABALHO ANUAL	
PERÍODO:	2008
FEITO POR: Bruno Parada	DATA: 11-12-2008
REVISTO POR: Jorge Silva	DATA: 12-12-2008

Procedimento	Número do documento seleccionado e testado							
	1	2	3	4	5	6	7	8
1 - Existe prova do custo ter sido devidamente aprovado?	s	n	n	s	n			
2 - O serviço/aquisição de bem em análise refere-se a uma despesa relacionada com a actividade da empresa?	s	s	s	s	s			
3 - Existe prova de a factura do fornecedor ter sido conferida com os respectivos documentos de suporte no que respeita a:								
a) Quantidades e descrições (caso aplicável)?	n	s	s	n	n			
b) Preços facturados e condições de pagamento?	n	s	s	s	s			
c) Operações aritméticas?	n	s	s	s	n			
4 - As diversas operações indicadas no ponto 3 estão de facto correctas?	n	s	s	s	n			
5 - Existe prova de que a factura do fornecedor está de acordo com a requisição?	s	n/a	n/a	s	s			
6 - Os elementos constantes da factura do fornecedor estão de facto de acordo com a requisição?	s	n/a	n/a	s	s			
7 - Existe prova de adequada aprovação nos documentos de suporte?	s	s	s	s	s			
9 - A classificação contabilística está correcta?	s	s	s	s	s			
10 - No caso de ser aplicável, a percentagem do IVA está de acordo com a lei vigente?	s	s	s	n/a	s			
11 - O IVA suportado na transação foi correctamente calculado e contabilizado?	s	n/a	n/a	n/a	s			
12 - A empresa aproveitou todos os possíveis descontos concedidos pelos fornecedores?	n/a	s	n/a	n/a	s			
13 - O pagamento foi suportado de forma adequada através de documentos aparentemente autênticos e normalmente válidos?	s	s	s	s	s			
14 - O modo de pagamento está de acordo com as normas em vigor na empresa?	s	s	s	s	s			
15 - O valor do pagamento está evidenciado no extracto bancário?	s	s	s	s	s			
16 - Os documentos de suporte estão devidamente inutilizados (tem a designação de pago)?	n	s	s	n	n			
17 - Existe recibo emitido pelo fornecedor?	n	n	n	n	n			
18 - Existe prova do NIF do fornecedor estar válido?	s	s	s	s	s			

OBSERVAÇÕES/CONCLUSÕES:

Denota-se uma deficiente conferência das facturas de fornecedores com os documentos de suporte, principalmente ao nível das quantidades/descrições. Nos documentos analisados de referir que não existe nenhum recibo relativo aos pagamentos efectuados pela empresa.

Relatório de análise ao Sistema de Controlo Interno

Empresa: Metalúrgica, SA

Ano: 2008

Introdução

Todas as empresas ou entidades, por mais pequenas que sejam, e qualquer que seja o seu ramo de actividade, não podem atingir eficazmente os seus objectivos, sem terem um qualquer sistema de controlo interno montado. Assim, subjacente a dois objectivos primordiais, que são a salvaguarda dos activos e a fiabilidade da informação, é responsabilidade da administração de cada empresa, a implantação e a manutenção de um adequado sistema de controlo interno.

Desta forma, é necessário que a administração exerça uma contínua supervisão da própria organização, pois o facto do sistema de controlo interno estar implantado, não significa que o mesmo esteja operativo e apto a permitir a obtenção dos objectivos supra citados.

Ao implantar um sistema de controlo interno, ter-se-á de considerar os seguintes elementos fundamentais:

- definição de autoridade;
- delegação de responsabilidades;
- segregação, separação ou divisão de funções;
- controlo de operações;
- numeração dos documentos (guias de remessa, facturas, vendas a dinheiro, notas de encomenda, ordens de fabrico, etc.);
- adopção de provas e conferências independentes.

Desta forma, a análise que se apresenta em seguida, resulta essencialmente do estudo que efectuámos e que nos permitiu tomar conhecimento do sistema de controlo interno existente (nomeadamente através do preenchimento dos questionários de funções), bem como da realização de testes de conformidade.

Como é óbvio, não é objectivo deste relatório a referência de todos os pontos fracos existentes, mas sim, alertar para os aspectos mais importantes e que deverão ser tidos em atenção pelos responsáveis da empresa, para que o sistema de controlo existente garanta o cumprimento dos seus objectivos fundamentais.

Assim, por área apresentaremos:

- Breve descrição dos procedimentos existentes;
- Procedimentos Gerais para a área em análise;
- Conclusões e Recomendações mais importantes.

Área

CAIXA E DISPONIBILIDADES

(...)

Área

EXISTÊNCIAS

(Descrição dos Procedimentos existentes)

A empresa funciona em inventário intermitente, pelo que as contagens são normalmente efectuadas no final do ano. No entanto, durante o exercício económico, a empresa efectua conferências pontuais, uma vez que existe um controlo sobre as quantidades, nomeadamente para os componentes mais importantes (motores, rodas e rolamentos) estando em estudo a implementação, ao nível das matérias-primas, do sistema de inventário permanente e, mais especificamente, ao nível dos motores, encontra-se previsto o tratamento por lotes de acordo com as embalagens.

As matérias-primas são valorizadas ao custo de aquisição (preço de compra adicionado dos gastos adicionais de compra), sendo os produtos acabados valorizados ao custo de produção (Matérias primas, Mão de Obra Directa e Outros Gastos Gerais). A empresa dispõe de contabilidade de custos que permite apenas apurar os custos industriais os quais depois serão imputados aos produtos em função das matérias-primas incorporadas.

As existências da empresa estão seguras contra roubo, incêndio, sendo no entanto o valor das coberturas inferior ao stock médio.

O circuito documental implantado não contempla guias de entrada em armazém, requisições da produção e guias de saída relativamente à movimentação das existências.

A empresa não dispõe de instruções escritas para a realização do inventário, sendo as existentes, fornecidas pelo Revisor Oficial de Contas.

(Procedimentos Gerais para a área em análise)

Procedimentos de Controlo Específicos	
Entrada em armazém das existências	
	<ul style="list-style-type: none">• Após a recepção dos bens e caso esta não esteja directamente ligada ao armazém é aconselhável a emissão de Guia de Entrada em Armazém, nas seguintes vias:<ul style="list-style-type: none">➤ 1ª. via – Para a Contabilidade,➤ 2ª. via – Para o Controlo de Stocks,➤ 3ª. via – Para a Secção de Compras,➤ 4ª. via – Para o Arquivo do Armazém

Armazenagem, movimentação e saída das existências

- **Após conferência, todas as existências devem ser armazenadas em local de acesso restrito, de modo sistematizado e racional, para facilitar a sua movimentação.**
- **Devem existir restrições estabelecidas ao acesso de pessoal estranho aos armazéns; numa empresa industrial, os armazéns de existências destinadas à produção, devem ser separados fisicamente dos armazéns de produtos destinados à venda.**
- **Em relação às existências de alto valor ou especialmente atractivas devem existir medidas particulares de custódia.**
- **Devem existir condições de armazenagem com o fim de reduzir a deterioração física; procedimentos do tipo "o primeiro a entrar é o primeiro a sair", devem ser aplicados para evitar a existência de elementos antigos nos stocks.**
- **Todas as saídas de armazém, tem de ter uma justificação; a justificação é comprovada por documentos internos da empresa, como por exemplo:**
 - Requisições dos serviços utilizadores de matérias-primas,
 - Ordens de Expedição emitidas pela Secção de Facturação, para satisfação de encomendas de clientes.
- **A saída de existências deve ser devidamente documentada, quer sejam saídas para consumo interno, quer venda.**
- **No caso de saída para venda é aconselhável a emissão de Guia de Expedição, para posterior emissão da Guia de Remessa:**
 - 1ª. via - Para o Controlo de Stocks,
 - 2ª. via - Para a Contabilidade,
 - 3ª. via - Para a Secção requisitante,
 - 4ª. via - Para o Arquivo do Armazém,
- **No caso de pequenas empresas, com pouco pessoal, pode o processamento da Guia de Expedição ser eliminado, sendo somente processada a Guia de Remessa, nas seguintes vias:**
 - 1ª. via - Para o Cliente (acompanha as mercadorias),
 - 2ª. via - Para o Cliente (acompanha as mercadorias),
 - 3ª. via - Serve de base à emissão da factura pela Secção de Facturação,
 - 4ª. via - Para actualização do nível de Stocks,
 - 5ª. via - Para a Contabilidade,
 - 6ª. via - Para o Arquivo do Armazém.

Controlo Físico das Existências

- **As quantidades de existências devem ser física e periodicamente verificadas por departamento independente. No caso da empresa utilizar o sistema de inventário intermitente, as contagens físicas devem ser feitas no final do ano.**

- **Caso a empresa utilize o sistema de inventário permanente, as contagens tanto podem ser feitas no final do ano, como em inventariação contínua. A Inventariação Contínua é um processo de verificação física de existências por meio de contagem de todos, ou de uma selecção, de elementos das existências, no decurso do ano.**
- **A contagem em Inventariação Contínua tem as seguintes vantagens:**
 - Contagens mais fáceis, dado o menor número de artigos,
 - Não necessidade de parar a produção ou a actividade da empresa para proceder às contagens,
 - Permite repartir o trabalho de inventariação ao longo do ano.
- **Deve existir um adequado controlo físico e contabilístico das mercadorias em poder de terceiros.**

Instruções Escritas

- **Devem ser preparadas instruções escritas, regulamentando de forma adequada os seguintes aspectos críticos das contagens:**
 - Datas e locais da contagem,
 - Existências e armazéns a contar,
 - Trabalhos de preparação das contagens,
 - Critérios de contagem, pesagem e medida,
 - Constituição de equipas de contagem,
 - Critérios de identificação de existências obsoletas, defeituosas ou de baixa rotação,
 - Registo das contagens e seu controlo,
 - Procedimentos relativos ao corte de recepção e expedição,
 - Conferências posteriores das contagens,
 - Conciliação das contagens com os registos das existências,
 - Autorização dos ajustamentos das diferenças encontradas e das acções adequadas à regularização de outras anomalias.
- **As Folhas de Inventário devem ser cuidadosamente concebidas, com prévia numeração, com controlo da sua emissão e recolha; devem ser salvaguardadas, após a contagem, para protecção contra substituição por erro ou fraude, alterações, acréscimos, etc.**
- **No caso da empresa utilizar o sistema de inventário intermitente p/ contabilização das existências, é aconselhável dispor de registos que permitam o controlo das matérias-primas, produtos acabados e mercadorias, em quantidades.**
- **Deve existir um controlo adequado sobre as sucatas.**
- **As existências devem estar seguras contra roubo, incêndio, inundação, etc., por montantes adequados e revistos periodicamente. Isto, por uma questão de salvaguarda da continuidade da empresa.**

(Conclusões / Recomendações relativas ao sistema de controlo interno)

O controlo contabilístico é feito fundamentalmente através da existência e manutenção do sistema de inventário intermitente.

No entanto, a empresa deverá implantar o sistema de inventário permanente, uma vez que o mesmo permite um maior controlo de todas as existências, quer ao nível físico quer ao nível contabilístico e de gestão.

O circuito documental para área de existências é insuficiente, não existindo documentos específicos que acompanhem o movimento físico das existências dentro dos respectivos armazéns, ou preenchidos aquando da sua entrada ou saída.

Aquando da realização do inventário, no final do exercício, deverão ser seguidas, de forma criteriosa, as instruções escritas para as contagens, nomeadamente no que concerne ao corte das operações de recepção e de compras, e de expedição e de vendas, afim de que os saldos das respectivas contas correspondam às contagens físicas realizadas, depois de efectuados os ajustamentos necessários.

Chamamos também a atenção, para o facto, de a empresa ser obrigada desde 01 de Janeiro de 2002, por força do DL n.º 44/99 de 12 de Fevereiro a contabilizar as suas existências em sistema de inventário permanente. Não existindo cumprimento desta obrigação fiscal a empresa incorre em contingências fiscais negativas. Note-se que a inexistência de um registo permanente de stocks (compras/consumos/produção/vendas) limita por si só, toda a avaliação do sistema de controlo interno implementado.

Área

IMOBILIZADO

(...)

CONCLUSÃO GERAL

Neste exercício, constatamos mais uma vez uma evolução positiva da actividade da empresa, que tem vindo a registar um crescimento exponencial nos últimos exercícios, com repercussões no aumento da sua dimensão, as quais se reflectiram ao nível dos procedimentos adoptados, conduzindo inevitavelmente a uma descentralização na sua estrutura hierárquica, com a consequente delegação de tarefas, pese embora o facto das principais decisões estarem ainda concentradas na administração.

O sistema de controlo interno implantado na empresa apresenta já alguns procedimentos que consideramos adequados. No entanto, e para além dos pontos que fomos fazendo referência ao longo do relatório, a inexistência de um registo permanente de stocks (compras/consumos/produção/vendas) limita por si só, a avaliação do sistema de controlo interno implementado, na área respectiva.

Assim a nossa abordagem de auditoria continuará a ser predominantemente substantiva.

ELABORADO POR: Bruno Parada DATA: 11-12-2008
REVISTO POR: Jorge Silva DATA: 12-12-2008

Metalúrgica, S.A.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

EXERCÍCIO DE 2008

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **METALÚRGICA, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2008, (que evidencia um total de 11.638.687,81 euros e um total de capital próprio de 9.052.697,69 euros, incluindo um resultado líquido de 1.503.777,99 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Excepto quanto ao mencionado no parágrafo nº. 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

7. Em virtude da implementação do sistema de contabilidade por centros de custo para determinação dos custos industriais e sua utilização para valorização da produção só ter sido efectuado em 2008, não podemos formar opinião relativamente às existências iniciais (produtos acabados e em curso) e consequentemente acerca do montante da variação da produção constante da Demonstração de Resultados. Note-se que, a alteração do critério de valorização das existências, com o qual concordamos, encontra-se correctamente divulgado na nota 2 do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados.

Opinião

8. Em nossa opinião, excepto quanto aos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo nº. 7 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **METALÚRGICA, S.A.** em 31 de Dezembro de 2008, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfases

Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, informamos que:

9. Conforme referido na nota 12 do Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados, em 2008 a empresa procedeu a uma reavaliação livre dos terrenos no montante de 4.391.140,77 euros, o que originou um aumento dos capitais próprios e do passivo por via dos impostos diferidos associados, no montante de 3.240.434,20 euros e 1.150.706,57 euros, respectivamente.
10. Em virtude da empresa no presente exercício ter elaborado pela primeira vez a Demonstração de Resultados por Funções, a comparação com o exercício anterior encontra-se prejudicada.

Águeda, 31 de Março de 2009

Dr. Jorge Manuel Teixeira da Silva
Revisor Oficial de Contas nº 637 em representação de
Jorge, Victor, Neto, Fernandes & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Ex^{mo}. Conselho de Administração de
METALÚRGICA, S.A.

RELATÓRIO ANUAL DA FISCALIZAÇÃO EFECTUADA

EXERCÍCIO 2008

Ex^{mos}. Senhores:

1. O presente relatório visa informar o órgão de gestão da sociedade dos aspectos mais relevantes relacionados com o trabalho de revisão legal das contas de 2008.
2. Procedimos à revisão legal das contas dessa Empresa relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, de acordo com as Normas Técnicas e das Directrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame efectuado emitimos a respectiva certificação legal das contas com data de 25 de Fevereiro de 2009.
3. O nosso trabalho incluiu, entre outros aspectos, o seguinte:
 - (1) Reuniões com o Conselho de Administração e outros responsáveis e leitura das actas respectivas, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários.
 - (2) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adoptadas pela Empresa e que se encontram divulgadas no anexo.
 - (3) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte.
 - (4) Análise do sistema de controlo interno, com vista ao planeamento do âmbito e extensão dos procedimentos de revisão/auditoria, que incidiu especialmente nas áreas de compras, recepção e compras a pagar, vendas, expedição e contas a receber, imobilizações e gastos com pessoal, tendo sido efectuados os testes de controlo apropriados.
 - (5) Realização dos testes substantivos seguintes, que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:

- a) Inspeção física dos principais elementos do imobilizado corpóreo, confirmação directa da titularidade de bens sujeitos a registo e dos eventuais ónus ou encargos incidentes sobre tais bens.
- b) Observação das operações de inventariação física de existências, incluindo a apreciação das normas internas aplicáveis à sua execução, testes das contagens efectuadas e da respectiva valorização, cálculo e compilação.
- c) Confirmação directa e por escrito junto de terceiros (bancos, clientes, fornecedores e outros) dos saldos de contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, análise e teste das reconciliações subsequentes preparadas pela Empresa; nos casos em que não foi obtida resposta, efectuámos os procedimentos alternativos que considerámos necessários.
- d) Análise e teste das reconciliações bancárias preparadas pela Empresa.
- e) Análise das situações justificáveis da constituição de ajustamentos para redução de activos, provisões para passivos ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos.
- f) Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à Segurança Social.
- g) Análise e teste dos vários elementos de custos, proveitos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo.
- h) Apreciação da política de seguros do imobilizado e do pessoal, incluindo a actualização dos capitais seguros.

(6) Solicitação da Declaração do órgão de gestão, a qual foi obtida.

4. Em consequência do trabalho efectuado, entendemos dever relatar os seguintes aspectos que, por serem materialmente relevantes, foram incluídos na nossa certificação legal das contas.

4.1 Em virtude da implementação do sistema de contabilidade por centros de custo para determinação dos custos industriais e sua utilização para valorização da produção só ter sido efectuado em 2008, não podemos formar opinião relativamente às existências iniciais (produtos acabados e em curso) e consequentemente acerca do montante da variação da produção constante da Demonstração de Resultados. Note-se que, a alteração do critério de valorização das existências, com o qual concordamos, encontra-se correctamente divulgado na nota 2 do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados.

4.2 Sem afectar a opinião expressa na Certificação Legal das Contas, informamos que:

- 4.2.1. Conforme referido na nota 12 do Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados, em 2008 a empresa procedeu a uma reavaliação livre dos terrenos no montante de 4.391.140,77 euros, o que originou um aumento dos capitais próprios e do passivo por via dos impostos diferidos associados, no montante de 3.240.434,20 euros e 1.150.706,57 euros, respectivamente.
- 4.2.2. Em virtude da empresa no presente exercício ter elaborado pela primeira vez a Demonstração de Resultados por Funções, a comparação com o exercício anterior encontra-se prejudicada.
- 5 Em consequência do trabalho efectuado, entendemos dever relatar também os seguintes aspectos que, por não terem materialidade, não foram incluídos na nossa certificação legal das contas
- 5.1 Não obtivemos resposta por parte do banco BPI no processo de circularização de saldos, tendo sido efectuados procedimentos alternativos de confirmação de saldos.
- 5.2 As contas de clientes englobam um saldo de 44.257,32 euros (51.999,17 euros em 2007), cuja cobrança se tem revelado problemática, não estando na totalidade identificados na contabilidade como tal. Estes clientes apenas estão cobertos por um ajustamento para dívidas a receber no montante de 43.609,28 euros (48.370,98 euros em 2007). Encontram-se assim sobreavaliados os capitais próprios e os resultados transitados em 3.628,19 euros e 648,04 euros, respectivamente, encontrando-se o resultado líquido do exercício subavaliado em 2.980,15 euros.
- 5.3 Embora tenham sido comprovados os saldos através de procedimentos alternativos, informamos que obtivemos um baixo índice de respostas no processo de circularização de saldos a clientes.
- 5.4 Relativamente à mudança de critério adoptado para a valorimetria das existências, chamamos a atenção para o disposto no artigo 27.º do CIRC.
- 5.5 Da análise da cobertura de seguros do imobilizado e existências, constatámos que a cobertura existente se poderá mostrar insuficiente, pelo que aconselhamos a revisão das coberturas em causa.
- 5.6 Chamamos a atenção para o facto de segundo o artigo 23.º do CIRC, a administração fiscal só considerar como custos ou perdas do exercício, os que forem indispensáveis para a realização dos proveitos ou para a manutenção da fonte produtora:
- 5.6.1. Assim é importante referir que existem vários custos em que não é inscrito no documento qual a relação do custo com a actividade da empresa nem efectuada devidamente a identificação da empresa, nomeadamente no que diz respeito a deslocações e estadas, despesas de representação, artigos para oferta e outros custos com pessoal. Desta forma devem ser justificados os motivos da despesas no próprio documento de forma a poder correlacionar-se a despesa com a actividade da empresa.

- 5.6.2. Relativamente às despesas com combustíveis importa referir que segundo a alínea i) do n.º1 do art.º 42.º do CIRC, não são aceites como custo fiscal “as despesas com combustíveis na parte em que o sujeito passivo não faça prova de que as mesmas respeitam a bens pertencentes ao seu activo ou por ele utilizadas em regime de locação e de que não são ultrapassados os consumos normais”.
- 5.7 Chamamos à atenção da empresa que de acordo com a circular n.º 14/2008 de 1 de Julho da Direcção Geral dos Impostos, não é aceite como custo fiscalmente dedutível o IVA suportado em operações efectuadas noutros Estados Membros da União Europeia e cujo reembolso não seja solicitado pelo sujeito passivo.
- 5.8 Não foi enviada carta a advogados, uma vez que segundo informação da administração, não existem advogados com vínculo à empresa.
- 5.9 Chamamos a atenção para as eventuais contingências fiscais que podem decorrer de algumas situações em que a contabilização dos custos não respeitou integralmente o princípio da especialização, e em que registos capitalizáveis, estão contabilizados e reconhecidos como custo do exercício.
- 6 Para além dos aspectos referidos nos pontos 4 e 5, entendemos ainda dever relatar, dada a sua relevância e significado, os aspectos de controlo interno, de contabilidade e/ou de informação de gestão em uso ou outros, seguintes:
- 6.1 Chamamos a atenção, para o facto, de a empresa ser obrigada desde 01 de Janeiro de 2002, por força do DL n.º 44/99 de 12 de Fevereiro a contabilizar as suas existências em sistema de inventário permanente. Não existindo cumprimento desta obrigação fiscal a empresa incorre em contingências fiscais negativas.
- 7 Finalmente, cumpre-nos informar que apreciamos o relatório do Conselho de Administração, o qual satisfaz os requisitos legais tendo verificado a conformidade da informação financeira nele constante com as demonstrações financeiras do exercício.

Águeda, 31 de Março de 2009

Dr. Jorge Manuel Teixeira da Silva
R.O.C. N.º 637

em representação de

Jorge, Victor, Neto, Fernandes & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Metalúrgica, SA

ELABORADO POR: Bruno Parada

DATA: 03-02-2009

ANO: 2008

REVISTO POR: Jorge Silva

DATA: 06-02-2009

NOTAS DE CRÉDITO

Testar as mais significativas do período e período subsequente

2008

Data	Diário	N. Int.	Abrv.	Doc.	Conta	Valor	Cliente	Observações
30-04-2008	VND	4000142	Vendas	N/Nota Credito 20080020	71721	12.504,01 €	HM G, SL	Rectificação de Erro referente á factura 20080446
31-05-2008	VND	5000108	Vendas	N/Nota Credito 20080034	71721	14.364,00 €	Bricoli Stor	Anulação da factura BD20080210 por erro na encomenda deu lugar á factura BD20080211
31-07-2008	VND	7000170	Vendas	N/Nota Credito 20080063	71721	15.086,74 €	Bricoli Stor	Correcção factura 20080792 por preços errados
31-07-2008	VND	7000171	Vendas	N/Nota Credito 20080064	71721	12.528,00 €	Bricoli Stor	Correcção factura 20080791 por correcção de preços
31-07-2008	VND	7000172	Vendas	N/Nota Credito 20080065	71721	13.275,65 €	Bricoli Stor	Correcção factura 20080794 por erros de preços por nova tabela
31-07-2008	VND	7000173	Vendas	N/Nota Credito 20080066	71721	16.230,00 €	PIRI SA	Correcção factura 20080818 por erros na subdivisão entre os modelos 160 e 180
31-10-2008	VND	10000101	Vendas	N/Nota Credito 20080090	71721	10.326,24 €	PIRI SA	Anulação da factura 20081101, por diferença nos preços deu lugar á factura 20081110
30-06-2008	VND	6000112	Vendas	N/Nota Credito 20080047	71731	26.841,00 €	Ramoda	Anulação da factura 20080658 por volume diferente no inspector da alfandega deu lugar á factura 20080668
31-07-2008	VND	7000179	Vendas	N/Nota Credito 20080072	71731	45.990,00 €	HM G, SL	Anulação da factura 20080879, não cabia no contentor deu lugar á factura 20080886
30-09-2008	VND	9000110	Vendas	N/Nota Credito 20080075	71731	43.280,00 €	HM G, SL	Anulação da factura 20080958, não cabia no contentor deu lugar á factura 20080970
30-09-2008	VND	9000114	Vendas	N/Nota Credito 20080079	71731	44.139,56 €	Prendamat, Lda	Anulação da factura 20081013, não levou o material todo deu lugar á factura 20081024
31-10-2008	VND	10000100	Vendas	N/Nota Credito 20080088	71731	50.758,00 €	HM G, SL	Anulação da factura 20081096, por diferença nos volumes deu lugar á factura 20081097
30-11-2008	VND	11000078	Vendas	N/Nota Credito 20080093	71731	167.436,00 €	CI&MA	Anulação da factura 20081189, por erro nas referências de motores deu lugar á factura 20081190
25-12-2008	VND	12000045	Vendas	N/Nota Credito 20080101	71731	48.626,00 €	HM G, SL	Anulação da factura 20081234, por ter sido carregado menos 2 guinchos deu lugar á factura 20081239
29-02-2008	VND	2000140	Vendas	N/Nota Credito 20080015	71821	18.147,00 €	SOCIA ESPAÑA SA	Cliente não aceitou a descarga. Foi depois entregue no cliente A B D F20080104
31-05-2008	VND	5000122	Vendas	N/Nota Credito 20080063	71821	15.781,14 €	Bricola	RFA de la 140 L foi anulada pela N.ta de Déb. N.º 14
31-05-2008	VND	5000123	Vendas	N/Nota Credito 20080064	71821	15.781,14 €	Bricola	RFA betoneiras 140 L - referentes a vendas de Janeiro de 2008
31-07-2008	VND	7000185	Vendas	N/Nota Credito 20080075	71821	20.042,22 €	SOCIA ESPAÑA SA	Rapel referente ao 2.º trimestre de 2008
31-10-2008	VND	10000114	Vendas	N/Nota Credito 20080095	71821	12.911,59 €	SOCIA ESPAÑA SA	Rapel referente ao 3.º trimestre de 2008 foi anulada e substituída pela NC 20080097
28-12-2008	VND	12000072	Vendas	N/Nota Credito 20080127	71821	12.814,74 €	SOCIA ESPAÑA SA	Acerto Rapel incondicional 8%
29-02-2008	VND	2000147	Vendas	N/Nota Credito 20080022	71831	102.426,00 €	HUAFENG, LDA	Foi anulada a factura 20080195 e substituída pela factura 20080205 pq foi adicionado material no despacho
30-04-2008	VND	4000155	Vendas	N/Nota Credito 20080058	71831	116.258,00 €	Pedro & Irmão, Lda	Anulação da factura 20080483 por não caber o material p/ despacho deu lugar á factura 20080493
						835.547,03 €		

717 743.402,90
718 429.920,40
1.173.323,30

% testada 71,2%

2009

Data	Diário	N. Int.	Abrv.	Doc.	Conta	Valor	Cliente	Observações
À data da realização do trabalho de campo, as vendas ainda não se encontravam integradas, pelo que foi efectuada uma								
análise documental de onde se apurou a existência de 12 notas de devolução, as quais são relativas a devoluções de material também facturado em 2009.								
						0,00 €		

Metalúrgica, SA

ELABORADO POR: Bruno Parada
REVISTO POR: Jorge Silva

DATA: 27-01-2009
DATA: 06-02-2009

ANO: 2008

NOTAS DE CRÉDITO

Testar as mais significativas do período e período subsequente

2008

Data	Diário	N. Int.	Abrv.	Doc.	Conta	Valor	Fornecedor	Observações	Concl.
30-06-2008	CMP	6000042	N.Crédito 2470001136		3176111302	1.563,66 €	IMA	Devoluções material - chapas referente a 2008	
30-06-2008	CMP	6000156	N.Crédito 24/2008		3176111302	2.196,00 €	Trubos	Dev. Material - Tubo redondo - 2008	
31-10-2008	CMP	10000102	NC	63	3176111302	4.512,56 €	Trubos	devolução de 2.387,60 mt de tubo redondo	
31-10-2008	CMP	10000106	NC	65	3176111302	6.011,96 €	Trubos	devolução de 2.558,28 mt de tubo redondo	
30-04-2008	CMP	4000040	N.Crédito 2470001053		3186111301	13.328,10 €	IMA	Devoluções material - chapas referente a 2008 - não contabilizado	
31-05-2008	CMP	5000181	N.Crédito 28000073		3186111301	7.060,90 €	Ferrota, Lda	Devolução 9.170Kg chapa - GTransp.20080016	
31-12-2008	CMP	12000141	Crédito	387	3186111301	5.570,00 €	IMA	Rappel s/compras 2008	a)
29-02-2008	CMP	2000120	N.Crédito 00012		3186111303	3.334,10 €	Ferrota, Lda	Devolução de 6,062 Ton de Barra Rect. - não contabilizado na 317	
31-10-2008	CMP	10000149	N.Lanç.	210	3186111312	4.176,00 €	TAL	devolução de 420 cremalheiras	
						47.753,28 €			

317 Devoluções de Compras
318 Desc/Abat Compras

20.777,03
47.783,58
68.560,61

% testatda

69,7%

a) desconto relativo a compras até 06/2008
IVA 21% - considerado 20% devia ter sido 21%
(55,70 € - Sem significado)

2009

Data	Diário	N. Int.	Abrv.	Doc.	Conta	Valor	Fornecedor	Observações	Concl.
09-01-2009			N.Crédito 290001			1.332,00 €	Tintas Lente	Devolução de material (1.110€ + iva) adquirido em 2009	
13-01-2009			N.Crédito 640			1.500,00 €	Informáticas, Lda	Desconto contr.assistência técnica 2009 (1.250€ + iva)	
À data da realização do trabalho de campo as compras ainda não se encontravam integradas, pelo que efectuamos uma									
análise documental donde apuramos a existência de 5 notas de crédito, das quais verificamos as 2 mais relevantes.									
						2.832,00 €			

Cliente: Metalúrgica, SA					ANO 2008		11,30			
Preparado por:		Data:	Revisto por:	Data:	EXISTÊNCIAS					
Bruno Parada		10-03-2009	Jorge Silva	13-03-2009						
Descrição dos Procedimentos/Testes					Asserções				Teste (Papel trabalho)	Refª
					P	E	M	V		
1	Rever as políticas contabilísticas adoptadas pela empresa e o seu sistema de controlo interno. Actualizar se necessário, os respectivas Pastas de Arquivo Permanente.				✓	✓	✓	✓	Teste de controlo Questionário CI	11.30.CI
2	Obter cópia das instruções escritas para a realização do inventário, proceder à sua análise e esclarecer com o responsável pelo mesmo quaisquer aspectos menos claros.				✓	✓	✓	✓	Teste às contagens Questionário de inventário e contagens físicas	11.30.003
3	Acompanhar as equipas de contagem de forma alternada e aleatória recolhendo os dados da contagem (referências, designações e quantidades) e confirmar as quantidades inventariadas.					✓				
4	Verificar e anotar, durante as contagens, a existência de eventuais artigos obsoletos, deteriorados ou com pouca rotação.					✓		✓		
5	Verificar se o pessoal da Empresa dedica especial cuidado aos procedimentos relacionados com o “corte” de operações.				✓	✓				
6	Obter informação acerca das entradas e saídas de existências dos armazéns, relativamente aos três dias anteriores e posteriores à data da contagem. Comparar as quantidades entradas e saídas com as quantidades constantes do inventário e testar a razoabilidade.				✓	✓			Operações de corte Corte às saídas	11.30.011 / 11.32.027
78	Recolha dos números dos últimos documentos emitidos até ao dia das contagens.				✓	✓				
8	Se possível, com base nos elementos obtidos em pontos anteriores efectuar os respectivos testes de “corte” de operações, conforme mapa de trabalho 11.32.026/7 .				✓	✓				
9	Elaborar um memorando relativo ao trabalho realizado e concluir sobre os resultados do mesmo.				✓	✓	✓	✓		11.30.003
10	Obter as listas finais das existências e sobre elas efectuar os seguintes procedimentos:								Teste às contagens	11.30.004
	· Testar a exactidão aritmética das mesmas (somas e multiplicações) dando especial atenção às unidades de contagem;					✓	✓			
	· Verificar se os totais das listas são idênticos às quantidades constantes em cada uma das contas de Existências que irão aparecer no Balanço;					✓	✓			
	· Verificar, aleatoriamente, se as quantidades constantes das listas coincidem com as quantidades apresentadas nas listas ou talões elaborados aquando das contagens físicas.				✓	✓				
	· Verificar se as quantidades constantes das listas coincidem com as que foram testadas pelos auditores aquando das contagens físicas. No caso de haver diferenças, obter explicações cabais para tais situações.				✓	✓				
11	Seleccionar os itens com quantias totais mais significativas e, dos restantes, de forma aleatória e verificar se o custo unitário constante nas listas finais das existências é adequado (NOTA: Os itens seleccionados incluirão, necessariamente, todos os que foram objecto de contagem física pelos auditores).						✓	✓	Teste valorimetria Forma de custear as saídas	11.30.006
12	Relativamente às existências de matérias primas e de mercadorias, efectuar o teste constante do mapa de trabalho 11.30.006, tendo em consideração que as últimas facturas dos fornecedores devem cobrir as quantidades constantes das listas finais das existências.						✓	✓		
13	Relativamente às existências de produtos e trabalhos em curso e de produtos acabados, testar os respectivos custos, tendo em consideração o método de custeio e o sistema de contabilidade de custos adoptados pela Empresa.							✓	Teste valorimetria Valor produção	11.30.009.1/2/ 3
14	Relativamente aos itens seleccionados nos pontos anteriores obter os respectivos preços de mercado (custo de reposição ou valor realizável liquido, conforme os casos) e verificar se estes são inferiores ao custo constante nas listas finais das existências.							✓	Teste à realização	11.30.012
15	Obter uma listagem de artigos sem movimento no exercício, compará-la com a informação obtida aquando das contagens e concluir sobre as suas possibilidades de realização.						✓			
16	Com base na informação obtida no anteriormente verificar a adequação do saldo da conta Ajustamentos de existências.							✓	Mapa de Ajustamentos	11.30.008

Cliente: Metalúrgica, SA				ANO 2008				11,30			
Preparado por: Bruno Parada		Data: 10-03-2009		Revisto por: Jorge Silva		Data: 13-03-2009				EXISTÊNCIAS	
Descrição dos Procedimentos/Testes					Asserções				Teste		Refª
					P	E	M	V	(Papel trabalho)		
17	Testar a cobertura de seguros.								Teste aos seguros	11.32.005	
18	Obtenção dos Inventários assinados pelos responsáveis da empresa.										
19	Obter balancete analítico da Classe 3 onde constem os saldos auditados.									11.32.011	
20	Verificar se o custo das existências vendidas e consumidas reflectido na demonstração de resultados respeita ao período sob exame, foi determinado de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites, calculado de uma forma consistente com a utilizada no período anterior e se está relacionado com os proveitos e/ou existências contabilizados no mesmo período.				✓	✓	✓	✓	Teste à variação da margem lucro CMVMC	14.61.001	

Cliente: Metalúrgica, S.A.	ANO: 2008	11.30.CI		
Seccão: Avaliação Controlo Interno				
Preparado por Bruno Parada	Data 03-12-2008	Revisto por Jorge Silva Data 03-12-2008		
		<table border="1"> <tr> <td>Sim</td> <td>Não</td> </tr> </table>	Sim	Não
Sim	Não			

I - QUESTIONÁRIO CONTROLO INTERNO

EXISTÊNCIAS

GERAL

1. O controlo contabilístico dos stocks está baseado em:

(a) Registos permanentes de existências (registos individuais de existências)?

	X
--	----------

(b) Somente confirmações físicas periódicas?

X	
----------	--

2. Indicar razões porque não é adoptado pela Empresa o Sistema de Inventário Permanente.

Complexidade do processo produtivo que dificulta a implementação deste sistema, visto que é extremamente oneroso e não compatível com a relação custo/benefício.

3. O controle das existências está centralizado num sector específico:

(a) Contabilidade geral?

X	
----------	--

(b) Contabilidade analítica?

	X
--	----------

4. Existem controlos eficientes de stocks de segurança, através dos registos individuais de stocks?

	X
--	----------

5. Os stocks são devidamente salvaguardados através de uma adequada cobertura de seguros de:

(a) Roubos?

	X
--	----------

(b) Incêndios?

	X
--	----------

6. Os seguros efectuados são contratados de tal forma que sejam automaticamente ajustáveis em função dos níveis de stocks?

	X
--	----------

7. Os procedimentos da Empresa contemplam que todos os stocks estejam adequadamente segurados, incluindo stocks nas fábricas, armazéns e em consignação?

	X
--	----------

8. Os Armazéns têm condições satisfatórias ? Não há perigo de deterioração ?

	X
--	----------

INVENTÁRIO PERMANENTE

Sim	Não
-----	-----

9. São mantidos registos individuais sobre todas as contas de existências?

	X
--	---

10. Existem controlos individuais para:

(a) Mercadorias de terceiros em consignação?

	X
--	---

(b) Mercadorias da propriedade da empresa mas em poder de terceiros?

	X
--	---

(c) Sucata?

	X
--	---

(d) Material obsoleto?

	X
--	---

11. Os registos individuais de existências indicam todos os detalhes relativos a adequada identificação dos itens em stock tais como:

(a) Código do material ou produto?

N/A	
-----	--

(b) Nomenclatura?

N/A	
-----	--

(c) Localização do item (fábrica, armazém)?

N/A	
-----	--

(d) Quantidades?

N/A	
-----	--

(e) Preços unitários?

N/A	
-----	--

(f) Valores totais?

N/A	
-----	--

12. As tarefas de manutenção e controle dos registos individuais de existências são desempenhadas por funcionários, cujas funções sejam independentes de:

(a) Quem tem à sua guarda os stocks físicos?

N/A	
-----	--

(b) Quem efectua registos contabilísticos?

N/A	
-----	--

(c) Quem tem funções de compras?

N/A	
-----	--

(d) Quem tem funções de vendas?

N/A	
-----	--

(e) Quem executa as contagens físicas dos stocks?

N/A	
-----	--

(f) Quem tem funções ligadas ao departamento de produção?

N/A	
-----	--

(g) Quem tem funções de expedição?

N/A	
-----	--

Sim	Não
-----	-----

13. Os registos individuais de existências são:

(a) Analisados periodicamente para comparação de totais com a conta respectiva do balancete?

N/A	
-----	--

(b) Conciliados com as quantidades físicas em stock (contagens físicas), pelo menos uma vez por ano?

N/A	
-----	--

(c) Comparados com as fichas de existências ou registos locais no que se refere a quantidades?

N/A	
-----	--

N/A	
-----	--

14. Os registos individuais de controle dos stocks são actualizados/registados diariamente?

15. Os lançamentos efectuados nos registos individuais mencionam claramente:

(a) Data da transacção?

N/A	
-----	--

(b) Número do documento original?

N/A	
-----	--

16. Os lançamentos nos registos individuais de existências são inscritos, de forma a dificultar alterações, especialmente de quantidades?

N/A	
-----	--

17. O acesso aos registos individuais está limitado às pessoas que os inscrevem, designadamente após o terminus do expediente diário?

N/A	
-----	--

18. Somente são efectuados lançamentos nos registos individuais com base em documentos próprios, tais como:

* Entradas de matérias primas, materiais diversos, embalagens e mercadorias:

(a) Guias de entrada ou outros documentos semelhantes?

N/A	
-----	--

(b) Guias de remessa?

N/A	
-----	--

(c) Outros?

N/A	
-----	--

* Entradas por produção própria (produtos acabados, semi-acabados e outros):

(a) Fichas de produção?

N/A	
-----	--

(b) Outros?

N/A	
-----	--

* Saídas de matérias primas, materiais diversos e embalagens:

(a) Notas de encomenda?

N/A	
-----	--

(b) Guias de remessa?

N/A	
-----	--

(c) Outros?

N/A	
-----	--

* Saídas de produtos acabados (fabricação própria ou mercadorias):

(a) Guias de remessa?

N/A	
-----	--

(b) Outros?

N/A	
-----	--

Sim	Não
-----	-----

19. Na sua opinião, os registos individuais de stocks mantidos pela empresa são necessários ou poderá todo o trabalho burocrático ser reduzido, sem prejuízo dos controlos internos contabilísticos existentes e do registo das transacções se aqueles forem conservados apenas para itens de grande valor?

N/A	
-----	--

20. Na sua opinião, os registos individuais de existências são adequados?

N/A	
-----	--

Se durante o ano fossem periodicamente testados pela Empresa, poderiam ser evitadas paralisações gerais para proceder a contagens físicas completas?

	X
--	---

21. Os registos individuais de stocks são revistos periodicamente de modo a verificar-se, por consulta ao movimento de entradas e saídas, se existem:

(a) Itens com pouca rotação?

N/A	
-----	--

(b) Itens obsoletos?

N/A	
-----	--

(c) Excesso de stocks?

N/A	
-----	--

(d) Itens deteriorados parcialmente?

N/A	
-----	--

22. Tal facto é confirmado através de verificações físicas?

N/A	
-----	--

23. As tarefas referidas nos pontos 17 a 21 são efectuadas por pessoas com funções independentes das de:

(a) Salvaguarda física dos stocks?

N/A	
-----	--

(b) Manutenção dos registos individuais de existências?

N/A	
-----	--

24. É feito algum relatório sobre o assunto?

	X
--	---

25. São tomadas medidas pela Empresa para indicar qual o tratamento a dar aos bens obsoletos, danificados, etc., bem como o tratamento contabilístico a dar aos mesmos?

	X
--	---

Sim	Não
-----	-----

MOVIMENTAÇÃO FÍSICA E CONTABILÍSTICA DAS EXISTÊNCIAS

(ENTRADAS POR PRODUÇÃO OU COMPRAS E SAÍDAS POR CONSUMO OU VENDAS)

26. As pessoas encarregadas de recepcionar as mercadorias adquiridas:

(a) Verificam as quantidades, especificações e qualidade dos bens, confrontando-as com as guias de remessa e facturas dos fornecedores?

X	
---	--

(b) Confrontam as guias de remessa com as notas de encomenda?

	X
--	---

(c) Preparam guias de recepção ou guias de entrada, ou outras similares?

	X
--	---

(d) Carimbam e assinam as guias de remessa como evidência da recepção das mercadorias?

X	
---	--

27. O material já recebido mas ainda não inspeccionado pelo controle de qualidade é devidamente contabilizado?

X	
---	--

28. A entrega de produtos acabados em armazém é acompanhada de:

(a) Cópia do relatório de produção recebido da fábrica(departamento de produção)?

	X
--	---

(b) Ordem de fabrico?

	X
--	---

(c) Guias de transferência interna?

	X
--	---

(d) Outros documentos?

	X
--	---

29. Os documentos emitidos pelo departamento de produção (relatórios de produção, ordens de fabrico, guias de transferência, etc.):

(a) São pré-numerados tipograficamente ou emitidos de forma automatizada (rotina informática)?

	X
--	---

(b) São submetidos a controle de sequência numérica?

	X
--	---

(c) Contém detalhes relativos ao produto fabricado, como:

c.1 - data da fabricação?

	X
--	---

c.2 - data de entrega no armazém de produtos acabados?

	X
--	---

c.2 - quantidades?

	X
--	---

c.3 - descrição dos bens?

	X
--	---

30. Há evidência de que os produtos fabricados foram recebidos no armazém, tais como:

(a) declaração no relatório de produção (ou outros documentos emitidos pelo departamento de produção?

	X
--	---

(b) Outros meios (indicar quais)?

	X
--	---

Sim	Não
-----	-----

31. Os armazéns de matérias primas, materiais diversos e embalagem, somente entregam mercadorias mediante a apresentação de documentos válidos e devidamente autorizados, tais como:

(a) requisição de materiais?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
(b) ordens de entrega?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
(c) ordens de serviço?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
(d) guia de saída?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
(e) outros (indicar quais)?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

32. Os documentos emitidos são pré-numerados tipograficamente ou emitidos de forma automatizada (rotina informática)?

<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
--------------------------	-------------------------------------

33. A sequência numérica dos documentos é devidamente controlada?

<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
--------------------------	-------------------------------------

34. Quando um documento é cancelado:

(a) todas as outras vias o são?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
(b) o original é conservado junto às cópias?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
(c) é enviado original à contabilidade ou sector de custos para controlo?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

35. É exigido que sejam observados os seguintes detalhes em relação às requisições (ou outros documentos que sejam emitidos):

(a) assinatura de quem requisita?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(b) assinatura de quem recebeu o material?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(c) assinatura de quem entregou o material?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(d) aprovação?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
(e) quantidades expressas por extenso?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
(f) Inutilização de espaços em branco?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

36. As requisições (ou outro documento semelhante):

(a) São conferidas em detalhe por pessoa independente das funções de guarda manutenção dos registos de stocks?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
(b) São efectuadas comparações numa base de teste, do original, com as cópias?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

	Sim	Não
37. Existe controlo sobre as requisições ainda por satisfazer, mantido por pessoa independente das funções de salvaguarda e manutenção dos registos de existências?		X
38. É enviada pelo menos uma cópia da requisição directamente à contabilidade, para que nos armazéns não haja oportunidade de alterar as quantidades registadas nas requisições?		X
39. Matérias primas e materiais requisitados pelo departamento de produção, mas não totalmente utilizados/consumidos:		
(a) são devolvidos fisicamente ao armazém?		X
(b) existem documentos próprios?		X
(c) os documentos são pré-numerados tipograficamente ou emitidos de forma automatizada (rotina informática)?		X
(d) a sequência numérica e devidamente controlada?		X
(e) as quantidades requisitadas totais e as devolvidas são mencionadas nos relatórios de produção?		X
40. A saída de produtos acabados para clientes é efectuada sempre mediante a emissão de guias de remessa?	X	
41. As quantidades transferidas dos stocks de produtos acabados para custo das vendas são conciliadas mensalmente com as quantidades vendidas a clientes (vendas a dinheiro e a crédito)?		X
42. Estas conciliações são feitas por pessoas com funções independentes a:		
(a) guarda física dos stocks?		X
(b) manutenção dos registos individuais de existências?		X
(c) registos das contas a receber?		X
43. Quando os registos individuais têm somente as quantidades em stock, o apuramento do valor total a ser abatido aos stocks e a registar no custo das vendas é obtido:		
(a) pela multiplicação das quantidades consumidas pelos preços unitários de custo?		X
(b) pela diferença de existências (Inventário inicial mais compras e custo de fabricação, quando aplicável, menos inventário final)?	X	

Sim	Não
-----	-----

44. O valor abatido em stocks e a registar no custo de vendas é suportado por um mapa analítico que também menciona os documentos que deram origem às saídas de existências (guias de remessa, etc.)?

	X
--	---

SISTEMAS DE CUSTEIO

45. A Empresa possui um sistema que determine mensalmente o custo dos stocks e das existências vendidas e consumidas?

	X
--	---

46. O sistema de custeio permite determinar o custo unitário, por família de produtos, ou outros, para:

(a) produção em curso?

X	
---	--

(b) produtos acabados?

X	
---	--

47. O sistema de custeio está integrado na contabilidade geral?

	X
--	---

48. São mantidas contas separadas para controlar:

(a) os gastos gerais de fabrico?

X	
---	--

(b) contas de desvios (quando utilizados custos padrões ou standard), para:

b1) matérias primas?

N/A	
-----	--

b2) mão-de-obra directa?

N/A	
-----	--

b3) gastos gerais de fabrico?

N/A	
-----	--

(c) ajustamentos físicos e de preços?

N/A	
-----	--

(d) ajustamentos para depreciação de existências?

N/A	
-----	--

(e) despesas debitáveis directamente ao custo das mercadorias vendidas (custo das vendas), tais como: despesas de engenharia, pesquisa e desenvolvimento, "royalties", etc.)?

N/A	
-----	--

49. O custo de produção está suportado por relatórios ou mapas de custos?

X	
---	--

50. Cópia de toda a documentação de suporte ao cálculo dos custos de produção é mantida em arquivo próprio para eventuais consultas?

	X
--	---

Sim	Não
-----	-----

51. Os relatórios referentes ao apuramento dos custos apresentam as seguintes informações:

(a) Dados comparativos com meses ou períodos anteriores?

	X
--	---

(b) Comentários sobre produtividade?

	X
--	---

(c) Horas gastas em produção?

	X
--	---

(d) Quantidades produzidas?

	X
--	---

(e) Custo unitário e total de produção?

X	
---	--

(f) Apuramento do lucro bruto por produto fabricado ou linha de produtos?

	X
--	---

52. Estes relatórios indicam, também, causas de desvios específicas do custo, entre períodos, tais como:

(a) Variação de preços das matérias primas e materiais empregados?

	X
--	---

(b) Grau de aproveitamento de matérias primas, e outros materiais?

	X
--	---

(c) Taxas de mão-de-obra pelo aumento ou redução de salários e encargos?

	X
--	---

(d) Mais horas gastas em produção, por necessidade de operações adicionais ou improdutivas?

	X
--	---

(e) Variação das despesas indirectas pelo aumento destas ou variação do volume de produção?

	X
--	---

53. As taxas de imputação dos gastos gerais de fabrico são:

(a) Analisadas periodicamente?

X	
---	--

(b) Ajustadas para reflectir a situação actual?

X	
---	--

54. O sistema de custeio em vigor, permite:

(a) Que se façam estimativas razoáveis do custo de novos produtos?

X	
---	--

(b) Que o departamento de vendas possa definir preços rapidamente?

	X
--	---

55. O sistema de custeio pode ser simplificado de maneira a reduzir o trabalho de apuramento de custos excessivos, tais como:

(a) Eliminação da imputação de gastos indirectos excessivamente detalhados?

	X
--	---

(b) Tratamento de pequenos custos como gastos indirectos e não como directos?

	X
--	---

(c) Agrupamento por famílias ou grupos, de itens com natureza similar?

	X
--	---

56. Existe uma correlação clara entre a compra ou produção de peças e acessórios com a produção ou necessidade de vendas? (stocks elevados, corridas de emergência na produção, níveis de stocks abaixo de níveis mínimos, obsolescência,...)

	X
--	---

Sim	Não
-----	-----

57. Se a Empresa utilizar o sistema de custo padrão:

(a) Estes custos são revistos periodicamente para que não haja muita divergência

	X
--	---

(b) Existe comparação entre os custos padrões e reais?

	X
--	---

(c) É feita alguma análise das divergências entre os custos reais e padrões, contabilizando-as em contas de resultados?

	X
--	---

(d) Os custos padrões são ajustados no final do ano para que as existências e custos das vendas reflectam os custos reais?

	X
--	---

58. Há exigências de relatórios mensais sobre o material danificado no processo de produção, apurando responsabilidades e justificando os lançamentos nas contas de controlo de existências?

	X
--	---

59. São feitos testes valorimétricos seguindo o seguinte critério: Os testes devem iniciar-se nas contas de matérias primas, subsidiárias e de consumo e continuar na produção em curso, por forma a que, se existirem problemas detectados nestas, não sejam repercutidos nos produtos acabados.

	X
--	---

60. Se há perspectiva de prejuízos na venda de produtos (após comparação de preços de compra e venda) estes são ajustados?

X	
---	--

APÓS EFECTUAR CONTAGENS FÍSICAS

61. Todas as etiquetas utilizadas nas contagens (conforme controle numérico das etiquetas) foram incluídas nas listagens finais das existências)?

X	
---	--

62. Os resumos das contagens, preparadas com base nas etiquetas ou anotações de contagem, são conferidos quanto a:

(a) somas de quantidades?

X	
---	--

(b) conversão de unidades?

X	
---	--

(c) preços aplicados?

X	
---	--

(d) cálculos?

X	
---	--

(e) totais?

X	
---	--

Sim	Não
-----	-----

63. As seguintes tarefas são executadas por pessoas com funções independentes da guarda física dos stocks e registos individuais:

(a) Comparação das fichas individuais com as quantidades inventariadas fisicamente ?

	X
--	---

(b) Valorização das quantidades inventariadas fisicamente?

	X
--	---

(c) Comparação dos inventários físicos com as respectivas contas do razão geral?

X	
---	--

(d) Análise e correcção das diferenças resultantes das comparações acima mencionadas?

	X
--	---

(e) Aprovação dos ajustamentos a efectuar nas fichas individuais e no razão geral?

	X
--	---

(f) Obtenção de confirmação por terceiros das existências da Empresa, em seu poder, que não forem contados fisicamente?

	X
--	---

64. Os procedimentos de corte de operações oferecem segurança de que todos os passivos relativos aos itens incluídos nos inventários físicos, encontram-se devidamente contabilizados?

X	
---	--

AVALIAÇÃO FINAL DAS EXISTÊNCIAS

65. O critério de valorimetria das existências é consistente com o utilizado no exercício anterior?

	X
--	---

66. A avaliação da sucata e stocks obsoletos ou danificados foi efectuada, considerando-se o valor líquido de realização?

X	
---	--

67. A conta de mercadorias em trânsito foi devidamente analisada de modo a evitar a permanência de itens pendentes por longa data?

	X
--	---

68. Se existirem penhores ou ónus sobre as existências da Empresa, este facto é claramente evidenciado nas notas as demonstrações financeiras?

	N/A
--	-----

II - CONCLUSÕES

Não há controlo permanente de stocks, pelo que apesar de existirem alguns procedimentos adequados, o SCI é limitado.

Metalúrgica, SA		ANO: 2008		11.30.003	
SECÇÃO: QUESTIONÁRIO DE INVENTÁRIO E CONTAGENS FÍSICAS					
Preparado por: Bruno Parada		Data: 31-12-2008		Revisto por: Jorge Silva	
				Data: 02-01-2009	
		SIM		NÃO	N/A
					REF ^a
1. PROCEDIMENTOS ANTES DAS CONTAGENS					
1.1 Obter as instruções escritas preparadas pelo cliente. Ler e discutir os procedimentos com o pessoal do cliente encarregado da contagem.					
1.2 Visitar a área de contagem, de que é o responsável, de forma a apreender as características do stock, disposição dos artigos e identificar principais problemas que possam vir a ocorrer.					
1.3 Verificar se os procedimentos indicados nas instruções escritas estão a ser seguidos.					
1.4 Observar a adequacidade dos controlos, no que se refere à movimentação de produtos entre as diversas áreas de contagem.					
1.5 Assegurar que todos os artigos de baixa rotação e obsoletos foram identificados fisicamente e incluídos nas listagens finais de contagem.					
1.6 Verificar se todos os artigos não pertencentes ao cliente (já vendidos e facturados ou em reparação) estão perfeitamente segregados e não são incluídos na contagem física.					
1.7 Assegurar que os procedimentos utilizados em relação a artigos recebidos e expedidos durante a contagem física é adequada e se processa de acordo com as instruções. Obter elementos para corte de operações, nomeadamente registar as últimas entradas e saídas.					
1.8 Observar a adequacidade dos papéis de contagem a utilizar a folha resumo onde serão inscritas as quantidades totais dos itens a contar.					
1.9 Para artigos armazenados em pilhas, silos, contentores, ou em quaisquer outros espaços de difícil medição e/ou contagem, assegurar que os procedimentos são adequados.					
1.10 Prepare lista contendo pontos para discussão com responsáveis do cliente e com S ou M do trabalho e que possam constituir notas para o Relatório de Controle Interno ou Carta de Recomendações.					
2. CONTAGEM PROPRIAMENTE DITA					
2.1 Efectuar contagens físicas numa base de teste. Deverá ter em atenção o seguinte:					
* Seleccionar itens de valor significativo; * Seleccionar itens a partir da observação física; * Seleccionar itens a partir dos ficheiros.					
2.2 Deixar evidência adequada das contagens efectuadas de forma a possibilitar subsequente comparação com as listagens finais.					
2.3 Obter elementos para corte de operações.					
2.4 Listar artigos de aparente fraca rotação e obsoletos.					
2.5 Obter elementos sobre controle de etiquetas.					
2.6 Antes de abandonar o local da contagem obter fotocópias da folha resumo (ver nr. 1.8 anterior) e de algumas folhas de contagem preparadas pelo cliente sem que este tenha conhecimento exacto das folhas fotocopiadas.					

Metalúrgica, SA		ANO: 2008		11.30.003	
SECÇÃO: QUESTIONÁRIO DE INVENTÁRIO E CONTAGENS FÍSICAS					
Preparado por: Bruno Parada		Data: 31-12-2008		Revisto por: Jorge Silva	
				Data: 02-01-2009	
		SIM		NÃO	
		N/A		REFª	
3. PREENCHER DURANTE E/OU APÓS A CONTAGEM					
3.1 O cliente emitiu instruções escritas?		X		ROC	
3.2 Foi nomeado coordenador geral?		X		Eng. Ana	
3.3 Efectuámos reuniões com o coordenador geral e/ou com outros colaboradores para esclarecer métodos e procedimentos a utilizar na contagem?		X			
3.4 Foi efectuada a contagem de todo o stock? Indicar o que foi contado pelo cliente e a percentagem (aproximada):		X			
* Mercadorias ____%. * Produtos acabados e semiacabados ____% .					
* Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos ____%. * Produtos e trabalhos em curso ____%. * Matérias primas ____%. * Matérias subsidiárias e de consumo ____%.		X		100%	
3.5 Foi efectuada supervisão da contagem por pessoal administrativo?		X		Dr.Paulo	
3.6 Foram utilizadas etiquetas de contagem?		X		(não numeradas)	
3.7 Se não foram utilizadas, foi utilizado sistema alternativo que garanta um controle adequado das contagens efectuadas?				X	
3.8 Se forem utilizadas etiquetas, foi a sua emissão controlada pela Empresa?		X		Apenas para identificar o que estava contado	
3.9 Se foram utilizadas etiquetas numeradas, descrever o controle em folha anexa a este questionário juntando fotocópia da folha de controle utilizada.				X	
3.10 Arrumação dos materiais nos armazéns.					
* Adequada? * Razoável? * Insuficiente?					
3.11 Durante a contagem a produção estava:					
* A funcionar * Parada?					
3.12 O(s) ficheiro(s) estava(m) actualizado(s) à data da contagem?		X			
3.13 A Empresa utiliza o sistema de inventário permanente?		X			
3.14 As listagens que sumarizam a contagem estavam desenhadas de modo a possibilitar um registo adequado?		X		Pré-impressas	
3.15 Foram anotados os produtos que apresentavam sinais de fraca rotação e obsolescência e/ou defeitos?		X			
3.16 Foi efectuado um adequado corte de operações (cut-off)?		X			
3.17 O estado de acabamento dos produtos em curso de fabrico foi adequadamente controlado?		X			
3.18 Anexar contagens efectuadas pelo cliente e pelos técnicos da SROC.		X			
3.19 Listar os últimos documentos emitidos antes das contagens físicas referentes a:		Ver 11.30.011 e 11.32.027			
3.20 Conclusão global s/as contagens:					

Na minha opinião, os procedimentos e métodos utilizados na contagem física de existências da Metalúrgica, SA, efectuada em 31-12-2008 foram adequados e permitem uma adequada inventariação das existências em armazém e em produção àquela data.

Nome/categoria: Bruno Parada

Data: 31-12-2008

Metalúrgica, SA

EXISTÊNCIAS: Matérias Primas - Produtos Acabados - Mercadorias
TESTE ÀS CONTAGENS **AUDITORIA EN 31-12-2008**

PERÍODO: 2008
FEITO POR: Bruno Parada
REVISTO POR: Jorge S.
DATA: 02-01-2009

	Código	Designação	Unidade de Contagem	Quantidade contada		Diferença	Observações
				Empresa	Auditor		
		MATÉRIAS PRIMAS					
1	CP.02.01.1.18	Correia 7PJ 659 Flexonic EJ 177	UNI	15752	15752	0	
2	CP.02.02.1.01	Pinhão AC 35 Z=11	UNI	263	263	0	
3	CP.02.02.1.04	Pinhão da Cremalheira B2	UNI	4260	4260	0	
4	CP.02.03.1.02	Roda Dentada 70Z DT Elicoidais	UNI	253	253	0	
5	CP.03.10.5.01	Ficha Macho Schuko	UNI	9000	9000	0	
6	CP.03.15.1.01	Inter contra arranque intemp TPO 2 AS B1-140	UNI	8142	8142	0	
7	CP.04.00.1.35	Cablagem Irbal c/Manga+Ficha	UNI	5040	5040	0	
8	CP.04.00.1.36	Painel sinalizador B320	UNI	379	379	0	
9	CP.04.00.1.37	Engate B320	UNI	605	605	0	
10	CP.04.00.1.39	Rodado B3 Rebocável	UNI	208	208	0	
11	CP.04.00.1.44	Cablagem Irbal Pequena+Ficha	UNI	13860	13860	0	Corrigido após conferência
12	CP.04.02.4.09	RL 6207 2RS	UNI	5799	5799	0	
13	CP.04.03.1.01	Cremalheira plástica bet140	UNI	1026	1026	0	
14	CP.05.01.3.01	Motor ele veio semfim 1,00HP - 0,75kw	UNI	1444	1444	0	
15	CP.05.02.4.03	Motor gas briggs & straton 5HP Escatel	UNI	456	456	0	
16	CP.05.03.2.01	Motor diesel Lombardini 15LD 225	UNI	23	23	0	
17	CP.06.02.1.06	Roda bnes/In 350/70.30	UNI	880	880	0	
18	CP.06.02.1.07	Roda 1/BS - 160.20	UNI	10668	10668	0	
19	CS.03.01.2.01	Tinta em Pó Laranja 2004 EP/POL	CX	9,73	9,73	0	
20	MP.02.1.1.42	Tubo FR 48,3x2,6 (1.1/2") 637mm	MT	6691,684	6691,684	0	
21	MP.02.1.1.48	Tubo FR 48,3x2,6 (1.1/2") 600mm	MT	7674,598	7674,598	0	
22	MP.02.2.1.28	Tubo Aço 38x2 497mm	MT	3029,713	3029,713	0	
23	MP.02.2.1.31	Tubo Aço 48x2 585mm	MT	2551,185	2551,185	0	
24	MP.02.2.2.42	Tubo AC Quad Din2395 50x2 853mm	MT	2387,547	2387,547	0	
25	MP.02.2.3.02	Tubo AC Rect 150x50x3 6m	MT	596,935	596,935	0	
26	MP.02.3.1.03	Tubo Mecânico ST-52 Din1629/84 82,5x8,75	UNI	103,214	103,214	0	
27	MP.02.3.1.04	Tubo Mecânico ST-52 Din1629/84 95x7,5	UNI	95,408	95,408	0	
28	MP.05.1.1.03	Varão AC C1 40	KG	26412,188	26412,188	0	
29	MP.05.1.1.09	Varão AC C1 50	KG	8889,387	8889,387	0	
30	MP.05.2.1.18	Varão FR 20	KG	7602,302	7602,302	0	
		PRODUTOS EM CURSO					
31	PT.1.020.1.01.0	Cremalheira B1 Furada	UNI	925	925	0	
32	PT.1.020.1.02.0	Cremalheira B2 Furada	UNI	307	307	0	
33	PT.1.021.1.01.0	Cubo Central da Canga B180	UNI	1411	1411	0	
34	FR.4	Veio da Polie est 20 169mm	UNI	4722	4722	0	
35	FR.12	Veio do Balde B1 40 210mm	UNI	1614	1614	0	
		MERCADORIAS					
36	MC.01.402.303.1	Bet.400 rotativa c/pa arrasto	UNI	2	2	0	
37	MC.01.552.303.1	Bet.550 rotativa c/pa arrasto	UNI	2	2	0	
38	MC.01.752.303.1	Bet.750 rotativa c/pa arrasto	UNI	2	2	0	
39	MC.010.020.105	Prumo-S.L.-48x1,5 e 40x1,5 - 1,65mt a 3mt	UNI	1800	1800	0	Corrigido após conferência
40	MC.023.080	Cerrajuntas 0,80 mt	UNI	3000	3000	0	Corrigido após conferência
		PRODUTOS ACABADOS					
41	PA01.161.13E.021	Bet 160 E ELE 700wt TP D	UNI	781	781	0	
42	PA01.181.13E.020	Bet 180 E ELE 700wt TP Fixa	UNI	604	604	0	
43	PA01.221.13E.010	Bet 220 E ELE 1,5HP	UNI	326	326	0	Corrigido após conferência
44	PA01.321.34H.080	Bet 360 E RPN Gas Briggs 5,5 HP 30KM REB	UNI	199	199	0	
		Total		159.796,89	159.796,89	0	

Metalúrgica, SA

EXISTÊNCIAS

Teste à forma de Custear as Saídas

AUDITORIA EM:

PERÍODO: 2008

FEITO POR: Bruno Parada

REVISTO POR: Jorge S.

DATA: 02-01-2009

31-12-2008

Referência Nº FOLHA INVENTÁRIO	Designação	Elem.Obt.Listas de Exist.				Elem.Obt.G.Recep.En				Elem. Obtidos nas facturas de fornecedores				Gastos de Compra		Custo Acq.-Auditor			Diferença		% Dif.
		Quant.	Custo		Total	D	Nº	Data	Quant.	TOTAL	A	B	Total C=A+B	Unit. E	Unit. E - F	Total C - D					
			Unit.	F																	
	MAT. PRIMAS																				
CP.02.01.1.18	Correia 7PI 659 Flexonic EI 177	15.752	0,943	14.854,14	N/A	N/A	N/A	HSNC / Megar				5.900,00	6.259,60	1,06	0,12	1.857,94	a)	12,51%			
CP.02.02.1.01	Pinhão AC 35 Z=11	263	7,307	1.921,74	N/A	N/A	N/A	Oli	681	02-Out		250,00	1.826,88	7,31	0,00	0,14		0,01%			
CP.02.02.1.04	Pinhão da Cremalheira B2	4.260	1,15	4.899,00	N/A	N/A	N/A	Trade / TAL				3.000,00	3.450,00	1,15							
CP.02.03.1.02	Roda Dentada 70Z DT Elitcoíais	253	15,35	3.883,55	N/A	N/A	N/A	Oli	681	02-Out		250,00	3.838,74	15,35	0,00	1,25		0,03%			
CP.03.10.5.01	Ficha Macho Schuko	9.000	0,71	6.390,00	N/A	N/A	N/A	Kli Borne	165	12-Nov		5.040,00	3.578,40	0,71			b)				
CP.03.15.1.01	Inter contra arranque intemp TPO 2 AS B1-140	8.142	1,35	10.991,70	N/A	N/A	N/A	Kli Borne	844	15-Dez		3.000,00	4.050,00	1,35			c)				
CP.04.00.1.35	Cablagem lrbal e/Manga+Ficha	5.040	1,21	6.098,40	N/A	N/A	N/A	Cabotrónica	118	10-Out		1.980,00	990,00	1.405,80	1,21						
CP.04.00.1.36	Painel sinalizador B320	379	12,22	4.631,38	N/A	N/A	N/A	Kli Borne	553	19-Mai		200,00	2.444,00	12,22							
CP.04.00.1.37	Engate B320	605	7,64	4.622,20	N/A	N/A	N/A	MetalLago	469	28-Mai		300,00	2.292,00	7,64							
CP.04.00.1.39	Rodado B3 Reboçável	208	65	13.520,00	N/A	N/A	N/A	MetalLago	469	28-Mai		50,00	3.250,00	65,00							
CP.04.00.1.44	Cablagem lrbal. Pequena+Ficha	13.860	1,01	13.998,60	N/A	N/A	N/A	Cabotbra	119	18-Dez		3.240,00	972,00	1,01			c)				
CP.04.02.4.09	RL 6207 2RS	5.799	0,78	4.523,22	N/A	N/A	N/A	RTB	839	12-Dez		2.048,00	1.597,44	0,78							
CP.04.03.1.01	Cremalheira plástica bet140	1.026	4	4.104,00	N/A	N/A	N/A	Cabotbra	667	02-Set		260,00	1.040,00	4,00							
CP.05.01.3.01	Motor ele veio semfina 1,00HP - 0,75kw	1.444	39,71	57.341,24	N/A	N/A	N/A	Inventário de 2007 - TESTADO				1.496,00	59.406,16	39,71							
CP.05.02.4.03	Motor gas briggs & stratton 5HP Escutel	456	125,289	57.131,78	N/A	N/A	N/A	Fita				512,00	64.000,00	125,00	-0,29	-131,78		-0,23%			
CP.05.03.2.01	Motor diesel Lombardini 15LD 225	23	543,539	12.501,40	N/A	N/A	N/A	Inventário de 2007 - TESTADO				53,00	28.808,68	543,56	0,02	0,48		0,00%			
CP.06.02.1.06	Roda bnes/In 350/70.30	880	5,4	4.752,00	N/A	N/A	N/A	Meblada, Lda	170	27-Fev		180,00	964,80	5,36	-0,04	-35,20		-0,74%			
CP.06.02.1.07	Roda 1/BS - 160.20	10.668	0,68	7.254,24	N/A	N/A	N/A	Agude / Metra				24.048,00	16.348,80	0,68	0,00	-1,70		-0,02%			
CS.03.01.2.01	Tinta em Pó Laranja 2004 EP/POL	10	1128,535	10.980,65	N/A	N/A	N/A	Tintas Lente	629	10-Nov		9,00	10.220,00	1.135,56	7,02	68,31		0,62%			
MP.02.1.1.42	Tubo FR 48,3x2,6 (1.1/2") 637mm	6.692	2,288	15.310,57	N/A	N/A	N/A	Ferrota	877	03-Jul		291,49	699,58	2,40	0,11	749,56	d)	4,90%			
MP.02.1.1.48	Tubo FR 48,3x2,6 (1.1/2") 600mm	7.675	2,209	16.953,19	N/A	N/A	N/A	Trubos / Ferrota				4.212,60	9.136,51	2,17	-0,04	-308,11		-1,82%			
MP.02.2.1.28	Tubo Aço 38x2,497mm	3.030	1,368	4.144,65	N/A	N/A	N/A	Trubos				2.027,08	2.844,59	1,40	0,04	106,93		2,58%			
MP.02.2.1.31	Tubo Aço 48x2,585mm	2.551	1,767	4.507,94	N/A	N/A	N/A	Trubos				2.020,26	3.305,91	1,64	-0,13	-333,23	d)	-7,39%			
MP.02.2.2.42	Tubo AC Quad Din2395 50x2 853mm	2.388	2,167	5.173,81	N/A	N/A	N/A	Trubos	370	09-Set		2.009,39	4.846,59	2,41	0,24	584,88	d)	11,30%			
MP.02.2.3.02	Tubo AC Rect 150x50x3 6m	597	8,546	5.101,41	N/A	N/A	N/A	Trubos / Ferrota				1.085,46	9.233,50	8,51	-0,04	-23,56		-0,46%			
MP.02.3.1.03	Tubo Mecânico ST-52 Dm1629/84 82,5x8,75	103	115,832	11.955,48	N/A	N/A	N/A	Benta / Rolme				164,00	19.142,48	116,72	0,89	91,91		0,77%			
MP.02.3.1.04	Tubo Mecânico ST-52 Dm1629/84 95x7,5	95	110,03	10.497,74	N/A	N/A	N/A	Benta	966	28-Mar		48,00	5.342,70	111,31	1,28	121,76		1,16%			
MP.05.1.1.03	Varão AC C1 40	26.412	0,8803	23.250,65	N/A	N/A	N/A	Ramoda / IMA				12.585,00	11.098,31	0,88	0,00	41,42		0,18%			
MP.05.1.1.09	Varão AC C1 50	8.889	0,785	6.978,17	N/A	N/A	N/A	IMA	880	08-Mai		4.060,00	3.126,20	0,77	-0,02	-133,34		-1,91%			
MP.05.2.1.18	Varão FR 20	7.602	0,625	4.751,44	N/A	N/A	N/A	Arce	171	14-Abr		9.742,00	6.069,27	0,62	0,00	-15,20		-0,32%			

Metalúrgica, SA
Existências
Resumo do Trabalho Efectuado

AUDITORIA EM: 31-12-2008

PERÍODO: 2008
FEITO POR: Bruno Parada
REVISTO POR: Jorge S.
DATA: 02-01-2009

Tipo de Teste	Total	Tipo de Existências			
		Matérias Primas	Produtos e Trab. em Curso	Subprod. Desperd. Resid. e Refugos	Prod. Acabados e Intermediários
Exactidão das Listas Finais Valorizadas					
Valor (das existências totais)					
Percentagem					
Contagem Física (Teste efectuado)					
Valor					
Percentagem					
Valorimetria no Final do Exercício (Do teste efectuado)					
Valor					
Percentagem					

PERÍODO: 2008

FEITO POR: Bruno Parada

REVISTO POR: Jorge S.

DATA: 02-01-2009

Resumo do movimento anual

[illegible]

FEITO POR: Bruno Parada
REVISTO POR: Jorge S.
DATA: 13-03-2009

Metalúrgica, SA

Ano: 2008

PRODUTOS ACABADOS												
Qtd	Produto	Referência	Design	Quanti	Sub-To	TOTAL	Unit.	Inventário	Dif. Unit.	Dif. Total	%	OBS
781	PA01.161.13E.0211	CP.05.01.4.02	MOTOR ELE 700W	1,00	14,80	11.558,80	14,800	14,800	0,00	0,00	0,0%	inventário 2008
		FU.1.020.1.01.0	CREMALHEIRA B1	1,00	8,65	6.755,65	8,650	8,650	0,00	0,00	0,0%	
		MP.01.1.1.02	CHAPA LAF DC01 950X950X1,5	10,63	7,11	5.552,91	0,669	0,669	0,00	-1,15	0,0%	
		MP.01.1.2.01	CHAPA LAF DC04 1000X1000X1,5	11,78	8,20	6.404,20	0,696	0,696	0,00	0,87	0,0%	
604	PA01.181.13E.0201	CP.05.01.4.02	MOTOR ELE 700W	1,00	14,80	8.939,20	14,800	14,800	0,00	0,00	0,0%	inventário 2008
		FU.1.020.1.01.0	CREMALHEIRA B1	1,00	8,65	5.224,60	8,650	8,650	0,00	0,00	0,0%	
		MP.01.1.1.05	CHAPA LAF DC01 1050X1050X1,5	12,98	9,31	5.623,24	0,717	0,717	0,00	2,02	0,0%	
		MP.01.1.2.01	CHAPA LAF DC04 1000X1000X1,5	11,78	8,20	4.952,80	0,696	0,696	0,00	0,68	0,0%	
326	PA01.221.13E.0101	CP.05.01.1.03	MOTOR ELE 1,50HP - 1,10KW - EME - 100MM	1,00	53,32	17.382,32	53,320	53,331	-0,01	-3,59	0,0%	inventário 2008
		CP.06.02.1.06	RODA BNES/LN 350/70.30	2,00	10,80	3.520,80	5,400	5,400	0,00	0,00	0,0%	
		FU.1.020.1.02.0	CREMALHEIRA B2	1,00	12,53	4.084,78	12,530	12,527	0,00	0,98	0,0%	
		MP.01.1.1.06	CHAPA LAF DC01 1080X1080X2	18,31	13,73	4.475,98	0,750	0,750	0,00	-0,81	0,0%	
		MP.01.1.2.02	CHAPA LAF DC04 1050X1050X1,5	12,98	7,92	2.581,92	0,610	0,610	0,00	0,72	0,0%	
		MP.01.1.3.27	CHAPA DECAPADA 2100X1000X2	16,48	9,86	3.214,36	0,598	0,598	0,00	1,62	0,1%	
		CP.05.02.4.03	MOTOR GAS BRIGS & STRATON 5HP ESCATEL	1,00	125,29	24.932,71	125,290	125,289	0,00	0,20	0,0%	
		CP.06.01.1.01	RODA PNEUMATICA	2,00	31,95	6.358,05	15,975	16,500	-0,53	-208,95	-3,3%	
199	PA01.321.34H.0801	FU.1.020.1.03.0	CREMALHEIRA B320-360	1,00	23,80	4.736,20	23,800	23,800	0,00	0,00	0,0%	inventário 2008
		MP.01.1.1.08	CHAPA LAF DC01 1250X1250X2,5	30,66	20,73	4.125,27	0,676	0,676	0,00	0,76	0,0%	
Total Amostra						130.423,79	-206,66					
Total Inventário						294.453,71	44,3% testada Amostra					
Total Amostra						781.817,15	16,7% testada Inventário					

PRODUTOS e TRABALHOS EM CURSO												
Qtd	Produto	Referência	Design	Quanti	Sub-To	TOTAL	Unit.	Inventário	Dif. Unit.	Dif. Total	%	OBS
925	PT.1.020.1.01.0	PT.1.020.1.01.0	Cremalheira B1 Furada	1,00	6,00	5.550,00	6,000	6,000	0,00	0,00	0,0%	inventário 2008
307	PT.1.020.1.02.0	PT.1.020.1.02.0	Cremalheira B2 Furada	1,00	9,80	3.008,60	9,800	9,800	0,00	0,00	0,0%	inventário 2008
1411	PT.1.021.1.01.0	MP.02.3.1.03	TUBO MECANICO ST-52 DIN1629/84 82,5X8,75	0,02	1,97	2.779,67	115,882	115,832	0,05	1,21	0,0%	inventário 2008
4722	FR.4	MP.05.2.1.18	VARAO FR Ø 20	0,42	0,26	1.227,72	0,619	0,625	-0,01	-11,81	-1,0%	inventário 2008
1614	FR.12	MP.05.1.1.03	VARAO AC C1 Ø 40	2,11	1,86	3.002,04	0,880	0,880	0,00	0,90	0,0%	inventário 2008
						15.568,03					-9,69	
Total Amostra						18.740,97	83,1%	testada Amostra			-0,1%	
Total Inventário						129.522,17	12,0%	testada Inventário				

Nota: Os itens foram verificados a partir da informação constante do inventário, comparada com a informação exposta nas fichas técnicas

Ref	Designacao	ARM	QTD	UN	Preco	TOTAL MP, FU E SUB.	FU	SUB	Motores	MP	GGF	GGF - ROC	Total Unit	Total Unit - ROC	Total Geral	Total Geral - ROC
PA04.10.01.1	BALDE BASCULANTE 100 LT	7	11	UN	14,17	155,87	0	0	0	14,17	5,17	5,17	19,34	19,34	212,74	212,74
PA04.80.01.1	BALDE BASCULANTE 80 LT	7	25	UN	20,15	503,75	0	0	0	20,15	7,35	7,35	27,5	27,5	687,50	687,50
PA01.121.13E.1111	BET 125 E ELE 600 WT CP D	7	1	UN	55,17	55,17	0	0,91	13,77	40,49	14,77	14,77	69,93	69,93	69,93	69,93
PA01.121.13E.1501	BET 125 E ELE 600 WT MOVE	7	31	UN	61,3	1.900,30	0	0,91	13,77	46,62	17	17	78,3	78,3	2.427,30	2.427,30
PA01.141.13E.1111	BET 135 E ELE 400 WT CP D	7	44	UN	65,37	2.876,28	0	1,66	15,27	48,44	17,66	17,66	83,03	83,03	3.653,32	3.653,32
PA01.141.13E.1121	BET 135 E ELE 400 WT CP DT	7	21	UN	64,47	1.353,87	0	1,66	15,27	47,54	17,33	17,33	81,81	81,81	1.717,80	1.717,80
PA01.141.13E.0111	BET 140 E ELE 0,5HP TM D	7	72	UN	85,22	6.135,84	6,85	1,66	29,63	47,08	17,17	17,17	102,39	102,39	7.372,08	7.372,08
PA01.141.13E.0121	BET 140 E ELE 0,5HP TM DT	7	37	UN	83,92	3.105,04	6,85	1,66	29,63	45,78	16,69	16,69	100,61	100,61	3.722,57	3.722,57
PA01.141.13E.1211	BET 140 E ELE 600 WT TMP D	7	8	UN	70,43	563,44	6,85	1,66	13,77	48,15	17,56	17,56	87,99	87,99	703,92	703,92
PA01.141.13E.0211	BET 140 E ELE 600 WT TP D	7	368	UN	66,61	24.512,48	6,85	1,66	13,77	47,24	17,23	17,23	86,75	86,75	347,00	347,00
PA01.141.13E.0221	BET 140 E ELE 600 WT TP DT	7	183	UN	65,7	12.023,10	6,85	1,66	13,77	43,42	15,83	15,83	81,53	81,53	30.459,36	30.459,36
PA01.141.13E.0311	BET 140 E ELE 600 WT TPP D	7	134	UN	67,1	8.991,40	6,85	1,66	13,77	44,33	16,16	16,16	82,77	82,77	37,00	37,00
PA01.141.13E.0321	BET 140 E ELE 600 WT TPP DT	7	67	UN	66,19	4.434,73	6,85	1,66	13,77	43,91	16,01	16,01	82,2	82,2	14.919,99	14.919,99
PA01.161.13E.0101	BET 160 E ELE 0,75HP TM	7	157	UN	105,03	16.489,71	8,65	1,82	35,19	59,37	21,65	21,65	126,68	126,68	19.888,76	19.888,76
PA01.161.13E.0211	BET 160 E ELE 700 WT TP D	7	781	UN	75,89	59.270,09	8,65	1,83	14,8	50,61	18,45	18,46	94,34	94,35	73.679,54	73.687,35
PA01.161.13E.0221	BET 160 E ELE 700 WT TP DT	7	390	UN	75,08	29.281,20	8,65	1,83	14,8	49,8	18,16	18,16	93,24	93,24	36.363,60	36.363,60
PA01.161.13E.0311	BET 160 E ELE 700 WT TPP D	7	57	UN	75,9	4.326,30	8,65	1,83	14,8	50,62	18,46	18,46	94,36	94,36	5.378,52	5.378,52
PA01.161.13E.0321	BET 160 E ELE 700 WT TPP DT	7	29	UN	75	2.175,00	8,65	1,83	14,8	49,72	18,13	18,13	93,13	93,13	2.700,77	2.700,77
PA01.181.13E.0101	BET 180 E ELE 0,75HP TM	7	107	UN	109,38	11.703,66	8,65	1,92	35,19	63,62	23,2	23,2	132,58	132,58	14.186,06	14.186,06
PA01.181.13E.0201	BET 180 E ELE 700 WT TP FIXA	7	604	UN	79,9	48.259,60	8,65	1,93	14,8	54,52	19,88	19,88	99,78	99,78	60.267,12	60.267,12
PA01.181.13E.0211	BET 180 E ELE 700 WT TP D	7	386	UN	80,27	30.984,22	8,65	1,93	14,8	54,89	20,02	20,02	100,29	100,29	38.711,94	38.711,94
PA01.181.13E.0221	BET 180 E ELE 700 WT TP DT	7	194	UN	79,36	15.395,84	8,65	1,93	14,8	53,98	19,68	19,68	99,04	99,04	19.213,76	19.213,76
PA01.181.13E.0311	BET 180 E ELE 700 WT TP D	7	79	UN	81	6.399,00	8,65	1,93	14,8	55,62	20,28	20,28	101,28	101,28	8.001,12	8.001,12
PA01.181.13E.0321	BET 180 E ELE 700 WT TPP DT	7	41	UN	80,23	3.289,43	8,65	1,93	14,8	54,85	20	20	100,23	100,23	4.109,43	4.109,43
PA01.181.13E.0501	BET 180 E ELE 0,75HP RED	7	18	UN	123,2	2.217,60	16,64	4,97	35,19	66,4	24,21	24,21	147,41	147,41	2.653,38	2.653,38
PA01.181.13E.0701	BET 180 E ELE COMPACT	7	14	UN	120,61	1.688,54	8,87	3,18	39,71	68,85	25,11	25,11	145,72	145,72	2.040,08	2.040,08
PA01.181.14E.0101	BET 180 E GAS ROBIN EY15D 3,5HP	7	12	UN	231	2.772,00	14,14	2,62	144,82	69,42	25,31	25,32	256,31	256,32	3.075,84	3.075,84
PA01.181.19A.0101	BET 180 E AD	7	18	UN	86,26	1.552,68	13,79	2,25	0	70,22	25,6	25,61	111,86	111,87	2.013,48	2.013,48
PA01.181.19A.0601	BET 180 E AD RED	7	1	UN	86,26	86,26	13,79	2,25	0	70,22	25,6	25,61	111,86	111,87	111,86	111,86
PA01.182.13E.0101	BET 180 R ELE 0,75HP TM	7	29	UN	113,4	3.286,60	8,65	1,54	35,19	68,02	24,8	24,8	138,2	138,2	4.007,80	4.007,80
PA01.182.19A.0401	BET 180 R AD	7	1	UN	90,17	90,17	13,79	2,25	0	74,13	27,03	27,03	117,2	117,2	117,20	117,20
PA01.202.13E.0101	BET 200 R ELE 1,5HP	7	26	UN	176,65	4.592,90	25,62	7,76	53,33	89,94	32,8	32,8	209,45	209,45	5.445,70	5.445,70
PA01.221.13E.0101	BET 220 E ELE 1,5HP	7	326	UN	176,25	57.457,50	25,62	7,76	53,33	89,54	32,65	32,65	208,9	208,9	68.101,40	68.101,40
PA01.221.19A.0401	BET 220 E AD	7	56	UN	123,96	6.941,76	26,51	6,84	0	90,61	33,04	33,04	157	157	8.792,00	8.792,00
PA01.221.33E.0101	BET 220 E RPN ELE 1,5HP	7	1	UN	209,71	209,71	30,4	11,41	53,33	114,57	41,78	41,78	251,49	251,49	251,49	251,49
PA01.252.13E.0101	BET 250 R ELE 1,50HP	7	45	UN	194,5	8.752,50	25,62	10,61	53,33	104,94	38,27	38,27	232,77	232,77	10.474,65	10.474,65
PA01.261.13E.0101	BET 260 E ELE 1,5HP	7	68	UN	187,47	12.747,96	25,62	10,61	53,33	97,91	35,7	35,7	223,17	223,17	15.175,56	15.175,56
PA01.261.14C.0401	BET 260 E GAS ROBIN EY 20D SHP	7	4	UN	282,77	1.131,08	26,86	10,06	145,73	100,12	36,51	36,51	319,28	319,28	1.277,12	1.277,12
PA01.261.15F.0401	BET 260 E DIESEL LOMBARDINI 4,8HP	7	16	UN	679,9	10.878,40	26,51	9,69	543,54	100,16	36,52	36,53	716,42	716,43	11.462,72	11.462,72
PA01.261.19A.0401	BET 260 E AD	7	41	UN	135,2	5.543,20	26,51	9,69	0	99	36,1	36,1	171,3	171,3	7.023,30	7.023,30
PA01.261.13E.0101	BET 260 E RPN ELE 1,5HP	7	5	UN	220,93	1.104,65	30,4	14,26	53,33	122,94	44,83	44,83	265,76	265,76	1.328,80	1.328,80
PA01.321.13E.0401	BET 320 E RM ELE 2HP	7	21	UN	276,26	5.843,46	51,8	14,48	58,32	153,66	56,03	56,04	334,29	334,3	7.020,30	7.020,30
PA01.321.15F.0401	BET 320 E RM DIESEL LOMBARDINI 4,8HP	7	11	UN	764,77	8.412,47	50,82	14,06	543,54	156,35	57,01	57,02	821,78	821,79	9.039,58	9.039,58
PA01.321.19A.0401	BET 320 E RM AD	7	42	UN	212,39	8.920,38	50,82	14,06	0	147,51	53,79	53,79	266,18	266,18	11.179,56	11.179,56
PA01.321.33E.0401	BET 320 E RPN ELE 2HP	7	50	UN	301,97	15.098,50	56,58	17,46	58,32	169,61	61,85	61,85	363,82	363,82	18.191,00	18.191,00
PA01.321.34H.0801	BET 360 E RPN GAS BRIGGS 5,5 HP	7	199	UN	393,81	78.368,19	56,89	18,17	125,29	193,46	70,54	70,55	464,35	464,36	92.407,64	92.407,64
PA01.321.34H.1001	BET 360 E RPN GAS BRIGGS 5HP	7	64	UN	487,38	31.192,32	52,11	14,52	125,29	295,46	107,74	107,75	595,12	595,13	38.087,68	38.088,32
PA01.321.39A.0401	BET 320 E RPN AD	7	131	UN	235,29	30.822,99	55,6	17,04	0	162,65	59,31	59,31	294,6	294,6	38.592,60	38.592,60
PA01.321.39A.0801	BET 320 E RPN AD 30KM REB	7	4	UN	266,1	1.064,40	55,6	17,04	0	193,46	70,54	70,55	336,64	336,65	1.346,56	1.346,56
PA01.322.19A.0401	BET 320 R RM AD	7	7	UN	206,36	1.444,52	50,82	14,06	0	141,48	51,59	51,59	257,95	257,95	1.805,65	1.805,65
PA01.322.39A.0401	BET 320 R RPN AD	7	12	UN	226,48	2.717,76	55,6	15,95	0	154,93	58,29	58,29	282,98	282,98	3.395,76	3.395,76
PA01.361.13E.0401	BET 360 E RPN ELE 3 HP	7	6	UN	347,38	2.084,28	56,58	17,22	98,57	175,01	63,82	63,82	411,2	411,2	2.467,20	2.467,20
PA01.361.35F.0401	BET 360 E RPN DIESEL LOMBARDINI 4,8 HP	7	12	UN	792,24	9.506,88	55,6	16,8	543,54	176,3	64,29	64,29	856,53	856,53	10.278,36	10.278,36
PA01.361.39A.0401	BET 360 E RPN AD	7	20	UN	241,09	4.821,80	55,6	16,8	0	168,69	61,51	61,52	302,61	302,61	6.052,00	6.052,00
PA01.361.39A.1301	BET 360 E RPN AD 4 RODAS	7	24	UN	299,37	7.184,88	60,38	20,32	0	218,67	79,74	79,74	379,11	379,11	9.088,64	9.088,64
PT.3.007.0.01.0	PE CENTRAL GR1 MONTADO	6	16	UN	22,45	359,20	0	0	0	22,45	8,19	8,19	30,64	30,64	490,24	490,24
PT.3.007.0.02.0	PE CENTRAL GR2 MONTADO	6	1	UN	21,59	21,59	0	0	0	21,59	7,87	7,87	29,46	29,46	29,46	29,46
PT.3.011.0.01.0	PRUMO REGULAVEL P/ EXT	6	25	UN	34,42	860,50	0	0,39	0	34,03	12,41	12,41	46,83	46,83	1.170,75	1.170,75
PT.3.015.0.01.1	GRUETA BRAÇO EXTENSIVEL	6	58	UN	242,1	14.041,80	7,91	16,67	122,01	16,67	276,93	276,93	95,51	95,51	16.061,94	16.061,94
PT.3.015.0.02.1	GRUETA BRAÇO FIXO	6	6	UN	239,28	1.435,68	7,91	14,03	122,01	95,33	34,76	34,76	274,04	274,04	1.644,24	1.644,24
PT.3.015.0.03.1	GUINCHO MINOR 300	6	7	UN	233,72	1.636,04	10,58	17,54	122,01	83,59	30,48	30,48	264,2	264,2	1.849,40	1.849,40
PT.3.015.0.04.1	GRUETA 300 MONOF CD	6	10	UN	153	1.530,00	15,58	9,43	63,38	64,61	23,56	23,56	176,56	176,56	1.765,60	1.765,60
PT.3.300.001.1	GUINCHO 300 MONOF CD	6	3	UN	288,934	866,80	16,35	11,53	129,63	131,424	47,92	47,93	336,854	336,864	1.010,59	1.010,59

643.753,35

781.817,15

Diferença

15,52

0,0%

CÁLCULO DO COEFICIENTE DE IMPUTAÇÃO				
	empresa	ROC	ROC	empresa
Total da conta 31	5.410.056,50	5.410.056,50	5.162.898,34	5.162.898,34 total conta 61
Compras Fundição	-211.435,37	-211.435,37	-221.334,27	-221.334,27
Compras Mercadorias	-425.957,85	-425.957,85	-400.378,91	-400.378,91
Compras de Motores	-1.816.314,42	-1.816.311,74	-1.823.407,43	-1.823.410,11
Produtos Pintura	-60.065,96	-60.065,96	-51.024,64	-50.963,14
Produtos Soldadura	-41.744,14	-41.744,14	-39.949,49	-39.949,49
	2.854.538,76	2.854.541,44	2.626.803,60	2.626.862,42 =CMC
a)				
Gastos fabris suportados na produção				
94101 I&D	1.980,31	1.980,31		
94103 Planeamento	47.501,69	47.501,69	qualidade	
941084 Empilhadores	2.186,29	2.186,29		
942 Auxiliar Produção	40.912,52	40.912,52		
95102 Furação	45.342,17	45.342,17		
95103 Corte	168.515,53	168.515,53		
95104 Funcionagem	25.102,67	25.102,67		
95105 Tornearia	24.509,17	24.509,17		
95106 Robot 2	19.238,92	19.238,92		
95107 Robot 1	40.503,94	40.503,94		
95108 Baldes	17.682,37	17.682,37		
95109 Montagem	53.911,00	53.911,00		
95110 Montagem elev.	16.241,84	16.241,84		
95111 Pintura	112.951,52	112.951,52		
95112 Montagem Final	105.779,17	105.779,17		
95116 Prensagem	67.294,07	67.294,07		
95117 Quinagem	15.006,26	15.006,26		
95118 Robot 3	23.741,72	23.741,72		
95119 Robot 4	23.706,35	23.706,35		
95120 Robot 5	29.546,99	29.546,99		
95121 Robot 6	21.962,04	21.962,04		
95122 Robot 7	26.141,72	26.141,72		
95123 Robot 8	25.583,87	25.583,87		
95124 Montagem int 2	58.581,54	58.581,54		
95125 Montagem final elev	276,20	276,20		
95126 Robot 9	19.036,30	19.036,30		
95127 Robot reapartir	139,48	139,48		
Pintura e Soldadura Compras	90.912,63	90.974,13		
Venda de sucata	-166.430,20	-166.430,20		
	957.868,08	957.919,58		
b)				
	Empresa	ROC		
	0,364639607	0,364671184		
	Coeficiente			
	= b) / a)			

PERÍODO: 2008

FEITO POR: Bruno Parada

REVISTO POR: Jorge S.

DATA: 13-03-2009

Teste valorização FUNDIÇÃO**Existência Inicial**

Descrição	QTD	Valor
Sucata	3.580	823,40
Coque	15.000	4.050,00
Gusa	20.000	7.600,00
	38.580	12.473,40

Compras

	Descrição	QTD	Valor
9300406	Sucata	384.300	121.736,30
	Coque	58.760	
9300423	Gusa	120.780	72.452,60
		563.840	194.188,90

Existência Final

Descrição	QTD	Valor
Sucata	1.500	486,00
Coque	1.000	332,50
Gusa	4.000	1.756,00
	6.500	2.574,50

CONSUMOS

	QTD	Valor	
	595.920	204.087,80	a)
9300408	Outros Consumíveis	17.246,47	b)
	Consumos na fundição	221.334,27	a) + b) = c)

95101 Outros Custos Fundição 275.607,68 d)

TOTAL DE CUSTOS 496.941,95 c) + d)

Qtd com quebras 15% 506.532

Custo Unitário 0,981

OBS: A empresa por uma questão de simplificação de cálculos considerou o valor arredondado para UM euro, o que não se mostra relevante pelos cálculos acima.

REVISÃO DAS CONTAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008**EMPRESA CLIENTE:** Metalúrgica, SA**CONTAGENS FÍSICAS ÀS EXISTÊNCIAS****Início** 29 / 12 / 2008**Fim** 31 / 12 / 2008

1- Indicar o último número (utilizado) dos seguintes documentos à data do início das contagens físicas às Existências:

- **Recibos** X 4227
- **Vendas**
 - **Facturas** 20081308
 - **Vendas a Dinheiro** 2008405
 - **Guias de Remessa** 8338
- **Notas de Crédito** 20080127
- **Notas de Encomenda** M - 12233
- **Guias de Recepção** _____
- **Guias de Entrada em Armazém** _____
- **Cheques:**
 - **Banco BPI** _____ **N.º** 7398884
 - **Banco BCP** _____ **N.º** 19802743

2- Obtidas fotocópias dos documentos referidos em 1.

3- Obtidas fotocópias de todas as Guias de Remessa de fornecedores que na data do início das contagens físicas estão a aguardar factura. (Não existiam situações destas)

4- Existem stocks já facturados a clientes e que se encontram nas instalações do vendedor. Não incluídos nas contagens.

5- Não houve existências já facturadas à empresa e que ainda não se encontrem nos seus armazéns.

Feito Por: Bruno Parada
Data: 20-02-2009
Revisto Por: Jorge Silva

Metalúrgica, SA

2008

11 - Existências

11.32.005 - Teste à cobertura de Seguros

(valores em Euros)

Nº.	Apólice		Valor do prémio (total)	Especialização do prémio de seguro			Activos Seguros	Riscos cobertos (ramo)	Valor dos activos seguros s/ Razão	Valor coberto s/ apólice	Seguradora
	de	Período a		Acréscimo de custo	Custo do exercício	Correcção ex ^{as} . anter.					
1728900203	01-02-2008	31-01-2009	1.738,03	144,84	1.593,19		Matérias Primas Mercadorias Produtos Acabados PVF	Multi- riscos " " "	1.635.808,75 50.499,21 781.817,15 129.522,17	1.900.000,00	
							SEGUROS INSUFICIENTES				
									2.597.647,28	1.900.000,00	

Metalúrgica, SA**EXISTÊNCIAS**

PERÍODO: 2008

FEITO POR: Bruno Parada

REVISTO POR: Jorge S.

DATA: 13-03-2009

Metalúrgica, S.A. - Balancete Final 2008 em Euros

Conta	Descricao	Debito acu	Credito ac	Saldos dev	Saldos cre
32	MERCADORIAS	450.878,12	400.378,91	50.499,21	0,00
322	Mercadorias	450.878,12	400.378,91	50.499,21	0,00
3229999	Custo das Mercadorias Vendidas	450.878,12	400.378,91	50.499,21	0,00
33	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS	991.085,62	209.268,47	781.817,15	0,00
331	Produtos Acabados	991.085,62	209.268,47	781.817,15	0,00
3319999	PRODUTOS ACABADOS E INTERM	991.085,62	209.268,47	781.817,15	0,00
35	PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO	138.759,17	9.237,00	129.522,17	0,00
351	Prod.e Trab. em Curso em Poder Terc	138.759,17	9.237,00	129.522,17	0,00
3519999	Produtos e Trabalhos em Curso	138.759,17	9.237,00	129.522,17	0,00
36	MATÉRIAS-PRIMAS SUBS. E DE CONSUMO	6.466.888,79	4.831.080,04	1.635.808,75	0,00
361	Matérias primas	6.367.152,12	4.731.343,37	1.635.808,75	0,00
3619999	Materias Primas Subsidiarias e Cons	6.367.152,12	4.731.343,37	1.635.808,75	0,00
362	Matérias subsidiárias	77.653,03	77.653,03	0,00	0,00
363	Materiais diversos	12.397,78	12.397,78	0,00	0,00
364	Embalagens de consumo	9.685,86	9.685,86	0,00	0,00
39	PROVISÕES PARA DEP. DE EXISTÊNCIAS	0,00	4.881,81	0,00	4.881,81
396	Matérias-primas subsid.e de consumo	0,00	4.881,81	0,00	4.881,81

Metalúrgica, SA**EXISTÊNCIAS**

PERÍODO: 2008

FEITO POR: Bruno Parada

REVISTO POR: Jorge S.

DATA: 13-03-2009

Metalúrgica, S.A. - Balancete acumulado em Apuramento de 2008 em Euros

Conta	Descricao	Debito acu	Credito ac	Saldo deve	Saldo cred
	9	21.477.752,70	21.477.752,70	0,00	0,00
	91 Contas Reflectidas	11.619.235,54	9.619.981,16	1.999.254,38	0,00
	9131 Compras Reflectidas	71.853,40	5.481.909,90	0,00	5.410.056,50
	9162 Forn. e Serviços Externos Reflectid	118.823,47	1.413.925,94	0,00	1.295.102,47
	9163 Impostos Reflectidos	1.159,81	3.613,94	0,00	2.454,13
	9164 Custos com o Pessoal Reflectidos	107.481,12	1.005.752,02	0,00	898.270,90
	9165 Outros Custos Operacionais Reflecti	0,00	4.009,94	0,00	4.009,94
	9166 Amortizações do Exercício Reflectid	0,00	434.609,56	0,00	434.609,56
	9167 Provisões do Exercício Reflectidas	0,00	4.881,81	0,00	4.881,81
	9168 Custos e Perdas Financeiras Reflect	1.595,24	14.577,16	0,00	12.981,92
	9169 Custos e Perdas Extraordinárias Ref	2.000,00	7.571,05	0,00	5.571,05
	9171 Vendas Reflectidas	11.156.441,42	1.228.530,16	9.927.911,26	0,00
	9172 Prestações de Serviços Reflectidos	5.726,39	400,00	5.326,39	0,00
	9173 Proveitos Suplementares Reflectidos	73.019,21	18.629,04	54.390,17	0,00
	9174 Subsídios à Exploração Reflectidos	375,40	0,00	375,40	0,00
	9176 Outros Proveitos Operacionais Refle	191,65	0,00	191,65	0,00
	9177 Reversões Reflectidas	4.761,70	0,00	4.761,70	0,00
	9178 Proveitos e Ganhos Financeiros Refl	58.867,48	1.570,64	57.296,84	0,00
	9179 Prov. e Ganhos Extraordinários refl	16.939,25	0,00	16.939,25	0,00
Compras:	93 Existências	5.508.374,77	71.853,40	5.436.521,37	0,00
	93001 Mercadorias	426.045,85	0,00	426.045,85	0,00
	9300125 Mercadorias	426.045,85	0,00	426.045,85	0,00
	93002 Armazém de Matérias Primas - Gerais	2.155.918,26	56.274,47	2.099.643,79	0,00
	9300201 Chapa	1.208.802,48	28.215,07	1.180.587,41	0,00
	9300202 Tubo	641.926,24	22.300,51	619.625,73	0,00
	9300203 Barra	87.974,08	3.380,14	84.593,94	0,00
	9300204 Perfil	34.484,06	1.678,50	32.805,56	0,00
	9300205 Varão	162.415,96	700,25	161.715,71	0,00
	9300207 Diversos	4.246,73	0,00	4.246,73	0,00
	93002662 Amortizações do exercicio	12.623,71	0,00	12.623,71	0,00
	9300299 Despesas Adicionais de Compra	3.445,00	0,00	3.445,00	0,00
	93003 Armazém de Matérias Subsidiarias Ge	10.293,74	68,46	10.225,28	0,00
	9300321 Outros Materiais Consumiveis	6.759,99	0,00	6.759,99	0,00
	9300322 Oleos e Lubrificantes	3.533,75	68,46	3.465,29	0,00
	93004 Armazém de Matérias Primas e Subsid	212.838,37	1.403,00	211.435,37	0,00
	9300406 Sucata para Fundição	123.139,30	1.403,00	121.736,30	0,00
	9300408 Consumiveis para Fundição	17.246,47	0,00	17.246,47	0,00
	9300423 Gusa e Outra	72.452,60	0,00	72.452,60	0,00
	93005 Armazém de Componentes Externas	2.689.437,39	14.107,47	2.675.329,92	0,00
	9300509 Consumiveis para Soldadura	41.744,14	0,00	41.744,14	0,00
	9300510 Produtos para Pintura	62.840,96	2.775,00	60.065,96	0,00
	9300511 Material de Fixação	65.638,62	300,50	65.338,12	0,00
	9300512 Material de Transmissão	144.363,62	4.457,68	139.905,94	0,00
	9300513 Material Electrico	118.401,09	1.035,05	117.366,04	0,00
	9300514 Componentes Diversas	13.866,28	117,00	13.749,28	0,00
	9300515 Motores	1.816.752,98	438,56	1.816.314,42	0,00
	9300516 Rodas	180.913,91	1.720,60	179.193,31	0,00
	9300517 Material de Embalagem	9.685,86	0,00	9.685,86	0,00
	9300518 Autocolantes e Instruções	12.397,78	0,00	12.397,78	0,00
	9300519 Material de Elevação	8.024,13	78,00	7.946,13	0,00
	9300520 Rolamentos	106.584,03	2.711,88	103.872,15	0,00

9300521	Outros Materiais Consumíveis	7.787,33	473,20	7.314,13	0,00
9300522	Material Diverso	91.172,28	0,00	91.172,28	0,00
9300599	Despesas Adicionais de Compra	9.264,38	0,00	9.264,38	0,00
93007	Armazém de Produtos Acabados	13.841,16	0,00	13.841,16	0,00
93007662	Amortizações do exercício	13.841,16	0,00	13.841,16	0,00
94	Centro de Custos	1.407.652,75	287.458,41	1.120.194,34	0,00
941	Secções auxiliares	1.366.712,05	287.430,23	1.079.281,82	0,00
94101	Investigação + Desenvolvimento	2.008,49	28,18	1.980,31	0,00
941013	Outros custos com I & D	1.969,18	28,18	1.941,00	0,00
94101362211	Electricidade	169,18	28,18	141,00	0,00
94101362236	Trabalhos Especializados	1.800,00	0,00	1.800,00	0,00
941016626	Amortizações do Exercício	39,31	0,00	39,31	0,00
94103	Qualidade	53.750,93	6.249,24	47.501,69	0,00
941032	Mão de Obra	51.359,54	6.046,85	45.312,69	0,00
9410326422	Ordenados e Salários O SECTORES	50.174,55	5.979,39	44.195,16	0,00
94103264622	Seguros do Pessoal	824,63	67,46	757,17	0,00
9410326481	Equipamento de Protecção Individual	360,36	0,00	360,36	0,00
941035	Outros custos da qualidade	84,60	14,09	70,51	0,00
941036626	Amortizações do Exercício	1.976,08	0,00	1.976,08	0,00
941039	Imputações	330,71	188,30	142,41	0,00
94104	Administrativo	159.687,11	38.864,57	120.822,54	0,00
9410406626	Amortizações do Exercício	13.957,76	0,00	13.957,76	0,00
941041	Material de Escritório	10.536,43	0,00	10.536,43	0,00
941042	Mão de Obra	23.915,30	2.621,21	21.294,09	0,00
9410426422	Ordenados e Salários O SECTORES	23.503,04	2.587,49	20.915,55	0,00
94104264622	Seguros do Pessoal	412,26	33,72	378,54	0,00
941043	Equipamento Informático	221,24	0,00	221,24	0,00
94104362113	Subcontratos	221,24	0,00	221,24	0,00
941044	Seguro de Crédito	3.904,07	0,00	3.904,07	0,00
941045	Outros custos administrativos	99.967,43	36.243,36	63.724,07	0,00
941046	Comunicação	3.448,90	0,00	3.448,90	0,00
941047	Seguros Orgãos Sociais	3.735,98	0,00	3.735,98	0,00
94105	Financeiros	111.099,42	72.906,02	38.193,40	0,00
941051	Custo líquido de financiamento	1.435,80	20.182,30	0,00	18.746,50
941052	Outros custos financeiros	107.070,88	52.472,65	54.598,23	0,00
9410526313120	OUTRAS COMISSÕES E SERVIÇOS	42,00	0,00	42,00	0,00
941052641	Ordenados e Salários ORGÃOS SOCIAIS	69.154,90	9.553,89	59.601,01	0,00
9410526422	Ordenados e Salários O SECTORES	22.710,68	2.600,24	20.110,44	0,00
94105264622	Seguros do Pessoal	1.099,38	89,95	1.009,43	0,00
9410526811	Empréstimos bancários	115,74	0,00	115,74	0,00
9410526817	Juros de empréstimos banc. externos	1.911,51	0,00	1.911,51	0,00
941052685	Diferenças de Câmbio Desfavoráveis	121,84	0,00	121,84	0,00
9410526861	Desconto de PºPº Concedido C/RIVA	99,22	0,00	99,22	0,00
94105268613	Desconto de PºPº Concedido C/RIVATN	99,22	0,00	99,22	0,00
9410526862	Desconto de PºPº Concedido S/RIVA	6.836,43	38.276,49	0,00	31.440,06
94105268813	Serviços Bancários IS	4.903,18	1.192,84	3.710,34	0,00
941052785	Diferenças de Câmbio Favoráveis	0,00	3,10	0,00	3,10
941052788	Depósitos	0,00	249,94	0,00	249,94
94105279	Outros custos Financeiros	76,00	506,20	0,00	430,20
941056626	Amortizações do Exercício	2.151,79	0,00	2.151,79	0,00
941059	Imputações	440,95	251,07	189,88	0,00
94106	Distribuição / Comercial	820.232,50	161.560,73	658.671,77	0,00
9410606626	Amortizações do Exercício	3.134,25	0,00	3.134,25	0,00
941062	Armazenagem	70.148,93	9.631,91	60.517,02	0,00
941062641	Ordenados e Salários O SOCIAIS	34.774,50	4.535,91	30.238,59	0,00
9410626422	Ordenados e Salários O SECTORES	34.664,54	5.039,79	29.624,75	0,00
94106264622	Seguros do Pessoal	709,89	56,21	653,68	0,00
941063	Publicidade	433.380,98	5.275,13	428.105,85	0,00
94106362219	Rendas e Alugueres	250,12	0,00	250,12	0,00
94106362221	Despesas representação	2.386,89	0,00	2.386,89	0,00
94106362225	Transporte de Mercadorias	309.868,43	58,84	309.809,59	0,00

94106362233	Publicidade	120.875,54	5.216,29	115.659,25	0,00
941064	Transporte de Mercadorias	15.474,87	0,00	15.474,87	0,00
941065	Outros custos de distribuição / com	104.569,63	99.521,75	5.047,88	0,00
941066	Comissões	193.523,84	47.131,94	146.391,90	0,00
94107	Marketing	144,11	0,00	144,11	0,00
941076626	Amortizações do Exercício	144,11	0,00	144,11	0,00
94108	Parque de Viaturas	132.122,87	2.127,47	129.995,40	0,00
941081	Viaturas Ligeiras de Passageiros	66.734,04	1.936,77	64.797,27	0,00
94108101	Viatura BMW SX	24.771,59	218,06	24.553,53	0,00
9410810162212	Combustíveis - Viatura SX	3.353,24	0,00	3.353,24	0,00
9410810162223	Seguros - Viatura SX	2.269,23	218,06	2.051,17	0,00
9410810162232	Conservação-Viatura SX	1.549,68	0,00	1.549,68	0,00
9410810162298	Outros Custos	49,44	0,00	49,44	0,00
941081016314	IMPOSTO TRANSPORTE / SX	50,00	0,00	50,00	0,00
941081016624	Amortizações Exercício SX	17.500,00	0,00	17.500,00	0,00
94108102	Viatura Mercedes QV	13.230,52	1.124,36	12.106,16	0,00
9410810262212	Combustíveis - QV	1.762,78	1.124,36	638,42	0,00
9410810262223	Seguros - Viatura QV	1.055,74	0,00	1.055,74	0,00
9410810262232	Conservação - Viatura QV	412,00	0,00	412,00	0,00
941081026624	Amortizações Exercício - QV	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00
94108103	viatura mercedes FB	14.336,58	474,74	13.861,84	0,00
9410810362212	Combustíveis - FB	2.317,43	0,00	2.317,43	0,00
9410810362223	Seguros - Viatura FB	1.514,19	457,84	1.056,35	0,00
9410810362232	Conservação - Viatura FB	1.622,71	0,00	1.622,71	0,00
941081036314	Imposto sobre transportes rodoviári	50,00	0,00	50,00	0,00
941081036624	Amortizações Exercício - FB	8.162,50	0,00	8.162,50	0,00
941081036817	juros leasing - Viatura FB	590,67	16,90	573,77	0,00
9410810368813	custos bancarios - Viatura FB	79,08	0,00	79,08	0,00
94108104	Viatura BMW ZC	14.395,35	119,61	14.275,74	0,00
9410810462212	Combustíveis - Viatura ZC	1.721,91	0,00	1.721,91	0,00
9410810462223	Seguros - Viatura ZC	1.120,94	69,00	1.051,94	0,00
9410810462232	Conservação-Viatura ZC	200,96	0,00	200,96	0,00
9410810462298	Outros Custos	69,54	50,61	18,93	0,00
941081046314	IMPOSTO TRANSPORTE / ZC	32,00	0,00	32,00	0,00
941081046624	Amortizações do exercicio ZC	11.250,00	0,00	11.250,00	0,00
941082	Viaturas Com. Derivadas Turismo	5.367,48	119,82	5.247,66	0,00
94108201	Viatura Toyota JA	5.367,48	119,82	5.247,66	0,00
9410820162212	Combustíveis - Viatura JA	1.552,04	0,00	1.552,04	0,00
9410820162223	Seguros - Viatura JA	389,80	119,82	269,98	0,00
9410820162232	Conservação - Viatura JA	22,64	0,00	22,64	0,00
941082016314	Imposto sobre transportes rodoviárs	28,00	0,00	28,00	0,00
941082016624	Amortizações Exercício - JA	3.375,00	0,00	3.375,00	0,00
941083	Outras Viaturas Comerciais	57.835,06	70,88	57.764,18	0,00
94108303	Viatura Volvo EP	57.835,06	70,88	57.764,18	0,00
9410830326481	Equipamento de Protecção Individual	240,28	0,00	240,28	0,00
9410830362212	Combustíveis - Viatura EP	24.096,17	0,00	24.096,17	0,00
9410830362223	Seguros - Viatura EP	711,18	48,39	662,79	0,00
9410830362227	Despesas Deslocação - Viatura EP	5.582,35	0,00	5.582,35	0,00
9410830362232	Conservação - Viatura EP	6.915,50	0,00	6.915,50	0,00
941083036314	Imposto sobre transportes rodoviárs	289,00	0,00	289,00	0,00
94108303642	Salário Motorista	19.670,42	0,00	19.670,42	0,00
9410830364622	Seguros do Pessoal	274,84	22,49	252,35	0,00
941083036624	Amortizações Exercício - EP	55,32	0,00	55,32	0,00
941084	Outro Material Rolante e de Transp.	2.186,29	0,00	2.186,29	0,00
94108401	Empilhador	2.186,29	0,00	2.186,29	0,00
9410840162212	Combustíveis - Empilhador	1.710,23	0,00	1.710,23	0,00
9410840162232	Conservação - Empilhador	476,06	0,00	476,06	0,00
94109	Direcção Comercial	87.666,62	5.694,02	81.972,60	0,00
9410906626	Amortizações do Exercício	1.271,54	0,00	1.271,54	0,00
941092	Armazenagem	43.257,17	5.537,10	37.720,07	0,00
9410926422	Ordenados e Salários O SECTORES	42.570,04	5.480,89	37.089,15	0,00

94109264622	Seguros do Pessoal	687,13	56,21	630,92	0,00
94109362227	Deslocações e Estadas	9.623,84	0,00	9.623,84	0,00
94109362228	COMISSÕES	29.817,56	0,00	29.817,56	0,00
941095	Outros custos comerciais	3.696,51	156,92	3.539,59	0,00
942	Secções auxiliares de produção	40.940,70	28,18	40.912,52	0,00
94201	Manutenção	12.324,04	0,00	12.324,04	0,00
942011	Manutenção de Edifícios	12.324,04	0,00	12.324,04	0,00
94202	Armazenagem de matérias primas	28.616,66	28,18	28.588,48	0,00
942023	Gastos Gerais	28.616,66	28,18	28.588,48	0,00
94202362211	Electricidade	169,18	28,18	141,00	0,00
94202366	Amortizações	28.447,48	0,00	28.447,48	0,00
95	Custos de Produção	1.713.559,48	336.100,27	1.377.459,21	0,00
951	Secções Principais	1.713.559,48	336.100,27	1.377.459,21	0,00
95101	Fundição	302.908,52	27.300,84	275.607,68	0,00
951012	Mão de Obra	213.167,42	23.038,60	190.128,82	0,00
9510126421	Ordenados e Salários PRODUÇÃO	207.638,75	22.802,51	184.836,24	0,00
95101264621	Seguros do Pessoal	2.885,90	236,09	2.649,81	0,00
9510126481	Equipamento de Protecção Individual	2.642,77	0,00	2.642,77	0,00
951013	Gastos Gerais de Fabrico	89.741,10	4.262,24	85.478,86	0,00
951013621	Subcontratos	47.281,90	1.405,06	45.876,84	0,00
95101362113	Subcontratos	47.281,90	1.405,06	45.876,84	0,00
95101362211	Electricidade	8.414,22	1.129,36	7.284,86	0,00
95101362212	Combustíveis	1.908,43	805,96	1.102,47	0,00
95101362213	Água	727,01	194,16	532,85	0,00
95101362215	Ferramentas e Uten. Desg. Rápido	160,96	0,00	160,96	0,00
95101362223	Seguros	1.212,62	690,43	522,19	0,00
95101362232	Conservação e Reparação	6.230,65	37,27	6.193,38	0,00
95101362236	Trabalhos especializados	2.736,15	0,00	2.736,15	0,00
9510136622	Amortizações de Edifícios e Outras	4.785,95	0,00	4.785,95	0,00
9510136623	Amortizações de Equipamento Básico	10.343,59	0,00	10.343,59	0,00
9510136625	Amortizações de Ferramentas e Utens	344,83	0,00	344,83	0,00
9510136628	Amortizações de Outras Imobilização	5.594,79	0,00	5.594,79	0,00
95102	Furação	50.045,72	4.703,55	45.342,17	0,00
951022	Mão de Obra	30.942,00	4.335,35	26.606,65	0,00
9510226421	Ordenados e Salários PRODUÇÃO	30.049,25	4.301,63	25.747,62	0,00
95102264621	Seguros do Pessoal	412,25	33,72	378,53	0,00
9510226481	Equipamento de Protecção Individual	480,50	0,00	480,50	0,00
951023	Gastos Gerais de Fabrico	19.103,72	368,20	18.735,52	0,00
951023621	Subcontratos	8.450,98	0,00	8.450,98	0,00
95102362113	Subcontratos	8.450,98	0,00	8.450,98	0,00
95102362211	Electricidade	1.997,83	264,73	1.733,10	0,00
95102362215	Ferramentas e Uten. Desg. Rápido	443,07	0,00	443,07	0,00
95102362223	Seguros	165,36	94,15	71,21	0,00
95102362232	Conservação e Reparação	548,45	9,32	539,13	0,00
95102362236	Trabalhos especializados	6.735,10	0,00	6.735,10	0,00
9510236628	Amortizações de Outras Imobilização	762,93	0,00	762,93	0,00
95103	Corte	176.070,13	7.554,60	168.515,53	0,00
951032	Mão de Obra	79.348,36	6.373,88	72.974,48	0,00
9510326421	Ordenados e Salários PRODUÇÃO	77.803,03	6.306,42	71.496,61	0,00
95103264621	Seguros do Pessoal	824,56	67,46	757,10	0,00
9510326481	Equipamento de Protecção Individual	720,77	0,00	720,77	0,00
951033	Gastos Gerais de Fabrico	96.721,77	1.180,72	95.541,05	0,00
95103362113	Subcontratos	11.470,91	97,44	11.373,47	0,00
95103362211	Electricidade	6.562,90	863,53	5.699,37	0,00
95103362215	Ferramentas e Uten. Desg. Rápido	213,49	0,00	213,49	0,00
95103362223	Seguros	330,71	188,30	142,41	0,00
95103362232	Conservação e Reparação	12.102,88	31,45	12.071,43	0,00
9510336622	Amortizações de Edifícios e Outras	673,38	0,00	673,38	0,00
9510336623	Amortizações de Equipamento Básico	63.841,65	0,00	63.841,65	0,00
9510336628	Amortizações de Outras Imobilização	1.525,85	0,00	1.525,85	0,00
95104	Puncionagem	26.662,44	1.559,77	25.102,67	0,00

951042	Mão de Obra	10.517,52	1.183,90	9.333,62	0,00
9510426421	Ordenados e Salários PRODUÇÃO	10.019,72	1.172,66	8.847,06	0,00
95104264621	Seguros do Pessoal	137,44	11,24	126,20	0,00
9510426481	Equipamento de Protecção Individual	360,36	0,00	360,36	0,00
951043	Gastos Gerais de Fabrico	16.144,92	375,87	15.769,05	0,00
95104362211	Electricidade	2.420,75	335,17	2.085,58	0,00
95104362215	Ferramentas e Uten. Desg. Rápido	1.976,15	0,00	1.976,15	0,00
95104362223	Seguros	55,12	31,38	23,74	0,00
95104362232	Conservação e Reparação	11.040,55	9,32	11.031,23	0,00
9510436622	Amortizações de Edifícios e Outras	196,39	0,00	196,39	0,00
9510436628	Amortizações de Outras Imobilização	455,96	0,00	455,96	0,00
95105	Tornearia	165.524,23	2.828,91	162.695,32	0,00
951052	Mão de Obra	24.967,44	2.635,36	22.332,08	0,00
9510526421	Ordenados e Salários PRODUÇÃO	24.194,83	2.601,64	21.593,19	0,00
95105264621	Seguros do Pessoal	412,25	33,72	378,53	0,00
9510526481	Equipamento de Protecção Individual	360,36	0,00	360,36	0,00
951053	Gastos Gerais de Fabrico	140.556,79	193,55	140.363,24	0,00
951053621	Subcontratos	138.186,15	0,00	138.186,15	0,00
95105362113	Subcontratos	138.186,15	0,00	138.186,15	0,00
95105362211	Electricidade	640,94	98,24	542,70	0,00
95105362215	Ferramentas e Uten. Desg. Rápido	151,35	0,00	151,35	0,00
95105362223	Seguros	165,36	94,15	71,21	0,00
95105362232	Conservação e Reparação	528,34	1,16	527,18	0,00
9510536625	Amortizações de Ferramentas e Utens	121,72	0,00	121,72	0,00
9510536628	Amortizações de Outras Imobilização	762,93	0,00	762,93	0,00
95106	Célula Robot n.º 2 (Sancho)	21.522,92	2.284,00	19.238,92	0,00
951062	Mão de Obra	15.989,78	1.625,56	14.364,22	0,00
9510626421	Ordenados e Salários PRODUÇÃO	15.474,66	1.603,07	13.871,59	0,00
95106264621	Seguros do Pessoal	274,84	22,49	252,35	0,00
9510626481	Equipamento de Protecção Individual	240,28	0,00	240,28	0,00
951063	Gastos Gerais de Fabrico	5.533,14	658,44	4.874,70	0,00
951063621	Subcontratos	756,29	336,75	419,54	0,00
95106362113	Subcontratos	756,29	336,75	419,54	0,00
95106362211	Electricidade	1.016,79	139,59	877,20	0,00
95106362212	Combustíveis	1.123,54	115,25	1.008,29	0,00
95106362215	Ferramentas e Uten. Desg. Rápido	922,61	0,00	922,61	0,00
95106362223	Seguros	110,24	62,77	47,47	0,00
95106362232	Conservação e Reparação	1.021,73	4,08	1.017,65	0,00
9510636623	Amortizações de Equipamento Básico	73,32	0,00	73,32	0,00
9510636628	Amortizações de Outras Imobilização	508,62	0,00	508,62	0,00
95107	Célula Robot n.º 1 (Luis)	43.038,21	2.534,27	40.503,94	0,00
951072	Mão de Obra	16.463,41	2.202,10	14.261,31	0,00
9510726421	Ordenados e Salários PRODUÇÃO	15.948,29	2.179,61	13.768,68	0,00
95107264621	Seguros do Pessoal	274,84	22,49	252,35	0,00
9510726481	Equipamento de Protecção Individual	240,28	0,00	240,28	0,00
951073	Gastos Gerais de Fabrico	26.574,80	332,17	26.242,63	0,00
951073621	Subcontratos	7.073,62	0,00	7.073,62	0,00
95107362113	Subcontratos	7.073,62	0,00	7.073,62	0,00
95107362211	Electricidade	1.016,79	139,59	877,20	0,00
95107362212	Combustíveis	1.225,67	125,73	1.099,94	0,00
95107362215	Ferramentas e Uten. Desg. Rápido	17,61	0,00	17,61	0,00
95107362223	Seguros	110,24	62,77	47,47	0,00
95107362232	Conservação e Reparação	622,25	4,08	618,17	0,00
9510736623	Amortizações de Equipamento Básico	16.000,00	0,00	16.000,00	0,00
9510736628	Amortizações de Outras Imobilização	508,62	0,00	508,62	0,00
95108	Secção de Produção de Baldes Soldad	19.490,43	1.808,06	17.682,37	0,00
951082	Mão de Obra	14.091,41	1.674,07	12.417,34	0,00
9510826421	Ordenados e Salários PRODUÇÃO	13.576,29	1.651,58	11.924,71	0,00
95108264621	Seguros do Pessoal	274,84	22,49	252,35	0,00
9510826481	Equipamento de Protecção Individual	240,28	0,00	240,28	0,00
951083	Gastos Gerais de Fabrico	5.399,02	133,99	5.265,03	0,00

95108362211	Electricidade	471,78	70,06	401,72	0,00
95108362215	Ferramentas e Uten. Desg. Rápido	5,04	0,00	5,04	0,00
95108362223	Seguros	110,24	62,77	47,47	0,00
95108362232	Conservação e Reparação	68,57	1,16	67,41	0,00
9510836622	Amortizações de Edifícios e Outras	3.784,95	0,00	3.784,95	0,00
9510836623	Amortizações de Equipamento Básico	449,82	0,00	449,82	0,00
9510836628	Amortizações de Outras Imobilização	508,62	0,00	508,62	0,00
95109	Linha de Montagem Intermédia	58.547,81	4.636,81	53.911,00	0,00
951092	Mão de Obra	45.124,30	4.214,42	40.909,88	0,00
9510926421	Ordenados e Salários PRODUÇÃO	43.853,85	4.169,45	39.684,40	0,00
95109264621	Seguros do Pessoal	549,68	44,97	504,71	0,00
9510926481	Equipamento de Protecção Individual	720,77	0,00	720,77	0,00
951093	Gastos Gerais de Fabrico	13.423,51	422,39	13.001,12	0,00
951093621	Subcontratos	11.008,15	210,73	10.797,42	0,00
95109362113	Subcontratos	11.008,15	210,73	10.797,42	0,00
95109362211	Electricidade	605,19	83,80	521,39	0,00
95109362215	Ferramentas e Uten. Desg. Rápido	243,58	0,00	243,58	0,00
95109362223	Seguros	220,48	125,53	94,95	0,00
95109362232	Conservação e Reparação	159,68	2,33	157,35	0,00
9510936623	Amortizações de Equipamento Básico	132,00	0,00	132,00	0,00
9510936625	Amortizações de Ferramentas e Utens	37,20	0,00	37,20	0,00
9510936628	Amortizações de Outras Imobilização	1.017,23	0,00	1.017,23	0,00
95110	Linha Montagem Intermédia - Eq. Ele	18.334,42	2.092,58	16.241,84	0,00
951102	Mão de Obra	17.164,76	1.972,67	15.192,09	0,00
9511026421	Ordenados e Salários PRODUÇÃO	16.649,64	1.950,18	14.699,46	0,00
95110264621	Seguros do Pessoal	274,84	22,49	252,35	0,00
9511026481	Equipamento de Protecção Individual	240,28	0,00	240,28	0,00
951103	Gastos Gerais de Fabrico	1.169,66	119,91	1.049,75	0,00
95110362211	Electricidade	387,19	55,98	331,21	0,00
95110362215	Ferramentas e Uten. Desg. Rápido	95,07	0,00	95,07	0,00
95110362223	Seguros	110,24	62,77	47,47	0,00
95110362232	Conservação e Reparação	68,54	1,16	67,38	0,00
9511036628	Amortizações de Outras Imobilização	508,62	0,00	508,62	0,00
95111	Pintura	136.631,41	23.679,89	112.951,52	0,00
951112	Mão de Obra	15.776,94	1.654,02	14.122,92	0,00
9511126421	Ordenados e Salários PRODUÇÃO	14.421,04	1.631,53	12.789,51	0,00
95111264621	Seguros do Pessoal	274,84	22,49	252,35	0,00
9511126481	Equipamento de Protecção Individual	1.081,06	0,00	1.081,06	0,00
951113	Gastos Gerais de Fabrico	120.854,47	22.025,87	98.828,60	0,00
951113621	Subcontratos	13.787,63	5.234,88	8.552,75	0,00
95111362113	Subcontratos	13.787,63	5.234,88	8.552,75	0,00
95111362211	Electricidade	8.641,78	1.201,29	7.440,49	0,00
95111362212	Combustíveis	36.260,48	15.313,31	20.947,17	0,00
95111362213	Água	193,84	51,77	142,07	0,00
95111362215	Ferramentas e Uten. Desg. Rápido	169,90	0,00	169,90	0,00
95111362223	Seguros	110,24	62,77	47,47	0,00
95111362232	Conservação e Reparação	4.400,10	161,85	4.238,25	0,00
9511136622	Amortizações de Edifícios e Outras	44,71	0,00	44,71	0,00
9511136623	Amortizações de Equipamento Básico	56.334,61	0,00	56.334,61	0,00
9511136628	Amortizações de Outras Imobilização	911,18	0,00	911,18	0,00
95112	Linha de Montagem Final	113.773,63	7.994,46	105.779,17	0,00
951121	M. Primas	4.881,81	0,00	4.881,81	0,00
95112115	Motores	4.881,81	0,00	4.881,81	0,00
951122	Mão de Obra	83.639,95	7.630,19	76.009,76	0,00
9511226421	Ordenados e Salários PRODUÇÃO	81.682,80	7.529,01	74.153,79	0,00
95112264621	Seguros do Pessoal	1.236,79	101,18	1.135,61	0,00
9511226481	Equipamento de Protecção Individual	720,36	0,00	720,36	0,00
951123	Gastos Gerais de Fabrico	25.251,87	364,27	24.887,60	0,00
951123621	Subcontratos	13.238,32	2,36	13.235,96	0,00
95112362113	Subcontratos com iva	13.238,32	2,36	13.235,96	0,00
95112362211	Electricidade	253,70	42,26	211,44	0,00

95112362215	Ferramentas e Uten. Desg. Rápido	314,40	0,00	314,40	0,00
95112362223	Seguros	551,19	313,83	237,36	0,00
95112362232	Conservação e Reparação	465,69	5,82	459,87	0,00
95112362298	Outros Fornecimentos e Serviços	121,32	0,00	121,32	0,00
9511236623	Amortizações de Equipamento Básico	7.468,12	0,00	7.468,12	0,00
9511236625	Amortizações de Ferramentas e Utens	296,04	0,00	296,04	0,00
9511236628	Amortizações de Outras Imobilização	2.543,09	0,00	2.543,09	0,00
95113	Serviço Após Venda	24.727,42	1.856,88	22.870,54	0,00
951132	Mão de Obra	14.339,77	1.734,11	12.605,66	0,00
9511326421	Ordenados e Salários	13.824,65	1.711,62	12.113,03	0,00
95113264621	Seguros do Pessoal	274,84	22,49	252,35	0,00
9511326481	Equipamento de Protecção Individual	240,28	0,00	240,28	0,00
951133	Gastos Gerais de Fabrico	10.387,65	122,77	10.264,88	0,00
951133621	Subcontratos	3.793,92	0,00	3.793,92	0,00
95113362113	Subcontratos	3.793,92	0,00	3.793,92	0,00
95113362223	Seguros	110,24	62,77	47,47	0,00
95113362225	transportes	5.188,42	60,00	5.128,42	0,00
95113362232	Conservação e Reparação	12,45	0,00	12,45	0,00
9511336622	Amortizações de Edifícios e Outras	774,00	0,00	774,00	0,00
9511336628	Amortizações de Outras Imobilização	508,62	0,00	508,62	0,00
95114	Custos a distribuir	230.100,38	230.100,38	0,00	0,00
951142	Mão de Obra	34.202,94	34.202,94	0,00	0,00
9511426421	Ordenados e Salários Produção	19.336,35	19.336,35	0,00	0,00
951142646	Seguros Acidentes de Trabalho	14.866,59	14.866,59	0,00	0,00
951143	Gastos Gerais de Fabrico	195.897,44	195.897,44	0,00	0,00
95114362211	Electricidade	44.553,86	44.553,86	0,00	0,00
95114362212	Combustíveis	63.311,28	63.311,28	0,00	0,00
951143622121	Arcal / Oxigénio	11.261,71	11.261,71	0,00	0,00
951143622122	Gás	52.049,57	52.049,57	0,00	0,00
95114362213	Água	1.051,02	1.051,02	0,00	0,00
95114362215	Ferramentas e Uten. Desg. Rápido	1.005,99	1.005,99	0,00	0,00
95114362222	Comunicação	17.478,80	17.478,80	0,00	0,00
95114362223	Seguros	8.650,27	8.650,27	0,00	0,00
95114362232	Conservação e Reparação	13.944,08	13.944,08	0,00	0,00
95114362298	Outros Fornecimentos e Serviços	8.458,72	8.458,72	0,00	0,00
951143648	Outros custos com o pessoal	12.012,56	12.012,56	0,00	0,00
9511436481	Equipamento de Protecção Individual	12.012,56	12.012,56	0,00	0,00
9511436622	Amortizações do Exercício	25.430,86	25.430,86	0,00	0,00
95116	PRENSAGEM	70.994,49	3.700,42	67.294,07	0,00
951162	Mão de Obra	16.648,02	1.512,36	15.135,66	0,00
9511626421	Ordenados e Salários PRODUÇÃO	16.132,90	1.489,87	14.643,03	0,00
95116264621	Seguros do Pessoal	274,84	22,49	252,35	0,00
9511626481	Equipamento de Protecção Individual	240,28	0,00	240,28	0,00
951163	Gastos Gerais de Fabrico	54.346,47	2.188,06	52.158,41	0,00
951163621	Subcontratos	8.182,38	560,72	7.621,66	0,00
95116362113	Subcontratos	8.182,38	560,72	7.621,66	0,00
95116362211	Electricidade	11.774,13	1.501,67	10.272,46	0,00
95116362215	Ferramentas e Uten. Desg. Rápido	271,62	0,00	271,62	0,00
95116362223	Seguros	110,24	62,77	47,47	0,00
95116362232	Conservação e Reparação	4.966,16	62,90	4.903,26	0,00
95116362236	Trabalhos especializados	7.509,17	0,00	7.509,17	0,00
9511636623	Amortizações de Equipamento Básico	21.024,15	0,00	21.024,15	0,00
9511636628	Amortizações de Outras Imobilização	508,62	0,00	508,62	0,00
95117	QUINAGEM	16.969,02	1.962,76	15.006,26	0,00
951172	Mão de Obra	15.889,34	1.871,03	14.018,31	0,00
9511726421	Ordenados e Salários PRODUÇÃO	15.374,22	1.848,54	13.525,68	0,00
95117264621	Seguros do Pessoal	274,84	22,49	252,35	0,00
9511726481	Equipamento de Protecção Individual	240,28	0,00	240,28	0,00
951173	Gastos Gerais de Fabrico	1.079,68	91,73	987,95	0,00
95117362211	Electricidade	218,01	27,80	190,21	0,00
95117362215	Ferramentas e Uten. Desg. Rápido	5,04	0,00	5,04	0,00

95117362223	Seguros	110,24	62,77	47,47	0,00
95117362232	Conservação e Reparação	237,77	1,16	236,61	0,00
9511736628	Amortizações de Outras Imobilização	508,62	0,00	508,62	0,00
95118	Célula Robot n.º 3	25.535,23	1.793,51	23.741,72	0,00
951182	Mão de Obra	12.301,88	1.514,08	10.787,80	0,00
9511826421	Ordenados e Salários PRODUÇÃO	11.786,76	1.491,59	10.295,17	0,00
95118264621	Seguros do Pessoal	274,84	22,49	252,35	0,00
9511826481	Equipamento de Protecção Individual	240,28	0,00	240,28	0,00
951183	Gastos Gerais de Fabrico	13.233,35	279,43	12.953,92	0,00
95118362211	Electricidade	763,02	97,33	665,69	0,00
95118362212	Combustíveis	1.123,54	115,25	1.008,29	0,00
95118362215	Ferramentas e Uten. Desg. Rápido	17,61	0,00	17,61	0,00
95118362223	Seguros	110,24	62,77	47,47	0,00
95118362232	Conservação e Reparação	239,98	4,08	235,90	0,00
9511836623	Amortizações de Equipamento Básico	10.470,34	0,00	10.470,34	0,00
9511836628	Amortizações de Outras Imobilização	508,62	0,00	508,62	0,00
95119	Célula Robot n.º 4 (Miguel)	25.749,13	2.042,78	23.706,35	0,00
951192	Mão de Obra	19.516,25	1.763,35	17.752,90	0,00
9511926421	Ordenados e Salários PRODUÇÃO	19.001,13	1.740,86	17.260,27	0,00
95119264621	Seguros do Pessoal	274,84	22,49	252,35	0,00
9511926481	Equipamento de Protecção Individual	240,28	0,00	240,28	0,00
951193	Gastos Gerais de Fabrico	6.232,88	279,43	5.953,45	0,00
951193621	Subcontratos	3.470,03	0,00	3.470,03	0,00
95119362113	Subcontratos	3.470,03	0,00	3.470,03	0,00
95119362211	Electricidade	763,00	97,33	665,67	0,00
95119362212	Combustíveis	1.123,54	115,25	1.008,29	0,00
95119362215	Ferramentas e Uten. Desg. Rápido	17,50	0,00	17,50	0,00
95119362223	Seguros	110,24	62,77	47,47	0,00
95119362232	Conservação e Reparação	239,95	4,08	235,87	0,00
9511936628	Amortizações de Outras Imobilização	508,62	0,00	508,62	0,00
95120	Célula Robot n.º 5	31.208,36	1.661,37	29.546,99	0,00
951202	Mão de Obra	8.320,02	1.413,33	6.906,69	0,00
9512026421	Ordenados e Salários PRODUÇÃO	7.942,30	1.402,09	6.540,21	0,00
95120264621	Seguros do Pessoal	137,44	11,24	126,20	0,00
9512026481	Equipamento de Protecção Individual	240,28	0,00	240,28	0,00
951203	Gastos Gerais de Fabrico	22.888,34	248,04	22.640,30	0,00
95120362211	Electricidade	763,00	97,33	665,67	0,00
95120362212	Combustíveis	1.123,55	115,25	1.008,30	0,00
95120362215	Ferramentas e Uten. Desg. Rápido	17,61	0,00	17,61	0,00
95120362223	Seguros	55,12	31,38	23,74	0,00
95120362232	Conservação e Reparação	674,75	4,08	670,67	0,00
9512036623	Amortizações de Equipamento Básico	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00
9512036628	Amortizações de Outras Imobilização	254,31	0,00	254,31	0,00
95121	Célula Robot n.º 6 (Rui)	22.178,70	216,66	21.962,04	0,00
951212	Mão de Obra	7.994,14	0,00	7.994,14	0,00
9512126421	Ordenados e Salários PRODUÇÃO	7.753,86	0,00	7.753,86	0,00
9512126481	Equipamento de Protecção Individual	240,28	0,00	240,28	0,00
951213	Gastos Gerais de Fabrico	14.184,56	216,66	13.967,90	0,00
951213621	Subcontratos	3.758,08	0,00	3.758,08	0,00
95121362113	Subcontratos	3.758,08	0,00	3.758,08	0,00
95121362211	Electricidade	763,02	97,33	665,69	0,00
95121362212	Combustíveis	1.123,51	115,25	1.008,26	0,00
95121362215	Ferramentas e Uten. Desg. Rápido	17,61	0,00	17,61	0,00
95121362232	Conservação e Reparação	239,94	4,08	235,86	0,00
9512136623	Amortizações de Equipamento Básico	8.282,40	0,00	8.282,40	0,00
95122	Célula Robot n.º 7 (Balde 1)	26.343,92	202,20	26.141,72	0,00
951222	Mão de Obra	240,28	0,00	240,28	0,00
9512226481	Equipamento de Protecção Individual	240,28	0,00	240,28	0,00
951223	Gastos Gerais de Fabrico	26.103,64	202,20	25.901,44	0,00
951223621	Subcontratos	4.105,31	0,00	4.105,31	0,00
95122362113	Subcontratos	4.105,31	0,00	4.105,31	0,00

95122362211	Electricidade	654,03	83,42	570,61	0,00
95122362212	Combustíveis	1.123,55	115,29	1.008,26	0,00
95122362215	Ferramentas e Uten. Desg. Rápido	15,09	0,00	15,09	0,00
95122362232	Conservação e Reparação	205,66	3,49	202,17	0,00
9512236623	Amortizações de Equipamento Básico	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00
95123	Célula Robot n.º 8 (Baldes 2)	25.786,03	202,16	25.583,87	0,00
951232	Mão de Obra	7.386,89	0,00	7.386,89	0,00
9512326421	Ordenados e Salários PRODUÇÃO	7.146,61	0,00	7.146,61	0,00
9512326481	Equipamento de Protecção Individual	240,28	0,00	240,28	0,00
951233	Gastos Gerais de Fabrico	18.399,14	202,16	18.196,98	0,00
951233621	Subcontratos	3.900,81	0,00	3.900,81	0,00
95123362113	Subcontratos	3.900,81	0,00	3.900,81	0,00
95123362211	Electricidade	654,03	83,42	570,61	0,00
95123362212	Combustíveis	1.123,55	115,25	1.008,30	0,00
95123362215	Ferramentas e Uten. Desg. Rápido	15,09	0,00	15,09	0,00
95123362232	Conservação e Reparação	205,66	3,49	202,17	0,00
9512336623	Amortizações de Equipamento Básico	12.500,00	0,00	12.500,00	0,00
95124	Linha Montagem Intermédia	61.762,73	3.181,19	58.581,54	0,00
951242	Mão de Obra	26.590,30	3.029,08	23.561,22	0,00
9512426421	Ordenados e Salários PRODUÇÃO	25.457,30	2.995,38	22.461,92	0,00
95124264621	Seguros do Pessoal	412,23	33,70	378,53	0,00
9512426481	Equipamento de Protecção Individual	720,77	0,00	720,77	0,00
951243	Gastos Gerais de Fabrico	35.172,43	152,11	35.020,32	0,00
951243621	Subcontratos	33.453,40	0,00	33.453,40	0,00
95124362113	Subcontratos	33.453,40	0,00	33.453,40	0,00
95124362211	Electricidade	436,01	55,62	380,39	0,00
95124362215	Ferramentas e Uten. Desg. Rápido	10,06	0,00	10,06	0,00
95124362223	Seguros	165,36	94,16	71,20	0,00
95124362232	Conservação e Reparação	137,11	2,33	134,78	0,00
9512436623	Amortizações de Equipamento Básico	116,52	0,00	116,52	0,00
9512436625	Amortizações de Ferramentas e Utens	91,04	0,00	91,04	0,00
9512436628	Amortizações de Outras Imobilização	762,93	0,00	762,93	0,00
95125	Linha Montagem Final Equip. Elevató	276,20	0,00	276,20	0,00
951252	Mão de Obra	240,28	0,00	240,28	0,00
9512526481	Equipamento de Protecção Individual	240,28	0,00	240,28	0,00
951253	Gastos Gerais de Fabrico	35,92	0,00	35,92	0,00
95125362215	Ferramentas e Uten. Desg. Rápido	35,92	0,00	35,92	0,00
95126	Célula Robot n.º 9 (baldes 3)	19.238,52	202,22	19.036,30	0,00
951262	Mão de Obra	240,28	0,00	240,28	0,00
9512626481	Equipamento de Protecção Individual	240,28	0,00	240,28	0,00
951263	Gastos Gerais de Fabrico	18.998,24	202,22	18.796,02	0,00
95126362211	Electricidade	653,98	83,45	570,53	0,00
95126362212	Combustíveis	1.123,51	115,28	1.008,23	0,00
95126362215	Ferramentas e Uten. Desg. Rápido	15,09	0,00	15,09	0,00
95126362232	Conservação e Reparação	205,66	3,49	202,17	0,00
9512636623	Amortizações de Equipamento Básico	17.000,00	0,00	17.000,00	0,00
95127	Robot a Repartir	139,48	0,00	139,48	0,00
951273	Gastos Gerais de Fabrico	139,48	0,00	139,48	0,00
95127362113	Subcontratos	139,48	0,00	139,48	0,00
98	Resultados por Funções	1.228.930,16	11.162.359,46	0,00	9.933.429,30
9801	Vendas e Prestações de Serviços	1.228.930,16	11.162.167,81	0,00	9.933.237,65
9806	Outros Custos e Perdas Operacionais	0,00	191,65	0,00	191,65
		0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL das contas de movimento	21.477.752,70	21.477.752,70	0,00	0,00

PERÍODO: 2008
FEITO POR: Bruno Parada
REVISTO POR: Jorge S.
DATA: 27-03-2009

ANÁLISE COMPARATIVA

Dezembro						VARIA- ÇÃO DE (N)/(N-1)
CONTA	DESCRIÇÃO	VALORES		PERCENTAGEM		
		2008	2007	2008	2007	
31	COMPRAS	5.410.056,50	5.813.216,30	54,46%	59,77%	-6,94%
62	FORNECIMENTOS E SERV. EXTERNOS	1.295.102,45	1.425.153,13	13,04%	14,65%	-9,13%
63	IMPOSTOS	2.454,13	2.072,47	0,02%	0,02%	18,42%
64	CUSTOS COM O PESSOAL	898.270,89	878.579,42	9,04%	9,03%	2,24%
65	OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIO.	4.009,94	689,75	0,04%	0,01%	481,36%
66	AMORTIZAÇÕES E AJUSTAMENTOSDO EXERCÍCIO	439.491,37	450.541,25	4,42%	4,63%	-2,45%
67	PROVISÕES	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
68	CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	12.981,92	11.599,64	0,13%	0,12%	11,92%
69	CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS	5.571,05	15.538,59	0,06%	0,16%	-64,15%
86	IMPOSTO S/O RENDIMEN. DO EXERCÍCIO	524.129,11	506.381,28	5,28%	5,21%	3,50%
TOTAL		8.592.067,36	9.103.771,83	86,50%	93,60%	-5,62%
71	VENDAS	9.927.911,26	9.718.648,08	99,95%	99,92%	2,15%
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	5.326,39	7.296,52	0,05%	0,08%	-27,00%
SUBTOTAL		9.933.237,65	9.725.944,60	100,00%	100,00%	2,13%
73	PROVEITOS SUPLEMENTARES	54.390,17	16.683,69	0,55%	0,17%	226,01%
74	SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	375,40	11.406,00	0,00%	0,12%	-96,71%
75	TRABALHOS PARA PRÓPRIA EMPRESA	0,00	514,78	0,00%	0,01%	-100,00%
76	OUTROS PROV. GANHOS OPERACIONAIS	191,65	1.072,21	0,00%	0,01%	-82,13%
77	REVERSÕES DE AMORTIZAÇÕES E AJUSTAMENTOS	4.761,70	0,00	0,05%	0,00%	
78	PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	57.296,84	62.022,16	0,58%	0,64%	-7,62%
79	PROVEITOS GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	16.939,25	64.084,31	0,17%	0,66%	-73,57%
TOTAL DE PROVEITOS		10.067.192,66	9.881.727,75	101,35%	101,60%	1,88%
DISTRIBUIÇÃO				100,00%	0,00%	
Vendas - MERCADO INTERNO		1.790.054,23	1.860.382,49	18,02%	19,13%	-3,78%
Vendas - MERCADO INTRACOMUNITÁRIO		5.814.747,06	6.502.522,95	58,54%	66,86%	-10,58%
Vendas - OUTROS MERCADOS		2.323.109,97	1.355.742,64	23,39%	13,94%	71,35%
Prest. Serv. - MERCADO INTERNO		4.526,39	7.146,52	0,05%	0,07%	-36,66%
Prest. Serv. - MERCADO INTRACOMUNITÁRIO		0,00	150,00	0,00%	0,00%	-100,00%
Prest. Serv. - OUTROS MERCADOS		800,00	0,00	0,01%	0,00%	
ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO FUNDO DE MANEIO				COMENTÁRIOS		
11	CAIXA	1.608,69	398,64			
12+13+14	DEPÓSITOS	452.273,02	-29.543,69			
15	TÍTULOS NEGOCIÁVEIS	0,00	0,00			
18	OUTRAS APLIC. DE TESOURARIA	0,00	0,00			
21	CLIENTES	1.689.587,56	1.231.071,84			
TOTAL		2.143.469,27	1.201.926,79			
221	FORNECEDORES C/C	905.902,06	745.225,82			
222	FORNECEDORES C/ LETRAS	0,00	0,00			
231	EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS	0,00	0,00			
239	OUTROS EMP.OBTIDOS	0,00	0,00			
24	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	-37.065,28	-51.749,72			
26	OUTROS DEVEDORES E CREDORES	86.913,11	355.857,23			
TOTAL		955.749,89	1.049.333,33			
FUNDO DE MANEIO REDUZIDO		1.187.719,38	152.593,46			

Metalúrgica, SA

ELABORADO POR: Bruno Parada

ANO: 2008

REVISTO POR: Jorge Silva

Data: 13-03-2009

CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Análise à Variação da Margem

Vendas de mercadorias (N)	489.527,65 €
Vendas de Mercadorias (N-1)	700.832,13 €
Vendas de produtos (N)	9.438.383,61 €
Vendas de Produtos (N-1)	9.017.815,95 €
Prestações de serviços	5.326,39 €

<u>Produção (Vendas Produtos + Variação Produção)</u>	
2008	2007
9.219.878,14 €	9.390.464,09 €

Variação da produção	(218.505,47 €)
Variação de Produtos Acabados	
Exist. Inicial de Produtos Acabados	991.085,62 €
Exist. Final de Produtos Acabados	781.817,15 €
Regularização Existências (+/-)	0,00 €
Variação ...	(209.268,47 €)
Variação de Produtos Vias de Fabrico	
Exist. Inicial de Produtos Vias Fabrico	138.759,17 €
Exist. Final de Produtos Vias Fabrico	129.522,17 €
Regularização Existências (+/-)	0,00 €
Variação ...	(9.237,00 €)

C.E.V. + C.M.C.:	5.162.898,34 €
C. E. V.	400.378,91 €
Exist. Inicial de Mercadorias	24.920,27 €
Compras (N-1)	578.965,02 €
Compras (N)	425.957,85 €
Regularização Existências (+/-)	0,00 €
Exist. Final de Mercadorias	50.499,21 €
C.M.C.	4.762.519,43 €
Exist. Inicial de Matérias Primas	1.414.229,53 €
Compras (N-1)	5.234.251,28 €
Compras (N)	4.984.098,65 €
Regularização Existências (+/-)	0,00 €
Exist. Final de Matérias Primas	1.635.808,75 €

2008	2007	Variação	OBS
<u>(C.E.V. + C.M.C.) / (Produção + V. Mercad.)</u>			
53,17%	53,95%	-0,77%	
Margem Lucro Global			
46,83%	46,05%		
<u>C.E.V. / Vendas Mercadorias</u>			
81,79%	79,65%	2,14%	a)
Margem Lucro Merc. Vendidas			
18,21%	20,35%		
<u>C.M.C. / Produção</u>			
51,65%	52,07%	-0,42%	b)
Margem Lucro Produtos Vendidos			
48,35%	47,93%		

a) A margem de lucro das mercadorias vendidas não registou grande variação. Segundo a administração esta diminuição de margem (-2,14%) resulta do facto das mercadorias serem apenas acessórias para satisfazer alguns clientes, visto que o valor das vendas de mercadorias é residual quando comparado com o das vendas de produtos.

b) A ligeira melhoria ao nível da margem de lucro dos produtos, a qual atingiu em 2008 os 48,35%, resultou da melhoria nas condições de aquisição de algumas matérias-primas especialmente no primeiro trimestre do ano, atendendo à maior capacidade negocial da empresa, o que possibilitou a aquisição de quantidades que permitiram fazer face às necessidades, quando os preços aumentaram.

14.62

Cliente: Metalúrgica, SA				ANO 2008				14.62					
Preparado por: Bruno Parada		Data: 17-02-2009		Revisto por: Jorge Silva		Data: 20-02-2009			FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS				
Descrição dos Procedimentos/Testes								Asserções				Referência Arquivo	
								P	E	M	V		
12	Royalties												14.62.003 / 14.000
	. Verificar se existem "relações especiais" prevista no artº 58º do CIRC que possam limitar a aceitação como custos fiscais deste custos.												
	. Verificar se tem sido efectuada retenção na fonte de IRS em relação aos rendimentos pagos.												
	. No caso de pagamentos de royalties a entidades estrangeiras, e no caso de existirem Convenções s/ Dupla Tributação, verificar se a empresa tem em seu poder formulário normalizado enviado pelo não residente (condição fundamental para a não retenção).												
	Verificar se, em relação aos pagamentos a não residentes, foram atempadamente enviados ao FISCO as relações Mod. 30.												
13	Transporte de pessoal												
	. Verificar se não foi deduzido IVA em relação a estes custos (artº 21º nº 1, alínea c) do CIVA)										✓	✓	
14	Deslocações e Estadas												
	. Verificar a não dedução do IVA em relação às deslocações e estadas (artº 21º nº 1, alínea d) do CIVA).								✓				
15	Comissões												
	Comissões Pagas a Residentes - Pessoas Singulares:												
	. Verificar se foi efectuada retenção na fonte de IRS.									✓			
	. Verificar se tais rendimentos e retenções foram declaradas através de Declaração Mod. 10.									✓			
	Comissões Pagas a Residentes - Pessoas Colectivas												
	. Verificar se a empresa declarou até final de Fevereiro nos termos do artº 120º do CIRC, as comissões pagas a pessoas colectivas.									✓			
	Comissões Pagas a Não Residentes												
	. Verificar se foi efectuada a retenção de IRS devida a taxa liberatória (ver artº 71º do CIRS).									✓			
	. No caso de existir Convenção s/ Dupla Tributação que permita a dispensa de retenção, verificar se a empresa possui um arquivo, "atestado de residência" passada pelas autoridades do país do não residente.									✓			
16	Conservação e Reparação												
	. Verificar o trabalho previsto no ponto 12.42 de Imobilizações Corpóreas								✓	✓	✓	✓	
5	Concluir sobre a contabilização dos FSE do exercício (N).										✓	✓	
6	Relativamente a Dezembro do exercício (N), testar a adequação da especialização do exercício.										✓		
7	No final deste trabalho é essencial que os papéis de trabalho permitam responder às variações mais significativas ocorridas nos custos, relacionando este facto sempre com a obtenção dos proveitos e ganhos. Este facto não invalida a análise documental. (Ex.: Aumento dos transportes de mercadorias / Aumento das vendas para o mercado externo).										✓	✓	
8	Testar os aspectos fiscais relacionados com as diversas contas de “Custos”, nomeadamente as questões relativas às "Tributações Autónomas" que não constam dos programas detalhados.									✓			

Preparado por:		Data:		Revisto por:		Data:		ANO		2008		14.62.000	
Bruno Parada		17-02-2009		Jorge Silva		20-02-2009		FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS					

Metalúrgica, SA

Análise documental aos custos com FSE em 31-12-2008

Contabilidade				Doc. Externo			Valor	IVA Ded.	IR retido	O. K.	Observações
Data	Diário	Docu/o	Conta	Conta	Tipo	N.º					
31-01-2008	CMP	1.000.172	62111	621	V/Factura	243	16.158,25 €	S	N/A	✓	Maquinação de material p/produto Zs efectuado em Jan-2008
29-02-2008	CMP	2.000.043	62111	621	V/Factura	82155	5.804,84 €	S	N/A	✗	Trabalho temporário (Diversos serviços de 21-12-2007 a 20-01-2008) - não especializado (1.935 euros) - centro custo 5101
29-02-2008	CMP	2.000.172	62111	621	V/Factura	83017	7.843,42 €	S	N/A	✓	Trabalho temporário (Diversos serviços de 21-01-2008 a 20-02-2008)
29-02-2008	CMP	2.000.208	62111	621	V/Factura	251	13.178,84 €	S	N/A	✓	Maquinação de material p/produto Zs efectuado em Fev-2008
31-03-2008	CMP	3000194	62111	621	V/Factura	257	12.750,25 €	S	N/A	✓	Maquinação de material p/produto Zs efectuado em Mar-2008
30-04-2008	CMP	4000146	62111	621	V/Factura	84921	5.550,80 €	S	N/A	✓	Trabalho temporário (Diversos serviços de 21-02-2008 a 20-03-2008) - contabil.p/centros custo - conferido
30-04-2008	CMP	4000146	62111	621	V/Factura	84921	5.446,20 €	S	N/A	✓	Trabalho temporário (Diversos serviços de 21-02-2008 a 20-03-2008) - contabil.p/centros custo - conferido
30-04-2008	CMP	4000207	62111	621	V/Factura	85891	5.166,98 €	S	N/A	✓	Trabalho temporário (Diversos serviços de 01-03-2008 a 30-04-2008) - contabil.p/centros custo - conferido
30-04-2008	CMP	4.000.224	62111	621	V/Factura	263	12.765,52 €	S	N/A	✓	Maquinação de material p/produto Zs efectuado em Abr-2008
31-05-2008	CMP	5.000.183	62111	621	V/Factura	270	10.808,31 €	S	N/A	✓	Maquinação de material p/produto Zs efectuado em Maio-2008
30-06-2008	CMP	6.000.158	62111	621	V/Factura	276	11.195,07 €	S	N/A	✓	Maquinação de material p/produto Zs efectuado em Junho-2008
31-07-2008	CMP	7.000.218	62111	621	V/Factura	285	12.368,52 €	S	N/A		Maquinação de material p/ produto Zs várias GT em anexo (pinhão;polies;veios;cubos)
31-08-2008	CMP	8.000.088	62111	621	Factura	288	8.740,45 €	S	N/A	✓	Maquinação de material p/produto Zs efectuada em Agosto/2008 e parte de Junho/2008
30-09-2008	CMP	9.000.191	62111	621	Factura	292	13.185,29 €	S	N/A	✓	Maquinação de material p/produto Zs efectuada em Setembro/2008
31-10-2008	CMP	10.000.192	62111	621	Factura	304	11.050,19 €	S	N/A	✓	Maquinação de material p/produto Zs efectuada em Outubro/2008
30-11-2008	CMP	11.000.167	62111	621	Factura	309	7.852,31 €	S	N/A	✓	Maquinação de material p/produto Zs efectuada em Novembro/2008
31-12-2008	CMP	12.000.101	62111	621	Factura	313	7.516,61 €	S	N/A	✓	Maquinação de material p/produto Zs efectuado em Dez-2008
				621 Total			167.381,85 €				
31-07-2008	CMP	7.000.008	62212	62212	V/Factura	8404769	8.768,26 €	S	N/A	✓	Gas propano granel
31-07-2008	DIV	7.000.044	62212	62212	doc. Interno		2.899,63 €	50%	N/A	✗	Mapa mensal de consumos de gasóleo por viatura (99-99-ZZ e empilhador) - não refere km's/horas
31-12-2008	CMP	12.000.048	62212	62212	Factura	806	2.057,62 €	S	N/A	✓	Gas propano granel
31-12-2008	DIV	12.000.049	62212	62212	doc. Interno		292,33 €	50%	N/A	✗	Mapa mensal de consumos de gasóleo por viatura (excepto - 99-99-ZZ e empilhador) - não refere km's
31-12-2008	DIV	12.000.049	62212	62212	doc. Interno		1.089,93 €	50%	N/A	✗	Mapa mensal de consumos de gasóleo por viatura (99-99-ZZ e empilhador) - não refere km's/horas
31-07-2008	CMP	7.000.187	62215	62215	V/Factura	7536	15.107,77 €		N/A	✓	Vários punções e matrizes
30-09-2008	CMP	9.000.002	62215	62215	Factura	136237	195,88 €	S	N/A	✓	2 berbequins
31-07-2008	CMP	7.000.194	62217	62217	V/Factura	2280010	2.131,78 €		N/A		etiquetas
				62217 Total			1.602,00 €	S	N/A	✓	
31-01-2008	CX	1.000.068	62218	62218	Fact	9136	1.602,00 €		N/A	✗	Oferta de Natal cliente Piri - não tem identificação da Metalúrgica,SA na factura
31-12-2008	DIV	12.000.046	62218	62218	Extracto Cartão de Crédito		234,49 €	N	N/A	✗	Compras no continente - apenas tem como suporte extracto cartão de crédito
				62218 Total			644,99 €		N/A		
30-04-2008	CX	4.000.090	62219	62219	FactRec	53931	231,97 €	N	N/A	✗	Aluguer de viatura para deslocação - Sr. António - não refere motivo - possível ida a feira Zaragoza
31-03-2008	CMP	3.000.139	62221	62221	V/Factura	F08-19	231,97 €		N/A	✓	Passagem aérea Porto-Bolonha-Porto de Carlos, José e Vítor para feira em Bolonha - não refere período viagem

Metalúrgica, SA

Análise documental aos custos com FSE em 31-12-2008

Contabilidade				Doc. Externo			Valor	IVA Ded.	IR retido	O. K.	Observações
Data	Diário	Docu/o	Conta	Conta	Tipo	N.º					
30-06-2008	CMP	6.000.095	62221122	62221	V/Factura	F08-39	2.522,00 €	IS	N/A	✗	Passagem aérea Porto-Fortaleza-Porto de Carlos, Maria - não refere período viagens - correlação c/actividade?
31-07-2008	DIV	7.000.012	6222113	62221	FactRec	793	1.320,00 €	N/A	N/A	✗	2 alojamentos de 16-08-2008 a 20-08-2008 - Não refere beneficiários nem destino, relação c/ actividade??
31-10-2008	CMP	10.000.043	6222113	62221	Factura	F08 58	996,00 €	IS	N/A	✗	Passag.aérea internac. - não refere beneficiários nem relação com actividade
31-10-2008	CMP	10.000.069	62221122	62221	Factura	2808231	3.022,50 €	IS	N/A	✓	Missão empresarial á RUSSIA 27 a 31 de Out/2008
				62221 Total			9.275,72 €				
31-01-2008	CMP	1.000.149	6222513	62225	V/Factura	80039	8.100,00 €	IS	N/A	✓	Transporte Aveiro - França efectuado em Jan-2008
29-02-2008	CMP	2.000.160	6222513	62225	V/Factura	2008-111	16.648,50 €	IS	N/A	✓	Frete marítimo de 3 contentores Lisboa - Luanda a Fev2008
29-02-2008	CMP	2.000.206	6222513	62225	V/Factura	3328	7.050,00 €	IS	N/A	✓	Variadas viagens de Aveiro para Esp.
31-03-2008	CMP	3.000.207	6222513	62225	V/Factura	80174	5.850,00 €	IS	N/A	✓	Transporte Aveiro - França efectuado em Março-2008
31-05-2008	CMP	5.000.119	6222513	62225	V/Factura	80285	6.010,00 €	IS	N/A	✓	Transporte Aveiro - França efectuado em Março-2008
31-05-2008	CMP	5.000.217	6222513	62225	V/Factura	80320	7.170,00 €	IS	N/A	✓	Transporte Aveiro - França efectuado em Maio-2008
30-06-2008	CMP	6.000.199	6222513	62225	V/Factura	80374	6.010,00 €	IS	N/A	✓	Transporte Aveiro - França efectuado em Junho-2008
31-07-2008	CMP	7.000.155	6222513	62225	V/Factura	80415	5.940,00 €	IS	N/A	✓	Transportes de Aveiro p/França n/ Fact. 20080282/6/7/290/1
31-07-2008	CMP	7.000.210	6222513	62225	V/Factura	80434	6.150,00 €	IS	N/A	✓	Transportes de Aveiro p/ Longvic; p/ Hordain n/ Fact. 20080292/4/6/9/7
31-07-2008	CMP	7.000.224	6222514	62225	V/Factura	80443	12.020,00 €	IS	N/A	✓	Transportes de Aveiro p/França n/ Fact. 20080284/8/298/301/3/5/7/8/9/312
30-09-2008	CMP	9.000.172	6222511	62225	Factura	21607	2.550,00 €	S	N/a	✗	Transporte de Itália relativo a compra de mercadorias para venda - devia ser gasto adicional de compra de mercadorias
30-11-2008	CMP	11.000.116	6222514	62225	Factura	1235	15.173,99 €	IS	N/a	✓	Frete marítimo de 3 contentores Lisboa - Luanda a Nov2008 - n/fact 20081150
				62225 Total			98.672,49 €				
31-03-2008	DIV	3.000.024	62227121	62227	Fact	3773	1.320,00 €	N/A	N/A	✗	Estadia Sr. João 24-02 a 03-03-2008 - Relação com a actividade??
31-03-2008	DIV	3.000.024	62227122	62227	Fact	3773	1.320,00 €	N/A	N/A	✗	Estadia Sr. Rui 24-02 a 03-03-2008 - Relação com a actividade??
31-03-2008	CX	3.000.079	62227121	62227	vários		973,97 €	N	N/A	✗	Várias refeições em Angola - Sr. João e Sr. Rui de 24-02 a 01-03 - Relação com a actividade??
											Portagens - apresenta apenas como suporte cópia da conciliação bancária com os movimentos a débito no banco e q não foram contabilizados pela empresa.
31-05-2008	DIV	5.000.040	62227121	62227	doc. Interno		835,50 €	N	N/A	✗	várias refeições e despesas de taxi, em Bolonha - doc.tos não identificam a empresa nem todos os beneficiários
31-05-2008	CX	5.000.073	62227122	62227	vários		990,90 €	N	N/A	✗	Serviços de Hotel e acomodação Sr. João em Bucareste 11 a 14-05- Romenia - Relação com a actividade??
31-05-2008	CX	5.000.089	62227121	62227	Fact	31016	1.080,58 €	N	N/A	✗	Portagens - apresenta apenas como suporte cópia da conciliação bancária com os movimentos a débito no banco e que não foram contabilizados pela empresa.
31-08-2008	DIV	8.000.038	62227121	62227	doc. Interno		1.148,20 €	N	N/A	✗	
30-09-2008	DIV	9.000.023	62227121	62227	Factura	10610	561,50 €	N	N/a	✗	Passagens Lisboa-Barcelona-Lisboa Sr. Rui e Sr. António negociação com cliente de Espanha - parte delas são despesas de representação??
											Portagens - apresenta apenas como suporte cópia da conciliação bancária com os movimentos a débito no banco e q não foram contabilizados pela empresa.
31-10-2008	DIV	10.000.041	62227121	62227	doc. Interno		822,60 €	N	N/A	✗	
30-11-2008	DIV	11.000.033	62227122	62227	vários		553,58 €	N	N/a	✗	várias despesas Sr. Rui viagem a Cabo Verde - Relação com a actividade??
				62227 Total			9.606,83 €				
31-01-2008	CMP	1.000.168	62228211	62228	V/Factura	000001	3.838,03 €	IS	N	✗	Comissões relativas a vendas p/cl espanhol "Bigas" (sem suporte documental em anexo - não há descrição do período)
29-02-2008	CMP	2.000.005	622281132	62228	V/Factura	5/2008	2.533,99 €	IS	N	✗	Comissões relativas a vendas p/España e cl "Bricola" (sem suporte documental em anexo - não há descrição do período)

Metalúrgica, SA

Análise documental aos custos com FSE em 31-12-2008

Contabilidade				Doc. Externo			Valor	IVA Ded.	IR retido	O. K.	Observações
Data	Diário	Docu/o	Conta	Conta	Tipo	N.º					
29-02-2008	CMP	2.000.198	622281132	62228	V/Factura	9/2008	1.950,82 €	IS	N	✗	Comissões relativas a vendas - exportação (sem suporte documental em anexo nem identificação clientes - não há descrição do período)
31-03-2008	CMP	3.000.204	622281132	62228	V/Factura	11/2008	7.099,92 €	IS	N	✗	Comissões relativas a vendas - exportação (sem suporte documental em anexo nem identificação clientes - não há descrição do período)
30-04-2008	CMP	4.000.210	622281132	62228	V/Factura	15/2008	6.972,61 €	IS	N	✗	Comissões relativas a vendas - exportação (sem suporte documental em anexo nem identificação clientes - não há descrição do período)
30-04-2008	CMP	4.000.211	622281111	62228	V/Factura	14/2008	1.958,65 €	S	N/A	✗	Comissões relativas a vendas - clientes nacionais (sem suporte documental em anexo nem identificação clientes - não há descrição do período)
31-05-2008	CMP	5.000.026	622281111	62228	V/Factura	9/2008	12.659,43 €	S	N/A	✗	Consultoria empresarial em Angola e Hungria - não refere período do serviço
31-05-2008	CMP	5.000.059	62228211	62228	V/Factura	000048	9.982,32 €	IS	N/A	✗	Comissões relativas a vendas em Abril (sem suporte documental em anexo - não identif. clientes)
31-05-2008	CMP	5.000.192	622281132	62228	V/Factura	21/2008	2.051,57 €	IS	N	✗	Comissões relativas a vendas - exportação (sem suporte documental em anexo nem identificação clientes - não há descrição do período)
30-06-2008	DIV	6.000.008	622281111	62228	Recibo	876858	1.630,00 €	S	S	✗	Comissões - falta base de cálculo em anexo
											Comissões relativas a vendas - exportação p/Roménia e Espanha (sem suporte documental em anexo nem identificação clientes - não há descrição do período)
30-06-2008	CMP	6.000.180	622281132	62228	V/Factura	26/2008	6.064,90 €	IS	N/A	✗	Comissões - falta base de cálculo em anexo
31-07-2008	DIV	7.000.004	62228111	62228	Recibo	61285	3.011,50 €	S	S	✗	Comissões - falta base de cálculo em anexo
31-07-2008	DIV	7.000.005	62228111	62228	Recibo	171813	2.292,28 €	S	S	✗	Comissões - falta base de cálculo em anexo
30-09-2008	DIV	9.000.003	622281111	62228	Recibo	876863	8.000,00 €	S	S	✗	Comissões - falta base de cálculo em anexo
30-09-2008	CMP	9.000.116	622281111	62228	Factura	41	16.889,12 €	S	N/A	✗	Consultadoria empresarial em Angola - não refere período serviço - comissões?/?
31-10-2008	CMP	10.000.058	62228321	62228	Factura	104	7.682,80 €	IS	S	✗	Consultadoria em Angola - não refere período do serviço - comissões?/?
											Comissões por vendas realizadas e cobradas - não apresenta em anexo suporte base ao cálculo - foi indicado que dispõe de certificado residência fiscal
30-11-2008	CMP	11.000.001	62228211	62228	Factura	123	6.855,60 €	IS	IS	✗	Comissões sobre vendas p/ Espanha e Roménia - não apresenta em anexo suporte base ao cálculo
30-11-2008	CMP	11.000.014	622281132	62228	VD	41	5.020,43 €	IS	IS	✗	Comissões - falta base de cálculo em anexo
31-12-2008	DIV	12.000.004	62228111	62228	Recibo	876868	8.000,00 €	S	S	✗	Comissões - falta base de cálculo em anexo
							114.493,97 €				
31-07-2008	DIV	7.000.006	6222911	62229	Recibo	997027	720,00 €	S	S	✗	Outras prest. serviços - não discrimina tipo de serviço
31-07-2008	DIV	7.000.007	6222911	62229	Recibo	997029	740,00 €	S	S	✗	Outras prest. serviços - não discrimina tipo de serviço
30-09-2008	DIV	9.000.007	6222911	62229	Recibo	997034	720,00 €	S	S	✗	Outras prest. serviços - não discrimina tipo de serviço
							2.180,00 €				
											Pedido informação banca+registro penhora+despesas admin. - tem apenas como suporte cópia de fax com um pedido de provisão
31-01-2008	DIV	1.000.034	6223113	62231			304,20 €	N/A	N/A	✗	averbamento de anexação de prédios
31-10-2008	CX	10.000.078	6223113	62231	Talão	8969	350,00 €	N/A	N/A	✓	
							654,20 €				
31-01-2008	CMP	1.000.179	62232113	62232	V/Factura	3285/10159	1.124,65 €	S	N/A	✓	Reparação camião 99-99-ZZ - 676.498 km's
29-02-2008	CMP	2.000.064	62232115	62232	V/Factura	278/2008	2.223,15 €	S	N/A	✗	Reparações punçoadora efectuadas em 2007
29-02-2008	CMP	2.000.224	62232115	62232	V/Factura	28002723	1.053,38 €	S	N/A	✓	Cortes matérias a Fev 2008
30-04-2008	CMP	4.000.097	62232115	62232	V/Factura	579/2008	2.147,00 €	S	N/A	✓	Reparação punçoadora efectuada em 31-03-2008
30-04-2008	CMP	4.000.116	62232115	62232	V/Factura	593/2008	3.372,41 €	S	N/A	✓	Reparação punçoadora efectuada em 10-04-2008
31-05-2008	CMP	5.000.214	62232113	62232	V/Factura	23001536	1.286,45 €	S	N/A	✓	Reparação viatura 99-99-ZZ em Maio 2008

Metalúrgica, SA

Análise documental aos custos com FSE em 31-12-2008

Contabilidade				Doc. Externo			Valor	IVA Ded.	IR retido	O. K.	Observações
Data	Diário	Docu/o	Conta	Conta	Tipo	N.º					
30-06-2008	CMP	6.000.066	62232115	62232	V/Factura	8106152	1.908,07 €	S	N/A	✓	Reparação instalações eléctricas em Junho 2008
31-08-2008	CMP	8.000.075	62232112	62232	Factura	63728243	1.007,46 €	N	n/a	✓	Revisão 75.000 Km 04-72-XS
30-09-2008	CMP	9.000.017	62232115	62232	Factura	80128	7.400,00 €	S	N/A	✓	Reparação de 1 servo amplificador e do motor eixo externo n.º6
30-09-2008	CMP	9.000.145	6223212	62232	Factura	32106257	1.014,89 €	N	N/A	✓	Reparação Mercedes 09-BF-28
31-10-2008	CMP	10.000.094	62232113	62232	Factura	3,29E+08	1.672,70 €	S	N/A	✓	Reparação camião 99-99-ZZ - 739.684 km/s
				62232 Total			24.210,16 €				
31-01-2008	DIV	1.000.021	6223322	62233	Invoice	283510	6.440,00 €	N	N/A	✗	4 quartos de 08-03-08 a 13-03-08 em Kohn na Alemanha - não refere motivo - possível ida a feira; também não refere beneficiários, documento é cópia por fax (inválido)
31-01-2008	CMP	1.000.043	62233113	62233	V/Factura	10374	4.132,23 €	S	N/A	✗	Aquisição Stand's p/feiras - vida útil 4 anos - capitalizar
29-02-2008	CMP	2.000.207	6223313	62233	V/Factura	107	2.628,00 €	IS	N/A	✓	Despesas envio 7 m estrada de Aveiro até stand feira Colónia 2008
31-03-2008	CMP	3.000.021	6223313	62233	V/Factura	4533	18.386,24 €	N	N/A	✓	Renda superfície pavilhão 11 na feira em Zaragoza - 03/2008
31-03-2008	CMP	3.000.203	6223313	62233	V/Factura	126	2.628,00 €	S	N/A	✓	Despesas retorno 7 m estrada da feira Colónia 2008 para Aveiro
30-04-2008	DIV	4.000.022	6223313	62233	N.ºa Déb.	14	2.268,00 €	N/A	N/A	✓	Comparticipação feira DUBAI 2008 Big Five Show
30-04-2008	CMP	4.000.235	62233113	62233	V/Factura	10732	7.364,60 €	S	N/A	✓	Montagem stand em Saragoça e desp.deslocação a Colónia (feiras)
31-07-2008	CMP	7.000.040	6223322	62233	V/Factura	641214147	3.130,17 €	N	N/A	✗	Adiantamento para feira BATIMAT 2009 - tem de ser diferido p/ 2009
31-08-2008	DIV	8.000.018	6223313	62233	N.ºDébito	52	8.732,00 €	IS	N/A	✓	Comparticipação feira DUBAI 2008 Big Five Show
31-10-2008	CMP	10.000.196	62233113	62233	Factura	21	4.846,00 €	S	N/A	✗	100 Equipamentos de jogo preto e amarelo + 100 fatos de treino preto e amarelo - Publicidade??? Durabilidade??? Relação com actividade???
30-11-2008	CMP	11.000.188	6223322	62233	Factura	6,41E+08	12.520,69 €		N/A	✗	Adiantamento para feira BATIMAT 2009 - tem de ser diferido p/ 2009 - vai ser solicitado reembolso do IVA
31-03-2008	CMP	3.000.060	62236111	62236	V/Factura	31522	73.075,93 €		N/A	✓	Contrato assistência técnica ano 2008
31-05-2008	CMP	5.000.057	62236111	62236	V/Factura	80173	1.000,00 €	S	N/A	✓	Estudo investimento subjacente à candidatura ao SI Qualificação PME - não refere período do serviço
31-05-2008	CX	5.000.075	62236111	62236	FactRec	49	850,00 €	S	S	✓	Manutenção jardins 1.º trimestre de 2008
30-06-2008	DIV	6.000.011	62236132	62236	Recibo	893509	688,53 €	N/A	N/A	✗	Prestação de serviços - não discrimina tipo de serviço
31-07-2008	DIV	7.000.003	62236111	62236	FactRec	51	900,00 €	S	S		Manutenção jardins 2.º trimestre de 2008
31-07-2008	DIV	7.000.010	62236132	62236	Recibo	893561	1.390,93 €	N/A	N/A	✗	Prestação de serviços - não discrimina tipo de serviço
31-08-2008	CMP	8.000.024	62236111	62236	Factura	32670	2.650,00 €	S	N/A	✓	Alteração local e manutenção do servidor + manutenção postos de trabalho
30-09-2008	CMP	9.000.124	62236111	62236	Factura	32858	3.750,00 €	S	N/A	✗	Contrato assistência técnica informática de 01.10.2008 a 30.09.2009 - 2.812,50 € de 2009
31-12-2008	CX	12.000.076	6223633	62236	N.ºFiscal de	12	2.704,00 €	N	S	✓	Serviço de desenvolvimento do website da Metalúrgica
31-12-2008	CMP	12.000.137	62236111	62236	Factura	608	4.500,00 €	S	N/A	✓	"www.Metalúrgica.com"- retenção efectuada sobre o pagamento
											Contrato assistência técnica ano 2009 - especializado
31-12-2008	CMP	12.000.138	62236111	62236	Factura	A26	27.500,00 €	S	N/A	✓	Estudo de investimento de aquisição de empresa concorrente "Metálicas, Lda" efectuado em Novembro e Dezembro, o qual não se veio a realizar
31-03-2008	CMP	3.000.188	62298111	62236 Total	V/Factura	801153	50.214,45 €	RED	N/A	✓	
30-04-2008	CMP	4.000.082	62298111	62298	V/Factura	118	258,99 €	RED	N/A	✓	Remoção resíduos industriais em aterro sanitário em Março 2008
30-11-2008	CMP	11.000.184	62298111	62298	Factura	804159	353,14 €	RED	N/A	✓	Transporte e tratamento resíduos a 07/04/2008
				62298 Total			865,45 €			✓	Remoção resíduos industriais em aterro sanitário em Novembro 2008

Legenda:

Sim	S
Não	N
Não aplicável	N/A
Taxa reduzida	RED
Isento	IS
Aprovado	✓
Reprovado	✗

Preparado por:		Revisto por:		ANO		2008	
Bruno Parada		Jorge Silva		Data:		Data:	
17-02-2009		20-02-2009		14.62.003			

Metalúrgica, SA

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

621	Subcontratos	2008	20.042,55	65.038,92	14.167,33	63.053,10	29.829,32	20.128,79	24.499,01	12.587,01	20.085,84	16.140,51	13.873,72	5.659,42	305.105,51
2007		14.059,17	20.232,24	23.640,01	37.288,72	36.665,06	39.399,40	45.984,70	30.962,31	35.336,17	37.945,07	38.080,82	28.847,03	388.420,70	
62211	Electricidade	2008	1.903,22	4.193,12	3.930,65	3.698,56	3.296,26	2.863,20	3.680,74	3.035,28	3.243,97	2.678,86	2.220,24	37.366,53	
2007		4.973,57	3.452,03	7.114,22	7.114,22	6.677,14	6.677,14	4.245,31	3.100,64	2.966,35	2.792,89	3.618,44	143,00	39.083,59	
62212	Combustíveis	2008	5.604,63	7.606,81	8.651,87	5.270,41	8.213,80	6.372,10	14.276,76	4.264,27	7.314,41	4.463,78	-4.244,26	67.540,02	
2007		8.200,95	11.009,03	9.298,04	10.482,00	8.298,33	7.426,14	11.468,83	6.201,37	2.363,96	-24.497,31	9.183,44	32.842,85	92.277,63	
62213	Água	2008		234,78		98,84	78,06	26,03	63,06	80,49	69,87	-18,68	2,35	710,44	
2007			63,38		84,01		103,48		97,70			132,56	265,29	746,42	
62214	Outros fluidos	2008													
2007															
62215	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2008	1.369,04	152,56	81,36	461,15	121,93	1.935,90	31,53	313,39	583,57	25,75	87,65	5.163,83	
2007		536,69	1.397,15	447,53	132,67	509,04	550,00	148,31	19,63	544,85	1.398,78	393,62	146,39	6.224,66	
62216	Livros e documentação técnica	2008	8,20	8,00	17,30	5,00	12,00	39,38	8,20	25,00	2,80	6,00		238,04	
2007														81,18	
62217	Material de escritório	2008	421,87	864,00	1.966,09	591,23	1.393,16	404,26	2.094,53	1.443,69	429,44	555,29	189,07	183,80	10.536,43
2007		759,16	413,90	597,65	592,58	233,10	589,70	674,10	327,01	1.450,06	630,63	1.405,98	317,56	7.991,43	
62218	Artigos para oferta	2008	410,50			221,76	165,00	68,70			119,70	234,49		1.220,15	
2007			798,60		932,19		487,08					415,20	2.812,18	5.445,25	
62219	Rendas e alugueres	2008				722,09		-120,00			277,50	1.387,50		602,09	
2007					350,00	1.500,00	1.500,00	1.150,00						6.165,00	
62221	Despesas de representação	2008	1.562,87	309,00	2.542,69	2.105,36	3.614,34	2.765,90	499,60	5.138,50	1.287,43	5.423,91		25.249,60	
2007			517,00	7.808,50	6.190,60	1.397,99	1.521,10	711,20	412,58	1.363,72	1.645,70	210,00		21.778,39	
62222	Comunicação	2008	1.078,90	2.360,14	913,80	2.190,18	1.627,34	1.479,12	1.556,14	1.198,71	1.418,94	1.539,52	1.944,78	2.512,32	19.819,89
2007		1.949,23	2.405,10	3.370,04	1.808,50	1.940,41	1.852,08	1.775,09	1.481,23	1.383,91	-940,58	1.589,78	-557,48	18.057,31	
62223	Seguros	2008	6.585,96	3.050,91	313,50	122,50	4.173,06	6.229,76	4.890,69	2.320,36	482,50	5.888,61	-438,71	6.773,88	40.393,02
2007		991,19	1.250,00		-59,29	9.212,23	5.826,76	9.476,69	162,00	4.190,57	13.858,47	2.570,12	-95,47	47.383,27	
62224	Royalties	2008													
2007															
62225	Transportes de mercadorias	2008	37.498,37	47.433,12	15.959,25	41.039,77	35.406,10	25.421,49	54.716,96	8.409,49	14.161,11	16.987,29	24.496,18	8.883,75	330.412,88
2007		25.142,03	46.424,47	26.160,39	33.929,76	16.592,75	61.540,69	47.725,28	10.171,31	18.502,67	20.830,82	9.916,87	12.254,78	329.191,82	
62226	Transportes de pessoal	2008													
2007															
62227	Deslocações e estadias	2008	444,90	690,62	6.670,52	2.010,83	4.004,11	1.964,80	2.006,30	2.136,91	1.995,25	2.433,18	1.105,43	28.088,60	
2007		384,40	1.295,34	3.919,49	622,56	1.457,98	3.185,40	1.960,78	1.269,41	2.072,90	1.451,01	2.247,33	6.831,71	26.698,31	
62228	Comissões	2008	7.606,54	8.273,28	10.687,63	11.043,11	27.232,34	12.404,80	7.957,45	2.070,71	30.461,54	13.814,72	15.028,60	29.628,72	176.209,44
2007		27.147,28	24.061,98	15.213,25	8.747,80	16.591,42	16.898,91	33.183,64	12.977,02	12.121,18	39.919,89	5.330,35	8.526,97	220.719,69	
62229	Honorários	2008	910,00		1.440,00	1.220,00	720,00	720,00	720,00	720,00		300,00		8.210,00	
2007		700,00		3.220,00	720,00	720,00	720,00	1.020,00	15,00	4.000,00	720,00	1.440,00	1.270,00	14.545,00	
62231	Contencioso e notariado	2008	304,20	44,38	53,00		417,00	116,50	79,88	51,00	17,00	250,00	198,44	983,52	
2007		88,79		57,00			85,00							778,67	
62232	Conservação e reparação	2008	3.636,99	7.607,80	3.303,95	9.793,59	4.887,72	3.155,76	2.127,99	2.322,49	10.443,15	4.581,88	2.361,65	56.843,91	
2007		4.970,61	3.143,83	18.987,29	4.526,32	3.695,40	1.823,43	5.750,06	2.703,07	4.231,57	3.495,93	7.961,08	-5.118,83	56.169,76	
62233	Publicidade e propaganda	2008	13.105,08	4.230,26	21.014,24	14.457,88	35,50	2.898,85	8.777,19	9.821,16	-1.460,70	6.362,57	15.527,90	5.615,89	100.383,82
2007		3.996,77	14.628,29	6.977,26	5.389,38	5.849,42	14.832,64	1.131,53	1.184,26	3.467,29	10.776,93	12.569,63	28.524,23	109.327,63	
62234	Limpeza, higiene e conforto	2008	176,42	21,75	489,68	86,52	46,27	202,05		55,38	328,89	28,90		1.435,86	
2007		280,56	37,96	163,94	158,55	63,87	44,44	92,70	241,37	159,75	28,10	89,20	67,00	1.427,44	
62235	Vigilância e segurança	2008													
2007															
62236	Trabalhos especializados	2008	2.586,52	2.641,67	6.647,68	2.591,10	4.349,02	2.401,48	2.919,75	5.604,26	7.831,74	3.028,90	2.211,20	31.969,61	74.782,93
2007		8.989,00	2.251,75	4,99	1.367,70	2.305,25	1.349,65	3.068,25	1.979,54	1.391,37	2.909,12	3.310,72	1.124,68	30.052,02	
62298	Outros fornecimentos e serviços	2008	368,65	302,43	259,99	353,14	390,25	538,95	62,83	10,00	42,36	37,92	468,90	261,07	3.095,49
2007		259,37	91,44	314,41	50,00	6,79	282,32	21,50	380,42	592,81	429,80	151,65	7,45	2.587,96	
629	Outras	2008													
2007															
Total da conta	2008	105.625,41	155.290,33	99.109,53	159.038,08	128.372,25	90.810,53	136.005,01	55.732,20	98.010,97	85.654,01	81.985,23	99.488,90	1.295.102,45	
2007		103.428,77	133.481,49	120.179,79	120.413,27	107.468,04	166.734,74	169.667,85	73.332,29	95.190,79	113.523,33	103.313,43	118.419,34	1.425.153,13	

Cliente: Metalúrgica, SA						
10.22/14.0						
SEÇÃO 10.22/14.00: FORNECEDORES, COMPRAS E FORNECIMENTOS						
Preparado por	Data	Revisão por	Data	ANO		
BP	25-Fev-09			2008		
Valores expressos em Euros						
Fornecimentos e Serviços Externos						
621 Subcontratos						
622 Fornecimentos e Serviços						
62225 Transporte de Mercadorias						
62228 Comissões						
62233 Publicidade e propaganda						
62236 Trabalhos especializados						
62212 Combustíveis						
62232 Conservação e reparação						
62223 Seguros						
62211 Electricidade						
62227 Deslocações e estadas						
62221 Despesas de representação						
62222 Comunicação						
62217 Material de escritório						
62229 Honorários						
62215 Ferramentas e utensílios						
62298 Outros fornecimentos e serviços						
62234 Limpeza, higiene e conforto						
62218 Artigos para oferta						
62231 Contencioso e notariado						
62213 Água						
62219 Renditas e Alugueres						
62216 Livros e documentação técnica						
62214 Outros fluidos						
62220						
62224 Royalties						
62226 Transporte de pessoal						
62230						
62235 Vigilância e segurança						
Outros						
Total Fornecimentos e Serviços						
TOTAL Fornecimento e Serviços Externos						